

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**

JAVIER WALTER GHIBAUDI

**CLASSE E TERRITÓRIO:  
Trabalho, Ação Coletiva e Projetos na Periferia de Buenos Aires.**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Planejamento Urbano e Regional.

Orientador: Prof. Dr. Carlos B. Vainer

Rio de Janeiro  
2010

G422c Ghibaudi, Javier Walter.

Classe e território : trabalho, ação coletiva e projetos na periferia de Buenos Aires / Javier Walter Ghibaudi. – 2010.

225 f. ; 30 cm.

Orientador: Carlos Bernardo Vainer.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2010.

Bibliografia: f. 213-225.

1. Conflito social. 2. Classes sociais. 3. Desempregados. 4. Periferias – Buenos Aires (Argentina). 5. Buenos Aires (Argentina). I. Vainer, Carlos Bernardo. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. III. Título.

CDD: 303.6

# UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

JAVIER WALTER GHIBAUDI

## CLASSE E TERRITÓRIO:

**Trabalho, Ação Coletiva e Projetos na Periferia de Buenos Aires.**

Tese submetida ao corpo docente do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Planejamento Urbano e Regional

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Carlos Bernardo Vainer – Orientador  
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – UFRJ

---

Profa. Dra. Ana Clara Torres Ribeiro  
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – UFRJ

---

Prof. Dr. Frederico Guilherme Bandeira de Araújo  
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – UFRJ

---

Profa. Dra. Cibele Saliba Rizek  
Universidade de São Paulo – USP

---

Prof. Dr. Miguel Angel Lacabana  
Universidad Nacional de Quilmes, Argentina – UNQ

*Para Lia*

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi construído com base nos ensinamentos, contribuições e apoio de diversas pessoas, organizações e instituições no Brasil e na Argentina. A todas elas devo o mais sincero agradecimento e reconhecimento por terem me ajudado muito além do que indicam as formalidades e os bons costumes.

Agradeço, antes de mais nada, aos membros da APROFA e do MTD, organizações escolhidas como casos de estudo para esta pesquisa. Sou grato pela atenção, tempo, paciência e pelo conhecimento que compartilharam comigo desde o primeiro momento. Devo agradecer-lhes, sobretudo, por me permitirem refletir e questionar nesta tese a partir da experiência e história de suas lutas. Estendo esse agradecimento a Juan Manuel Gimenez e a Cristina De Vita, lideranças da escola *Creciendo Juntos*, pelas longas conversas e ensinamentos sobre o processo histórico de formação da Periferia de Buenos Aires e as particularidades da sua conjuntura. Pelo carinho e estímulo para realizar esta tese, também muito obrigado.

Ao IPPUR e às pessoas que o constroem dia a dia, por terem me acolhido e ensinado a arte e a paixão da pesquisa crítica e militante. Começando por meu orientador de tese, Carlos Vainer, por ter me transmitido o espírito coletivo, combativo e laborioso do Instituto, pelas suas brilhantes orientações e pelo enorme companheirismo. Representando os demais membros do corpo docente que me formou nos anos de Mestrado e Doutorado, agradeço àqueles que influenciaram mais diretamente esta tese. A Frederico Araújo, pela inesgotável capacidade de nos ajudar a propor questões, liberar nosso pensamento, e também sistematizá-lo em um trabalho de pesquisa, pelo seu afeto e pela sua sinceridade. A Ana Clara Torres Ribeiro, pelas suas aulas cheias de provocações e por compartilhar conosco seu conhecimento e seu carinho de docente íntegra e amiga. A Henri Acselrad e Robert Pechman, por me ajudarem a ter um método de pesquisa e me ensinarem, com o exemplo, a importância da paixão pelo nosso trabalho. Aos professores que tiveram responsabilidades de coordenação do Instituto ao longo deste trabalho e ao conjunto de funcionários — nas secretarias de ensino, setor administrativo e na biblioteca — meu agradecimento pelo suporte, compreensão e colaboração de sempre. A meus amigos de turma de Mestrado e Doutorado, que me acolheram especialmente bem e com os que compartilhamos frutíferos debates nas salas de aula e nas ruas e bares

da cidade. Agradeço muito especialmente, também, a meus amigos e colegas do Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza (ETTERN/IPPUR) pelos debates, dicas de pesquisa e amizade. Entre eles, permito-me nomear, representando o conjunto, Flávia Vieira, Guilherme “Soninho” Marques, Renato Emerson, José Ricardo Faria, Chélen Lemos, Alberto Oliveira, Pedro Novais, Fabrício Oliveira, Glauco Bienenstein e Fernanda Sanchez.

À Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP/COPPE/UFRJ) e ao Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense em Campos dos Goytacazes (ESR/UFF) , por terem me permitido começar a aprender concretamente a integração entre ensino, pesquisa e extensão universitária. Aos coordenadores da ITCP, Gonçalo Guimarães e Lúcia Lambert, pelo apoio e por me ajudarem a entender um pouco mais, junto com a equipe da Incubadora e os membros das cooperativas incubadas, as tensões e contradições que desafiam os que procuram mudar as relações de dominação. A meus colegas e alunos da UFF, por me darem o gosto de aprender na atividade docente e pelo apoio incondicional para poder finalizar este trabalho. Representando-os, dirijo meu agradecimento aos colegas Vanuza Pereyra, Claudio Reis e Hernán Mamani – o qual me ajudou também a entender em perspectiva esse nosso “país de locos”.

À Universidade de Buenos Aires, por ter me brindado os primeiros e fundamentais elementos da minha formação, no segundo-grau e na graduação. Agradeço especialmente ao professor Alejandro Rofman, por seguir me ensinando e por me esclarecer e atualizar sobre a sempre mutante e conflitiva dinâmica argentina.

Meu agradecimento, também na Argentina, aos amigos e colegas pesquisadores e a suas instituições, por dividirem comigo os resultados de suas pesquisas e por me ajudarem nas atividades de pesquisa de campo. A minha amiga Ana Luz Abramovich e seus colegas do Instituto del Conurbano da Universidad de General Sarmiento; a Virginia Manzano, da Universidade de Buenos Aires e a Lúcio Salas.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Brasil (CNPq) pela bolsa de estudos para realizar esta tese e meu Doutorado, e ao Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO) por me escolher para o Programa “Bolsas Regionais ASDI-CLACO 2004: Partidos, movimentos e

alternativas políticas em América latina e o Caribe”, financiando e orientando a pesquisa inicial desta tese. Na CLACSO agradeço, também, a orientação de Gabriel Fajn e as contribuições dos colegas bolsistas do Programa.

Agradeço pela leitura atenta e pelas significativas contribuições e sugestões aos professores que formaram parte das bancas de qualificação e de defesa desta tese. Além dos professores do IPPUR acima mencionados, agradeço: a Carlos Walter Porto-Gonçalves (UFF) pelas muitas e importantes sugestões de encaminhamentos, fontes e perspectivas durante a qualificação e que mudaram em forma expressiva os rumos desta tese; a Cibele Rizek (Universidade de São Paulo), pela generosa e minuciosa análise, descobrindo os fios condutores da tese e ajudando-me a pensar futuras ações de pesquisa em perspectiva comparada; e a Miguel Lacabana (Universidad Nacional de Quilmes) pelas observações e sugestões próprias de uma pessoa com vivência concreta na Argentina e com grande capacidade de observação e ação.

Este trabalho só foi concretizado pelo suporte e incentivo de meus entes queridos.

Aos *muchachos del cardumen* agradeço pela amizade de longa data, pelas contribuições, críticas e auxílios ao trabalho de pesquisa e pelas nossas discussões eletrônicas diárias que me ajudaram a manter o bom humor, a fidelidade a *el Diego* e a crítica irônica, e sem piedade, às estruturas de dominação cotidiana no nosso país. A Kiko e Veruska, e seus maravilhosos filinhos, por nos receber para almoços, cafés da manhã e visitas de final de semana — vitais para toda família que tenha um ou mais membros em fase de tese. A minha querida família carioca e flamenguista, Remo, Reminho, Vê, Álvaro e Chico, pelo amor e alegria que me dão desde sempre. A meu admirável, genial e companheiro irmão, Robertito, e a minha combativa e enorme mãe, pela paixão com que cuidaram de mim – e cuidam – seguindo o exemplo de *papá, las tías y los abuelos*. A minha companheira e esposa, Ana, e a nossa filha Lia, por me ensinarem a cada instante o maravilhoso da vida e por *tudo*.

Embora o capital possa dominar e impor sobre nós um sentido de natureza humana predominantemente capitalista, as resistências estarão sempre presentes [...]

[Há] muitas forças e circunstâncias intervenientes que mistificam e que obscurecem os antagonismos de classe fundamentais e subjacentes, sobre os quais se apoia o modo capitalista de produção. É evidentemente uma tarefa da ciência tornar claro, pela análise, aquilo que é mistificado e turvo na vida diária.

(HARVEY, 1982)

[...] descubrimos que el nuevo lugar donde los trabajadores nos nucleamos, donde estamos todos los días, es el barrio. Esto se sintetizó en la frase "la nueva fábrica es el barrio".

(Victo De Gennaro, liderança da CTA, apud CECEÑA, 2001)

La tarea: reconstruir los lazos sociales a través del trabajo y la educación. La orientación: hacer un fuerte trabajo político de base disputando territorios [...] Definimos al barrio como centro de experimentación [...]

(Héctor "Toty" Flores, liderança do MTD, 2006)



## RESUMO

Na Argentina da década de 2000 ganharam visibilidade ações coletivas de grupos e de pessoas situados em uma posição de dominados na estrutura e dinâmica sociais, surpreendendo no âmbito político e contrariando consensos dos estudos urbanos e sobre movimentos sociais. Com especial intensidade em Buenos Aires, organizações de desempregados — os *piqueteros* — apareceram reivindicando seu direito ao trabalho diante do Estado e propondo uma ação baseada no *bairro*. Supostos excluídos sociais e segregados territoriais conseguiam agir a partir de territórios tradicionalmente dominados: os subúrbios da Periferia portenha. O objeto de estudo desta tese são as mudanças e permanências da ação coletiva dos dominados, em termos de processos de territorialização e de luta de classes, na Periferia de Buenos Aires na década de 2000. A metodologia de pesquisa envolveu a discussão de consensos e categorias frequentes no debate urbano na América Latina, observando processos gerais e suas determinações mais concretas em dois casos de estudo. Entrevistas e observações em campo foram realizadas em duas organizações de desempregados na Periferia de Buenos Aires, junto com a análise da literatura de referência e de pesquisas próximas ao objeto de estudo. A tese destaca como, longe do suposto fim das classes, as organizações continuam — e reformulam — uma tradição de classe trabalhadora. Contrariando as teses da exclusão social e da segregação territorial, essas organizações estão imersas em relações de dominação e os *bairros* de seus Projetos políticos são uma construção, não predeterminada nem estática, que envolve novas territorialidades e diversas escalas de ação, em relação com múltiplos agentes. É na interação com sujeitos dominantes que se verificam mudanças significativas em termos de luta de classes. Empresas — com ações de *responsabilidade social* — e Estado — com *políticas sociais* — se relacionam com as organizações a partir de pequenos projetos limitados no tempo, privilegiando um tratamento individualizado, ad hoc, e uma visão do território como espaço da gestão, fixo e passível de *desenvolvimento local*. Para as leituras dominantes, que ocultam situações de conflito e tradições de luta coletiva, as organizações seriam parte de iniciativas empreendedoras e heroicas de excluídos que conseguiriam, assim, integrar-se na sociedade. Esta tese, entretanto, defende que as ações coletivas do tipo das estudadas procuram transformar as condições e

relações dominantes na Periferia, continuando, e articulando de forma diferente, ações pretéritas de luta na *fábrica* e no *bairro*.

**Palavras-Chave:** Ação Coletiva, Periferia, Buenos Aires, Classes Sociais, Conflitos Urbanos, Luta de Classes, Trabalhadores Desempregados.

## RESUMEN

Durante la década de 2000, ciertas acciones colectivas de grupos y personas en una posición subordinada en la estructura y dinámica social obtuvieron visibilidad para sorpresa de los consensos en el ámbito político, de los estudios urbanos y sobre movimientos sociales. Con especial intensidad en Buenos Aires, organizaciones de desempleados — los *piqueteros* — se hicieron presente reclamando al Estado su derecho al trabajo y proponiendo una acción con base en el *barrio*. Presuntos excluidos sociales y segregados territoriales lograban actuar desde territorios tradicionalmente dominados, tales como los suburbios de la Periferia porteña (*el Conurbano*). El objeto de estudio de esta tesis son las transformaciones y continuidades de la acción colectiva de los dominados (tanto en términos de procesos de territorialización y lucha de clases) en la Periferia de Buenos Aires durante los años 2000. La metodología de investigación se basa en la discusión de consensos y categorías frecuentes en el debate urbano en América Latina, observando procesos generales y sus determinaciones más concretas en dos estudios de caso. La presente investigación incluye entrevistas y observaciones de campo en dos organizaciones de desempleados en la Periferia de Buenos Aires, así como también literatura de referencia e investigaciones próximas al objeto de estudio. La tesis destaca como, en contraposición al supuesto fin de las clases, las organizaciones continúan —y modifican— una tradición de clase trabajadora. En oposición a las tesis de la exclusión social y la segregación territorial, estas organizaciones están inmersas en relaciones de dominación y los *barrios* de sus Proyectos políticos son una construcción, no predeterminada ni estática, que involucra nuevas territorialidades y diferentes escalas de acción, en relación con múltiples agentes. Es en la interacción con sujetos dominantes que se verifican cambios significativos en términos de lucha de clases. Empresas — con acciones de *responsabilidad social* — y Estado — con *políticas sociales* — se relacionan con las organizaciones mediante pequeños proyectos limitados en el tiempo, privilegiando un tratamiento individualizado, y una visión del territorio como espacio de gestión, fijo y candidato al *desarrollo local*. Para las lecturas dominantes, que buscan ocultar situaciones de conflicto y tradiciones de lucha colectiva, las organizaciones serían parte de iniciativas emprendedoras y heroicas de excluidos que conseguirían, de esa

forma, integrarse a la sociedad. Esta tesis, por el contrario, sostiene que las acciones colectivas como las aquí estudiadas buscan transformar las condiciones y relaciones dominantes en la Periferia, continuando, y articulando de una forma diferente, una tradición de luchas en la *fábrica* y en el *barrio*.

**Palabras clave:** Acción Colectiva, Periferia, Buenos Aires, Clases Sociales, Conflictos Urbanos, Lucha de Clases, Trabajadores Desempleados.

## ABSTRACT

During the 2000s, the prominence of certain Argentine collective actions undertaken by subordinated groups surprised the political sphere and contradicted the consensus on urban studies and social movements. Most intensely in Buenos Aires, unemployed workers' organizations – called piqueteros – began to claim from the State their right to having jobs and proposed neighborhood-based initiatives. These so-called socially excluded groups were able to act in traditionally dominated territories: the periphery of the Argentinean city. The subject of this dissertation is the patterns of the collective action and their changes undertaken by the dominated ones in relation to territoriality and class struggle in the outskirts of Buenos Aires during the first decade of the 21st century. The research methodology challenges traditional categories of debate on urbanism in Latin America through the observation of social processes and their more concrete determinations in two case studies. This dissertation highlights the ways in which these organizations maintain and recreate a working class tradition in contrast with the theories that emphasize the end of social classes. Interviews and field observations were conducted at two unemployed workers' organizations in the periphery of Buenos Aires. This was complemented by the analysis of secondary literature and a close research on the study subject. Contrary to the theories of social exclusion and territorial segregation, these organizations are immersed in relationships of domination. The “neighborhood” of their political projects is a construct, neither predetermined nor static, that involves new territorialities and several action scales, which, in turn, involve several social agents. Through their interactions with the dominant subjects, we can verify significant transformations related to class struggle. Companies – with its “social responsibility programs” – and the State – with its “social policies” – interact with these organizations in short-term, small projects. These projects put priority in individualized, ad hoc treatment, and conceptualize the territory as a fixed, management space, with potential for local development. From the dominant groups' perspective, which ignores conflict situations and the tradition of collective struggle, these organizations are entrepreneurial and heroic initiatives undertaken by marginalized individuals who would become integrated in society by means their

projects. Contrary to this perspective, this dissertation argues that these collective actions aim at transforming the conditions and the dominant relationships in the periphery. In doing so, they continue with and articulate previous actions of struggle (both in the factory and the neighborhood), but this time in a new way.

**Keywords:**

Collective Action, Periphery, Buenos Aires, Social Classes, Urban Conflicts, Class Struggle, Unemployed Workers.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Empreendimentos econômicos da APROFA (ano 2005) .....	144
Quadro 2 - Empreendimentos econômicos do MTD La Juanita (ano 2005).....	145
Quadro 3 - Empreendimento associado ao MTD La Juanita (ano 2005).....	146
Quadro 4 - Estrutura organizativa da produção na APROFA e no MTD La Juanita (ano 2005).....	146
Quadro 5 - APROFA: relações com organizações próximas territorialmente (ano 2005).....	158
Quadro 6 - APROFA: Relação com organizações sem sede no município de Moreno (ano 2005).....	159
Quadro 7 - APROFA: Participação em articulações entre organizações sociais e políticas (ano 2005).....	159
Quadro 8 - MTD La Juanita: Relações com principais organizações próximas territorialmente (ano 2005) .....	161
Quadro 9 - MTD La Juanita: Principais relações com organizações sem sede no município de La Matanza (ano 2005) .....	161
Quadro 10 - MTD La Juanita: Relações com principais organizações próximas territorialmente (ano 2010 e principais diferenças com o ano de 2005) .....	178
Quadro 11 - MTD La Juanita: Principais relações com organizações sem sede no município de La Matanza (ano 2010 e principais diferenças com o ano de 2005) .....	178
Quadro 12 - Empreendimentos econômicos do MTD La Juanita (ano 2010 e principais diferenças com o ano de 2005).....	180
Quadro 13 - Atividades educativas e culturais do MTD (ano 2010) .....	181
Quadro 14 - APROFA: Principais relações com organizações e articulações políticas (ano 2010 e principais diferenças com o ano de 2005).....	182
Quadro 15 - Empreendimentos econômicos da APROFA (ano 2010) .....	184
Quadro 16 - Atividades educativas e culturais da APROFA em Moreno (ano 2010) .....	185

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

**ACH** — Acción Contra el Hambre

**AMBA** — Área Metropolitana de Buenos Aires

**ANSES** — Administración Nacional de Seguridad Social

**APROFA** — Asociación de Productores Familiares

**BID** — Banco Interamericano de Desarrollo

**BIRD** — Banco Mundial

**CARBAP** — Confederación de Asociaciones Rurales de Buenos Aires y La Pampa

**CCC** — Corriente Clasista y Combativa

**CEBs** — Comunidades Eclesiales de Base

**CEFoCC** — Centro para la Educación y la Formación de Cultura comunitaria

**CGT** — Confederación General de Trabajadores

**CONADEP** — Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas

**CTA** — Central de Trabajadores de la Argentina

**EPH** — Encuesta Permanente de Hogares

**EPS** — Economía Popular e Solidaria

**ESMA** — Escuela de Mecánica de la Armada

**FA** — Federación Agraria

**FORA** — Federación Obrera de la República Argentina

**FTV** — Federación Tierra, Vivienda y Habitat

**FUM** — Fórum Urbano Mundial

**GBA** — Grande Buenos Aires

**GPU** — Grandes Proyectos Urbanos

**IdelCoop** — Instituto de la Cooperación

**IMFC** — Instituto Movilizador de Fondos Cooperativos

**INAES** — Instituto Nacional de Apoyo a Economía Social

**INDEC** — Instituto Nacional de Estadísticas y Censos

**INTA** — Instituto Nacional de Tecnología Agraria



**IPPUR/UFRJ** — Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional

**ITCP/COPPE/UFRJ** — Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UFRJ

**JP** — Juventud Peronista

**MDS** — Ministério de Desarrollo Social de Argentina

**MST** — Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

**MTD** — Movimiento de Trabajadores Desempleados de La Juanita

**ONGs** — Organizações Não Governamentais

**PAN** — Plan Alimentario Nacional

**PCA** — Partido Comunista de la Argentina

**PJ** — Partido Justicialista

**PRiS** — Programa de Investimento Social

**PST** — Partido Socialista de los Trabajadores

**SENAES** — Secretaria Nacional de Economia Solidária

**SRA** — Sociedad Rural Argentina

**UCR** — Unión Cívica Radical

**UFRJ** — Universidade Federal do Rio de Janeiro

**YPF** — Yacimientos Petrolíferos Fiscales

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>20</b>
<b>1. MTD LA JUANITA E APROFA: PRISMAS DE ESTUDO DESTA TESE</b> .....	<b>29</b>
1.1. FORMAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES EM ESTUDO .....	30
<b>1.1.1. O Movimento de Trabalhadores Desempregados de La Juanita (MTD)</b> .....	<b>30</b>
1.1.1.1. Formação, primeiras propostas e membros do MTD .....	30
1.1.1.2. O entorno socioespacial do MTD: La Juanita .....	36
<b>1.1.2. A Associação de Produtores Familiares (APROFA)</b> .....	<b>38</b>
1.1.2.1. Formação, primeiras propostas e membros da APROFA .....	38
1.1.2.2. O entorno socioespacial da APROFA: La Quebrada .....	42
1.2. AS REIVINDICAÇÕES MAIS IMEDIATAS DA APROFA E DO MTD: O <i>TRABALHO DIGNO</i> .....	44
1.3. O PROJETO POLÍTICO DA “CONSTRUÇÃO DE PODER POPULAR”.....	47
<b>1.3.1. O Projeto e os <i>Outros</i>, uma primeira leitura</b> .....	<b>47</b>
<b>1.3.2. O Projeto e os seus fundamentos de ação: assembleia, bairro, educação e trabalho</b> .....	<b>49</b>
1.4. UMA PRIMEIRA APROXIMAÇÃO ÀS RAZÕES DA VISIBILIDADE E LEGITIMIDADE DAS ORGANIZAÇÕES. ....	51
1.5. MOVIMENTOS DE OUTRA CLASSE? .....	54
<b>2. TRADIÇÕES E RAÍZES DE CLASSE NA APROFA E NO MTD: <i>FÁBRICA E BAIRRO</i> NA FORMAÇÃO DE BUENOS AIRES E SUA CLASSE TRABALHADORA</b> .....	<b>56</b>
2.1. “COMO FAZIAM OS VELHOS SOCIALISTAS”: A TRADIÇÃO DO <i>BAIRRO</i> E DA <i>FÁBRICA</i> INTERNACIONALISTAS DO COMEÇO DO SÉCULO NAS PROPOSTAS DA APROFA E DO MTD .....	59
<b>2.1.1. Buenos Aires, cidade burguesa, e o associativismo do bairro popular dos imigrantes</b> .....	<b>59</b>
<b>2.1.2. <i>Fábrica e Bairro</i> no surgimento de uma <i>questão social</i> nas ruas da cidade e formando uma <i>classe trabalhadora</i>.....</b>	<b>66</b>
<b>2.1.3. A formação de uma classe trabalhadora em luta e a sua articulação territorial na Buenos Aires burguesa: origens da relação Centro/Periferia</b> .....	<b>69</b>
2.2. AS ORIGENS DO <i>OUTRO</i> PRÓXIMO E DISTANTE: O PERONISMO, NO <i>BAIRRO</i> , NA <i>FÁBRICA</i> E NA <i>PLAZA</i> .....	72
<b>2.2.1. Os processos de luta de classes e de territorialização que antecederam o peronismo</b> .....	<b>72</b>

2.2.2. Do internacionalismo socialista ao nacional-populismo: o Projeto Nacional Popular peronista dos <i>descamisados</i> .....	76
2.2.3. <i>Bairro, fábrica e Nação</i> redefinidos no Projeto e na prática peronista.....	80
2.2.4. Peronismo, tão perto e tão longe dos nossos casos de estudo .....	83

**3. AS RAÍZES ATIVAS DOS PROJETOS DA APROFA E DO MTD: TRABALHO DE BASE, DITADURA E VOLTA DA DEMOCRACIA NA FÁBRICA E NO BAIRRO DA PERIFERIA DE BUENOS AIRES .....** 87

3.1. O TRABALHO POLÍTICO DE BASE NA FÁBRICA E NO BAIRRO PELA REVOLUÇÃO NACIONAL..... 87

3.1.1. *A Resistência Peronista: fábrica e subúrbio como refúgio para a ação* ..... 87

3.1.2. O trabalho político de base e a *fábrica* e o *bairro* como plataformas para a transformação revolucionária .....

89

3.2. A CLASSE EM FUGA? FÁBRICA E BAIRRO NA REPRESSÃO E NUM NOVO REGIME DE ACUMULAÇÃO NA DITADURA..... 94

3.3. A VOLTA DA DEMOCRACIA: TENTATIVAS DE RECONSTRUÇÃO E SOBREVIVÊNCIA NAS AÇÕES COLETIVAS NA PERIFERIA. .... 99

**4. BAIRROS SEM CLASSES E DOS EXCLUÍDOS? A AÇÃO COLETIVA QUANDO A FÁBRICA FECHA NA PERIFERIA NA DÉCADA DE 1990.....** 106

4.1. REFORMULAÇÃO NA CONFIGURAÇÃO DA LUTA DE CLASSES E DA PERIFERIA NA DÉCADA DE 1990: PRIMEIRA APROXIMAÇÃO RETOMANDO A ORIGEM DOS NOSSOS PRISMAS DE ESTUDO..... 107

4.1.1. Mudanças no trabalho e no território..... 107

4.1.2. O maldito plano, ou o *Outro* da APROFA e do MTD, consolidado na Periferia de Buenos Aires .....

112

4.2. O FENÔMENO DE AÇÃO COLETIVA NA DÉCADA DE 1990: INTERPRETAÇÕES E DISCUSSÕES NO ÂMBITO CIENTÍFICO E POLÍTICO ..... 115

4.2.1. *Excluídos em ação? Origem e debate acerca do conceito de exclusão social* .....

116

4.2.2. Ação a partir da segregação e do refúgio?..... 124

**5. A NOVA FÁBRICA É O BAIRRO? O TRABALHO POLÍTICO E TERRITORIAL DA APROFA E DO MTD.....** 133

5.1. UMA OUTRA CLASSE DE TRABALHO QUANDO A FÁBRICA FECHA: NEM SALARIAL, NEM SUBSIDIADO; COOPERATIVO .....	137
5.1.1. A origem dos empreendimentos cooperativos das organizações: tradições políticas, sobrevivência e “prova e erro” .....	139
5.1.2. Relações de trabalho nos empreendimentos: ações e interações dentro de uma Política Popular .....	143
5.1.3. O Trabalho como um dos fundamentos do Projeto político .....	148
5.2. O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO <i>BAIRRO</i> NA AÇÃO POLÍTICA DA APROFA E DO MTD .....	152
5.2.1. A proposta de ação cotidiana no <i>bairro</i> em ação: educação popular e relações materiais construindo territórios.....	152
5.2.2. As escalas da ação política construídas na Periferia pela APROFA e pelo MTD: bairros de relações diferentes .....	156
5.3. NEM EXCLUÍDOS, NEM ISOLADOS: TRABALHO POLÍTICO E TERRITORIAL NA PERIFERIA .....	163
<b>6. EPÍLOGO — OS <i>OUTROS</i>: PERCURSOS DESTACANDO O CARÁTER HISTÓRICO, RELACIONAL E PROCESSUAL DOS PROJETOS DA APROFA E DO MTD .....</b>	<b>167</b>
6.1. DUAS CONSTRUÇÕES POLÍTICAS E TERRITORIAIS À PROCURA DE GANHOS DE ESCALA E DE CLASSE .....	168
6.1.1. Mudanças de conjuntura no final da década de 2000 .....	168
6.1.2. Mudanças nas estratégias, valores e escalas dos Projetos da APROFA e do MTD .....	174
6.1.3. Diferenças, mas com classe.....	186
6.2. OS <i>OUTROS</i> REVELADOS: PROJETO X <i>PROJECTS</i> NO NOVO ESPÍRITO DO CAPITALISMO E NA PERIFERIA.....	188
6.3. OPACIDADES E DISPUTAS NA LEITURA DOS CONFLITOS E DAS CLASSES .....	197
<b>CONCLUSÕES .....</b>	<b>201</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>213</b>

## INTRODUÇÃO

Na Argentina do começo da década de 2000 ganharam visibilidade ações coletivas a partir de grupos e pessoas localizados numa posição de dominados na estrutura e dinâmica sociais. Com a eclosão da crise política e institucional de finais de 2001, e junto com as passeatas integradas por setores médios nos grandes centros urbanos — nos *cacerazos* —, apareciam no espaço e debate públicos organizações de desempregados. Grande parte delas já estava formalmente constituída desde a segunda metade da década de 1990 e carregava tradições de ação mais antigas dos bairros dos subúrbios da Capital Federal, o *Conurbano Bonaense*. Foi no começo da presente década, entretanto, que as suas reivindicações pelo *direito ao trabalho* se tornaram socialmente reconhecidas como parte de um interesse coletivo maior. Ainda mais, eram consideradas justas ou legítimas num momento de questionamento não só das diretrizes políticas consolidadas uma década antes, mas também das instituições políticas tradicionais de grandes partidos e sindicatos.

Tratava-se, principalmente, do que logo foi agregado num heterogêneo grupo denominado *organizações piqueteras*. Teriam elas em comum a realização de bloqueios de estradas — o *piquete* — para tornar visíveis as suas demandas, a proposta de gestão interna a partir de *assembleias*, uma oposição a instituições políticas tradicionais e a procura de formas de trabalho não salariais. Como bem pesquisado,<sup>1</sup> suas origens relacionavam-se a duas grandes vertentes, sempre nos limiares e pontos críticos da dinâmica econômica até então vigente — por um lado, em localidades do interior do país que, funcionando como economias de enclave, passaram, em meados de 1990, por uma profunda desestruturação, com a privatização e o fechamento de estabelecimentos da antiga empresa nacional de petróleo, a Yacimientos Pretolíferos Fiscales (YPF); por outro lado, nos subúrbios de Buenos Aires, no historicamente periférico *Conurbano Bonaense*, onde se somou à tradição mais antiga de organizações no *bairro* a modalidade do *piquete*, vinda dos levantes do interior do país. Junto com as organizações *piqueteras* também

---

<sup>1</sup> Para uma descrição geral das organizações *piqueteras*, seguimos o estudo de referência SVAMPA, M.; PEREYRA, S. *Entre la ruta y el barrio: la experiencia de las organizaciones piqueteras*. Buenos Aires: Biblos, 2003.

ganharam visibilidade, na época, outras ações que, como elas, faziam referência ao direito ao trabalho. Eram as *fábricas recuperadas*, onde os trabalhadores de empresas em crise ocupavam os seus estabelecimentos exigindo assumir a sua gestão e propriedade a partir de relações de trabalho cooperativas.<sup>2</sup> Em muitos casos estes movimentos conseguiram concretizar o que pareceria inimaginável alguns anos antes: que o Estado expropriasse os estabelecimentos e os entregasse às cooperativas formadas no bojo dos próprios movimentos. Partindo de alguns poucos casos da década de 1990, pouco divulgados, em 2004 já superavam os duzentos estabelecimentos, articulados em diversos movimentos que continuavam a exigir políticas específicas dos governos nacional e provinciais. Assim como muitas das organizações *piqueteras*, reconheciam lideranças e valores de lutas anteriores, em grande medida de ações políticas no *Conurbano* e anteriores à última ditadura militar argentina (1976-1983).

Após uma década de reformas que tinham mudado a estrutura e dinâmica social argentina, favorecendo claramente os detentores de capital, a ação coletiva de dominados voltava a estar presente no debate político e acadêmico. Nas ciências sociais argentinas operou-se uma entusiástica e rápida procura por descrever e compreender esses novos fenômenos sociais. A busca por explicações das causas e uma leitura das mudanças e permanências da ação coletiva foram, porém, mais complexas e mais susceptíveis ao *sensu comum*<sup>3</sup> facilitado, talvez, por essa ansiedade de respostas. Sem maior reflexão crítica das categorias e dos consensos até então vigentes, uma grande maioria de analistas optou por decretar que não se tratava mais de *classes*, pois elas já tinham sido extintas com o suposto “fim do trabalho”, descrito e divulgado nos países centrais e aparentemente adaptável à

---

<sup>2</sup> Para esta descrição do fenômeno das *recuperadas*, sigo os resultados das seguintes pesquisas: FAJN, Gabriel (Coord.). *Fábricas y empresas recuperadas: protesta social, autogestión y rupturas en la subjetividad*. Buenos Aires: Ediciones del Instituto Movilizador de Fondos Cooperativos, 2003; REBON, J. *Desobedeciendo al desempleo: la experiencia de las empresas recuperadas*. Buenos Aires, Ediciones P.ICA.SO - La Rosa Blindada, 2004; PALOMINO, H. (Org.). *El movimiento de empresas recuperadas*. *Revista Sociedad*, Buenos Aires, n. 20-21, 2003. Utilizo também elementos reproduzidos e aprofundados na minha dissertação de Mestrado: GHIBAUDI, J. W. *Um lugar para eles: fábricas recuperadas na região metropolitana de Buenos Aires (2001-2003)*. 2004. 175 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

<sup>3</sup> Sigo aqui o conceito de *sensu comum* como a adoção sem maiores críticas e reformulações concretas de categorias preexistentes e que se tornam verdades não discutidas, tal como denunciado em BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J. C.; PASSERON, J. C. *El Oficio del Sociólogo: presupuestos epistemológicos*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2002.

formação histórica argentina. Ao invés de luta de classes, foi privilegiada a perspectiva da *exclusão social* — mais uma categoria originada em análises europeias —, e entenderam-se as novas ações como formas de resistência dos excluídos. Esses mesmos *excluídos*, de forma contraditória com essa perspectiva, conseguiriam agir, mas sem identidades e laços de *classe*, porque não somente as condições materiais, mas também os valores e as formas de regulação social, não tinham mais o trabalho assalariado como seu vínculo central.<sup>4</sup>

Ao lado da ideia da ação a partir da exclusão, outra resposta muito divulgada e aceita era a ênfase em que as ações teriam ganho a novidade de ser “territoriais”. Procurando novos laços de sociabilidade num contexto de desintegração, caberia às organizações de bairro fazer uma “inscrição territorial” da ação e do vínculo social. Dessa forma, e em concordância com um senso comum que norteava — e norteia — não poucas políticas ditas “sociais” e “focalizadas”, o território passava a ser sinônimo de espaço restrito, pequeno, e em grande medida predeterminado.<sup>5</sup>

Procuro, nesta tese, discutir as mudanças e continuidades da ação coletiva a partir de dominados na Periferia de Buenos Aires,<sup>6</sup> tendo como base um esforço de crítica as visões do senso comum acima elencadas. Com esse objetivo, escolhi como chaves de leitura e recorte analítico os processos de luta de classes e de territorialização que estariam presentes em tais ações. Para fugir à tentação da

<sup>4</sup> Entre os estudos de referência que aderem em diverso grau a essa compreensão na Argentina podem ser citados SVAMPA, M; PEREYRA, *op. cit.*; e MERKLEN, Denis. *Pobres ciudadanos: las clases populares en la era democrática* (Argentina, 1983-2003). Buenos Aires: Gorla, 2005. Em termos internacionais, um dos estudos de referência é CASTEL, Robert. *A metamorfose da questão social*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. Um diálogo com esses estudos é feito ao longo da tese, especialmente nos Caps. 4 e 5. Para uma crítica ao paradigma do fim das classes a partir de um estudo dos movimentos internacionais, ver VIEIRA, F. B. *Dos proletários unidos à globalização da esperança: um estudo sobre articulações internacionais de trabalhadores*. 2008. 220 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto em Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

<sup>5</sup> Análises de referência nesse sentido, e que também são objeto de discussão desta tese, podem ser vistas na sua apresentação mais elaborada em MERKLEN, *op. cit.*

<sup>6</sup> Nesta tese entendo “Periferia” em sentido relacional e como parte de processos de territorialização onde são construídas, e também questionadas, relações de dominação. O processo de formação dessa Periferia, e cuja denotação social em Buenos Aires ganha o termo de *Conurbano Bonaorense*, é objeto do Cap. 2. Quando utilizo o termo “Buenos Aires”, é em referência à Área Metropolitana de Buenos Aires (AMBA). Isto é, o conjunto da Capital Federal (Ciudad Autónoma de Buenos Aires) e seus subúrbios — administrativamente divididos em 24 municípios ou Partidos —, que formam o que nas estatísticas nacionais se conhece como “*Aglomerado Gran Buenos Aires*”. O Aglomerado, no ano de 2005, tinha uma população de 12 milhões de habitantes — incluindo os 2 milhões e 700 mil da Capital Federal. Para uma definição e descrição estatística do *Gran Buenos Aires* e da sua conformação, ver Instituto Nacional de Estadísticas y Censos (INDEC). *¿Qué es el Gran Buenos Aires?* Buenos Aires: INDEC, 2005.

resposta unívoca e mecânica da exclusão, sigo nesta tese a clássica análise de E. P. Thompson, segundo o qual a classe é uma construção histórica e relacional e, portanto, equivale antes de mais nada a uma luta de *classes*, as quais vão constituindo-se na sua interação<sup>7</sup>. Nesse mesmo sentido, procurei avançar com o conceito de territorialização, resumido por Haesbaert como construções de relações de poder em articulação no, e partir do, espaço; relações estas que envolvem diversas dimensões — social, cultural e econômica — e escalas de ação.<sup>8</sup> Desse modo, o conceito de processo de territorialização é também uma ferramenta desta tese, para se questionar a suposta novidade de a ação coletiva ser também territorial.

Este trabalho, portanto, tem como objeto de estudo as mudanças e permanências da ação coletiva a partir de dominados, em termos de luta de classes e os processos de territorialização a ela associados, na Periferia de Buenos Aires na década de 2000. Revelar e entender relações de dominação em sua articulação com ações transformadoras é o que provocou e perpassa as reflexões apresentadas. Discutem-se aqui as nuances, mudanças e permanências da luta de classes tal como expressas na ação coletiva. Os processos territoriais em disputa foram também objeto de análise, tendo como espaço de reflexão ações na histórica Periferia portenha: o *Conurbano Bonaarense*. Com o intuito de analisar tais processos mais gerais em suas determinações mais concretas, foram analisadas duas experiências. Não se escolheram dois casos de estudo no sentido de amostras que oferecessem respostas unívocas e gerais. Pelo contrário, e como propõe Vera Telles, procurou-se entender esses casos como *prismas de estudo* para se levantarem questões e assim chegarmos a algumas tendências — em outras palavras, utilizar os resultados dessa análise mais direta como ferramenta que

---

<sup>7</sup> Ver THOMPSON, E. P. Algumas observações sobre classe e 'falsa consciência'. In: \_\_\_\_\_. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Organização Antonio Luigi Negro e Sergio Silva. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2001. p. 269-281.

<sup>8</sup> Ver HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. O conceito de escala de ação é detalhado no Cap. 5, a partir de VAINER, C. Lugar, Região, Nação, Mundo: explorações históricas do debate acerca das escalas da ação política. In: *R. B. Estudos Urbanos e Regionais*, v. 8, n. 2, p. 9-29, nov. 2006.; e VAINER, C. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local?. In: *Cadernos IPPUR*, ano XV, n. 2, ago.-dez. 2001; ano XVI, n. 1, jan.-jul., 2002. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR. p. 13-32.



ilumine e nos dê indícios sobre as dinâmicas mais gerais.<sup>9</sup> Foram escolhidas, dessa forma, duas organizações localizadas no *Conurbano* e que seguissem algumas características comuns com outras estudadas em diversas pesquisas gerais e também etnográficas, visando a facilitar o diálogo crítico e a leitura de tendências.

A Associação de Produtores Familiares (APROFA),<sup>10</sup> de Paso del Rey, Moreno, e o Movimento de Trabalhadores Desempregados de La Juanita (MTD),<sup>11</sup> como será visto em seguida, focam as suas reivindicações na construção de relações de trabalho como um *direito* a partir da sua condição de desempregados. Enfatizam também, em seus Projetos de transformação — na acepção latina do termo de proposta para o futuro<sup>12</sup> —, uma ação no entorno mais imediato e nas práticas do cotidiano: o *bairro*. Propõem relações de trabalho diferentes das salariais, enfatizando uma maior corresponsabilidade na produção e uma maior igualdade na distribuição do produto do trabalho através da formação de cooperativas. Defendem não somente sua autonomia, mas também sua oposição às instituições políticas tradicionais e às suas práticas no *Conurbano*. Nesse sentido, em 2005, formavam parte do grupo que certos pesquisadores designaram de organizações autônomas e de ação de bairro dentro do universo mais amplo de organizações *piqueteras*.<sup>13</sup>

Os resultados desta tese, portanto, não pretendem dar conta de algumas especificidades das grandes — e bastante estudadas — organizações *piqueteras*

<sup>9</sup> Ver TELLES, Vera da Silva; CABANES, Robert (Org.). *Nas tramas das cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006, especialmente a Introdução e o seu primeiro capítulo. Volta-se a esta proposta metodológica no primeiro capítulo desta tese.

<sup>10</sup> A denominação original e em espanhol da APROFA é Asociación de Productores Familiares.

<sup>11</sup> A denominação original e em espanhol do MTD é Movimiento de Trabajadores Desocupados de La Matanza. Traduzi “desocupados” por “desempregados”, seguindo o sentido e uso original do termo. Ao invés de “MTD La Matanza”, optei pelo nome mais comumente usado pelos membros e vizinhos da organização: “MTD La Juanita”.

<sup>12</sup> O dicionário Novo Aurélio Século XXI, de língua portuguesa, assim define o termo “projeto” dentro dessa acepção: “Do latim *projectu*, ‘lançado para diante’ (...) Ideia que se forma de executar ou realizar algo, no futuro; plano intento, desígnio...” (p. 1647). Ver FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. Essa acepção no sentido de proposta para a transformação futura é desenvolvida no seu sentido político por Marramao, como é mencionado no Cap. 1 desta tese. Ver MARRAMAIO, Giacomo. *Céu e terra: genealogia da secularização*. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.

<sup>13</sup> Para uma descrição mais atualizada e detalhada do universo de organizações de desempregados, ver SVAMPA, Maristella. *Cambio de época: movimientos sociales y poder político*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2008.

nacionais. A opção por tais casos de estudo, ainda, deixou fora de seu campo de visão as ações em fábricas, como as *recuperadas*, e também os sindicatos, que, como muitos já começam a vislumbrar, parecem voltar à ação mais contestatária no final desta década.<sup>14</sup> A técnica de pesquisa priorizada foi a de entrevistas semiabertas, com lideranças e membros, tanto das organizações, quanto daquelas com as quais se relacionam, em trabalhos de campo realizados durante o ano de 2005 e com uma série de entrevistas de controle e atualização em janeiro de 2010. Foram analisados também boletins e publicações das organizações e de outras instituições, assim como matérias em jornais de mais ampla divulgação. Ao trabalho com os casos de estudo se agregou a leitura de outras etnografias e pesquisas de abrangência mais geral, que também descrevem e discutem a ação coletiva em Buenos Aires no mesmo período.

O interesse em debater relações de afinidade e conflito no, e a partir do, espaço não foi apenas provocado pelo uso e abuso do termo “território” em pesquisas e também programas de política. Foi também uma chave de leitura que se me apresentou durante minhas leituras e trabalhos de campo a partir de 2002, como economista portenho recém-formado e estudante do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ), no Brasil. Quando, nessa época, visitava uma fábrica *recuperada* — a atualmente melhor divulgada gráfica Chilavert, do bairro portenho de Pompeya —, seus mais do que gentis trabalhadores mostraram-me um chamativo buraco no muro do antigo escritório do gerente geral. Segundo me explicaram, foi através daquele buraco que tinham recebido insumos básicos e comida para sustentar a ocupação da fábrica — bloqueada por ordem judicial — e podido assegurar a saída dos produtos de seu trabalho: os primeiros livros e boletins encomendados por associações de bairro e cooperativas de escritores ligados à sua causa. Dessa forma, a pesquisa de Mestrado, que tinha começado por focar as mudanças no processo interno de trabalho, acabou por priorizar as relações mais amplas com o entorno no processo de *recuperação* da fábrica.<sup>15</sup>

---

<sup>14</sup> Ver, nesse sentido, a etnografia de VARELA, Paula. Imágenes de un mundo obrero. In: FERRAUDI CURTO, M. C.; GRIMSON, A.; SEGURA, R. La vida política en los barrios populares de Buenos Aires. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2009. p. 179-200.

<sup>15</sup> Esse olhar, aliás, não tinha nada de único e transgressor: na época as autodenominadas assembleias de bairro eram ainda ativas e visíveis e muitos casos de *recuperadas* se articularam com

No final dessa mesma pesquisa, como de praxe, tinham restado mais inquietações e dúvidas do que certezas. Na procura por casos de estudo, eu tinha acabado de conhecer áreas periféricas da Área Metropolitana de Buenos Aires (AMBA). Morador do bairro de Palermo e que tinha estudado sempre no Centro — e cuja posição de dominação não me era evidente —, senti-me desafiado a saber mais do *Conurbano*, sobretudo após conhecer a então bem modesta e incipiente proposta do MTD La Juanita, em La Matanza, onde fui recebido para compartilhar, num inverno de 2003, *mates* (chimarrões) e análises de história e política com as lideranças.<sup>16</sup> Tal motivação foi ainda mais forte quando decidi continuar estudando e pesquisando no Doutorado. Instalado há muitos anos numa outra cidade e num outro país, era provocado cada vez mais a entender não só a conjuntura, mas a formação política e territorial da Área Metropolitana de Buenos Aires — ainda mais quando as assembleias de bairro das classes medias tinham declinado, e eram justamente os supostos *excluídos* os que continuavam agindo na Periferia, tanto nas *recuperadas* quanto nas diversas organizações *piqueteras*, desafiando, assim, vários consensos e seus diagnósticos.

Esse interesse articulou-se com uma inquietação por conhecer as mudanças da ação coletiva dos dominados, observando a sua relação com os dominantes. Colaborando em ações de pesquisa e extensão na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UFRJ (ITCP/COPPE/UFRJ), ao tempo em que aprofundava a análise das entrevistas de campo para esta tese, surgia a mim como provocação entender as tensões associadas à forma dos pequenos projetos ou *projects* — dada a inspiração anglo-saxã e administrativa sob a qual é utilizado este termo em diretrizes e padrões de financiamento.<sup>17</sup> Nos movimentos estudados nesta tese, nas cooperativas com as que trabalhava no Brasil, e em tantos outros âmbitos,

---

elas em seus processos de luta. Para um estudo da articulação entre fábrica e bairro em Chilavert e outros dois casos de *recuperadas* em Buenos Aires, pode-se ver a minha dissertação de Mestrado (GHIBAUDI, 2004).

<sup>16</sup> Nessa conversa, tanto eu como o meu professor do IPPUR/UFRJ, Frederico Araújo, ficamos admirados com os relatos e as práticas propostas pelas então lideranças também formais do MTD: Hector Toty Flores e Soledad Bordegaray. Considero importante explicitar essas circunstâncias também para deixar visível, como bem pedem os antropólogos, a partir de onde fiz a pesquisa desta tese.

<sup>17</sup> Essa outra acepção também está presente no dicionário de língua portuguesa quando se define projeto como “2. Empreendimento a ser realizado dentro de determinado esquema: projeto administrativo, projeto educacional...” (FERREIRA, 1999, p. 1647).

as pessoas tinham que se defrontar com a procura, elaboração e justificação posterior de *projects*, tanto ao se relacionar com políticas *sociais* quanto com programas de ajuda de Organizações não Governamentais (ONGs) ou de *responsabilidade social* de empresas.

A exposição desta tese começa por apresentar os elementos mais visíveis da conformação das organizações e de seus Projetos políticos no ano de 2005. No capítulo inicial é feita uma primeira leitura das suas especificidades em relação à dinâmica política mais geral e às suas determinações no *Conurbano*. Ainda nesse capítulo, propõe-se um primeiro estranhamento diante de tais elementos mais visíveis, de forma a se provocar a discussão sobre que *classe* de ações e territórios estariam em questão e quais seriam as suas relações — de afinidade e de conflito — com outros sujeitos.

Entendendo que classe e território não são entidades fixas e predefinidas, mas processos históricos, a tese busca identificar as raízes das organizações em termos de luta de classes e processos de territorialização, que influenciam diretamente os Projetos que as trajetórias e discursos de seus membros indicam. O segundo e o terceiro capítulo discorrem, assim, sobre as referências ao trabalho “de bairro”, construção cara à tradição política de Buenos Aires, e também sobre a sua relação com a luta na fábrica. São questionadas as identidades de classe, tanto por afinidades quanto por diferenciação com construções políticas anteriores, mas que estariam ainda ativas. O par *fábrica-bairro*, como espaço de luta e construção identitária, serve como guia para esse olhar retrospectivo e, também, para que se discuta criticamente a distinção clássica, oriunda dos países centrais, entre lutas do (local de) trabalho e lutas pelas condições de vida (fora do local de trabalho).<sup>18</sup> Esses capítulos tentam também apresentar elementos importantes da formação social e política de Buenos Aires, especialmente para o leitor não familiarizado.

No quarto capítulo, continua-se este percurso histórico, ao se discutirem as interpretações mais divulgadas sobre as mudanças da ação coletiva em termos de

---

<sup>18</sup> Para uma bela discussão concreta sobre como os movimentos na periferia não se “comportam bem” diante dessas categorias, e que motivou muitas das reflexões desse capítulo, ver Marques, G. J. A. M. *Cidade e conflitos urbanos na imprensa sindical carioca: 1995-2002*. 2005. 141 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

classe e território após a última ditadura militar argentina. O senso comum da exclusão social e do fim das classes, antes mencionado, é detalhado e analisado junto com as visões sobre o recuo ao bairro dos dominados. Essa discussão, em certo sentido mais abstrata e conceitual, é ampliada e reforçada no quinto capítulo, com a apresentação dos resultados dos casos de estudo no que diz respeito às relações de classe e às territoriais, construídas em seus Projetos políticos.

As relações com os dominantes, aproveitando-se dados mais recentes, são ainda mais aprofundadas no sexto e último capítulo, ou *Epílogo*. Como forma de melhor abranger as mudanças e continuidades que as suas ações expressam, volta-se aqui a um nível maior de abstração, discutindo-se a sua relação com a conformação de um *novo espírito do capitalismo*.<sup>19</sup> O par analítico e expositivo escolhido é o de Projeto político/*projects* da gestão contemporânea, quantitativo e pretensamente apolítico. Finalmente, as Conclusões resumem as principais afirmações apresentadas ao longo dos seis capítulos, de forma a provocar a discussão e apresentar propostas de aprofundamento dos caminhos analíticos trilhados.

---

<sup>19</sup> Essa compreensão é elaborada por Boltanski e Chiappello e trazida para discussão nesse último capítulo. Ver BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. *El nuevo espíritu del capitalismo*. Madrid: Akal, 2002.

## 1. MTD LA JUANITA E APROFA: PRISMAS DE ESTUDO DESTA TESE

Este capítulo inicia o percurso analítico desta tese apresentando os casos de estudo. O foco são os grupos sociais que, por suas condições e trajetórias, estariam numa posição de dominados no espaço social e em seu campo de relações (BOURDIEU, 1996).<sup>20</sup> Escolheram-se, ainda mais, aqueles grupos atuantes em territórios também dominados (HAESBAERT, 2004) dentro do processo de territorialização mais longo e extenso da metrópole de Buenos Aires.

Como adiantado na Introdução, o método deste percurso, seguindo-se o exercício proposto por Telles (2006) ao analisar a dinâmica social da Periferia de São Paulo, é observar os casos de estudo, não como amostras que falam pelo todo, mas como “prismas” que permitam avanços na compreensão dos eixos analíticos escolhidos.

Estudaremos a construção das organizações a partir da sua composição, no ano de 2005, e de sua proposta de ação política. Observam-se os principais elementos do seu Projeto político, que ajudam a compreender quem são os *Outros* diante dos quais vão definindo uma identidade por afinidade e por diferenciação (SILVA, 2000). Apresentaremos também uma primeira leitura da relação entre a formação e o Projeto das organizações com os elementos mais gerais da economia e da política argentina do começo da década de 2000 e com outras ações coletivas de dominados nesse mesmo momento histórico. Enfatizam-se, finalmente, os primeiros elementos que o capítulo traz sobre a ação coletiva na Buenos Aires contemporânea, para introduzirmos a questão das mudanças e permanências na luta de classes (THOMPSON, 2001).

Ao lado das análises de pesquisas mais abrangentes sobre a ação coletiva na Argentina, o capítulo utiliza-se do resultado do trabalho de campo nos municípios de Moreno e La Matanza, na Área Metropolitana de Buenos Aires (AMBA), realizado nos meses de fevereiro, maio e agosto de 2005 e complementado em janeiro de 2010. Nesse trabalho, foram priorizadas entrevistas com perguntas semiabertas e documentação escrita e audiovisual das organizações em estudo.

---

<sup>20</sup> Utiliza-se aqui o conceito de Bourdieu de *espaço social* e *campo social*. Os membros e as lideranças das organizações escolhidas não usufruíam de forma dominante dentro da estrutura social do que, nos termos deste autor, se podem denominar “capital econômico”, “capital político” e “capital cultural”. Ver BOURDIEU, P. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas (SP): Papirus, 1996.

## 1.1. FORMAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES EM ESTUDO

### 1.1.1. O Movimento de Trabalhadores Desempregados de La Juanita (MTD)

#### 1.1.1.1. Formação, primeiras propostas e membros do MTD

O Movimiento de Trabajadores Desocupados La Juanita (MTD), segundo os seus membros, começou a se articular no ano de 1996 nas *ollas populares* — encontros públicos onde se cozinhava e distribuía alimentos às pessoas carentes — do município de La Matanza. Agrupavam-se, também, para organizar protestos ao poder público diante da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento no bairro de La Juanita. Foi quando “percebemos que o problema não era a energia elétrica, mas a falta de trabalho para pagá-la”.<sup>21</sup> Após realizarem passeatas por trabalho e alimentos, tentaram desenvolver um projeto de ocupação de terras tendo como modelo as ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) brasileiro.<sup>22</sup> O projeto foi rapidamente reprimido na sua primeira tentativa, em abril de 1997.

Entenderam assim que o que os aglutinava era a falta de trabalho, e que a estratégia de ocupação rural não era um caminho a seguir. Constituídos como um *movimiento de trabajadores desempleados*, centraram parte de suas primeiras reivindicações e ações em atividades produtivas, para poder trabalhar e garantir o seu acesso a bens considerados básicos. Outra parte fundamental de sua proposta foi o desenvolvimento de atividades educativas, sempre com foco no espaço mais imediato com o qual se identificaram publicamente: o bairro La Juanita.

Essa referência ao bairro surgiu no momento das *ollas populares*, quando diversos agrupamentos confluíram em ações conjuntas de bloqueios e fornecimento coletivo de comida. Para expressar de onde vinha cada grupo e se diferenciar das bandeiras tradicionais dos partidos políticos, em sua grande maioria optaram por se

---

<sup>21</sup> Entrevista com lideranças do MTD, fevereiro de 2005, tradução minha.

<sup>22</sup> Esta influência é explicitada repetidas vezes nas publicações editadas pelo próprio MTD e compiladas pelas suas lideranças. Ver FLORES, T. *De la culpa a la autogestión: aclaraciones preliminares*. In: FLORES, T. (Org.). *De la culpa a la autogestión: un recorrido del Movimiento de Trabajadores Desocupados de La Matanza*, 1. ed. 2002, pela MTD Editora. Buenos Aires: Continente, 2005. p. 13-45; e FLORES, T. *Cuando con otros somos nosotros*. In: FLORES, T. (Org.). *Cuando con otros somos nosotros: la experiencia asociativa del Movimiento de Trabajadores Desocupados MTD La Matanza*. Buenos Aires: M.T.D. Editora, 2006. p. 17-53.

identificar através do bairro de origem, destacando a sua condição de trabalhadores (FLORES, 2005).

Duas organizações exercitaram uma influência significativa no período de formação do movimento, e ajudam, assim, a compreender a sua orientação: a Associação Madres de Plaza de Mayo e o Instituto Movilizador de Fondos Cooperativos (IMFC).

A primeira surgiu na última ditadura militar argentina (1976-1983), com as passeatas feitas na Plaza de Mayo — sede do poder executivo nacional — pelas mães que reclamavam a localização de seus filhos, que, a maioria clandestinamente torturada e assassinada pela ditadura, são hoje conhecidos como *desaparecidos*. A partir do ano de 1999, a Associação Madres de Plaza de Mayo passou a oferecer cursos de graduação, de extensão e de especialização em sua Universidade Popular. Também realiza outras ações públicas que, além da defesa dos direitos humanos, da busca dos desaparecidos e de uma punição para os seus executores, remetem a um ideário socialista. Foi com a ajuda dessa organização, participando de seus cursos e recebendo assessoria, que os membros do MTD pensaram o seu projeto central de criação de um centro de “educação popular”. Este centro, chamado Centro para a Educação e a Formação de Cultura Comunitária (CEFoCC), iria significar, de fato, a opção por uma ação política com o objetivo de transformar a sociedade a partir da educação e com foco nas crianças. Até o ano de 2001, as atividades do grupo que formava o MTD estavam relacionadas de forma cotidiana com as ações das Madres de Plaza de Mayo: passeatas em memória dos desaparecidos e de protesto contra a política nacional, criação e gestão da livraria, café e centro cultural e cursos na Universidade.

O IMFC é uma instituição formada em 1958 e que procura fomentar o cooperativismo na Argentina, tanto com recursos monetários quanto, fundamentalmente, difundindo pesquisas e atividades culturais dentro do “ideal cooperativista”, entendido como a gestão e distribuição democrática do trabalho e de seu produto, remetendo a princípios e valores presentes nas lutas políticas do século XIX na Europa, principalmente na Inglaterra e na França, com figuras como Owen e Saint-Simon, respectivamente.<sup>23</sup> O Instituto reivindica, de fato, propostas de

---

<sup>23</sup> Nas discussões atuais sobre cooperativismo, e nas diversas organizações que se declaram como cooperativistas, existe certo consenso em considerar como fundamentais os *Princípios de*



partidos de vertente socialista atuantes na Argentina no começo do século XX. Nas últimas décadas, de todo modo, tem uma gestão vinculada mais particularmente ao Partido Comunista de la Argentina (PCA), relação não explicitada publicamente, mas reconhecida por seus membros e no âmbito de organizações políticas de Buenos Aires.<sup>24</sup> A relação com o MTD deu-se através das Madres de Plaza de Mayo, que os apresentou ao núcleo de formação e capacitação em cooperativismo do IMFC, o Instituto de la Cooperación (IdelCoop). Após a tentativa fracassada da ocupação de terras, interessava ao MTD formar primeiro as suas lideranças, e assim começaram com cursos sobre cooperativismo para as suas lideranças e os seus membros (FLORES, 2006).

No ano de 2001, quando o MTD decidiu ocupar uma escola em La Juanita para desenvolver a sua proposta educacional e produtiva, recebeu o apoio direto do IMFC e das Madres. A escola foi depois comprada pelo IMFC e dada em comodato para a construção da sede do MTD.<sup>25</sup> Os cursos de cooperativismo e assessoria continuaram, e o MTD começou a participar em redes de cooperativas no município de La Matanza. A organização passou a ter também uma relação regular com o

*Rochdale*, estabelecidos pelos operários do setor têxtil que formaram a sociedade *Os Pioneiros Equitativos* e fundaram uma cooperativa de consumo nessa localidade, na Inglaterra do começo do século XIX. *Os Princípios de Rochdale* são os seguintes: 1. Democracia na sociedade, por cada sócio um voto; 2. Sociedade aberta para quem quisesse participar, desde que integrasse a cota de capital mínima e igual para todos; 3. Qualquer soma de dinheiro investido na cooperativa seria remunerado por uma taxa de juros, mas não daria ao possuidor nenhum direito adicional de decisão; 4. Tudo o que sobrasse da receita, menos as despesas, inclusive os juros, seria distribuído entre os sócios em proporção às compras que fizesse a cooperativa; 5. Todas as vendas seriam à vista; 6. Os produtos vendidos seriam puros e de qualidade; 7. A sociedade deveria promover a educação dos sócios nos princípios do cooperativismo; 8. A sociedade seria neutra política (no sentido partidário) e religiosamente (SINGER, 2002, p. 19). Para uma história do cooperativismo e suas ideias, ver SINGER, P. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

<sup>24</sup> Essa informação surge das entrevistas realizadas para esta tese com membros de diversas instituições e colegas pesquisadores na cidade de Buenos Aires. Para conhecer dados oficiais sobre a história, a proposta e as ações das *Madres de Plaza de Mayo* e do IMFC, ver: Instituto Mobilizador de Fondos Cooperativos (IMFC). *50 Años de Ideas e Ideales*. Buenos Aires: IMFC, 2008. LA VACA. La historia de las Madres de Plaza de Mayo: érase una vez catorce mujeres. *Portal de Noticias La Vaca*, Buenos Aires, 30 abr. 2007. Disponível em: <<http://lavaca.org/notas/la-historia-de-las-madres-de-plaza-de-mayo-erese-una-vez-catorce-mujeres/>>. Acesso em 17 jan. 2010; ASOCIACIÓN MADRES DE PLAZA DE MAYO. Conferencia pronunciada el 6 de julio de 1988 por Hebe de Bonafini, Presidenta de la Asociación Madres de Plaza de Mayo. Disponível em: <<http://www.madres.org/asociacion/showit.asp?act=3>>, último acesso em: 17 jan. 2010; ASOCIACIÓN MADRES DE PLAZA DE MAYO. Reseña de la historia de las Madres hasta 1995: Acciones, acontecimientos y luchas hasta 1995. Disponível em: <<http://www.madres.org/asp/contenido.asp?clave=2379>>, último acesso em: 17 jan. 2010.

<sup>25</sup> A sede foi adquirida de forma definitiva pelo MTD em 2008, após se realizar uma campanha de arrecadação de fundos entre as organizações sociais e empresariais. Trata-se de um outro momento da organização, como se explica no Capítulo 6 (Epílogo).

espaço de estudo e divulgação do cooperativismo inaugurado pelo IMFC em 2002: o Centro Cultural da Cooperação, instalado na tradicional e central *Calle Corrientes*, da Capital Federal.

Numa primeira análise do MTD, sobressai a sua relação com as ações que se agregam, em forma simplificada, sob o termo “*movimiento piquetero*”. Mais especificamente, e seguindo a análise de Svampa e Pereyra (2003), já citada na Introdução, estaria dentro da vertente *piquetera* “*barrial*” ou “de bairro”, que tem como base uma tradição e um trabalho mais intenso com a vizinhança, sendo isso mais comum nas organizações localizadas na AMBA (SVAMPA; PEREYRA, 2003, p. 11-52). O MTD, de fato, tinha como objetivos publicamente divulgados a obtenção de “trabalho digno” — cujo significado é analisado mais adiante. Culpavam o Estado pela “crise do desemprego” e inicialmente participaram do bloqueio de estradas, os “piquetes”, para tornar visíveis as suas demandas.<sup>26</sup> Os membros da organização reivindicaram desde o começo a sua condição de “piqueteros”: reconheceram os primeiros e divulgados piquetes de 1997, em Plaza Huincul e Cutral-Có (Neuquén-Patagonia, Argentina), como parte da sua luta, e organizaram, no mesmo ano, em La Matanza, com a ajuda das Madres, o Terceiro Encontro Nacional de Desempregados em La Matanza:

[...] no meio dessa situação [política da Argentina em 1997] e lutando contra ela, surgem os movimentos de desempregados, os movimentos “piqueteros”, como depois os chamaria a imprensa. Nós somos parte desse movimento. (FLORES, 2006, p. 23, tradução minha).

A categoria de “piqueteros” será reconhecida pelo MTD mesmo quase uma década após a sua formação, apesar de entenderem que esse termo se transformou em algo mais mediático, que não dá conta da diversidade entre as agrupações.<sup>27</sup>

Uma característica marcante do MTD, já no seu início, entretanto, constituiu fator central para o diferenciar de outras agrupações *piqueteras*: a recusa de seus membros em se tornarem beneficiários dos planos de trabalho temporário oferecidos Estado — “*Los planes*” — e apoiar, isso sim, a geração de trabalho mediante

---

<sup>26</sup> Ver FLORES (2005).

<sup>27</sup> Seus membros lembravam em 2005 que “seguem sendo piqueteros” porque surgiram “bloqueando e lutando na rua” quando a repressão era comum, “não como agora, que tem autorização e escolta da policia [...] piquetes eram os de antes.” (Entrevistas no MTD La Juanita, janeiro e maio de 2005, tradução minha).

empreendimentos cooperativos próprios e capazes de oferecer uma maior articulação com o entorno social mais imediato.<sup>28</sup> Nesse sentido, o “trabalho digno” envolvia a reivindicação de se ter a possibilidade de obter renda pelo próprio trabalho sem a dependência de subsídios estatais, questão a ser analisada mais detalhadamente adiante.

A rejeição dos programas de renda do governo teria provocado, segundo reconhecem lideranças da organização, uma perda significativa de membros, mas teria sido superada graças ao apoio continuado das Madres de Plaza de Mayo. Com o apoio financeiro e técnico do IMFC, começaram os primeiros empreendimentos para a geração de trabalho: uma padaria, uma editora, uma oficina têxtil e outra de serigrafia. Em todos tentava-se aplicar os princípios do que denominam “cooperativismo reformulado” — gestão e distribuição democrática do trabalho —, que antes desconheciam ou rejeitavam, dadas as “práticas das velhas cooperativas” (FLORES, 2006, p. 27). O conjunto das atividades agrupava-se na Cooperativa La Juanita, instância jurídica formal e de coordenação das diretrizes dos empreendimentos. O MTD, ainda, cedia diariamente parte da sua sede para a realização de uma *feria de trueque*, feira onde se trocavam alimentos e bens usados de pouco valor, utilizando-se como meio de troca cupons emitidos pelos próprios vizinhos, encarregados de organizar esse espaço.<sup>29</sup>

---

<sup>28</sup> Os planos de transferência de renda a partir de uma contraprestação em termos de trabalho temporário, em seus variados nomes e versões — *Plan Trabajar*, de 1996 a 2002; *Plan Jefes y Jefas de Hogar*, desde 2002 —, começaram com força no governo do senador em funções interinas de presidente, Eduardo Duhalde (2002-2003) e se estenderam ao governo de Nestor Kichner (2003-2007) (SVAMPA, 2008, p. 48-52; SVAMPA; PEREYRA, 2003, p. 86-100). Esses planos ainda estavam vigentes no ano de 2009 no governo de Cristina Kichner, mesmo que em declínio e substituídos por outros programas sociais, como será analisado no Capítulo 6 (Epílogo). Seu ponto comum é outorgar um benefício monetário mensal para famílias consideradas carentes. A gestão desses planos foi mudando, sendo que o governo De La Rúa (1999-2001) conferiu papel importante a algumas poucas e centralizadas agrupações de *piqueteros*. Estas foram perdendo importância nessa tarefa, em parte por uma subdivisão crescente associada à estratégia governamental de reconhecer novas agrupações e lideranças (especialmente no governo Néstor Kichner) e em parte pelo maior papel dado à gestão municipal nos subúrbios de Buenos Aires, sendo a maioria das prefeituras governadas por membros do partido peronista, com fortes e históricas redes de gestão dos problemas considerados cotidianos de seus moradores (SVAMPA, 2008, p. 43-52; SVAMPA; PEREYRA, 2003, p. 93-100). Neste capítulo será feita uma primeira descrição da posição das organizações em estudo, a respeito destas “redes” de fazer política na área metropolitana de Buenos Aires. No Cap. 6 realiza-se uma reflexão mais geral sobre as formas de intervenção do Estado em setores de baixa renda e a relação com estas por parte das organizações em estudo.

<sup>29</sup> A análise dos empreendimentos e atividades do MTD é retomada e analisada mais detalhadamente no Cap. 5 desta tese.

O ano de 2002 aparece como o momento em que o MTD começou a se consolidar. Diversos empreendimentos tiveram início nesse ano, e o projeto educativo se concretizou no ano de 2004, com a abertura de uma creche para o atendimento de 55 crianças de vizinhos do bairro La Juanita, a primeira “creche piquetera”, segundo a imprensa.<sup>30</sup> Valorizando desde o início a comunicação,<sup>31</sup> a organização tinha, desde 1997, um programa radiofônico semanal — o “Encontro com os Trabalhadores Desempregados” — numa emissora local, que se pretendia “uma tribuna aberta a absolutamente todos os lutadores”,<sup>32</sup> militantes de todo o país e, posteriormente, também internacionais. O MTD começou a ser motivo de matérias jornalísticas de maior divulgação e a ganhar visibilidade a partir de 2002. Especialmente marcante neste processo foi a sua participação no Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, no começo desse mesmo ano, onde “todos queriam saber o que estava acontecendo com os movimentos na Argentina”.<sup>33</sup> A partir daí seriam cada vez mais frequentes os intercâmbios com intelectuais e militantes de organizações sociais, assim como os apoios materiais de diversas ONGs e fundações. Estas relações, entendidas pelas lideranças da organização como parte da estratégia “associativa e de ‘abertura’”, foi depois sintetizada e publicada pelo MTD com a consigna de “*con los otros, ser nosotros*” (FLORES, 2006). Isto é, partiram da compreensão de que a situação de “desemprego e exclusão” só seria revertida “dialogando com todos, construindo coisas juntos, e não isoladamente” (FLORES, 2006).<sup>34</sup>

Com respeito à sua composição, em agosto de 2005 eram quinze os membros ativos da organização. Entre os que exerciam uma maior liderança,

---

<sup>30</sup> Observação feita na orelha do livro FLORES, T. *Da culpa à autogestão: um percurso do Movimento de Trabalhadores de Desempregados de La Matanza*. Buenos Aires: Continente, 2005.

<sup>31</sup> “Um movimento como o nosso [...] é consciente da importância da comunicação num mundo globalizado” (FLORES, 2006, p. 19, tradução minha). “Começamos, como sempre, pela propaganda do que pensávamos fazer” (FLORES, 2006, p. 41, tradução minha).

<sup>32</sup> FLORES, T. (2005, p. 25, tradução minha)

<sup>33</sup> Entrevista realizada em janeiro de 2010. Para uma descrição das primeiras edições do Fórum Social Mundial (FSM) e da sua relação com os movimentos sociais na Argentina, ver GIARRACCA, N.; TEUBAL, M. e DOMÍNGUEZ, D. *El Foro Social Mundial de Porto Alegre. Otro paso de los movimientos sociales globalizados*. In: GIARRACCA, Norma; BIDASECA, Karina (Org.). *La protesta social en Argentina: transformaciones económicas y crisis social en el interior del país*. Buenos Aires: Alianza Editorial, 2001. Para uma descrição da participação do MTD La Juanita no FMS, ver: FLORES, 2005, a seção “O Fórum Social Mundial, uma marca no MTD de La Matanza”, p. 39-41; e a seção “O Fórum Social Mundial e o Projeto CEFoCC”, p. 29-32, em FLORES, 2006.

<sup>34</sup> Estratégia cujo desenvolvimento e cujas nuances serão analisados nos Caps. 4 e 5 desta tese.

encontrava-se um antigo operário metalúrgico, primeiro de orientação peronista e depois com militância em agrupações de esquerda nas décadas de 1970 e 1980, o Toty Flores. Oriundo do interior da Argentina, de um município rural do estado de Entre Rios, Flores contava também com experiência no trabalho “de base” em bairros de La Matanza, incluindo a ocupação de terras.<sup>35</sup> Além da importância daqueles que denominam como “antigos companheiros” de política do bairro, destacava-se a função de uma participante docente e psicóloga social, Soledad Bordegaray. Com experiência de trabalho em educação popular nessas mesmas décadas, integrou-se ao MTD no final da década de 1990, após mais de quinze anos de trabalho como assessora no poder legislativo nacional. Tratava-se de pessoas que superavam os cinquenta anos de idade e que se articulavam com outros membros que tinham, em média, 25 anos. Estes, na sua maioria, se aproximaram do MTD quando já estava formado, atraídos especialmente pela proposta de educação popular promovida pelas Madres de Plaza de Mayo. A colaboração com outros profissionais de psicologia social, com um forte discurso de “emancipação” e relacionados com a proposta de educação popular, também era reconhecida pelas lideranças do MTD como fundamental, o que pode ser percebido claramente nas suas publicações.

#### 1.1.1.2. O entorno socioespacial do MTD: La Juanita

O entorno socioespacial mais imediato à organização, conhecido como bairro La Juanita, formou-se a partir do loteamento de uma antiga propriedade rural. Localizada em La Matanza — município com mais de um 1,2 milhões de moradores (INDEC, 2005), no sudoeste da cidade de Buenos Aires —, La Juanita faz parte do segundo dos três cinturões nos quais se pode simplificar e dividir o amplo território *matancero*: o primeiro é o núcleo urbano mais antigo e mais próximo à cidade de Buenos Aires, com indicadores socioeconômicos mais próximos a esta; no segundo, predomina um caráter urbano-rural, que foi sendo urbanizado com o progressivo aumento da população, sobretudo nos últimos trinta anos; no terceiro, a área rural é

---

<sup>35</sup> Para o fenômeno da ocupação de terras em La Matanza na década de 1980, ver MERKLEN, Denis. *Asentamientos en La Matanza: la terquedad de lo nuestro*. Buenos Aires: Catálogos, 1991. Uma descrição deste fenômeno será retomada no Cap. 3.

dominante, mas com a presença de núcleos industriais que se instalaram na década de 1970, como algumas montadoras de carros.<sup>36</sup>

La Juanita apresenta, de fato, indicadores socioeconômicos típicos do segundo “*cordón*” dos subúrbios da Capital Federal, com valores inferiores aos desta e aos do primeiro cordão de seus subúrbios. A maioria de seus moradores provém de províncias do norte da Argentina — historicamente as que apresentam maiores níveis de pobreza e falta de emprego — e de países limítrofes, como Paraguai e Bolívia. Segundo as entrevistas realizadas, as fontes de renda fundamentais são trabalhos não regulares ligados a serviços de pouca qualificação na área da construção e limpeza e consertos domésticos — as *changas*. É significativo também nas proximidades da área o trabalho em pequenas oficinas de produção têxtil, denunciado como “trabalho escravo” graças às suas condições: mais de dez horas de jornada diária de trabalho, em pequenos porões, em troca de moradia e comida e o pagamento da dívida do transporte do lugar de origem, a maioria das vezes da Bolívia.<sup>37</sup>

Mesmo que a sua formação esteja dentro dos padrões formais de ocupação, o denominado bairro La Juanita é vizinho das áreas urbanas que surgiram com a ocupação de terras para moradia, principalmente na década de 1980, os chamados *assentamentos*, onde mais da metade de seus membros mora ou morava.<sup>38</sup> A poucos quarteirões do MTD, também se localiza a sede mais ativa da relativamente conhecida organização *piquetera* Corriente Clasista y Combativa (CCC). Segundo reconhecem membros e vizinhos do MTD, trata-se de um área rica na ação de “*punteros*” ou “cabos eleitorais” do partido peronista, que lidera, desde antes da última ditadura, a política do município — questão que será analisada ainda neste capítulo.

---

<sup>36</sup> Agradeço à pesquisadora Virgínia Manzano um melhor entendimento do heterogêneo *universo matancero*, aqui descrito de forma bem resumida com base nas suas dicas, na revisão de documentos oficiais (ver, por exemplo, <[www.lamatanza.gov.ar](http://www.lamatanza.gov.ar)>) e nas entrevistas com membros e vizinhos do MTD, especialmente com os de maior trajetória dentro de seu entorno territorial.

<sup>37</sup> Em relação com estas características, o MTD prioriza também atividades de integração entre as diversas “comunidades” presentes no bairro, como se explica no Cap. 3 desta teste. Para uma visão das formas de vida da população de origem boliviana em Buenos Aires na última década, recomenda-se o filme *Bolívia*, do diretor Adrian Caetano (2001).

<sup>38</sup> Volta-se a esta questão nos Caps. 2 e 3, onde os processos de territorialização dos subúrbios de Buenos Aires são objeto de reflexão.

La Matanza é ainda o lugar de origem e desenvolvimento de organizações consideradas de massa dentro do que, como indicado acima, Svampa e Pereyra (2003) chamam de vertente barrial das organizações *piqueteras*. A maioria surgiu em grandes assentamentos do município, como a já mencionada CCC. Destaca-se entre elas a organização Federación Tierra, Vivienda y Habitat — FTV, tal a sua denominação em 2005 —, surgida na década de 1980 no assentamento El Tambo, onde a organização política teria levado a uma significativa melhoria de serviços urbanos e à obtenção de uma importante influência no poder público, segundo reconhecem membros do MTD e pesquisas na área (MERKLEN, 1991; SVAMPA; PEREYRA, 2003, p. 36-53).<sup>39</sup>

### **1.1.2. A Associação de Produtores Familiares (APROFA)**

#### **1.1.2.1. Formação, primeiras propostas e membros da APROFA**

Localizada no bairro La Quebrada, de Paso del Rey, município de Moreno, a associação APROFA formou-se em 1998. Sua origem está relacionada a um grupo de jovens que trabalhavam numa horta comunitária dirigida por um padre de Igreja Católica. Este grupo chegou ao bairro em 1997 para colaborar com “a casinha do Padre Elvio”, decidindo morar e trabalhar diariamente na área quando a horta já tinha mais de dez anos na recuperação de jovens com problemas de dependência química e alcoolismo. O grupo inicial estava formado por pessoas que não superavam os 22 anos de idade e que reconheciam uma forte influência política de seus pais, muitos dos quais tinham sido militantes da Juventude Peronista na década de 1970 — a JP —, de orientação de esquerda na época. Esses jovens eram, a maioria, estudantes que moravam no bairro ou nas suas proximidades e que, além de afinidades políticas, tinham uma trajetória de amizade anterior, frequentando os mesmos centros de educação e sobretudo de recreação.

Inconformados com a negativa do padre em ampliar as atividades da horta para atividades com vizinhos do bairro, decidiram formar a sua própria organização

---

<sup>39</sup> Um membro do MTD, ao falar da sua trajetória pessoal e política, destacava o trabalho no assentamento El Tambo, que virou “bairro” e onde “o pessoal soube se organizar muito bem”, citando o seu referente mais conhecido, Luis D’Elia. Reconhecida e polêmica figura em nível nacional, o dirigente surgido em El Tambo encarnaria na década de 2000 um projeto político — mais próximo às autoridades políticas nacionais a partir de 2003 — do qual o MTD La Juanita procurará se diferenciar particularmente, como será explicado no Cap. 6.

e começaram a trabalhar com uma primeira horta para dez famílias do bairro e com ferramentas obtidas através do *Plano Hortas Familiares*, do estatal Instituto Nacional de Tecnologia Agrária (INTA). Logo após, constituíram-se como “pessoa jurídica” para, segundo afirmam, poder solicitar mais recursos junto a órgãos públicos — principalmente da prefeitura de Moreno.

O trabalho, no início limitado às hortas, foi ampliando-se: “as pessoas começaram a se juntar [...] [para resolver] suas necessidades, educação, trabalho, comida”.<sup>40</sup> No ano de 2002 juntaram-se mais participantes regulares ao grupo fundador e obtiveram reconhecimento da prefeitura para abrir um refeitório denominado “comunitário” — de acesso livre para pessoas consideradas carentes e moradoras do entorno. Até esse momento, segundo gostam de declarar as suas lideranças, queriam intervir no bairro e no que consideravam serem as necessidades mais imediatas, sem ainda um Projeto político mais amplo e claro. Foi com o trabalho no refeitório que começaram a angariar novos contatos e a redigir pedidos para obter financiamento. Com a iniciativa das hortas, conheceram os membros do Centro de Estudantes de Agronomia da Universidade Nacional de Luján, alguns dos quais passaram a participar ativamente da organização. Mesmo com o crescimento desse tipo de empreendimento, chegaram à conclusão de que a horta isolava as pessoas, e decidiram começar a fazer reuniões periódicas para refletir sobre a situação política e social mais geral, organizar, para um prazo maior, as suas ações e definir objetivos mais amplos para a organização. Nesse sentido, com base em afinidades ideológicas, trajetórias de conhecimento pessoal prévio e primeiras tentativas de ação no bairro, APROFA ia definindo, aos poucos, a sua estrutura e os seus objetivos.

Esse processo, segundo gostam de enfatizar os seus membros, teve um primeiro grande impulso ao longo de 2001, quando, como será examinado ainda neste capítulo e foi adiantado na Introdução, cresciam as passeatas públicas contra o governo nacional.<sup>41</sup> Momento que indicam agora como marcante, foi nele que de

---

<sup>40</sup> Entrevista com membros da APROFA em fevereiro de 2005, tradução minha.

<sup>41</sup> Particularmente, nos dias 19 e 20 de dezembro, a presença de manifestantes nas ruas cresceu com uma maior amplitude de estratos sociais participantes. Ocorreram à época diferentes tipos de manifestação: os “panelaços” (*cacerolazos*) nos centros das áreas urbanas e, em suas periferias, o bloqueio de estradas e até o saque a supermercados e lojas de alimentos. Essas jornadas culminaram com o pedido de demissão do então presidente da Nação, seguida de uma repressão policial que causou 26 mortos. Uma crônica deste particular momento pode ser obtida nos jornais



fato surgiram mais pessoas para participar de modo regular na organização e em que seus membros teriam resolvido discutir e explicitar os seus objetivos e as suas estratégias em função do contexto político nacional e para além do bairro, em articulação com outras organizações do município de Moreno.<sup>42</sup> Também nesse período surgiram empreendimentos, como uma fábrica de massas, uma oficina de serigrafia e um grupo de dança e música popular — uma *murga* —, tendo para os dois primeiros o apoio ONG espanhola *Acción Contra el Hambre* (ACH). ONGs como a ACH, não por acaso, tinham representantes nos subúrbios de Buenos Aires interessados em acionar os seus recursos de “combate à pobreza”, e eram contatados a partir de editais bem divulgados entre as diversas organizações de ação de bairro em Moreno na época.<sup>43</sup>

No ano de 2005, a APROFA podia ser descrita como uma organização cujo grupo de pessoas mais presente e ativo — aproximadamente dez — estava formado na sua maioria por jovens entre vinte e trinta anos, muitos com segundo grau completo e alguns na universidade. Uma parte esteve presente desde o início, e, como descrito acima, já se conheciam por relações de vizinhança e também familiares. Outra, menor, integrou-se a partir de atividades de extensão em universidades, em áreas de assistência social e agricultura comunitária. Também participavam ativamente da organização três pessoas com mais de quarenta anos e vizinhos do bairro, sendo dois desempregados e um relacionado com uma escola comunitária de um bairro vizinho, com princípios de cooperativismo, chamada *Creciendo Juntos*. Finalmente, chefes de duas famílias do bairro somaram-se para participar ativamente, sendo ao início simples destinatários das ações da APROFA — frequentavam o seu refeitório —, com poucos anos de escolaridade formal (primeiro grau incompleto) e morando dentro da área mais pobre do bairro. É este o

---

*Página 12 e La Nación*, de dezembro de 2001, especialmente as edições do 21 dez. 2001. Para um primeiro estudo mais analítico, ver BATTISTINI, O. (Coord.). *La atmósfera incandescente: escritos políticos sobre la Argentina movilizada*. Buenos Aires: Asociación Trabajo y Sociedad, 2002.

<sup>42</sup> A procura de relacionar a formação e a trajetória da APROFA com o contexto de conflitos políticos mais amplos na Argentina em 2001, clara na narrativa de seus membros, aparece também em frases como as seguintes: “[no 19 e 20 de dezembro de 2001] acordamos vários, como eu [...] e de um golpe [...] começamos a pensar na Argentina” (membro da APROFA, fevereiro de 2005, tradução minha).

<sup>43</sup> A questão da relações entre ONGs internacionais e os casos de estudo é retomada nos Caps. 5 e 6 desta tese.

perfil dos indivíduos que, de fato, a APROFA tentaria não somente beneficiar, mas também integrar ativamente na sua organização.

Sobre as organizações especialmente influentes e com interação durante a formação da APROFA, as características resumidas do Centro de Estudantes de Agronomia da Universidade Nacional de Luján são a de ser um agrupamento com jovens que, além das questões relacionadas com as condições de estudo dentro da universidade, tinham uma tradição de trabalhos de extensão na área rural. Luján, de fato, é uma cidade média distante duas estações de trem de Moreno (aproximadamente trinta quilômetros), que funciona como centro regional de uma área predominantemente rural. Muitos dos jovens universitários de Moreno frequentam a Universidade Nacional nela localizada. Dentro do curso de agronomia, os estudantes costumam dividir-se entre aqueles que procuram desenvolver-se na gestão das grandes propriedades rurais — o que hoje se chama de agronegócio — e os interessados no trabalho de extensionismo rural em maior contato com trabalhadores no campo. Este último grupo era o que predominava e geria o Centro de Estudantes na época, o que ajuda a entender a sua relação com APROFA.

Já a escola *Creciendo Juntos* começou a funcionar como creche assim que voltou a democracia à Argentina, em 1983. A escola foi criada por um grupo de jovens docentes que foram morar em Moreno logo após o golpe de Estado de 1976. Interessado em criar um espaço de educação diferente numa área também carente de serviços públicos, o grupo integrou-se à antiga Sociedade de Fomento<sup>44</sup> de Paso del Rey, formada por imigrantes italianos e polacos já aposentados. No espaço da sociedade de fomento foram criadas a creche e, em seguida, a escola primária, com currículo próprio e inspirada nos princípios de Paulo Freire e Jacques Rancière,<sup>45</sup> e

---

<sup>44</sup> As Sociedades de Fomento surgem na Argentina com os migrantes das regiões pobres na Europa no final do século XIX e começo do século XX. Relacionada a militantes e valores socialistas e anarquistas, essas sociedades tinham como objetivo mais imediato a organização dos vizinhos para o desenvolvimento dos serviços das novas áreas onde os migrantes se estabeleciam. Sobre esta questão, ampliada no final deste capítulo e no Cap. 2, ver GUTIERREZ, L. H.; ROMERO, L. A. *Sectores populares, cultura y política*: Buenos Aires en la entreguerra. Buenos Aires: Sudamericana, 1995; e GUTIERREZ, L. H. *Los trabajadores y sus luchas*. In: ROMERO, J. L.; ROMERO, L. A. *Buenos Aires: historia de cuatro siglos: desde la ciudad burguesa hasta la ciudad de masas*. Buenos Aires: Altamira, 2000a. v. 2. p. 65-81.

<sup>45</sup> São obras de referência destes dois autores: RANCIERE, J. *El Maestro Ignorante. Cinco lecciones sobre la emancipación intelectual*. Barcelona: Laertes, 2003; e FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Para uma descrição e uma análise sobre o trabalho de reflexão e influência da obra de Rancière na *Creciendo Juntos*, ver o trabalho do coletivo formado por alunos, padres e trabalhadores da *Creciendo Juntos* com a participação do Coletivo Situações em

tendo como valores e princípios de gestão a tomada de decisões democrática por parte dos docentes e a integração com pais e vizinhos. Como no caso do MTD La Juanita, esta organização também participou dos cursos e assessorias em educação popular das Madres de Plaza de Mayo no final da década de 1990. Reconhecida oficialmente na época como “escola de gestão privada” e apoiada pelo Estado somente para os salários dos docentes, a *Creciendo Juntos* foi ganhando importância e, já no ano de 2005, oferecia o ensino secundário, além de ser reconhecida entre organizações políticas de Moreno e em meios de comunicação de maior divulgação como “referência de educação popular”.<sup>46</sup> Os valores de cooperação e a forte ênfase no trabalho educativo com orientação em educação popular da APROFA apareciam assim ligados aos membros e às relações com esta escola.

#### 1.1.2.2. O entorno socioespacial da APROFA: La Quebrada

A maioria dos membros e das ações da APROFA limitava-se inicialmente ao bairro La Quebrada ou, no máximo, à região conhecida como Paso del Rey, sempre dentro do município de Moreno. O fato de sua atividade original ter sido a de hortas comunitárias pode associar-se, em parte, às características urbano-rurais do município. Localizado nos limites do oeste da AMBA, seu primeiro crescimento demográfico significativo está relacionado ao desenvolvimento dos subúrbios de Buenos Aires na segunda metade do século XX, oferecendo terras de pouco valor monetário aos imigrantes vindos do interior da Argentina.<sup>47</sup> Sem um desenvolvimento industrial próximo, os moradores de Moreno sempre o

---

TALLER DE LOS SABADOS. *Un elefante en la escuela: pibes y maestros del conurbano*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2008.

<sup>46</sup> Em 2010 forma-se a primeira turma da escola secundária, com orientação em comunicação e artes visuais. A escola já foi objeto de matérias da revista e portal *La Vaca*, que acompanha e divulga ações de movimentos sociais e se apresenta como um meio independente das empresas tradicionais de comunicação. As informações analisadas nesta tese sobre a Escola e a sua relação com a APROFA e a ação coletiva em Moreno surgiram de entrevistas com lideranças da *Creciendo Juntos*, como Juan Manuel Gimenez e Cristina De Vita, em janeiro de 2005 e janeiro de 2010. Para mais detalhes da história e da proposta desta organização, ver a matéria LA VACA. Decí Mu con los maestros ignorantes. *Portal de Noticias La Vaca*, Buenos Aires, 08 out. 2009. Disponível em <<http://lavaca.org/deci-mu/deci-mu-con-los-maestros-ignorantes>>. Acesso em 16 jan. 2010.

<sup>47</sup> Como já adiantado, nos Caps. 2 e 3 analisam-se mais em profundidade os processos de territorialização em Buenos Aires e a sua relação com as lutas e construções políticas. Para uma história do desenvolvimento urbano e regional argentino, ver ROFMAN, A.; ROMERO, L. A. *Sistema socioeconômico y estructura regional en La Argentina*. Buenos Aires: Amorrortu, 1974.

consideraram como um “município dormitório”, sendo que a maioria de seus habitantes trabalhava na Capital Federal ou nos distritos mais industrializados de seus subúrbios. Esta situação começa a mudar na década de 1990: o fechamento de fábricas e a falta de emprego em geral determinariam que uma parte crescente da população nem sequer tentasse viajar às áreas centrais.<sup>48</sup> Ainda mais, um novo processo de urbanização relacionado com o empobrecimento de uma parte da classe média urbana determinaria uma migração desses setores para áreas mais periféricas, sendo Moreno um exemplo desses destinos.<sup>49</sup>

Pode-se observar que o município de Moreno também possui em termos gerais uma estrutura urbana Centro/Subúrbios.<sup>50</sup> Nas proximidades de sua estação central de trens, desenvolveu-se o núcleo comercial e administrativo, e em sua Periferia convivem grandes extensões de terra com núcleos habitacionais, muitos originados por loteamentos — a maioria irregulares, em termos legais, na sua origem. Essa estrutura teria relação com a distribuição espacial das forças políticas e com a configuração eleitoral do município: no Centro dominariam setores considerados conservadores, e em seus subúrbios agrupações com um discurso mais contestatório, mesmo que ambos os setores sejam formalmente parte do partido peronista (denominado oficialmente Partido Justicialista, ou PJ).<sup>51</sup>

Como mencionado já no caso de La Matanza, em Moreno também o PJ domina, junto às suas redes e práticas de gestão no cotidiano. No município existe também uma maior presença de organizações associativas e cooperativas ligadas

---

<sup>48</sup> Para uma revisão da dinâmica socioeconômica da década de 1990 na Argentina, ver ROFMAN, Alejandro. *Convertibilidad y Desocupación en la Argentina de los '90. Análisis de una relación inseparable*. Buenos Aires, CEUR-UBA, 1997; e BASUALDO, Eduardo. *Concentración y Centralización del capital en Argentina durante la década de los 90'*. Bernal: UNQ, FLACSO, IDEP, 2000. Volta-se a esta questão no Cap. 4 desta tese.

<sup>49</sup> Para um conjunto de interessantes análises e uma clara explicação sobre esses processos, que são objeto do Cap. 4 deste tese, ver também CATENAZZI, Andrea y LOMBARDO, Juan D. (Comp.). *La cuestión urbana en los noventa en la Región Metropolitana de Buenos Aires*. Buenos Aires: Ediciones al Margen - UNGS, 2003.

<sup>50</sup> Esta forma tenta traduzir num sentido físico-espacial relações históricas e sociais. Hoje é discutida por causa de fenômenos urbanísticos como os “bairros fechados” ou condomínios, que se instalam em áreas periféricas em termos estritamente espaciais, mas tentando isolar-se de seu entorno imediato com muros e com provisão privada de serviços. Sobre esse interessante fenômeno, também presente em Moreno, ver SVAMPA, Maristella. *Los que ganaron: La vida en los countries y los barrios privados*. Buenos Aires: Biblos, 2001; e CATENAZZI y LOMBARDO (2003). A questão da Periferia será analisada junto com o conceito de “territorialização”, nos próximos três capítulos.

<sup>51</sup> Para esta descrição tenho de agradecer a Juan Manuel Gimenez, acima citado, morador do município há mais de 35 anos e um dos fundadores e responsáveis da escola comunitária *Creciendo Juntos*.

ao fornecimento de bens coletivos, especialmente desde o surgimento de assentamentos para moradia em lugares que careciam de infraestrutura, na década de 1980. Suas lideranças e organizações não pertencem à estrutura do partido peronista, nem tampouco a sindicatos ou outros partidos. Diferentemente de La Matanza, essas organizações não derivaram nem podem ser confundidas com grupos *piqueteros* — relativamente escassos no município.

O espaço onde surge a APROFA, o bairro La Quebrada, apresenta níveis relativamente baixos em indicadores socioeconômicos.<sup>52</sup> A maioria de seus moradores estaria abaixo da linha de indigência, e muitos chegaram ao bairro ocupando as margens do poluído rio Reconquista. Como acima assinalado, é essa população que a APROFA procura desde o seu início influenciar, orientando assim as características das suas primeiras atividades — refeitório e horta comunitária. Um maior contato com essa população dar-se-á com o crescimento dessas atividades, e fundamentalmente com a adoção de uma estratégia que denominam de abertura ao bairro. Do mesmo modo, o declínio nos indicadores socioeconômicos e o contexto de maior mobilização social de protesto ajudariam a explicar, em parte, o maior interesse de vizinhos em fazer parte da ação da APROFA desde 2002.

## 1.2. AS REIVINDICAÇÕES MAIS IMEDIATAS DA APROFA E DO MTD: O *TRABALHO DIGNO*

Numa primeira e rápida análise, a escolha, pelas organizações, da forma de se nomearem e apresentarem publicamente é de fato bem elucidativa. Os termos Movimento de Trabalhadores Desempregados e Associação de Produtores Familiares mostram o trabalho como elemento mais imediato de identificação. Na suas reivindicações, nota-se a conotação e o conteúdo mais complexos desse trabalho.

Um elemento central aparece nas falas dos membros e na proposta pública das duas organizações, e com a mesma terminologia: o *trabalho digno*. Quando perguntados sobre as motivações para formarem parte da organização, ou quando indagados sobre os principais objetivos do grupo, os membros da APROFA e do

---

<sup>52</sup> Análise baseada em entrevistas com membros e lideranças da APROFA, de organizações políticas de Moreno e informações presentes no relatório gentilmente cedido por membros da Universidad Nacional de General Sarmiento: UNGS. *Informe Socio-económico y Político, Moreno, 2004* (mimeo).

MTD afirmam que se trata principalmente de “ter a possibilidade de viver de forma digna”, no sentido de “não depender nem se submeter a ninguém”, principalmente “ao governo e à esmola em troca de votos”.<sup>53</sup>

O discurso público das duas organizações expressa também uma resistência à premissa, especialmente divulgada junto com a implantação das reformas trabalhistas na Argentina na década de 1990,<sup>54</sup> de que era culpa dos indivíduos estarem desempregados — por falta de capacitação ou iniciativa empreendedora. Nesse sentido, destacam-se as palavras de ordem do MTD — “Da culpa à autogestão” —, que sintetizam o confronto com esse discurso dominante e a proposta de construir iniciativas de trabalho baseadas no cooperativismo.<sup>55</sup>

O *trabajo digno* indica um distanciamento das políticas implantadas desde a metade da década de 1990 para “aliviar” a situação generalizada de desemprego; políticas presentes em programas de transferência de renda e de ocupação transitória, acima mencionados. Diferencia-se assim do que denominam o “maldito *plan*” — de transferência de renda — e também dos agentes e das práticas dominantes da política nos subúrbios de Buenos Aires. Marca ainda uma crítica e uma oposição às organizações de desempregados que aceitam os subsídios governamentais.

Distingue-se também da reivindicação sindical mais tradicional de abertura de empregos e aumento salarial. Diante do crescimento generalizado do desemprego — que chegou a uma taxa de 21,5% em julho de 2002,<sup>56</sup> seguindo uma tendência da década anterior (BECCARIA, 2001) — e do que descrevem como o fechamento de quase todas as fábricas de perto ou onde os vizinhos trabalhavam, o emprego

---

<sup>53</sup> Entrevistas na APROFA e no MTD em fevereiro, maio e agosto de 2005, traduções minhas.

<sup>54</sup> Essas reformas consistiam em “flexibilizar” as relações de trabalho, reduzindo as garantias de estabilidade e outros direitos relacionados às contribuições patronais ao sistema de segurança social, às férias e à jornada de trabalho. Ver BECCARIA, Luis. *Empleo e integración social*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2001; e ROFMAN, Alejandro. *Convertibilidad y Desocupación en la Argentina de los '90. Análisis de una relación inseparable*. Buenos Aires, CEUR-UBA, 1997. Retorna-se a esta questão no Cap. 4 desta tese.

<sup>55</sup> Ver especialmente FLORES, T. *De la culpa a la autogestión: aclaraciones preliminares*. In: FLORES, T. (Org.). *De la culpa a la autogestión: un recorrido del Movimiento de Trabajadores Desocupados de La Matanza*, 1. ed. 2002, pela MTD Editora. Buenos Aires: Continente, 2005. p. 13-45.

<sup>56</sup> Dado do INDEC, Pesquisa Permanente de Lares (EPH), agosto de 2002. A taxa de desemprego do INDEC considera como desempregado apenas aquela pessoa considerada economicamente ativa que não realiza atividade remunerada enquanto procura trabalho de forma constante.

assalariado parece não ser mais um objetivo. Em seu lugar, surge a proposta de desenvolvimento de formas alternativas de trabalho. A “procura da dignidade”, entendida como não-submissão, envolve também a organização coletiva para o fornecimento de bens de sobrevivência: padarias e hortas, para produzir alimentos; refeitórios e feiras de escambo, para garantir o acesso aos bens considerados básicos.

O *trabalho digno* guarda, deste modo, semelhanças com a categoria de “trabalho genuíno”, que Manzano e Fernandez Alvarez analisaram em outras organizações de desempregados, também em La Matanza: reivindica-se a responsabilidade do Estado pela falta de trabalho, exigem-se mudanças na política econômica e procura-se desenvolver outras formas de trabalho, mais “autônomas”.<sup>57</sup>

Tanto a APROFA quanto o MTD apresentam a proposta de construir essas outras fontes de produção mediante relações de trabalho cooperativo, entendido como forma de gestão e retribuição de trabalho com a relativa igualdade e corresponsabilidade de seus membros. Colocam assim na mesa valores que apareceram primeiro na forma do projeto político cooperativista na Inglaterra da Revolução Industrial, mas que foram reformulados em diversas ações políticas de trabalhadores em nível internacional e estão presentes, também, em organizações argentinas desde início do século XX. Esses valores do cooperativismo, como já apontado, chegaram às organizações a partir de mediadores, do IMFC, no caso do MTD, e da escola *Creciendo Juntos*, no caso da APROFA.

A obtenção de trabalho e a procura de se garantir a sobrevivência são os objetivos mais evidentes e explicitados das organizações e ainda a motivação para se fazer parte delas, segundo declara a maioria de seus membros. Uma construção política com raízes mais profundas e objetivos mais amplos, entretanto, parece estar por trás da questão da “dignidade”, da diferenciação de outras formas de obtenção de renda e da opção por relações de trabalho cooperativo a partir da articulação com outras organizações.

---

<sup>57</sup> Ver MANZANO, V.; FERNANDEZ ALVARES, M.I. La construcción social del desempleo: producción de sentidos y prácticas en la Argentina contemporánea. In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE ANTROPOLOGÍA, 1., 2004, Rosario, Argentina. *Anais...*Rosario: UNR, 2004. 1 CD ROM.

### 1.3. O PROJETO POLÍTICO DA “CONSTRUÇÃO DE PODER POPULAR”

#### 1.3.1. O Projeto e os *Outros*, uma primeira leitura

Com autores como Giacomo Marramao (1997) pode-se compreender a importância da ação coletiva de valores e, sobretudo, de objetivos comuns que transcendem o contexto imediato, colocando-se um ideal de transformação da realidade vigente, como utopia que motiva e estrutura a ação e as relações entre os membros de um grupo.<sup>58</sup> Trata-se da existência de um Projeto para a ação, que Marramao conceitualiza para a ação humana num sentido mais geral, refletindo sobre os grandes projetos coletivos de Nação e de movimentos religiosos no Ocidente europeu. Aqui será feita uma apropriação desse conceito para uma primeira análise do Projeto proposto e que está em construção e orienta as ações das organizações em estudo. Será utilizado também o conceito de diferenciação e construção do *Outro* — tal como explicado por Tadeu Silva (2000), para começarmos a compreender o processo de Identidade que a enunciação do Projeto deixa transluzir.<sup>59</sup>

Nas entrevistas feitas para esta pesquisa, nos boletins das duas organizações e nos documentos escritos por algumas de suas lideranças, uma questão aparece como central e constante na definição de um Projeto: “A construção do poder popular”.<sup>60</sup>

Quando buscados o significado e o sentido dessa afirmação, observando-se o Projeto em sentido relacional e considerando-se as afinidades e oposições com outros sujeitos e construções políticas, os seus elementos fundamentais tendem a coincidir em ambas as experiências.

---

<sup>58</sup> Ver MARRAMAIO, 1997.

<sup>59</sup> Agradeço a apropriação e a reflexão sobre a categoria “Projeto” às aulas e aos debates com a professora Ana Clara Torres Ribeiro e com os colegas de doutorado e mestrado do IPPUR/UFRJ durante a disciplina “Projetos e Ação Social”, do ano de 2005. A relevância desta categoria para entender a ação coletiva foi enfatizada quase que de forma constante por meu orientador, o professor Carlos Vainer, e pelo pesquisador e também velho militante junto com os movimentos sociais e o cooperativismo no Brasil, o Dr. Gonçalo Guimarães. A questão do *Outro* nos processos de identidade e ação coletiva foi especialmente discutido com os professores Vainer e Frederico Araújo nos seus seminários no IPPUR. O que está aqui interpretado, como de praxe, é de responsabilidade do autor. Um aprofundamento sobre os *Outros* e os Projetos das organizações é feito no último capítulo desta tese.

<sup>60</sup> FLORES (2005), boletins do MTD (2002, 2003, 2004), o periódico *La Posta* (2004 e 2005), e os boletins da APROFA (2004) e as entrevistas em fevereiro, maio e agosto de 2005 no MTD e na APROFA.



Em primeiro lugar, essa afirmação tenta expressar uma oposição a instituições e práticas dominantes no sistema político argentino, particularmente àquelas ligadas à população trabalhadora e de baixos ingressos, o que as organizações denominam “setores populares”. Para os membros das organizações, os dirigentes políticos formalmente eleitos dos partidos majoritários não representam os que seriam os reais interesses dos setores populares. O voto desses setores seria, sempre para as organizações, uma simples formalidade que coloca no poder uma classe política desvinculada de seus eleitores.

Esse “uso do voto popular” denuncia-se, também, numa oposição ao que os membros das organizações chamam de práticas clientelistas protagonizadas pelos “punteros eleitorais” — a maior parte associada ao peronismo — nas áreas onde as organizações atuam. Afirmam, assim, que grande parte dos votos na eleições internas do PJ e nas eleições gerais é obtida mediante trocas por comida e outros recursos entendidos como básicos — colchões, roupa etc. —, intermediados pelos “punteros”. No caso do MTD, numa crítica que está longe de uma simples condenação, sublinha-se o trabalho cuidadoso e diário destes indivíduos, com os quais não haveria um confronto direto nem diário. Já na APROFA, a crítica é mais incisiva e indica um maior nível de conflito cotidiano com este tipo de práticas e seus agentes.

A oposição às práticas políticas vigentes envolve também uma crítica ao que denominam sindicalismo tradicional, tal como vivenciado pelos membros das organizações e como criticado a partir de setores de esquerda nas lutas políticas já na década de 1970.<sup>61</sup> O sindicalismo é associado, assim, a formas de ação através das quais cúpulas dirigentes atuam mais em favor de interesses individuais e em acordo com dirigentes empresariais e políticos do que em favor dos trabalhadores.

Desta forma, os *Outros* mais próximos diante dos quais as organizações se diferenciam, e a partir dos quais constroem em parte a sua identidade, são os agentes — e parte de seus valores e tradições —, dominantes no que, seguindo Auyero (2001), se pode denominar de “política dos setores populares”. Essa política, para Auyero, tem como instituições fundamentais o Partido Justicialista, as redes e a

---

<sup>61</sup> Ver WERNER, Ruth; AGUIRRE, Facundo. *Insurgencia obrera en la Argentina 1969-1976: Clasismo, coordinadoras interfabriles y estrategias de la izquierda*. Buenos Aires: Ediciones IPS, 2007. Esta questão é analisada no Cap. 3 desta tese.

cultura política a ele associadas da “gestão dos problemas cotidianos”. Para este autor, por trás das atividades que aparecem como clientelistas — a troca de fidelidade partidária por serviços entre políticos e os seus supostos clientes — existem uma estrutura e um sistema de valores construídos historicamente desde a primeira presidência de Perón (1945-1951) e que têm como espaço predominante a Área Metropolitana de Buenos Aires, principalmente os seus subúrbios. É nessa estrutura e nessas circunstâncias que o MTD e a APROFA se desenvolvem, e é dessa estrutura e dessas circunstâncias que procuram diferenciar-se.

Em segundo lugar, a proposta de “construção do poder popular” expressaria a negação da “conquista revolucionária do Estado” como estratégia política, diferenciando-se de práticas políticas anteriores em que muitas das lideranças das organizações contemporâneas tiveram participação. De fato, e como será aprofundado no capítulo terceiro, afirmam que no passado — década de 1970 — aderiam a essa estratégia, mas que ela se mostrou “ineficaz”. A construção desse “poder popular”, e no “bairro”, seria a nova estratégia defendida para se chegar a uma “sociedade mais justa e igualitária”. Trata-se, em outras palavras, de “mudar o bairro” e o cotidiano a partir de uma ação centrada “nos vizinhos”. Um *Outro* para também se referenciar, diferenciar e construir parte da identidade é constituído, portanto, por organizações e práticas da esquerda, atuantes no passado e no mesmo espaço geográfico. Com elas, membros, e principalmente lideranças, manifestam certa afinidade e laços concretos — familiares, amigos e vizinhos ali militaram.

### **1.3.2. O Projeto e os seus fundamentos de ação: assembleia, bairro, educação e trabalho**

Com estas duas grandes diferenciações em relação a outros sujeitos e práticas políticas, pode-se começar a compreender analiticamente dois elementos fundamentais do Projeto das duas organizações: (i) a tomada de decisões a partir da forma *assemblearia*; e (ii) a estratégia e o escopo de ação cotidiana num âmbito geográfico relativamente restrito se comparado com as lutas nacionais de outrora — principalmente da década de 1970.

A forma *assembleária*, como indicam Svampa e Pereira (2003), é comum a várias organizações que ganharam visibilidade no início da década de 2000.

Consiste na ideia de que as decisões das organizações sejam discutidas e definidas em reuniões onde cada membro tenha igual direito de se expressar e igual poder de decisão (a cada um, um voto). Pode, desta forma, ser entendida como uma maneira de se diferenciar de formas de democracia representativa, particularmente deslegitimadas no início deste século na Argentina e especialmente criticadas pelas organizações no campo da política dos setores populares.<sup>62</sup>

A estratégia de ação, denominada de “bairro” tanto pelo MTD como pela APROFA, também aparece numa vertente significativa das organizações “piqueteras”, de modo mais do que explícito nas *assembleias de bairro*, mas também nas ações das fábricas *recuperadas*, como referido na Introdução. Esta outra escala da ação envolve também uma outra temporalidade: a valorização de mudanças no cotidiano das pessoas que moram no entorno.

É possível observar-se como estes objetivos declarados aproximariam as organizações do pensamento que a literatura atual agrega como “autonomista” e que leva autores como Svampa a definir uma corrente de ação política entre as diversas ações coletivas de desempregados no começo da década de 2000 (SVAMPA, 2008, p. 209-211). Esta seria influenciada por autores contemporâneos, como Antonio Negri (NEGRI; HARDT, 2004), e é divulgada em trabalhos coletivos ligados a outras organizações de desempregados, como é o caso do MTD Solano e as publicações do *Colectivo Situaciones* (2002). Diferenciação do poder estatal, construção de um “micropoder” em âmbitos restritos a partir de relações “horizontais” e negação de um “único poder soberano” são parte do léxico desta corrente e estão presentes, sob diferentes grau de explicitação, nas organizações estudadas. O adjetivo “autonomista”, de fato, aparece em várias análises sobre o MTD La Juanita e não é rejeitado por seus membros. No caso da APROFA, na escola *Creciendo Juntos* com a qual se vincula fortemente, suas lideranças afirmam que “a luta pela autonomia era o que fazíamos já na década de 1970, mas com outro nome”.<sup>63</sup>

---

<sup>62</sup> Ver, entre outros, COLECTIVO SITUACIONES, *La hipótesis 891: Más allá de los piquetes*, Buenos Aires: Ediciones De Mano en Mano, 2002; GONZALES BOMBAL, I. (Org.). *Nuevos movimientos sociales y ongs en la Argentina de la crisis*. Buenos Aires: Centro de Estudios de Estado y Sociedad, 2003; SVAMPA, Maristella. *Cambio de época: movimientos sociales y poder político*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2008.

<sup>63</sup> Entrevista na escola *Creciendo Juntos*, fevereiro de 2005, tradução minha.

Uma outra proposta marcante do Projeto de ambas as organizações, como elemento constitutivo que orienta as suas ações e já foi acima adiantado, é o que denominam “trabalho pedagógico”. Reconhecendo uma clara influência das propostas de educação popular de Paulo Freire, propõem-se a realizar atividades educativas com foco em crianças que moram nas proximidades das organizações, afirmando valores como a autonomia do sujeito e o estabelecimento de relações mais horizontais de educação. Sobre esta proposta, que será melhor detalhada no capítulo 5, pode-se antecipar que está claramente vinculada à história e à formação dos membros de ambas as organizações e ainda daquelas que as influenciam durante a sua formação. Aparece formulada em conjunto com a estratégia de ação num espaço relativamente mais restrito e de procura de mudanças no cotidiano das pessoas — o agir “no bairro”.

Pode-se agora compreender melhor como estes elementos de proposta de ação se relacionam entre si e com a reivindicação de *trabalho digno* a partir de formas cooperativas. A gestão por assembleia das diretrizes de cada organização reitera-se na organização do trabalho em forma cooperativa. A educação popular aparece na fala dos membros das organizações como condição para a “dignidade” e a maior “autonomia” das pessoas. Esta autonomia seria desenvolvida também no trabalho cooperativo, diferenciando-se do que entendem como uma dominação estabelecida mediante a rede clientelista e a outorga focalizada de planos de renda.

Estes fundamentos dos Projetos das organizações ajudam a entender, por um lado, a diferenciação e a crítica às formas mais concretas e dominantes da política nos subúrbios de Buenos Aires. Expressam, por outro lado, elementos da conjuntura política e econômica no começo da década de 2000, como a seguir se apresenta.

#### 1.4. UMA PRIMEIRA APROXIMAÇÃO ÀS RAZÕES DA VISIBILIDADE E LEGITIMIDADE DAS ORGANIZAÇÕES

Os nossos dois prismas de estudo apresentam características semelhantes na sua proposta de ação política e no Projeto. Refletem, assim, circunstâncias histórico-concretas comuns e mais gerais que os influenciam intensamente e que trazem chaves de leitura sobre a ação coletiva de setores dominados na Buenos Aires da década de 2000.

Por uma parte, há uma constante citação da “crise socioeconômica” como momento que teria incentivado e, sobretudo, dado mais visibilidade e reconhecimento às suas ações. Existe, também, um questionamento às consequências, às diretrizes e aos valores das políticas que dominaram a década de 1990 e foram denominadas como neoliberais.<sup>64</sup> As organizações estudadas denunciam em seu discurso público uma situação de desemprego estrutural, questionam a precarização das relações de trabalho e, não menos importante, procuram opor-se ao “ao individualismo e à exclusão dominantes na década de 1990”. Em outras palavras, e como já destacado, combatem a “culpa por ser[em] desempregados”, que na verdade era uma condição “estrutural e sistêmica” e “bloqueava a ação individual” (FLORES, 2005).

Esse questionamento, longe de singular e específico às organizações, expressa também mudanças e ações coletivas mais amplas na Argentina no começo da década de 2000. Ações públicas de contestação da política nacional e dos representantes políticos em geral foram crescentes no período de 2000 a 2003 (GONZALEZ BOMBAL, 2003). Na época houve fatos especialmente marcantes, como a queda do presidente da Nação, Fernando De La Rúa, nas jornadas de 19 e 20 de dezembro de 2001, e a saída antecipada do posterior presidente interino, Eduardo Duhalde, após a morte pela polícia de dois militantes e dirigentes de organizações *piqueteras* em junho de 2002.<sup>65</sup> Eram cenas habituais as praças ocupadas por passeatas nas grandes cidades, com epicentro na Plaza de Mayo — sede do poder político da Argentina, e estradas bloqueadas na Periferia e nos

---

<sup>64</sup> Ver BASUALDO, Eduardo. *Concentración y Centralización del capital en Argentina durante la década de los 90'*. Bernal: UNQ, FLACSO, IDEP, 2000; ROFMAN, Alejandro. *Convertibilidad y Desocupación en la Argentina de los '90. Análisis de una relación inseparable*. Buenos Aires, CEUR-UBA, 1997; NOCHTEFF, H. (Ed.). *La economía argentina a fin de siglo: fragmentación presente y desarrollo ausente*. Buenos Aires: FLACSO/Eudeba, 1998. Para um documento paradigmático do Consenso de Washington, ver WILLIAMSON, J. What Washington means by policy reform. In: WILLIAMSON, J. (Ed.). *Latin American Adjustment: How much has happened?* Washington: Institute for International Economics, 1990.

<sup>65</sup> Após a queda de De la Rúa sucederam-se vários presidentes interinos nomeados pelo Congresso Nacional, todos do partido peronista (PJ), sendo que cinco ocuparam o cargo ao longo de uma única semana. Eduardo Duhalde, então senador e ex-governador da Província de Buenos Aires — maior distrito eleitoral da Argentina —, foi o último dessa série. Em junho de 2002, ele decidiu anunciar publicamente a data do chamado às eleições presidenciais após o assassinato por parte da polícia, em junho desse ano, dos militantes de organizações *piqueteras* Darío Santillán e Maximiliano Kosteki durante uma passeata na ponte Pueyrredón, que comunica a cidade de Buenos Aires ao sul com o subúrbio de Avellaneda. O nome das duas lideranças é, de fato, referência para muitas organizações sociais a partir daquela época e até hoje.

acessos à cidade de Buenos Aires. A oposição “aos noventa” — no sentido das políticas aplicadas nessa época — passava a ser, no início da década de 2000, mais comum tanto no âmbito político quanto no acadêmico.

Na sua proposta de ação cotidiana e no bairro, a APROFA e o MTD reiteram a proposta de movimentos contemporâneos tal como descritos em diversas pesquisas mais abrangentes (SVAMPA, 2008; SVAMPA; PEREYRA, 2003; GONZALEZ BOMBAL, 2003). Como observado na Introdução, eram cada vez mais visíveis ações coletivas, como as fábricas *recuperadas*, as *assembleias de bairro* e as organizações *piqueteras*. Formas de trabalho cooperativo, portanto, eram divulgadas de forma mais geral por organizações políticas, no mesmo período na Argentina, principalmente, e de forma mais explícita, no caso das fábricas *recuperadas*, mas também em muitas organizações *piqueteras* (SVAMPA; PEREYRA, 2003; FAJN, 2003). O questionamento das transformações nas relações de trabalho era um elemento importante do momento histórico e concreto da Argentina no começo da década de 2000 (FAJN, 2003; GHIBAUDI, 2004; REBON, 2004).

É nesse momento que os membros das duas organizações reconhecem que ganharam maior visibilidade pública, somaram novos membros e começaram a ter mais apoio de outras instituições. A época, ainda, é indicada, e sublinhada, como ponto de inflexão para mudanças de estratégia das organizações, de “pensar a Argentina”, dentro de uma narrativa das organizações que tenta vincular a sua trajetória a processos políticos mais gerais e amplos.

Seguindo Boltanski (1984) e o seu estudo sobre os fatores que levam demandas a serem reconhecidas publicamente, pode-se deduzir que as ações do MTD e da APROFA são visíveis no início da década de 2000 na medida em que fazem referência a um interesse reconhecido como geral: agir para enfrentar o desemprego e a falta de recursos considerados básicos. Observou-se aqui que as organizações se formam e começam a agir bem antes da divulgada “crise de 2001”, mas é no início da década de 2000 que ganham presença pública e reconhecimento. Nesse sentido, além de serem visíveis publicamente, suas ações e reivindicações são reconhecidas como justas, isto é, legitimadas. Com Thompson (1971), pode-se dizer que esta legitimação está associada a um direito interpelado pelas organizações: o direito ao trabalho. Este direito apresenta também uma rica história na Argentina do século XX, onde a referência à classe operária — *la clase*

*trabajadora* — era constante nas lutas políticas e parte fundamental dos processos de identidade política na Argentina em geral e na Área Metropolitana de Buenos Aires em particular.

Numa leitura mais superficial do discurso público e das falas dos membros das duas organizações em estudo, entretanto, não aparece uma identificação explícita com as instituições tradicionais de classe operária. Ainda mais, elas seriam parte da “classe política” da qual procuram se diferenciar e em relação à qual querem manter também “autonomia”: os partidos e sindicatos “tradicionais”.

### 1.5. MOVIMENTOS DE OUTRA CLASSE?

O termo *classe*, especificamente, aparece de forma não homogênea nas falas das lideranças. Algumas o colocam abertamente, enfatizando a tradição de luta de classes e até a sua participação nelas. Outras lideranças, e sobretudo os membros que não ocupam posições de direção, preferem enfatizar a sua condição de trabalhadores e a luta pela “dignidade” do trabalho, mas destacando sempre a sua autonomia com relação a outras organizações políticas mais tradicionais.

Como acima analisado, no discurso público e na proposta das organizações, o que aparece é a questão do *trabalho digno*, e não nos termos explícitos ou clássicos da *luta de classes*. Em outras palavras, não se enuncia uma oposição mais abstrata ao “Capital”, nem se faz uma referência “à união da classe trabalhadora”. O foco explícito da crítica também não são os empresários, mas a “classe política”.

Nos casos em estudo, de todo modo, o trabalho continua sendo um elemento fundamental tanto de identificação quanto de proposta política, mesmo que indicando mudanças com respeito aos discursos, às práticas e às instituições de classe do passado. Os principais elementos da proposta de ação política das duas organizações parecem carregar referências a tradições, ações e nomes do passado, por afinidade e também por oposição. É dessa forma que podem ser lidos os elementos já citados: a “nova” forma de agir, centrada no bairro e não mais na tomada do poder do Estado nacional; as relações de trabalho cooperativo diante do trabalho assalariado que já não abundaria; o trabalho de base e as formas de gestão em assembleias como princípios de “autonomia”; e a luta contra partidos e *punteros*, que na verdade são “velhos... da vida toda”.

Junto com essa presença explícita na fala dos membros das organizações, o passado de ação coletiva aparece na trajetória pessoal: a militância em sindicatos industriais “combativos” da década de 1970 ou em movimentos de educação popular, no caso do MTD; a ação de pais e outros familiares próximos, no caso da APROFA. O passado, de forma também evidente, aparece nos mediadores já descritos: o IMFC criado há mais de cinco décadas e com um ideário político de ainda maior alcance no tempo; a escola cooperativista *Creciendo Juntos* formada em Moreno apenas acabou a ditadura; e a Associação Madres de Plaza de Mayo formada como resistência na época da ditadura. A tradição de classe, pode-se colocar então como hipótese, continuaria presente, influente mas reformulada, na APROFA e no MTD.

Neste capítulo foram apresentados os elementos mais visíveis das propostas das organizações e o contexto social e político no qual procuram agir: seus membros, seus discursos, seus entornos socioespaciais, suas propostas de Projeto, e a dinâmica política mais geral a qual se referem. Após esta primeira e mais superficial leitura, interessa-nos compreender melhor as mudanças e continuidades expressas na proposta de ação das organizações e no processo de sua formação. Com esse objetivo, nos próximos dois capítulos analisam-se as suas raízes e tradições, observando-se os processos de territorialização e de luta de classes nelas presentes.



## 2. TRADIÇÕES E RAÍZES DE CLASSE NA APROFA E NO MTD: FÁBRICA E BAIRRO NA FORMAÇÃO DE BUENOS AIRES E SUA CLASSE TRABALHADORA

Apresentados os prismas de estudo, interessa agora investigar e buscar compreender as tradições de lutas e valores que as suas propostas de ação política carregam. Trata-se de fazer um recorte e uma leitura de processos anteriores para compreendermos melhor as mudanças e continuidades das ações coletivas dos dominados na Buenos Aires da década de 2000.

Observou-se, no capítulo anterior, a “ação no bairro” como um elemento e uma categoria nativa recorrentes no Projeto das organizações em estudo. Foi também enfatizado o fato de a APROFA e o MTD se localizarem nos subúrbios de Buenos Aires — suas sedes, seus membros e também seus campos de ação, tal como enunciados em suas propostas, teriam como base essas áreas. Para avançar no estudo desses elementos será utilizado o conceito de *territorialização*. Seguindo autores como Haesbaert e como antecipado na Introdução, o conceito de território será entendido como relações sociais construídas no, e através do, espaço (2004). Estas relações envolvem uma pluralidade de dimensões, mas podem ser sintetizadas e agrupadas como políticas, pois dizem respeito às relações de poder em seu sentido mais amplo,<sup>66</sup> e as engajam. Como construção social, o termo “territorialização” enfatiza o processo pelo qual diversos agentes vão construindo territórios em afinidade e conflito com outros.<sup>67</sup> Significa, também, valorizar tanto o cotidiano quanto as trajetórias e experiências passadas em processos de territorialização que fogem de limites físicos fixos e envolvem a relação entre espaços diversos (TELLES, 2006).<sup>68</sup>

---

<sup>66</sup> “[...] o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem estritamente cultural” (HAESBAERT, 2004, p. 79).

<sup>67</sup> “[...] territorializar-se [...] significa criar mediações espaciais que nos proporcionem efetivo ‘poder’ sobre nossa reprodução enquanto grupos sociais [...] poder este que é sempre multiescalar e multidimensional, natural e imaterial, de ‘dominação’ e ‘apropriação’ ao mesmo tempo...” (HAESBAERT, 2004, p. 97).

<sup>68</sup> “[...]feitos de práticas e conexões que articulam espaços diversos e dimensões variadas da cidade, os territórios não tem fronteiras fixas e desenham diagramas muito diferenciados de relações conforme as regiões da cidade, as situações de vida e os tempos sociais cifrados em seus espaços...” Do mesmo modo, Telles destaca a relação entre Ação e Territorialização: “[...] os agenciamentos concretos, sempre situados, sempre territorializados, são atravessados pelas

Como hipótese a ser articulada no que se segue, em relação ao conceito de territorialização tal como apresentado, será trabalhada a categoria de Periferia. Isto é, como as ações coletivas se relacionam com processos de territorialização periféricos, no sentido de não-dominantes e quase sempre em grande medida subordinados, e com os agentes que exercem o poder e comandam territorializações. É importante esclarecer que Periferia é uma categoria de análise escolhida como instrumento de observação, presente também em outras pesquisas, mas não por ser uma categoria nativa dos casos aqui em estudo. Diferentemente de algumas grandes cidades do Brasil (TELLES; CABANES, 2006), o termo “periferia” não aparece como referência à identidade e à ação de setores não-dominantes que moram nos subúrbios de Buenos Aires. Observa-se, entretanto, uma ênfase ao “ser do *Conurbano*” e que pode, sim, ser vinculado à categoria de Periferia aqui enunciada, como será depois aprofundado.

Como apresentado no final do primeiro capítulo, procura-se também observar a questão da *classe* para se compreenderem melhor as mudanças e permanências na ação coletiva dos dominados que o MTD e a APROFA expressam e sugerem. Os discursos públicos das organizações, as falas e também as trajetórias pessoais de seus membros fazem referência constante e explícita à “luta pelo trabalho” e à sua condição de “trabalhadores”. Um objetivo deste capítulo é começar a entender como os Projetos das duas organizações significariam transformações e continuidades de lutas anteriores e com as quais se relacionam diretamente. Dando seguimento à análise relacional sobre a construção das suas propostas de ação, será estabelecido um diálogo com o conceito de *classe*, e particularmente o de *luta de classes*, tal como elaborado por E. P. Thompson. Em sua obra de referência, *The making of the English working class*, o autor explica como o termo *classe* envolve um processo, histórico e relacional, no qual um conjunto de pessoas vai se identificando e construindo sua ação em relação a *Outros*, segundo condições históricas determinadas, construção que se vai modificando no próprio processo da ação (THOMPSON, 1966). O caráter relacional e processual é também enfatizado por Thompson em publicações posteriores, mediante o conceito de *luta de classes*, onde sublinha que se trata não de um classe estática, mas de classes que se vão

definindo no conflito entre elas (THOMPSON, 2001). Diante do abandono desta categoria analítica em muitas pesquisas sobre ação coletiva, e reconhecendo as mudanças sociais e políticas que a colocam em questão, este capítulo espera contribuir para algumas discussões sobre a relação entre luta de classes e ação coletiva na Buenos Aires contemporânea.

Para expor criticamente a relação entre ação coletiva, luta de classes e territorialização, será trabalhada a articulação do *bairro* com a *fábrica* como territórios da ação. Aproveitando a presença desses termos como categorias nativas em ações coletivas contemporâneas — como será visto nos capítulos 4 e 5 —, aqui serão apropriados para se descreverem as mudanças da ação coletiva a partir de dominados e sua relação com as transformações no que, analiticamente, pode ser dividido em esfera da reprodução — o *bairro* — e esfera da produção — a *fábrica*. Nesse sentido, dialoga-se com as análises que fazem uma distinção entre lutas pelo trabalho e lutas pelas condições de vida ou reprodução, distinção tão cara à tradição de estudos urbanos na França (TOPALOV, 1996) e em certa medida também na Inglaterra (HARVEY, 1982), sendo ainda uma visão à que também adere Manuel Castells na sua definição de movimentos sociais urbanos como aqueles que não se localizam nas lutas pela produção (1980).

Longe de querer replicar essas ideias — no risco de se cair na “importação de ideias fora do lugar”, como diz Roberto Schwarz (2005) — ou apagá-las simplesmente por parecerem estranhas, procura-se contribuir com esse debate e avançar na compreensão das mudanças e permanências da ação coletiva na Buenos Aires contemporânea. Categorias como “questão social” e “sociedade salarial” no marco de lutas sindicais e do estabelecimento de territórios operários serão analisadas e servirão de ajuda para o objetivo deste trabalho. Como se tentará também demonstrar, há também um vínculo histórico e concreto da formação social de Buenos Aires com as metrópoles europeias, tanto no campo das ideias e valores, quanto na dimensão concreta de fluxos de capital e trabalhadores, assim como em termos de relações de poder. Dessa forma, processos e categorias do Centro parecem transformar-se e ganhar especificidades na Periferia sul-americana.

Com esses objetivos, este capítulo fundamenta-se, de um lado, nas entrevistas e documentos obtidos no trabalho de campo já citado no capítulo anterior. Por outro, a partir das tradições e informações que emergem da análise

desse material, faz-se uma leitura de pesquisas históricas sobre os processos de luta de classes e de territorialização em Buenos Aires.

## 2.1. “COMO FAZIAM OS VELHOS SOCIALISTAS”: A TRADIÇÃO DO *BAIRRO* E DA *FÁBRICA* INTERNACIONALISTAS DO COMEÇO DO SÉCULO NAS PROPOSTAS DA APROFA E DO MTD

Criamos cooperativas como faziam os velhos socialistas.  
(Entrevista com liderança do MTD La Juanita, junho 2005, tradução minha).

Surgimos na sociedade de fomento formada por velhos imigrantes.  
(Entrevista com liderança da escola *Creciendo Juntos*, janeiro 2010, tradução minha).

Resolvemos recriar a Sociedade de Fomento do bairro.( Entrevista com liderança da APROFA, janeiro 2010, tradução minha).

[...] sempre indicamos que nossos referentes mais autênticos foram os lutadores de começos do século XX, entre eles muitos imigrantes que escreveram páginas de glória na luta por seus ideais [...] (FLORES, 2006, p. 20, tradução minha).

### 2.1.1. Buenos Aires, cidade burguesa, e o associativismo do bairro popular dos imigrantes

A proposta das organizações estudadas de ação no bairro não representa, na história da Área Metropolitana de Buenos Aires, uma novidade. Ela está referida à ação coletiva de setores dominados e tem sólidas ligações com uma tradição de longa trajetória, claramente identificáveis nos casos de estudo.

Começando por se analisarem as referências de mais longa data, nota-se nas propostas da APROFA e do MTD, e como exemplo de ação, “o trabalho dos velhos socialistas, que articulavam cooperativas de consumo com bibliotecas e educação”.<sup>69</sup> Como observado no capítulo anterior, os mediadores que mais influenciam as duas organizações propõem formas associativas para o consumo e o trabalho — o IMFC com o MTD — e para a organização do suprimento coletivo de serviços urbanos e educação. A forma de organização como sociedade de fomento é adotada desde o nascimento pela *Creciendo Juntos*, sendo posteriormente também adotada pela APROFA.<sup>70</sup> Em termos de ideais políticos, as lutas de

---

<sup>69</sup> Entrevista com lideranças do MTD, em fevereiro de 2005.

<sup>70</sup> A APROFA, como veremos no Epílogo, decidiu recriar a Sociedade de Fomento de Paso del Rey, em 2006.

socialistas e anarquistas na Argentina das primeiras décadas do século XX são também referência:

[...] sempre indicamos que nossos referentes mais autênticos foram os lutadores de começos do século XX, entre eles muitos imigrantes que escreveram páginas de glória na luta por seus ideais, com a dignidade dos que arriscam até a vida por defender suas convicções, como o foram os heróis da Patagônia Rebelde ou da Semana Trágica,<sup>71</sup> que deram origem às primeiras organizações de trabalhadores na Argentina. (FLORES, 2006, p. 20-21, tradução minha).

Essas lutas guardam uma estreita relação com a consolidação de Buenos Aires, em seu caráter, no que historiadores como Romero denominam cidade de burguesia em transição para a cidade de massas,<sup>72</sup> e com os inícios da formação de uma classe operária ou *clase trabajadora*. Particularmente, na virada do século XIX para o século XX, quando a cidade — instaurada como Capital Federal em 1880 — demonstrava a sua liderança política, econômica e social. Em outras palavras, quando ficava evidente a posição de Buenos Aires como “cabeça de Golias”, com pretensões europeias, da Argentina em transformação.<sup>73</sup>

A Buenos Aires do último quarto do século XIX podia ser definida como uma cidade fundamentalmente comercial e financeira, onde se consolidava uma

---

<sup>71</sup> Conhecida como a “Semana Trágica”, em janeiro de 1919 e a partir de um conflito resolvido violentamente nos Talleres Metalúrgicos Vasena, organizações de trabalhadores começaram um período de greves e passeatas que foram crescendo até ocupar praticamente toda a cidade de Buenos Aires. No país, governava Hipólito Yrigoyen, eleito por sufrágio universal em 1916 e líder da Unión Cívica Radical (UCR). Ligado à pequena classe média em processo de consolidação, o governo de Yrigoyen tinha também permitido as manifestações dos sindicatos e estaria ainda a favor dos trabalhadores em conflitos, como os portuários (GUTIERREZ, 2000a, p. 77, tradução minha). Na “Semana Trágica”, entretanto, o presidente acabou autorizando uma feroz repressão, comandada pelo patricio exército argentino, na época claramente associado à elite tradicional argentina. A *Patagonia Rebelde* é o termo para identificar as lutas dos trabalhadores da lã nas províncias do sul da Argentina, também ferozmente reprimidas no ano de 1921. Ver BAYER, O. *La Patagonia Rebelde*. Buenos Aires: Booket, 2007.

<sup>72</sup> Segue-se aqui a periodização proposta por ROMERO, J. L.; ROMERO, L. A. na sua coletânea Buenos Aires: história de quatro séculos. Ver ROMERO, J. L.; ROMERO, L. A. *Buenos Aires: historia de cuatro siglos: desde la ciudad burguesa hasta la ciudad de masas*. Buenos Aires: Altamira, 2000. v. 2.

<sup>73</sup> A imagem da cabeça da personagem bíblica do gigante Golias é utilizada por diversos autores para expressar a significativa concentração social, econômica e política de Buenos Aires e em relação ao interior da Argentina. Ver SCOBIE, J. R.; LUZZI, A. R. de. El puerto y los ferrocarriles. In: ROMERO, J. L.; ROMERO, op. cit., p. 19-30. José Luis Romero resume essa transformação da seguinte forma: “[...] a tarefa de transformar Buenos Aires em uma metrópole europeia foi assumida por Torcuato de Alvear, o primeiro prefeito que teve a cidade após ser federalizada em 1880 [...]. Roca assumiu a presidência e inaugurou uma era de renovação, e a ingente riqueza que produziram as novas atividades econômicas permitiu, como um luxo, transformar e embelezar a capital do país organizado e progressista [...]” (ROMERO, 2000a, p. 9, tradução minha).

burguesia ligada ao comércio exterior e aos investimentos estrangeiros (SCOBIE; LUZZI, 2000a). Além de ser a capital política de um Estado Nacional em formação, a cidade tinha como função econômica principal ser o centro portuário e financeiro do processo de acumulação baseado na exportação de matérias primas, principalmente da região da “pampa húmeda” argentina — milho, trigo e gado —, mas também das chamadas economias regionais.<sup>74</sup>

A cidade ia ganhando também, e aos poucos, uma fisionomia industrial, com estabelecimentos ligados primeiro à atividade agrícola, mas cada vez mais à produção para bens de consumo da população em crescimento (SCHVARZER, 2000). Começavam os fortes investimentos — com capitais de origem estrangeira e a preponderância da Inglaterra, em infraestrutura urbana (luz, saneamento e transporte) — na renovação do porto de Buenos Aires<sup>75</sup> e na expansão da rede nacional de trens (SCOBIE; LUZZI, 2000a e 2000b).

A centralidade de Buenos Aires com respeito à Nação reproduzia-se também dentro da cidade, com o domínio da zona portuária e da praça central — a Plaza de Mayo. Nesse processo, afiançava-se uma elite, que iria residir nos bairros nobres da zona norte e da área mais central da cidade:

[...] uma nova elite política e comercial [...] composta por autoridades nacionais, banqueiros e comerciantes e os residentes e inversores britânicos, levou a Argentina pelo caminho de uma rápida expansão

---

<sup>74</sup> “Com instalação para atrair toda a navegação de ultramar e com os raios de um sistema de trens cujo centro era Buenos Aires, a cidade monopolizou o futuro econômico da Argentina. Qualquer expansão das exportações, fosse madeira [...] do Chaco, milho de Santa Fé, couro de Entre Rios, lã da Patagônia, farinha dos moinhos do Litoral, ou carneiro congelado ou esfriado, o gado dos frigoríficos da zona sul da cidade impulsionava o crescimento portenho mais e mais” (SCOBIE; LUZZI, 2000a, p. 19, tradução minha).

<sup>75</sup> Um acontecimento emblemático da força dos investimentos estrangeiros e da importância comercial de Buenos Aires foi a polêmica pela construção do novo porto para a cidade, começado em 1882 e finalmente inaugurado em 1897 (ROMERO, 2000a, p. 9). Diante da opção do aproveitamento do antigo porto de pescadores ao sul da cidade, promovida pelo Engenheiro Huergo, triunfou após várias idas e vindas a proposta de realizar pesados investimentos em diques artificiais ao leste da Praça de Maio, promovida pelo destacado comerciante Eduardo Madero em aliança com investidores ingleses, a elite comerciante portenha, políticos nacionais e jornais hoje tradicionais, como *La Nación*. Como bem resumem Scotie e Luzzi, “[...]a habilidade de Madero como gestor público demonstrou-se superior ao talento de Huergo como engenheiro. [...]” (p. 22). Para uma história da construção de Puerto Madero e as disputas econômicas e políticas em torno dele, ver SCOBIE; LUZZI, op. cit. Para uma leitura crítica da sua renovação já na virada do século XX ao XXI, ver CUENYA, B. *Grandes proyectos y teorías sobre la nueva política urbana en la era de la globalización. Reflexiones a partir de la experiencia de la ciudad de Buenos Aires*. In: \_\_\_\_\_; FIDEL, C.; HERZER, H. *Fragmentos sociales: Problemas urbanos de la Argentina*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2004. p. 89-110.

econômica baseada na produção agrícola da pampa [...] a formação de uma rede nacional de trens centrada na cidade reforça a jovem elite político-comercial e fortalecia tanto o predomínio portenho sobre a nação, quanto a concentração do poder dentro da cidade. (SCOBIE; LUZZI, 2000a, p. 26, tradução minha).

A Argentina já tinha a sua constituição e a sua moeda (DE TORRES, 2000), mas é com o projeto de “modernização” da década de 1880 que o Estado começou a intervir explicitamente na formação de seu “povo nacional” e garantir a força de trabalho no novo regime de acumulação em expansão. É então que começaram a ser incentivadas e a chegar as primeiras grandes “ondas” de imigrantes, vindos das regiões pobres da Europa, com destaque para Itália e, em menor medida, Espanha. Seu destino foram cidades já importantes na economia agroexportadora (DEVOTO, 2003): Mendoza, na região de Cuyo, e as cidade de Córdoba e Rosário — as duas na região pampeana, a primeira já central na época colonial e a segunda com o seu importante porto sobre o rio Paraná (ROFMAN; ROMERO, 1974; DEVOTO, 2003). Buenos Aires e os seus subúrbios em formação — especialmente ao sul da Plaza de Mayo — foram o lugar privilegiado de acolhida dessa imigração. E a cidade expandia-se com ela:

[...] pelo porto [de Buenos Aires] entraram nesses anos não somente mercadorias, mas também ingentes quantidades de imigrantes europeus. O governo os chamava para que trabalhassem a terra, mas muitos deles ficavam em Buenos Aires, ou retornavam nela após um curta e geralmente triste experiência rural [...] (ROMERO, 2000a, p. 9, tradução minha).

Em cinquenta anos, a cidade decuplicou sua população. Dos 286.000 moradores com que contava em 1880 passa a 649.000 em 1895 e a 2.254.000 em 1930. Foi como um alagamento que provocou uma alteração substancial da fisionomia urbana [...] muitas línguas se entrecruzaram, quebrando os quadros da antiga cidade *criolla*<sup>76</sup> (Ibid., p. 10, tradução minha).

[...] a população trabalhadora estava constituída fundamentalmente por estrangeiros, chegados no nosso país em numero considerável. Na sua maioria eram italianos ou espanhóis, homens e em idades ativas [...]. Na cidade se ocuparam tanto das manufaturas quanto dos serviços urbanos (GUTIERREZ, 2000a, p. 68, tradução minha).

Famílias inteiras que procuravam fazer a “América” traziam também ideias, valores e lideranças do velho continente. Com a imigração, a mudança nos setores populares era clara no que diz respeito à organização e à participação política:

---

<sup>76</sup> O autor utiliza aqui o adjetivo de *criollo* em referência aos nascidos na Argentina de descendência espanhola.

[...] quase ao mesmo tempo que seu crescimento numérico, os trabalhadores — em qualquer uma das múltiplas posições no aparelho produtivo em que podiam se localizar — começaram a se agrupar em organizações de diferente tipo **para defender, a partir de seu lugar de produtores ou como consumidores, as situações conseguidas ou para reclamar melhores condições de vida e trabalho [...]**

Em consequência, a outra novidade deste período constitui o surgimento e difusão [...] de associações de diferente tipo e com diferentes propósitos que reuniam uma parte dos setores populares. Muitas delas foram impulsionadas por militantes adeptos a ideologias que procuravam mudanças substantivas na sociedade. Enquanto outras congregavam trabalhadores preocupados por solucionar coletivamente problemas de instrução, doença ou desemprego, arrecadando fundos para períodos de desemprego, criando bolsas de trabalho etc. (GUTIERREZ, 2000a, p. 65; tradução e grifos meus).

Nas palavras do historiador Leandro Gutierrez, portanto, esses novos setores de trabalhadores identificavam condições desfavoráveis tanto no âmbito da produção — condições de trabalho — quanto da sua reprodução — condições de vida:

[...] cerca de 50% dos desembarçados se radicaram aqui para sempre [...] no nosso país encontraram um salário deprimido ou a vida decididamente cara, e protestaram por isso. (Ibid., p. 71).

[...] existiu uma grande incerteza com respeito ao salário e a sua capacidade de compra. Se a isso se agregam a má situação habitacional e a ameaça de desemprego [...] pode se compreender quantas das ilusões da imigração se transformaram em desesperanças. (Ibid., p. 72).

Deste modo, esses setores organizavam-se priorizando formas associativas para enfrentá-las:

[...] Quase com certeza essas condições de moradia, salário e ocupação foram um agente impulsor de agrupamentos de diferente tipo que reuniram os trabalhadores urbanos. De fato, proliferaram instituições em torno da ajuda mútua [...] (Ibid., p. 72).

Do lado do *bairro*, portanto, foram justamente imigrantes, muitos com valores socialistas e anarquistas, que começaram a se organizar para o fornecimento de serviços nas novas áreas da cidade que eles iam povoando. Foi assim que surgiram as Sociedades de Fomento, responsáveis pela construção de ruas e calçadas nos novos bairros já no começo do século XX (GUTIERREZ, 2000a). Essas sociedades relacionavam-se com o desenvolvimento de bibliotecas populares e companhias de



teatro e — mais adiante — espaços de cinema, sempre com o objetivo de educar os trabalhadores e os seus filhos. Eram criadas também cooperativas de consumo para a compra coletiva de alimentos e se estabeleciam sociedades de “ajuda mútua” para oferecer serviços de saúde (GUTIERREZ, 2000a).

As sociedades de fomento e outras associações semelhantes estavam fortemente relacionadas a espaços que se iam transformando, ou sendo territorializados, como bairros populares. Localizavam-se perto dos precários *conventillos* (cortiços) — casas com quartos de aluguel temporário, no Centro e bairros ao sul — ou próximas a terras baixas e alagáveis ou a riachos onde se instalavam as novas fábricas e matadouros. Estavam assim ligadas a bairros com nomes que até ficaram famosos graças a seus times de futebol e músicas de tango — gênero definido como *arrabalero*, justamente por suas origens nas margens — o *arrabal* — da cidade em crescimento (ROMERO, 2000a; SCOBIE; LUZZI, 2000b; YUJNOVSKY, 2000).

Segundo diversos autores, a população desses bairros caracterizava-se no começo pela heterogeneidade de ocupações no sistema produtivo ainda em formação — operários das indústrias nascentes junto com artesãos e mestres de ofícios que trabalhavam nas manufaturas, desempregados e também “pessoas fora da lei” (SCOBIE; LUZZI, 2000b; GUTIERREZ, 2000b). Os moradores desses territórios nas margens eram também relativamente pouco homogêneos em sua origem e aspirações sociais: imigrantes recentes que procuravam ascender socialmente junto com pessoas já nascidas na cidade mas que não eram parte das elites (ROMERO, 2000a; GUTIERREZ, 2000b). Numa parte significativa dos trabalhadores imigrantes e moradores desses bairros predominava, segundo Romero, o anseio de integração na sociedade tradicional argentina (ROMERO, 2000a). Esse setor viria depois a se constituir numa nascente classe média — ou o que com Marx poderia ser chamado de “pequena burguesia” (MARX, 2003) —, ligada ao pequeno comércio, à pequena propriedade urbana e rural, às profissões liberais e ao novo funcionalismo público, sobretudo entre os filhos de imigrantes.<sup>77</sup>

---

<sup>77</sup> É nesses setores que iria concentrar o apoio à UCR, primeiro grande movimento de caráter nacional surgido na década de 1890 em Buenos Aires. Seu objetivo principal era a integração dessa classe média à vida política argentina, evitando qualquer perspectiva “classista”, no sentido de se identificar com setores trabalhadores em oposição a uma classe patronal ou burguesa (ROCK, 1977; BOTANA, 2000).

De qualquer modo, e mesmo que não se tenham constituído como hegemônicas diante de certo interesse “pequeno burguês” também presente, convém ressaltar que as ideias políticas do socialismo e anarquismo europeus circulavam de forma significativa nesses territórios.<sup>78</sup> Elas foram relevantes na formação das instituições, das práticas e dos costumes que iam constituindo e definindo os bairros populares. Em termos partidários e eleitorais, o Partido Socialista — com um discurso que não procurava uma mudança radical das instituições vigentes — alternava-se com a União Cívica Radical (UCR) na preferência do eleitorado portenho nas três primeiras décadas do século XX (BOTANA, 2000) e era especialmente forte nos novos bairros ao sul, nas margens da cidade em expansão (ROMERO, 2000a, p. 10). Era neles que se formavam instituições que procuravam organizar e representar o que já declamavam como uma “classe trabalhadora”, e chegavam a uma parte, não da absoluta maioria, mas, sim, significativa, dos trabalhadores imigrantes (GUTIERREZ, 2000a). Ideias “classistas” originadas nas lutas e nos movimentos do velho continente,<sup>79</sup> eram trazidas e transformadas em Buenos Aires nas práticas dessas organizações, que iam desde as cooperativas já citadas até à encenação de peças de teatro de autores como Ibsen. Não por acaso, o primeiro deputado socialista da América Latina,

---

<sup>78</sup> Para José Luis Romero, o socialismo não teria sido uma força hegemônica entre os setores populares em formação: “... desse conglomerado [pelos setores populares] desprende-se, em certo momento, um novo proletariado manufatureiro e depois industrial que começou a ter alguma expressão no final do século passado [século XIX]. Nunca, porém, foi mais do que um setor minoritário, mesmo com o triunfo de Alfredo Palacios em 1904 [eleito deputado nacional pelo Partido Socialista] pois a maioria das classes populares estava decidida a ‘fazer a América’ aproveitando a abertura econômica que oferecia o país. Essa maioria desinteressou-se pela ação sindical e política e procurou o progresso na escala social pela via do trabalho árduo e a poupança metódica: muitos de seus membros tiveram sucesso, e assim começou a se constituir uma crescente classe média de singulares características sociais e culturais” (ROMERO, 2000a, p. 10, tradução minha). De qualquer modo, em outros trechos de seu estudo, Romero destaca a influência das ideias socialistas e anarquistas até no cotidiano e na cultura popular da época: “Mas era uma sociedade instável, posto que se integrava ao calor das subidas e descidas de classe, das vitórias e frustrações [...] [podia ser observado] junto com o ‘bacán’ preguiçoso, o operário esforçado que se sobrepunha à sua fadiga para ler um folheto de propaganda anarquista” (ROMERO, 2000a, p. 15, tradução minha). Outros autores, enfatizam a importância das ideias socialistas em termos de organização dos trabalhadores (GUTIERREZ, 2000a; MURMIS; PORTANTIERO, 2004), de resultados partidários eleitorais (BOTANA, 2000) e, de especial interesse para esta tese, da cultura política e associativa dos bairros de Buenos Aires (GUTIERREZ, 2000a; BOTANA, 2000). Opta-se aqui por estas últimas interpretações.

<sup>79</sup> Para uma rica análise sobre as origens do “internacionalismo” e do operariado internacional e a sua atualidade, ver Vieira (2008) e Santos (2005).

Alfredo Palácios, foi eleito em 1904 pela jurisdição eleitoral do bairro de La Boca, próximo ao velho porto da cidade e ainda hoje considerado um bairro popular.<sup>80</sup>

### **2.1.2. *Fábrica e Bairro no surgimento de uma questão social nas ruas da cidade e formando uma classe trabalhadora***

Instituições fundamentais desta classe em formação, junto com as sociedades de bairro, foram os primeiros grandes sindicatos ligados à indústria nascente e às manufaturas e aos ofícios. Nas duas primeiras décadas do século XX tinham uma atuação significativa e de reconhecida orientação socialista e anarquista — segundo a central sindical ou a linha interna prevalecente<sup>81</sup> — nas fábricas que a cada dia cresciam em número e escala de produção (SCHVARZER, 2000). As principais atividades e os principais sindicatos, até 1930, tinham uma clara relação com o modelo baseado na exportação de matérias primas. Como bem explica Schvarzer, uma indústria significativa já surgia no último quarto do século XIX, em pleno desenvolvimento e domínio do modelo agroexportador. Uma parte da indústria estava nos produtos de exportação e no seu transporte até ao mercado: frigoríficos, moinhos de cereais, oficinas de trens, estaleiros. Uma outra, ligada ao consumo num mercado local crescente em número de pessoas e renda: eram as fábricas de alimentos e bebidas, com destaque para as hoje tradicionais fábricas de cerveja, como Bieckert e Quilmes, e de produtos panificados, como Bagley e Canale. A localização da maioria dessas indústrias privilegiou primeiro o Centro da cidade, e

---

<sup>80</sup> Para uma análise da origem e da transformação deste bairro, famoso também por seu tradicional time de futebol fundado por genoveses, o *Boca Juniors*, ver GRILLO, O. J. *Articulación entre sectores urbanos populares y el Estado local: el caso del barrio de la Boca*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1988.

<sup>81</sup> Como bem detalha Gutierrez, a importância do sindicalismo argentino era significativa, se não em termos de afiliados formais, na sua capacidade de mobilização — mediante greves — e divulgação de ideias (GUTIERREZ, 2000a, p. 73). Até 1930, tinha como correntes principais uma linha anarquista — que pregava greves gerais e mudanças radicais da sociedade a partir dos trabalhadores organizados —, uma linha socialista — que centrava suas reivindicações em melhorias salariais e de condições de trabalho e defendia a integração entre sindicato e partido para ocupar posições de poder dentro do Estado — e uma linha mais tardia chamada de “sindicalista” — que também centrava as suas reivindicações nas questões materiais, mas defendia uma independência com respeito aos partidos políticos. Essas linhas, que também discordavam sobre as táticas e escalas de luta — os anarquistas mais partidários das greves gerais e passeatas do que os socialistas —, confluíram e também dividiram-se sucessivamente em diversas centrais nas três primeiras décadas do século XX. Dessas, as reconhecidas como historicamente mais influentes são a Federación Obrera de la República Argentina (FORA), especialmente a “FORA do IX Congresso”, criada em 1914, e a Confederación General de Trabajadores (CGT), nova tentativa de unidade fundada em 1930 (GUTIERREZ, 2000a, p. 73).

depois os bairros e subúrbios mais próximos no sul e perto das linhas de transporte ferroviário e dos cursos de água, com destaque para a bacia do Riachuelo-Matanza (SCHVARZER, 2000, p. 209-211). Outra tendência de localização era junto às oficinas dos trens suburbanos, que se instalavam mais distantes do Centro e em torno das quais iriam surgir pólos de crescimento populacional e bairros operários também (SCHVARZER, 2000, p. 212). Os sindicatos mais numerosos e organizados eram, de fato, os dos trabalhadores de frigoríficos, dos portuários e dos ferroviários (GUTIERREZ, 2000a; MURMIS; PORTANTIERO, 2004).

Na análise que Gutierrez oferece sobre a organização e a ação dos setores de trabalhadores no período, pode ser observada uma particular articulação entre *bairro e fábrica*:

[...] Aparentemente os problemas vinculados com o consumo pesaram na criação de organizações solidárias tanto quanto os relacionados com a posição na produção dos setores populares. Não há dúvidas de que estes operaram também como condutores e a prova se encontra no desenvolvimento das organizações profissionais dos trabalhadores, especialmente a partir de 1880. (GUTIERREZ, 2000a, p. 72, tradução minha).

A integração entre organizações ligadas ao lugar de moradia e as ligadas ao lugar de trabalho ficava clara na origem das organizações de caráter sindical a partir de organizações de ajuda mútua e de fornecimento de bens e serviços:

[...] os primeiros passos na organização dos trabalhadores urbanos de Buenos Aires se registraram a meados do século XIX com a fundação da Sociedade Tipográfica Bonoarense. Mais do que uma organização sindical, era uma sociedade de socorros mútuos, criada com o objetivo de prover ajuda recíproca aos tipógrafos membros [...]

Essa forma institucional precedeu em muitas oportunidades o surgimento de grêmios e sociedades de resistência. É claro que numerosas sociedades de socorro continuaram sendo-o, enquanto que não todos os sindicatos tiveram uma etapa *mutualista*. De qualquer modo, o tipo dominante de organização da produção, caracterizada pela pequena oficina artesanal e o trabalhador independente, facilitou a difusão dessas entidades [...] (GUTIERREZ, 2000a, p. 72, tradução minha).

Dessa forma, os sindicatos estavam firmemente vinculados com as organizações de ajuda mútua e provisão de bens para as condições de vida.

Quando a luta pela mudança nas condições de vida e de trabalho ganhava a rua, com influência das ideias anarquistas e socialistas, era evidente a constituição do que Gutierrez chama de “Questão Social”:

[...] Foram introduzidas [...] ideologias desconhecidas até então, como o anarquismo e o socialismo, que orientaram firmemente a conduta de grupos de trabalhadores e obrigaram à preocupação dos contemporâneos em conjunto, dos poderes públicos em particular, e posteriormente dos historiadores. (GUTIERREZ, 2000a, p. 65, tradução minha).

[...] a principal manifestação dessas condutas foram as greves [...] Algumas delas adquiriram significativa visibilidade e outras foram particularmente violentas [...] a partir de 1880, **os distúrbios sociais protagonizados pelos trabalhadores e demais setores populares se generalizaram de modo tal que a “questão social”** foi incorporada à problemática das autoridades e setores dominantes. (GUTIERREZ, 2000a, p. 79, tradução e grifos meus).

As greves, a partir das fábricas, serviam também para unir os trabalhadores de uma Buenos Aires em expansão e com bairros e atividades produtivas ainda dispersas — mesmo que com tendência, já referida, ao predomínio de bairros centrais ou limítrofes pelo sul. Os trabalhadores imigrantes afiançavam a sua identidade quando, com reivindicações por direitos mais gerais, criavam uma “questão social” diante do Estado, transbordavam o âmbito específico do trabalho, geravam levantamentos por toda a cidade e eram reprimidos:

[...] a greve geral [...] tinha servido para ampliar os vínculos de solidariedade entre trabalhadores, especialmente entre aqueles que moravam e trabalhavam dispersos [...] (GUTIERREZ, 2000a, p. 73; tradução minha).

Nessas ações, uma identidade influenciada por ideias trazidas do velho continente era transformada a partir das próprias experiências comuns e lutas coletivas, onde bairro e fábrica se integravam para ocupar a cidade:

[...] dirigidos por socialistas, anarquistas e sindicalistas, os trabalhadores portenhos demonstraram uma grande capacidade para se organizar e agir em defesa de seus direitos. Era frequente que as mulheres atuassem ao lado dos homens. As greves parciais costumavam acabar em movimentos gerais que comoviam a cidade toda e que, às vezes, suscitavam uma violenta repressão. (GUTIERREZ, 2000a, p. 79, tradução minha).

[...] a vida da F.O.R.A. do IX Congresso [Federación Obrera de la República Argentina, central sindical criada em 1914] transcorreu em anos muito difíceis para os trabalhadores. Foi um período de grandes greves, algumas muito lembradas, como as da Semana Trágica, e de inovações nas táticas sindicais, que tinham de considerar [...] uma mais ativa intervenção dos trabalhadores nas relações operários-patrões [...] (GUTIERREZ, 2000a, p. 76, tradução minha).

[...] convocados por associações de ofício ou indústria ou pelas federações atuantes, os trabalhadores protagonizaram ações que alteraram

repetidamente a harmonia da cidade e colocaram na ordem do dia a “questão social” (GUTIERREZ, 2000a, p. 76, tradução minha).

[...] algumas [ações] de extensão e violência pouco comuns [...] confrontaram os trabalhadores com o Estado [...] como as greves gerais contra a lei de deportação de estrangeiros, que obrigaram inclusive ao estado de sitio. A cidade então se comovia com ações de violência que, como a Semana Trágica, fugiam do controle [...] (GUTIERREZ, 2000a, p. 76, tradução minha).

### **2.1.3. A formação de uma classe trabalhadora em luta e a sua articulação territorial na Buenos Aires burguesa: origens da relação Centro/Periferia**

Uma parte significativa dos setores de trabalhadores na Argentina das primeiras décadas do século XX, pode então afirmar-se, iam se constituindo como classe trabalhadora no sentido indicado por E. P. Thompson (1966). Começavam a construir valores comuns e se articulavam politicamente para realizar reivindicações coletivas, ligadas primeiro às condições de moradia e ao seu entorno no “bairro”, mas também em relação às condições de trabalho e ao lugar dos novos setores trabalhadores na sociedade e na política argentina em formação. A constituição dessa classe trabalhadora, por ação e oposição a outras, ficou evidente nas greves propiciadas por grupos anarquistas e socialistas na década de 1910 e que foram brutalmente reprimidas, como a já mencionada Semana Trágica, na Buenos Aires de 1919.

Em outros termos, pode ser observada neste período a existência de uma ação coletiva ligada a uma parte significativa dos trabalhadores que ia construindo práticas e valores tanto no *bairro* quanto na *fábrica*. Essa construção envolveu um processo de territorialização nas margens físicas da cidade moderna, burguesa, que se ia formando. Tal localização relacionava-se também com uma posição no espaço social (BOURDIEU, 1996): os trabalhadores, migrantes, não possuíam capital econômico, nem cultural, nem político de forma dominante.<sup>82</sup> Seus direitos na cidade

---

<sup>82</sup> Adere-se aqui ao conceito de “espaço social” de Bourdieu (1996), mas não concordando plenamente com este autor no que diz respeito à relação entre espaço social e espaço físico. Para Bourdieu (1999), a localização dos indivíduos no espaço físico tende a reproduzir de forma quase que linear a sua posição no espaço social: quanto menor a posse relativa de capital social maior a distância — menor o acesso — a bens e serviços urbanos e a espaços com prestígio social ou maior valor simbólico. Nesta tese entende-se que esta relação pode, sim, ser reconhecida como uma tendência mais geral a ser testada na dinâmica social concreta, mas não de forma linear, sobretudo pelo caráter mais complexo dos processos de territorialização, nos quais o espaço físico e a distância a bens e serviços são apenas uma de suas dimensões, sobretudo quando existe ação coletiva dos dominados para tentar mudar essa configuração. Ver BOURDIEU, P. Efectos de lugar. In: \_\_\_\_\_ *La miseria del mundo*. Buenos Aires: FCE, 1999, p. 119-124.

e na fábrica ainda não eram reconhecidos, sua cultura era também considerada marginal pelas elites, tanto as mais tradicionais quanto aquelas ainda em ascensão. Moradores de uma Periferia em termos físicos e sociais estavam, de todo modo, agindo de forma coletiva, reivindicando o que consideravam os seus direitos, construindo uma identidade como “trabalhadores”, em oposição aos “patrões” e à elite dominante.

Um processo não só de diferenciação, mas também de luta de classes, mesmo que incipiente, articulava-se com um processo de territorialização em termos de Centro e Periferia, que viria a ser determinante na trajetória posterior da formação de Buenos Aires:

[...] Assim se diversificou a sociedade portenha. Em diferentes setores da cidade se alojaram sociedades diferentes, claramente diferenciadas, e cada uma delas desenvolveu uma cultura singular que durante longo tempo se mantiveram em conflito e irredutíveis uma diante da outra. Houve uma cultura das classes tradicionais e uma cultura das novas formações sociais [...] (ROMERO, 2000a, p. 15, tradução minha).

A cultura das classes tradicionais se alimentava das suas raízes *criollas* e se enfeitava com o reflexo da cultura burguesa própria de Paris e Londres. Brilhou no Centro, nas residências aristocráticas, nos bailes e clubes (ROMERO, 2000a, p. 15, tradução minha).

[...] nos bairros, por outro lado, se constituía uma cultura inédita, própria dos setores imigrantes e marginais [...] (ROMERO, 2000a, p. 15, tradução minha).

Como o mesmo autor salienta, os dominados — com aspirações de integração ou de contestação mais radical — iam formando uma *cultura popular* à qual os setores dominantes se opunham de forma explícita:

[...] elaboraram [a cultura popular], nos subúrbios marginais [...] paisanos da planície e imigrantes italianos e espanhóis que entrecruzaram seus sentimentos e às vezes as suas ideias, seus costumes e princípios, suas atávicas formas de comer e seus sistemas de luta pela vida (...) criaram uma fala — o *lunfardo* —, um baile e uma canção — o *tango* [...] (ROMERO, 2000a, p. 15-16, grifos do original, tradução minha).

[...] criaram um vago conglomerado para responder ao desafio da cultura constituída, que era a cultura do poder [...] (ROMERO, 2000a, p. 17, tradução minha).

Nas festas do Centenário [da Revolução do 25 de maio de 1810 contra os espanhóis], as classes tradicionais tinham selado a sua decisão de se manter puras e resistir à contaminação. Fizeram o que conseguiram a partir da escola, da tribuna, às vezes exagerando um patriotismo formalista. Quando a nova sociedade se manifestou violentamente, através de bombas dos anarquistas ou através do protesto dos operários do Vasena [pelo

começo do conflito que levava à Semana Trágica], a sociedade tradicional os enfrentou com dureza (ROMERO, 2000a, p. 17, tradução minha).

A classe *trabajadora* — dentro dos setores populares — e a Periferia de Buenos Aires estavam começando a se formar. Práticas, valores e instituições que surgiram nesse momento continuam como tradições e referências dos nossos prisms de estudo: a sociedade de fomento, a ação de educação para “vizinhos”, as cooperativas de consumo, as reivindicações socialistas e anarquistas nos sindicatos em expansão. No período se encontram, portanto, as primeiras raízes da ação da APROFA e do MTD, tanto no *bairro* operário quanto na *fábrica*. É dessa forma que também se pode compreender melhor por que as lideranças do MTD reconhecem a Semana Trágica como um referente para a sua ação e como os autores que trataram das lutas desse período viraram referência — nomes de cursos e do centro cultural — da Associação Madres de Plaza de Mayo, organização claramente influente no MTD e indiretamente também na APROFA, através da escola *Creciendo Juntos*.<sup>83</sup>

A relação entre fábrica e bairro iria influenciar, mas também mudar, a ação coletiva dos dominados, na sua trajetória subsequente e junto à consolidação de uma Buenos Aires cada vez mais industrial nas suas margens em expansão.

Em termos políticos mais gerais, se os setores populares conseguiram um certo grau de influência nos governos da UCR — sem esquecer que a classe trabalhadora em formação também sofreu repressão na época<sup>84</sup> —, os interesses da elite voltariam ao poder com o golpe de Estado de 1930:

Para recuperar o poder que tinha perdido em 1916, quando Yrigoyen chegou ao poder no meio de extraordinárias manifestações de júbilo popular, [a elite tradicional] recorreu à conspiração e ao golpe de Estado.

---

<sup>83</sup> Assim, o centro cultural da Associação Madres de Plaza de Mayo chama-se Osvaldo Bayer, célebre historiador que escreveu a *Patagônia Rebelde*, ver Bayer (2007). Essa obra também ficou relativamente famosa nas telas do cinema e da TV com o filme do mesmo nome.

<sup>84</sup> “Pelo menos até 1911, muitos dos conflitos acabaram desfavoravelmente para os trabalhadores. Do total de greves produzidas em 1907, 1908, 1909 e 1911, 48,3% foram finalizadas com a substituição dos grevistas; 28,9% com o retorno ao trabalho em condições fixadas pelos patrões; e somente 20,4% com o arranjo direto entre as partes. Isso muda um pouco, sem dúvida, com o aceso de Yrigoyen à presidência. De fato, a ação governamental começou a ser percebida na procura da solução a conflitos trabalhistas com decisões favoráveis aos trabalhadores. Assim aconteceu com a greve portuária de 1916, arbitrada pelo chefe da polícia. A década de 1920-1929 foi pouco agitada em comparação com os anos precedentes, mesmo que no final da mesma comessem a se verificar novamente ações relevantes...” (GUTIERREZ, 2000a, p. 77, tradução minha).



Em 6 de setembro de 1930, Buenos Aires se sacudiu com o desfile dos cadetes do Colégio Militar, que derrocaram Yrigoyen e colocaram no poder a Uriburu. No seu passo, atacaram com canhões o Congresso [...] (ROMERO, 2000a, p. 17, tradução minha).

A sociedade argentina, de qualquer modo, já não era a mesma. Buenos Aires tampouco, e viria a se consolidar em seguida como “cidade de massas”. O processo histórico até aqui analisado continha os principais antecedentes ou as origens de um posterior período de intensas transformações de classe (MURMIS; PORTANTIERO, 2004): o surgimento do movimento peronista. Tratava-se de uma mudança na relação entre *fábrica* e *bairro* e na ação coletiva a partir dos dominados. Significava, também, o surgimento do que iria constituir-se como uma tradição e uma referência cultural e política que, por afinidade e oposição, também definem o Projeto político dos nossos prismas de estudo.

## 2.2. AS ORIGENS DO OUTRO PRÓXIMO E DISTANTE: O PERONISMO, NO BAIRRO, NA FÁBRICA E NA PLAZA

No dia seguinte ao 17 de outubro de 1945, Delfina Bunge de Gálvez descrevia no jornal católico *El pueblo* o espetáculo que tinha visto na Plaza de Mayo: “As ruas de Buenos Aires presenciaram algo insólito. De todos os pontos suburbanos viam-se chegar grupos proletários: eram os mais pobres dentre os proletários. Era a turba temida [...]. Com o antigo temor, nosso primeiro impulso foi fechar as varandas. Mas ao olhar para a rua ficávamos em suspense... as turbas apareciam diante de nós em milagrosa transformação... Não havia rostos hostis nem punhos levantados como tínhamos visto há poucos anos [...]” (GALVEZ, 1945 apud TORRE, 2000, p. 259-260, tradução minha).

### 2.2.1. Os processos de luta de classes e de territorialização que antecederam o peronismo

Com o surgimento do movimento peronista, o processo de luta de classes transformou-se, assim como a sua relação com os processos de territorialização em Buenos Aires. A antes relativamente opaca distinção entre Centro e Periferia ganhou maior definição e novo conteúdo — político, cultural e também geográfico — na já consolidada “cidade de massas”, para seguir a qualificação de José Luis Romero (2000b).

Nas palavras desse mesmo historiador, os trabalhadores voltaram a ser visíveis para as pessoas da Capital Federal, quando, em 17 de outubro de 1945, manifestantes vindos dos subúrbios ocuparam a Plaza de Mayo para defender a

permanência do então Coronel Juan Domingo Perón na Secretaria de Trabalho e Previdência Social do governo militar (ROMERO, 2000b, p. 202). Comparadas com as ações de trabalhadores nas primeiras décadas do século, as diferenças eram notáveis. Começando pelas mais imediatas, os manifestantes eram também migrantes recentes, mas na sua grande maioria vinham agora do interior da Argentina. Seu lugar de residência não eram mais o Centro e as suas proximidades, mas os subúrbios cada vez mais industriais e cada vez mais distantes do Centro da Capital Federal e de seus limites formais estabelecidos em 1880. Como indicado pela cronista católica citada por Torre, a forma de se manifestar e os valores de seus manifestantes eram bem diferentes daqueles dos anarquistas e socialistas das duas primeiras décadas do século XX.

Essas diferenças mais visíveis e imediatas sinalizavam mudanças anteriores no processo de formação da *clase trabajadora* argentina, em termos históricos e relacionais.

Na década de 1930, as elites mais tradicionais tinham retomado o exercício do governo no que diversos autores concordam em chamar de “década de restauração conservadora” (CIRIA, 2000). Em termos eleitorais e partidários, significou o estabelecimento da fraude sistemática para garantir a vitória dos representantes dos partidos conservadores, com a única exceção da Capital Federal, onde se permitiu que as eleições fossem relativamente livres (CIRIA, 2000). Em termos de ação de organizações de trabalhadores, observaram-se uma diminuição e um recuo para demandas pontuais e de caráter econômico, longe das reivindicações mais estruturais e gerais das antigas passeatas que tanto temiam os portenhos mais tradicionais (TORRE, 2000):

Essa visão de Buenos Aires sob o terror anarquista, que ficaria bem também como descrição do clima das greves gerais de 1902 e 1903 e da Semana Trágica de 1919, tinha ficado para atrás. E com ela, igualmente, aquele temor que empalidecia às vezes o esplendor de uma cidade modelada sobre a rotunda e confiada à prosperidade de suas classes dirigentes. Quando o regime militar de 1930 lançou a última grande operação contra os partidários do comunismo anárquico, o que fez foi reprimir, na verdade, os escassos sobreviventes de um período de protesto social que, com a sua carga de violência e de utopia, tinha, nesse então, ingressado na memória coletiva de Buenos Aires. (TORRE, 2000, p. 260, tradução minha).

Da rua e da cidade como lugar privilegiado de ações em defesa dos “direitos do trabalhador” internacionalista, as poucas reivindicações então vigentes passavam

a se limitar a demandas pelas condições de trabalho na fábrica. As causas desta mudança estariam, por um lado, na maior repressão da parte do regime; por outro lado, e fundamentalmente, no escasso poder de pressão dos trabalhadores industriais num regime de acumulação ainda baseado na exportação de matérias-primas; finalmente, também, na opção política de muitas de suas organizações em retroceder estrategicamente, enquanto a confiança na iniciativa e no progresso individual já crescia entre os trabalhadores durante a década de 1920 (TORRE, 2000, p. 260). Os sindicatos, de qualquer modo, sobreviviam e continuavam agindo, mas de forma menos intensa, com derrotas constantes no período (MURMIS; PORTANTIERO, 2004).

No que diz respeito aos fundamentos do regime de acumulação na época, na década de 1930, a indústria nacional destinada ao mercado interno era cada vez mais importante, concretizando o que veio a ser denominado de *modelo de substituição de importações* (SCHVARZER, 2000). Tratava-se de um suposto paradoxo, pois isto acontecia a partir de governos conservadores ligados aos interesses rurais. Murmis e Portantiero resolvem o paradoxo explicando como frações da elite rural se aliaram a interesses de uma fração industrialista da burguesia, ainda incipiente e sem vocação de poder.<sup>85</sup>

No que coincidem diversas análises e estatísticas, foi a meados dessa década que começou de forma acentuada a migração a partir do interior — predominantemente agrário — para a cidade de Buenos Aires, cada vez mais industrial e líder também do novo regime de acumulação:

O porto tinha outorgado a Buenos Aires uma posição privilegiada na etapa de *desenvolvimento para fora* que concluíra; essa posição não a perderia agora, que a demanda do crescimento econômico se orientava para o mercado interno. A industrialização haveria de encontrar nela a sua principal demanda, as instalações básicas e uma mão de obra ansiosa por trabalhar [...]

---

<sup>85</sup> Para estes autores, já na década de 1930 as exportações agrícolas não geravam excedentes para a importação de produtos industrializados, como antigamente, e, ainda mais importante, as exportações agrícolas que interessavam à fração da classe terrateniente dominante, as de carne resfriada para a Inglaterra, estavam garantidas a partir de acordos internacionais que davam margem para a proteção da indústria nacional. Assim, existia uma aliança entre uma burguesia industrial incipiente, sem interesse ainda em governar e ter o seu projeto industrial como hegemônico, e essa fração da classe ligada ao setor agropecuário, em detrimento dos interesses dos pequenos e médios produtores agropecuários, prejudicados pela política cambial e comercial durante a década. Para a classe trabalhadora em formação, restava ver as suas reivindicações rejeitadas de forma sistemática pelas autoridades durante toda a década (MURMIS; PORTANTIERO, 2004).

[...] a criação de postos de trabalho pela indústria, que duplicou o número de pessoas ocupadas no setor entre 1935 e 1946, absorveu os trabalhadores da cidade e se converteu num poderoso foco de atração para as populações do interior, afetadas por uma contração das atividades agrícolas [...] os 8 mil provincianos que anualmente recebia Buenos Aires e a sua periferia no período anterior a 1936 aumentaram até 80 e 90 mil na década seguinte. Durante esses dez anos, o contínuo fluxo das migrações internas, que substituía a já diminuída imigração dos países da Europa, mais o seu próprio crescimento vegetativo levaram a população do conglomerado metropolitano dos 3.457.000 de 1936 aos 4.681.000 habitantes registrados em 1947 [...] (TORRE, 2000, p. 262, tradução minha).

Essa nova população não conseguiria instalar-se nos bairros mais centrais da Capital, já ocupados e valorizados pela elite tradicional e a recém-constituída classe media em ascensão. Iriam morar, na sua maioria, nos subúrbios de Buenos Aires, mas não nas áreas nobres, em terras altas, ou na faixa norte mais perto da costa do Rio da Prata e da Capital Federal. Instalar-se-iam nas terras ainda rurais, mais alagáveis, porém relativamente perto das linhas de trem suburbanas e dos pequenos centros que surgiam ao longo destas (TORRE, 2000; SCOBIE; LUZZI, 2000b). Tratava-se, fundamentalmente, de moradia desenvolvida através da autoconstrução em loteamentos baratos, com fornecimento ainda incipiente de serviços e meios de transporte, mas contando com a sua expansão. Surgiriam na época, também, as *villas miséria* — ou de emergência na denominação oficial — nos interstícios da urbanização dentro da capital e em seus subúrbios, onde as terras eram ocupadas sem maiores padrões de urbanização e ainda mais carentes de serviços em termos imediatos e de perspectivas.<sup>86</sup>

Aos poucos, os setores populares e os seus bairros em formação iam mudando de características e localização, diferenciando-se dos antigos bairros operários das primeiras três décadas do século. Em termos de ação política, esses novos setores ainda não agiam de forma expressiva nem no subúrbio, nem na *villa* — exceto pela organização que esta implicava —, nem na fábrica — onde começavam a trabalhar. Muito menos apareciam manifestando-se de forma coletiva nas ruas ou praças centrais da cidade. Para os moradores da Capital Federal, e

---

<sup>86</sup> Curiosamente, a história do porto acompanha também a história das *villas*. Foi nele que foi criado o que se considera o antecedente imediato das *villas*: o conjunto de casas de lâmina de zinco e papelão onde se instalaram migrantes no ano de 1932 e que ficou conhecido como Villa Esperanza. Após três anos de existência, a sua remoção foi ordenada para se permitirem a modernização e a ampliação do porto (DE LA TORRE, 2000, p. 273-274). Para uma análise do surgimento das *villas*, ver Yujnosky (2000) e De La Torre (2000).

antes do 17 de outubro 1945, “não se os via muito pelo centro, mas existiam” (ROMERO, 2000b, p. 202, tradução minha).

### **2.2.2. Do internacionalismo socialista ao nacional-populismo: o Projeto Nacional Popular peronista dos *descamisados***

Desde a segunda metade da década de 1930, portanto, os setores trabalhadores vinham crescendo em número e mudando a sua composição, graças às crescentes migrações das províncias do interior da Argentina, especialmente das que não formavam a rica região da Pampa Húmeda (ROFMAN; ROMERO, 1974). Em termos políticos, mesmo que ainda não visíveis para os portenhos do Centro, esses trabalhadores iam encontrar instituições e práticas já estabelecidas na cidade e em seus subúrbios — fundamentalmente, os sindicatos que outrora fundaram anarquistas e socialistas. Mesmo que recolhidos às reivindicações pelas condições de trabalho nas fábricas, os sindicatos continuavam existindo enquanto crescia o número de empregados nas indústrias, sobretudo na Periferia da cidade de Buenos Aires. Nesse espaço, e como já antecipado, os novos migrantes desenvolviam uma certa organização coletiva, o suficiente para poderem estabelecer seu lugar de moradia e obter um mínimo de serviços nos novos loteamentos, ou pelo menos para não serem expulsos, no caso das *villas*. Naqueles bairros nascidos como operários já no começo do século, sobretudo ao sul do Capital Federal, sociedades de fomento continuavam agindo, mesmo que sem a vitalidade das décadas anteriores.

Em outras palavras, existia uma formação de classe prévia, nas fábricas e, em menor medida, nos bairros, com a qual os novos trabalhadores e o peronismo iriam interagir. É baseado no apoio dos sindicatos, e transformando-os, que o movimento peronista ia surgir e crescer junto com os trabalhadores dos subúrbios. É com eles que construiu o seu Projeto político, no qual o trabalho e os trabalhadores iriam ocupar um novo lugar na sociedade, em termos econômicos, mas também políticos e culturais.

Em 1943, as ações do secretário de Trabalho e Previdência Social, Juan Domingo Perón, já deixavam clara a proposta de uma mudança na ação do Estado nas condições de trabalho. O ainda coronel soube colocar como principais pontos de sua proposta o estabelecimento das mesmas normas e dos mesmos direitos reivindicados historicamente pelos socialistas, e os implementou assim que foi eleito

presidente, em 1945 (MURMIS; PORTANTIERO, 2004; CIRIA, 2000). Para isso contou com o apoio dos grandes sindicatos, cujas lideranças e cujas estruturas se iam integrando ao aparelho de Estado, transformando-se também na “correia de integração das cúpulas peronistas com as suas bases” (CIRIA, 2000, p. 300).<sup>87</sup> O trabalhador, sindicalizado, ganhou direitos referentes à estabilidade, às férias e às condições da jornada de trabalho, todos ratificados na reforma constitucional de 1949. As reivindicações salariais passavam pelos grandes sindicatos, e as suas negociações com os industriais eram mediadas pelo Estado. Esse mesmo Estado encarregava-se de garantir um sistema de aposentadorias e de oferecer bens e serviços de consumo coletivo (CIRIA, 2000). Em outras palavras, a forma estatal de intervir na questão social tinha mudado: não era mais aquela analisada por Gutierrez para o período anterior a 1930, nem tampouco aquela imperante na década do regime conservador.

Nesse sentido, se as instituições fundamentais e as reivindicações enfatizadas no Projeto peronista guardavam relação e certas semelhanças com as dos socialistas e anarquistas de décadas anteriores — sobretudo no nível das condições de trabalho ou na *fábrica* —, os seus valores e objetivos, assim como as suas escalas de ação, eram outros. Enquanto os Projetos de anarquistas, socialistas e comunistas coincidiam num ideal de classe operária internacional, o Projeto peronista tinha como premissa a construção do que denominava “Projeto Nacional e Popular” — “Nacional”, pois, diante do “imperialismo americano” e da consolidação de grandes potências mundiais, cabia à Argentina procurar a sua autonomia e romper com “as relações de dependência”;<sup>88</sup> “Popular”, pois essa ruptura se articulava com uma opção pelos setores populares e pelos “direitos dos trabalhadores”. Diversos estudos concordam com a ideia de que a elite tradicional e a dinâmica social e econômica argentina estavam fortemente ligadas aos interesses da metrópole inglesa desde a implantação do modelo agroexportador, mesmo na fase de decadência do império britânico, e com uma posição ainda não definida

---

<sup>87</sup> “[...] o peronismo controlou as ruas de Buenos Aires, mas à espontaneidade de massas afins deve ser agregado o especial matiz de uma CGT que acabou atuando como **corrente de transmissão burocrática** que controlou a eventual autonomia das bases [...]” (CIRIA, 2000, p. 300, tradução e grifos meus).

<sup>88</sup> Um dos lemas do primeiro governo de Perón (1945-1951) será “Braden ou Perón”, em oposição ao embaixador americano no país (FEINMANN, 2007).

diante do crescente domínio dos Estados Unidos (FERRER, 2004; FODOR; O'CONNELL, 1973). Independentemente dessas interpretações, o que interessa destacar é que, em seus primeiros passos, o peronismo colocou a elite tradicional, ligada aos setores rurais exportadores, como o *Outro* a ser confrontado pelo *trabalhador argentino*.

Diferente era a relação com a fração da burguesia ligada à indústria nacional, de formação mais recente, embora com poder já crescente na década de 1940 (MURMIS; PORTANTIERO, 2004). O peronismo constituiu uma forte aliança com essa fração, que já começava a ter também aspirações de direção e interesses diferentes dos da fração burguesa dos grandes proprietários rurais. Também nesse sentido, o Projeto Nacional e Popular continha uma oposição explícita às “ideias comunistas” e à premissa da luta de classes entre operários e patrões.

A base social com a qual o peronismo interage também era diferente daquela que predominava nos bairros populares do começo de século. Nos subúrbios do novo trabalhador migrante argentino já não operavam do mesmo modo as ideias de uma classe operária internacionalista: não estavam lá presentes as lideranças e as instituições que tinham sido ativos nos bairros do começo do século, e o ideário internacionalista também não formava parte do interior argentino mais tradicional e agrário de onde provinham os novos trabalhadores. Na década de 1940, também não se apresentavam para os novos migrantes do interior nem a possibilidade, nem a expectativa de ter uma pequena propriedade comercial ou educação e relações para ascender à pequena burguesia ou à classe média já constituída. O ideário, tanto dos anarquistas e socialistas, quanto dos radicais da UCR, não ganhava adesões de forma significativa nesses novos setores. Para os portenhos estabelecidos há mais tempo, mas também para os de consolidação social mais recente, com ideias conservadoras, radicais ou socialistas, esses novos migrantes eram os “descamisados”, não classificáveis na estrutura social até então vigente (TORRE, 2000, p. 270; CIRIA, 2000, p. 300). Não por acaso, o historiador Torre lembra uma ilustrativa declaração política na época:

[...] o mundo político portenho não ocultou sua apreensão “... os pequenos clãs com aspecto de *murga* [grupo carnavalesco] que percorreram ontem as ruas da cidade não representam **nenhuma classe da sociedade argentina**...”; apressaram-se a decretar em 18 de outubro [de 1945] os dirigentes do Partido Comunista (TORRE, 2000, p. 261, grifos e tradução meus).

Mesmo que não procurasse um discurso “classista” (TORRE, 2000), típico dos modelos tradicionais de “classe operária”, e não obstante a sua clara aliança com setores da burguesia industrial, o peronismo conferiu nova visibilidade aos trabalhadores e provocou uma reação que marcaria uma inovadora e mais marcada divisão política da sociedade. Para autores como Torre, o peronismo não procurava criar uma subcultura operária, mas integrar os trabalhadores à cultura dominante (TORRE, 2000, p. 269). Coincidindo ou não com essa análise, que não está livre de polêmicas, parece ser possível afirmar que as classes então dominantes, instaladas no Centro da Capital Federal e nas suas áreas nobres, resistiram, num primeiro momento, a essa integração, para, em seguida, buscarem distinguir-se do que chamavam de “aluvião zoológico vindo dos subúrbios” (CIRIA, 2000, p. 297). O temor à “invasão” da cidade pelos subúrbios era compartilhado pelas classes médias urbanas, que, junto com a elite, passaram a denominar ao conjunto de trabalhadores originários das províncias do interior e moradores da Periferia e das *villas* o termo “*cabecitas negras*”, adjetivo pejorativo vigente ainda hoje:

[...] As classes tradicionais advertiram a presença do que chamaram de “*cabecitas negras*” e comprovaram a elevação econômica e social das classes populares, que agora consumiam mais produtos alimentícios, mais artigos para o lar, enchiam os ônibus e os trens suburbanos e compareciam em grandes quantidades aos estádios de futebol e aos cinemas. (ROMERO, 2000b, p. 202, tradução minha).

Por parte desses trabalhadores e do movimento peronista, era forte também a acima mencionada distinção entre “povo” e “oligarquia”,<sup>89</sup> especialmente enfatizada nos discursos da Primeira Dama, Eva Duarte de Perón, e do presidente nos atos na Plaza de Mayo.<sup>90</sup>

Essa oposição pode ser resumida na ideia de Centro *versus* Periferia nos processos de territorialização da Buenos Aires da época, e que a seguir se analisam mais detalhadamente.

---

<sup>89</sup> Para um elucidativo artigo jornalístico sobre as fronteiras estabelecidas na história política argentina e a sua vigência na década de 2000, ver Natanson, 2009.

<sup>90</sup> “As arengas de Perón e Eva Perón [...] enfatizavam a variante ‘descamisada’ e jacobina do movimento [...]” (CIRIA, 2000, p. 300). Da mesma forma, a marcha do partido peronista, composta pelo célebre compositor Discépolo, destacava que os trabalhadores unidos triunfariam ‘combatendo o capital’. Frase esta que seria trocada na década de 1990 na mais nova versão da marcha do partido, como será analisado no próximo capítulo.



### 2.2.3. *Bairro, fábrica e Nação* redefinidos no Projeto e na prática peronista

Moreno sempre foi um bairro peronista. (Integrantes da *Creciendo Juntos*, janeiro de 2005, tradução minha).

Lutamos contra a política do *puntero*, que existe desde toda a vida (Integrante da APROFA, agosto de 2005, tradução minha).

Em termos de processos de territorialização, a expansão de indústrias e moradias populares para a Periferia de Buenos Aires, já iniciada na década de 1930, seria acompanhada da distinção, agora aprofundada, da *Capital* em oposição ao que se denominaria o *Conurbano* (CARIDE, 1999a; 1999b). Com essa expressão, agrega-se ao conjunto de subúrbios que, colado à Capital Federal, pertence à jurisdição da província de Buenos Aires, numa oposição também vigente nos dias atuais.<sup>91</sup> Em termos políticos e eleitorais, essa distinção já ficava clara na década de 1940, com uma Capital opositora ao peronismo, e com um *Conurbano* onde a participação e a adesão ao movimento eram contundentes (LUPU; STOKES, 2009). Em termos políticos e culturais mais amplos, a Capital era o lugar da “gente de bem”, e o *Conurbano* o lugar dos “*cabecitas negras*”, sempre com a exceção das áreas mais nobres dos subúrbios do Norte — Vicente Lopez e San Isidro — e de relativamente pequenos núcleos residenciais ocupados pelos dirigentes das empresas industriais e de transporte que se instalavam na Periferia (TORRE, 2000; CIRIA, 2000).

Com essa oposição e distinção social, o movimento peronista conseguiu estabelecer-se e pautar um Projeto de país no decênio entre 1945 e 1955. Nesse Projeto, a ação coletiva dos trabalhadores mostrava uma outra articulação entre as escalas do bairro, da fábrica, da cidade e da Nação.

Como antes mencionado, o ator que por definição o peronismo ia construir dentro do seu Projeto político era o do *trabajador*. Na proposta política do peronismo, cabia ao trabalhador inscrever-se no sindicato, escolher o seu delegado e seguir o líder — ideia resumida no lema “*Perón conducción*”. A escala de referência principal do Projeto peronista era sempre a Nação. O delegado sindical,

---

<sup>91</sup> Para uma breve, porém ilustrativa, resenha do conteúdo político e cultural do termo “*Conurbano*” na década de 2000, ver ZAIAT, A. El Conurbano. *Página 12*, Buenos Aires, 22 nov. 2009. Disponível em: <<http://www.pagina12.com.ar/diario/economia/2-135743-2009-11-22.html>>. Acesso em 10 junho 2010.

na fábrica, deveria seguir as determinações do sindicato nacional, que, por sua vez, se agrupava na Central Geral dos Trabalhadores — a CGT. A fábrica parecia ser, portanto, o lugar privilegiado da identidade peronista: nela a pessoa se realizava e ajudava a construir a nova Nação. A partir de seu trabalho, era reconhecido pelo Estado, obtinha acesso a bens de consumo coletivo, garantias de estabilidade e condições salariais negociadas na escala nacional entre associações empresariais, grandes sindicatos e governo. Na fábrica tinham lugar também os conflitos cotidianos entre o delegado sindical e os patrões, receosos do poder exercido pelo peronismo e temerosos de não conseguirem seguir as pautas trabalhistas negociadas na escala nacional.

Os trabalhadores, entretanto, afiliados ao sindicato e agrupados segundo ramos da produção, sustentavam também o Projeto Peronista em maciças manifestações que ocupavam a histórica e central Plaza de Mayo. Nessas concentrações discursavam suas lideranças (Perón, Evita e dirigentes sindicais), em comemoração de fatos políticos relevantes para o governo — nacionalização dos trens, instauração do voto feminino, consagração da fórmula presidencial peronista<sup>92</sup> — e de datas históricas para os trabalhadores peronistas — *1º de Maio* e, sobretudo, o *17 de Outubro*, ou “Dia da Lealdade” ao líder Perón. A *Plaza* — sede do poder executivo nacional — era assim o lugar privilegiado da ação política peronista, em relação direta com o seu Projeto Nacional Popular.

[...] a mobilização dos trabalhadores organizados constituiu o sustento principal do regime peronista e definiu seu estilo. Os dirigentes sindicais tiveram franco acesso à Casa de Governo e ao presidente. A massa de trabalhadores lotava habitualmente a Plaza de Mayo, em atos que celebravam datas partidárias e culminavam no esperado discurso de Perón na varanda [da casa de governo] (CIRIA, 2000, p. 300).

Quando não estava na *Plaza*,<sup>93</sup> o trabalhador peronista devia concentrar-se no trabalho e na família. Como dizia Perón, um bom peronista devia ir: “da casa ao trabalho e do trabalho para a casa” (VARELA, 2009, p. 186).

---

<sup>92</sup> Isto é, o anúncio formal e festejado da candidatura para as eleições presidenciais de 1951 de Juan Domingo Perón para ser reeleito como presidente.

<sup>93</sup> Essa espacialidade centrada na *Plaza*, aliás, seria marcante para a história posterior do peronismo, como se analisa em MARTUCCELLI, D.; SVAMPA, M. *La plaza vacía: as transformações do peronismo*. Buenos Aires: Losada, 1997.

Mas, então, o que acontecia com o bairro, particularmente com os subúrbios do *Conurbano*, berço e território de apoio maciço ao Projeto peronista e espaço de referência dos nossos casos de estudo?

Longe de negligenciar esse território, o peronismo iria promover uma série de ações, práticas e valores, no contexto e na substância dos quais partido e Estado se confundiam. Estas práticas e valores, como adiantado na descrição das propostas da APROFA e do MTD no Capítulo 1, permanecem, até hoje, como referência da ação coletiva no *Conurbano*. Se a frase de Perón acima citada sugeria que o trajeto entre fábrica e casa devia ser indiferente para o “bom trabalhador”, não o era para o peronismo e os seus agentes. Partido, sindicato e Estado agiam — com fronteiras difusas — tanto na construção de moradias, quanto na urbanização dos bairros, passando pelos serviços de saúde e educação. Os subúrbios do *Conurbano* eram também o lugar privilegiado para as ações de assistência lideradas pela Primeira Dama, Eva Perón. Assim, enquanto “Perón cumpria” com os direitos trabalhistas, “Evita dignificava”, encabeçando a distribuição de alimentos e outros produtos considerados básicos para a “família trabalhadora”, inaugurando hospitais, escolas e centros esportivos, consolidando a sua imagem de “mãe dos pobres”.<sup>94</sup>

Seguindo a tendência da década de 1930, tinha-se no *Conurbano* uma expansão por periferias que seguiria em grandes traços o que se considera a urbanização típica da cidade industrial e moderna, análoga em vários aspectos a outros processos contemporâneos no Brasil e na América Latina em geral.<sup>95</sup> Condição e projeção territorial do regime de acumulação dominante, os subúrbios cresciam com as indústrias e os migrantes do interior do país, alavancados por investimentos públicos em transporte, que os conectavam, por meio de trens e novas vias de acesso e comunicação, com o Centro da Capital Federal. Os

---

<sup>94</sup> “[...] reverenciavam [a Eva Duarte de Perón] como depositária e intermediária, diante de Perón, de demandas e anseios básicos, contidos e encaminhados pela Fundação de Ajuda Social [organizada por ela]. As policlínicas, as escolas, os lares de trânsito e para anciões, as cidades estudantis e infantis na Capital Federal (‘... na Argentina os únicos privilegiados são as crianças’) dão conta de importantes necessidades que a gestão de Evita, na sua particular e direta forma de fazer as coisas, tentou solucionar, em contraste com a velha alta sociedade oligárquica para a qual a caridade cristã ou a beneficência liberal se aplicavam em conta-gotas [...]” (CIRIA, 2000, p. 304). Evita como “mãe dos pobres” é uma construção ainda vigente em grande parte, mas não somente, dos subúrbios de Buenos Aires (AUYERO, 2001).

<sup>95</sup> Para uma análise da interação entre formação da cidade e a formação das classes na América Latina, ver a Introdução e primeiro capítulo de Telles e Cabanes (2006). Ver também Oliveira (1978, 1982).

migrantes, em formas diversas de articulação com o poder público, iam construindo diferentes territorialidades e formas de moradia. Continuavam comprando os seus lotes e construindo as suas casas. Dentre os que experimentavam alguma expansão em sua renda, muitos conseguiam agora uma unidade nos *complexos habitacionais* construídos pelo governo peronista ou pelos sindicatos. Os que tinham menos recursos se iam agregando e expandindo as *villas miséria*.<sup>96</sup>

Nesse processo de territorialização, o peronismo teve um papel significativo também mediante agentes concretos que agiam no cotidiano. Grande parte das ocupações e, sobretudo, da organização para a melhoria no fornecimento de serviços e no acesso à distribuição da assistência estatal era mediada por pessoas pertencentes ao Partido Peronista. Formando verdadeiras redes, essas pessoas trabalhavam no cotidiano, na *punta* (ponta) concreta da ação peronista. Era a origem do *puntero peronista*, que, por sua vez, tinha como antecedentes as redes de obtenção de votos nos “bairros das margens” de décadas anteriores, nas disputas entre radicais e conservadores (CIRIA, 2000, p. 297). Por um lado, o Estado e suas instituições mais formais faziam na Periferia investimentos em moradia e, sobretudo, em infraestrutura urbana, em grandes centros educacionais e de saúde; por outro lado, muitos desses investimentos, e sobretudo as políticas de distribuição de bens considerados básicos, eram mediados pelos *punteros*.

#### **2.2.4. Peronismo, tão perto e tão longe dos nossos casos de estudo**

Na Periferia, em resumo, consolidava-se uma forma particular da política popular. O Projeto peronista tinha um horizonte de transformação nacional, centrado no trabalho dentro da fábrica industrial, base dos trabalhadores unificados e organizados nas grandes centrais peronistas. O Estado garantia os seus direitos, mediava as suas negociações com as centrais empresariais e provia o acesso a bens e serviços — o salário indireto, numa particular versão argentina da sociedade salarial.<sup>97</sup> Os bairros periféricos das grandes cidades da Argentina, particularmente

---

<sup>96</sup> As *villas* também não teriam agradado ao governo peronista, que fez construir um muro para ocultar as que eram vizinhas à auto-estrada que levava ao recém inaugurado aeroporto internacional no subúrbio de Ezeiza (ROMERO, 2000b, p. 206).

<sup>97</sup> Como será analisado nos próximos capítulos, a partir do estudo do caso da França, Robert Castel define o conceito de sociedade salarial e a sua posterior transformação que levaria a uma “metamorfose da questão social” (CASTEL, 1998). Seguindo as análises de Beccaria e Altimir, a

no *Conurbano Bonaorense*, apareciam também como base da ação e da identidade peronista e se transformavam com novos processos de territorialização.

Em outras palavras, do bairro do ideal socialista, onde os trabalhadores deviam organizar-se, colocando em prática formas associativas de cultura e produção, e compartilhando valores e princípios de uma classe trabalhadora internacionalista, passava-se ao bairro peronista, onde o *descamisado* se transformava no *trabalhador peronista*. Este morava e acedia a bens e serviços fornecidos pelo Estado Nacional e Popular, graças à mediação do *puntero*. A ação política socialista e anarquista das primeiras décadas do século XX ocupava as ruas e estendia-se pela cidade — muitas vezes envolvendo conflitos violentos com as forças de repressão — para reivindicar mudanças nas relações de trabalho e com um discurso de clara oposição do trabalhador diante do capitalista. O trabalhador peronista, por sua vez, organizava-se a partir do seu sindicato, elegia o seu delegado na fábrica, e marchava de forma ordenada para ocupar a *Plaza* e comemorar as conquistas sobre as quais iriam discursar os seus líderes.

Como adiantado no capítulo anterior, os casos de estudo desta tese também guardam relações diretas — por influência, afinidades e também por oposição — com o Projeto peronista tal como desenvolvido no período 1945-1955.

No que diz respeito aos processos de territorialização mais gerais, os subúrbios onde a APROFA e o MTD se localizam no *Conurbano* são periféricos e, na origem do movimento, “eram peronistas”. Reconhecem, de qualquer forma, diferenças importantes entre eles. Já no começo do século XX, La Matanza era um subúrbio industrial, inicialmente por causa dos grandes frigoríficos, e, depois, com a indústria metalúrgica ligada à substituição de importação. O município foi fortemente transformado no período peronista, constituindo um dos principais subúrbios industriais que cresciam e se identificavam com o movimento peronista.<sup>98</sup> O

---

existência de uma sociedade salarial na Argentina, com as suas devidas particularidades, apareceria como um termo pertinente (BECCARIA, 2001; ALTIMIR; BECCARIA, 1998). Ainda mais, e especialmente importante para esta tese, os membros e as lideranças das organizações em estudo fazem uma constante referência à sociedade de trabalho e à cultura do trabalho como predominantes num passado próximo, com direitos perdidos cuja reivindicação entendem como legítima motivação das suas lutas.

<sup>98</sup> A identidade de “peronistas de La Matanza” é relevante ainda hoje, como o indicam as altas posições que na hierarquia nacional do partido ocupam dirigentes originários desse subúrbio e como declaram muitos dos militantes residentes na área. Dada também a sua grande quantidade de moradores — mais de 1 milhão e 200 mil moradores (INDEC, 2005), o município tem uma representatividade significativa em nível provincial e também nacional, dirigindo muitas vezes as suas

município de Moreno, mais distante da Capital, ainda conservava à época o seu caráter rural, mas em termos eleitorais também formava parte da maioria de prefeituras governadas por membros do partido peronista.

Em termos de afinidade com valores ligados a processos de formação de classe e também de territórios, nas propostas políticas tanto da APROFA quanto do MTD existe uma clara opção por se identificarem como trabalhadores e moradores do *Conurbano*. O peronismo na sua origem reivindicou a identidade de trabalhador — e de *clase trabajadora* —, transformando a denominação de “descamisados” para os migrantes que procuravam trabalho nos subúrbios. De forma análoga, as organizações em estudo reafirmam a identidade de trabalhador em contraposição, ou requalificação, do termo de desempregado, destacando a sua função social e a sua “dignidade”, como observado no capítulo anterior. Do mesmo modo, enquanto o peronismo marcava presença na *Plaza Central da República*, o MTD e a APROFA utilizaram — sobretudo em seu começo — a organização de passeatas em grandes vias de comunicação ou em sedes das prefeituras ou de empresas de serviços, para se tornarem visíveis, característica das organizações *piqueteras* (SVAMPA; PEREYRA, 2003) já mencionada no primeiro capítulo desta tese.

De qualquer modo, os termos de diferenciação também são explícitos e claros no que concerne a aspectos inaugurados pelo Projeto peronista no decênio 1945-1955 e que estariam vigentes no cotidiano da política com a qual lidam as duas organizações. Trata-se da crítica, já mencionada no primeiro capítulo, à organização hierárquica da ação política, em que a instância nacional determinaria as ações nas bases. Trata-se, sobretudo, da rejeição às redes e à cultura do que Auyero (2001) chama de “política popular”, e que o MTD e a APROFA sintetizam, mesmo que com diferente ênfase, como o “maldito puntero”.

As diferenciações e afinidades com tradições políticas anteriores da APROFA e do MTD ficam mais próximas e legíveis, entretanto, na trajetória posterior do movimento peronista e nas lutas e ações coletivas de dominados das décadas de 1960 e 1970. Nelas, as escalas da ação continuaram transformando-se: fábrica, bairro e Nação se relacionavam de forma diferente em lutas que, mais uma vez,

---

câmaras legislativas e ocupando cargos de relevância nos poderes executivos. (A identidade “peronista matancera” foi enfatizada repetidas vezes em entrevistas com autoridades do Instituto Nacional de Apoio à Economia Social, INAES, em 2003 por ocasião da minha pesquisa de Mestrado.)

tenham a Periferia de Buenos Aires como espaço privilegiado de ação e territorializações. Esses processos, e as suas posteriores mudanças e interrogantes com o advento da ditadura militar de 1976-1982 e na volta da democracia na década de 1980, serão objeto de análise do próximo capítulo.

### 3. AS RAÍZES ATIVAS DOS PROJETOS DA APROFA E DO MTD: TRABALHO DE BASE, DITADURA E VOLTA DA DEMOCRACIA NA *FÁBRICA* E NO *BAIRRO* DA PERIFERIA DE BUENOS AIRES

No capítulo anterior foi possível discutir a relação entre *fábrica* e *bairro* nos processos de luta política acompanhando as tradições e raízes dos nossos prismas de estudo e lendo com eles análises mais gerais e históricas sobre a formação de classes e a territorialização em Buenos Aires até ao primeiro decênio de governo peronista (1946-1955). O presente capítulo continua esse percurso histórico e analítico, focando a referência que a APROFA e o MTD fazem ao chamado “trabalho de base” nas décadas de 1960 e 1970, aos processos de repressão durante a última ditadura (1976-1983) e às práticas e aos valores que se tentavam construir na Periferia de Buenos Aires já na década de 1980. A *fábrica* e o *bairro* aparecem associados mais uma vez a processos de conflito e territorialização particularmente influentes nos membros e Projetos dos nossos prismas de estudo, ao mesmo tempo em que colocam em questão mudanças de identidades e de lutas de classes.

#### 3.1. O TRABALHO POLÍTICO DE BASE NA *FÁBRICA* E NO *BAIRRO* PELA REVOLUÇÃO NACIONAL

##### 3.1.1. A *Resistência Peronista*: fábrica e subúrbio como refúgio para a ação

[...] nossos referentes mais autênticos [...] também [foram] os operários que na década de 1950 protagonizaram o processo de resistência aos projetos de dominação que chegavam a partir dos centros imperiais e se denominara Resistência Peronista [...] (FLORES, 2006, p. 20, tradução minha).

Com o golpe de Estado contra Perón em 1955 e a proscricção do partido, parte das lideranças e da militância do movimento peronista começou o que se denominou *Resistência Peronista*. Com o objetivo de “trazer de volta o General” e de manter ativos os valores peronistas, começava uma ação que priorizava fundamentalmente o trabalho sindical. Assim, a *resistência* teve como lugar privilegiado as fábricas do *Conurbano Bonaerense*, onde as suas principais figuras se retiraram para se organizar e agir, uma vez que estavam excluídas das esferas de decisão e das estruturas políticas de escala nacional (CIRIA, 2000, p. 305; WERNER; AGUIRRE, 2007).



Aparecia também, mas em menor medida, a ação nos bairros, particularmente nos subúrbios do *Conurbano*, onde as lideranças iam refugiar-se. A vida no cotidiano desses subúrbios estaria influenciada pela ação política desses militantes.<sup>99</sup> Impedidos de se manifestar nas ruas e na *Plaza* do Centro da Capital, os valores peronistas iam continuar ativos no Conurbano, nas práticas de auto-organização para se reivindicarem os bens e serviços fornecidos por um Estado que tinha mudado a sua forma de intervir no território periférico. Aos loteamentos legais e ao crescimento em bairros já estabelecidos iria juntar-se a contínua expansão de *villas* de emergência, cada vez mais nas margens e fugindo do controle estatal (YUJNOVSKY, 2000).

No período de 1955 a 1973, com Perón no exílio e o partido peronista impedido de participar da vida política, a escala política nacional foi marcada pela sucessão de governos eleitos sem o apoio do peronismo e golpes e governos militares que abreviavam a vida dos governos eleitos. Mas tampouco os governos militares conseguiam estabelecer-se por muito tempo e refletiam lutas de projetos no interior das Forças Armadas. Dessa forma, a política argentina a partir de 1955 é entendida por muitos autores como uma luta não resolvida pela hegemonia entre diversas classes e frações de classe.<sup>100</sup> De um lado, as frações de classe ligadas a uma burguesia tradicional e ruralista; de outro, os setores mais afinados com a burguesia industrial nacional e com os interesses do capital de origem estrangeira. Um terceiro setor na disputa era a classe operária urbana e industrial (WERNER; AGUIRRE, 2007).

A estratégia da *Resistência*, nesse contexto, teria sido bem sucedida e comprovaria o poderio da organização sindical peronista: greves eram coordenadas, algumas reivindicações foram atendidas, e, sobretudo, ninguém no governo podia mais ignorar o peronismo e a sua capacidade de ação (ROMERO, 2000b, p. 206).

Enquanto na cúpula do poder os conflitos continuavam sem um claro vencedor e a *Plaza* permanecia vazia e controlada, cresciam nos subúrbios e na classe trabalhadora práticas e valores que destacavam cada vez mais a obra de Perón e a necessidade da sua volta. A esses setores iriam juntar-se de forma

---

<sup>99</sup> Para um estudo etnográfico da memória da Resistência numa *villa* do *Conurbano*, ver AUYERO, 2001, Cap. 2, op. cit.

<sup>100</sup> Para o conceito de classe e fração de classe utilizado neste tese e na bibliografia de referência, ver MARX (2003).

crescente jovens pertencentes a setores médios — universitários, membros de comunidades de base ou sociais da Igreja, entre outros —, que viam no peronismo um projeto de revolução social (CIRIA, 2000, p. 309-310). Apareciam também militantes que procuravam essa revolução por fora do peronismo. O espaço privilegiado dessa articulação seriam os subúrbios, como a seguir se analisa.

### **3.1.2. O trabalho político de base e a *fábrica* e o *bairro* como plataformas para a transformação revolucionária**

Militamos nos sindicatos, nas bases de bairro (Entrevista com Integrantes do MTD, junho de 2005, tradução minha).

Como adiantado no primeiro capítulo, ações, valores e a referência às lutas políticas na década de 1970 aparecem na proposta das organizações em estudo, na trajetória de parte de seus membros — com destaque para as suas lideranças — e nas organizações que mais os influenciaram durante a sua formação. Organizações de base, trabalho comunitário, luta contra a burocracia sindical são todos termos comuns nessa época e que aparecem não somente em organizações como o MTD e a APROFA, mas também em estudos recentes que tratam de ações coletivas dos dominados na presente década na Argentina (GIARRACCA; BIDASECA, 2001; SVAMPA, 2008).

Nas diversas análises históricas sobre o processo político no final da década de 1960 e na década de 1970, uma questão parece consensual entre os estudiosos do período: tratava-se de momento de intenso e aberto conflito, no qual diversos projetos de país continuavam numa disputa sem definição. A luta armada era uma opção adotada por organizações de diversas orientações, e os confrontos tinham lugar tanto nas *fábricas*, quanto nos *bairros*, como também nos corredores universitários e nas cúpulas dos diversos partidos políticos e sindicatos, com destaque para os de orientação peronista e as suas diversas tendências internas (WERNER; AGUIRRE, 2007; CIRIA, 2000).

Diversas organizações, na Argentina em geral, assim como em Buenos Aires em particular, procuravam e lutavam por afirmar a representação dos interesses dos setores populares. Tinham elas um projeto de questionamento e transformação da estrutura e da dinâmica social a favor do setor que interpretavam e nomeavam como *clase trabajadora*.

Numa extensa análise que procura realizar leituras em termos de luta de classes e uma crítica interna das organizações que faziam referência a um ideário socialista, Werner e Aguirre (2007) analisam a estrutura e a dinâmica políticas da época. Esses autores entendem que no campo das lutas pela representação política dos setores trabalhadores existia, por um lado, um sindicalismo chamado de “burocrático” por seus opositores, institucionalizado na Confederación General de los Trabajadores (CGT), integrado ao partido peronista e seguidor de suas orientações políticas. Esta corrente era reconhecida à época como de “direita”, pois não questionava a ordem social vigente e procurava pactuar com as instituições de representação “patronal”, aderindo a uma visão qualificada como corporativa pelo conjunto das outras correntes.<sup>101</sup> Por outro lado, existia uma grande quantidade de influentes organizações que também procuravam representar os trabalhadores assalariados em seu lugar de trabalho e que entravam em conflito direto com o sindicalismo peronista, e que se autodefiniam como de “esquerda”. Entre estas organizações, algumas reivindicavam e participavam do partido peronista, enquanto outras estavam ligadas a tradições, ou formalmente a partidos, socialistas e comunistas nas suas variações. Focalizando sobretudo as ações levadas a cabo pelo Partido Socialista dos Trabalhadores (PST), os autores destacam também a importância das *Coordinadoras Interfabriles* (coordenadoras inter-fábricas), que, questionando os sindicatos tradicionais, aderiam também à estratégia de tomada revolucionária do poder e à instauração do socialismo na Argentina. Sublinham, ainda, a importância do período de greves e manifestações de rua conhecido como o *Cordobazo*. No ano de 1969, a partir da Periferia da cidade de Córdoba — sempre importante na dinâmica argentina junto com Rosário e Buenos Aires —, e

---

101

O sindicalismo também era objeto de disputa e essa orientação particular não estaria presente desde a sua origem. Ao contrário. Como já observado, Murmis e Portantiero demonstram como nas origens do movimento peronista teve grande influência um sindicalismo preexistente, em grande parte relacionado com ideais socialistas e anarquistas, e que ganhara força durante o período de industrialização intensa e substitutiva de importações da década de 1930. Segundo destacam os autores, esse sindicalismo tinha no começo um grande grau de autonomia política, e uma parte significativa decidiu apoiar o General Perón como forma de ver concretizadas as diversas demandas que durante o período anterior tinham sido sistematicamente negadas pelo governo conservador. Dessa forma, Portantiero e Murmis contrariam as teses sobre nacionalismo popular latino-americano na época do texto — década de 1970 — e destacam que, enquanto no Brasil, com Vargas, existiria um sindicalismo atrelado e formado a partir da ação do Estado, na Argentina e no peronismo os sindicatos tinham uma maior autonomia já na origem, que estaria demonstrada por sua relevância política, mesmo após a queda de Perón em 1955 e da proscricção do partido peronista até 1973 (MURMIS; PORTANTIERO, 2004).

organizados a partir das comissões “de base” que não respondiam aos sindicatos tradicionais, operários marcharam sobre o Centro da cidade mediterrânea e foram ganhando o apoio de universitários e trabalhadores aí localizados (WERNER; AGUIRRE, 2007). A cidade de Córdoba foi de fato tomada pelas manifestações, e uma de suas lideranças, Agustín Tosco, é ainda hoje reconhecida como figura de referência em organizações políticas na Argentina, entre eles o MTD aqui em estudo, como será analisado no sexto capítulo desta tese.<sup>102</sup>

Outra forma de ação política desenvolvida nos subúrbios de Buenos Aires e também por organizações e militantes que defendiam um ideário socialista era o chamado “trabalho de base no bairro”.<sup>103</sup> Explicitavam desta forma o lócus privilegiado da ação, que não era o lugar de trabalho do assalariado industrial — a *fábrica* —, mas o lugar da sua moradia, o bairro popular em suas diversas manifestações na Periferia — bairro por lote, complexo habitacional e *villa* miséria, fundamentalmente.

Mais uma vez, mesmo sem serem as únicas, eram predominantes neste campo as organizações que aderiam ao movimento peronista na sua vertente de esquerda na época. Também era significativa a influência de setores da Igreja Católica que seguiam os princípios da Teologia da Libertação, minoritária na hierarquia eclesiástica, que a combatia.<sup>104</sup> A proposta destas organizações era trabalhar no dia-a-dia com os moradores, tratando de reivindicações ligadas à moradia, à alimentação e a outros serviços considerados básicos, procurando assim atrair adesões à causa da tomada revolucionária do poder e da instauração do socialismo.

---

<sup>102</sup> “Na década de 1970 tínhamos referentes como Agustín Tosco, que lideravam os sindicatos e também trabalhavam no chão de fábrica [...] isso não existe mais.” (Entrevista com liderança do MTD, janeiro de 2010, tradução minha). Essa questão será retomada no Cap. 6.

<sup>103</sup> Para una análise sobre o trabalho de base e as ideias e organizações marxistas, ver GERRATANA, V. et al. Consejos obreros y democracia socialista. In: *Cuadernos de Pasado y Presente*, Córdoba, Argentina, n. 33, 1972.

<sup>104</sup> A cúpula da Igreja argentina teve na década de 1970 um papel mais próximo das vertentes políticas conservadoras, e foi um fator de apoio importante da ditadura instaurada em 1976, inclusive legitimando as suas ações de repressão. Em contraste com esta linha dominante, existiram numerosos padres que aderiram à Teologia da Libertação e participaram tanto das organizações de trabalho de base quanto de organizações de luta armada. Entre as suas lideranças mais emblemáticas, encontrava-se o Padre Mujica, atuante nas *villas miséria* de Buenos Aires, dirigente da JP que fora assassinado pela Triple A no ano de 1974. Para um estudo mais amplo sobre a Igreja Católica na Argentina, ver DI STEFANO, R.; ZANATTA, L. Historia de la Iglesia Argentina: desde la conquista hasta fines del siglo XXI. Buenos Aires: Grijalbo-Mondadori, 2000.

Em outros termos, nos lugares de moradia — ou *bairro* — dos setores populares, estas organizações promoviam a resistência a ações de despejo e a organização de novas ocupações, articulando atividades que visavam a garantir a sobrevivência material das pessoas (alimentação) e o desenvolvimento de bens coletivos urbanos, muitas vezes construídos de forma autônoma. Nas *fábricas*, as organizações definidas como “de esquerda” começaram um forte trabalho de oposição aos sindicatos oficiais, vistos como cada vez mais comprometidos com as entidades patronais (CIRIA, 2000, p. 310).

A *fábrica* e o *bairro* apareciam assim como territórios reformulados da disputa política ligada à classe trabalhadora, num contexto de relativo declínio do papel do partido peronista. Os processos de luta de organizações ligadas a setores não dominantes relacionavam-se com processos de territorialização também reformulados. Na *fábrica*, a escala da “base” — ou “chão de fábrica” — aparecia na proposta de fortalecimento e mais poder às comissões internas, acompanhada de questionamentos das direções sindicais formais, nacionais. E, assim, o *bairro* passava a ser o espaço onde diversos grupos procuravam mudar os valores e as práticas dos setores populares, sempre com o objetivo de transformar o país, mas “a partir de baixo”.

Essa ênfase análoga na escala da “base”, no *bairro* e na *fábrica*, tendia a fundir esses territórios no próprio processo de luta. Tratava-se de uma mudança na articulação entre essas duas escalas, e que lembra em parte o já analisado sobre as ações coletivas socialistas e anarquistas nas primeiras décadas do século XX em Buenos Aires. A ocupação de fábricas pelas comissões internas, com bloqueios e apoio das organizações de base dos *bairros*, era uma ação frequente e significativa na Periferia de Buenos Aires na primeira metade da década de 1970. Mesmo que os diversos grupos políticos tivessem em sua organização uma divisão do trabalho entre os militantes focados no trabalho nas *fábricas* e aqueles encarregados do trabalho de *bairro*, tendia a ser preponderante uma divisão espacial por bases de ação, onde ambos os grupos se articulavam de fato (WERNER; AGUIRRE, 2007). O próprio objetivo da ação política não era mais garantir somente melhores condições de trabalho e melhores condições de vida fora das fábricas, mas a conquista revolucionária do poder, agindo e se revelando a partir das bases e aproveitando as culturas de luta preexistentes, tanto na *fábrica*, quanto no *bairro*. As organizações com ideais revolucionários e nacionais, dentro ou fora do peronismo, iam também

tentar ocupar e ganhar a *Plaza* com os seus militantes de *bairro* e de *fábrica*. Seu *Outro*, com o qual iriam disputar esse espaço, eram os sindicatos “burocráticos” e as linhas mais conservadoras dentro do peronismo.<sup>105</sup>

As influências dessas ações no Projeto da APROFA e no MTD foram acima mencionadas e já detalhadas no capítulo primeiro: autonomia, trabalho de base e ação no cotidiano formam parte de seus principais objetivos e valores de ação. Uma diferenciação com relação à “tomada revolucionária do poder” também é parte importante de seu projeto, como foi discutido nesse mesmo capítulo.

Uma outra diferenciação, implícita na anterior, é a oposição à estratégia armada. O processo de luta de final da década de 1960 e primeira metade da década de 1970 apresentava de fato um alto nível de conflito e violência, tanto nos processos territoriais de base quanto nas escalas mais amplas da ação política (ROMERO, 2000b; CIRIA, 2000; WERNER; AGUIRRE, 2007). Enquanto nas *fábricas* e nos *bairros* aconteciam ocupações, assassinatos de lideranças de comissões fabris ou comunitárias, a perseguição e a execução também eram sofridas por líderes nacionais das mais diversas vertentes políticas. Este processo de violência aprofundou-se quando as Forças Armadas desfecharam o último golpe de Estado na Argentina, instaurando o autodenominado “Processo de Reorganização Nacional”.

A luta de classes e os seus processos de territorialização sofriam assim uma profunda transformação, que também influiria especialmente nos nossos prismas de estudo. Essas mudanças de *classe* e de *territórios* são o objeto da próxima seção.

---

<sup>105</sup> Como bem explicam Werner e Aguirre e Ciria, essa disputa era intensa e não deixava de apresentar eventos marcantes, como quando durante o curto período em que reassumiu como presidente, Juan Domingo Perón discutiu na comemoração do 1º de maio de 1974, na varanda da sede presidencial, com os grupos da juventude peronista de esquerda. Estes, liderados pela organização Montoneros, saíram da *Plaza* no meio do ato expulsos — ou por própria vontade, para expressar a sua oposição às opções do “general”, segundo a fonte que se consulte (WERNER; AGUIRRE, 2007; CIRIA, 2000)

### 3.2. A CLASSE EM FUGA? FÁBRICA E BAIRRO NA REPRESSÃO E NUM NOVO REGIME DE ACUMULAÇÃO NA DITADURA

[antes da ditadura] lutávamos por uma maior participação da classe trabalhadora, depois acabou (Entrevista com liderança do MTD, janeiro de 2010, tradução minha).

Em Moreno o trabalho de base por um Projeto Nacional e Popular foi muito intenso na década de 1970, depois a ditadura o reprimiu intensamente (Entrevista com membro de organização política de Moreno, maio de 2005, tradução minha).

A ditadura instaurada em 1976, e que culminou em 1983, significou, em termos de luta de classes e Projetos em disputa, a vitória dos setores ligados à acumulação financeira e a derrota da classe trabalhadora e dos setores que procuravam mudanças estruturais na sociedade a favor desta classe. Diversas análises concordam em interpretar o ano de 1976 como o ponto de inflexão no qual se instaura — nos termos sugeridos pela escola da regulação (LIPIETZ, 1986 apud HARVEY, 2003) — um novo regime de acumulação baseado na desregulação da economia e na sua financeirização crescente, com uma tendência acentuada de desindustrialização (BASUALDO, 2000; AZPIAZU; NOCHTEFF, 1995). Nesse processo, um novo modo de regulação promoveria mudanças nas formas de intervenção do Estado, conferindo ao setor assalariado participação funcional decrescente na renda nacional,<sup>106</sup> com uma forte queda sob a ditadura, apenas atenuada, mas não revertida, após a volta para a democracia (GRAÑA, 2007; BECCARIA; GROISMAN, 2009; BASUALDO, 2006).

Essa ditadura foi marcada pela execução de um dos maiores planos de perseguição, tortura e assassinato de pessoas por razões políticas da história do país. Diversos estudos destacam que os desaparecidos políticos somaram aproximadamente 30 mil pessoas (CONADEP, 2009). Falar de desaparecido significa falar do sequestro, por parte de forças repressivas estatais e para-estatais,

---

<sup>106</sup> Segundo explica Graña, as diversas estatísticas que discutem a variação da participação do salário a partir da ditadura concordam com uma queda de 15 pontos percentuais. Se em 1975 essa participação estava entre 40% e 45%, em 1983 caía para um intervalo entre 25% e 29%, segundo a fonte estatística (GRAÑA, 2007, p. 79) No governo democrático de Alfonsín (1983-1989), essa participação subiria para um valor entre 34% e 38%, descendo com a hiperinflação em 1988 para um valor entre 24% e 27%. Na década de 1990, a participação chegaria a um máximo entre 39% e 44%, em 1993, começando novamente uma forte queda para chegar em 2001 — antes da crise — a um valor entre 34% e 38%, caindo em 2002 para o patamar de 26% e 29%, sem melhorias até ao ano de 2005. Volta-se a esta discussão nos próximos dois capítulos da tese.

e sem aparição com vida, de pessoas atuantes nos mais diversos âmbitos da vida social, com destaque para membros de organizações políticas, sindicais e religiosas, professores e estudantes universitários e secundários, jornalistas e também lideranças trabalhadoras industriais (NOVARO; PALERMO, 2003).

No caso do MTD, os relatos de seus membros mais idosos indicam, de fato, a interrupção de sua participação em atividades políticas e como parte de organizações partidárias ou da Igreja. Estas, ativas na primeira parte da década de 1970, foram então radicalmente reprimidas e extintas:

[...] com a ditadura saí de Buenos Aires, fui exercer a docência num povoado do interior, no litoral da província. (Entrevista com liderança do MTD, maio de 2005, tradução minha)

[...] militava forte em comunidades eclesiais de base, perto de San Justo [centro comercial e administrativo de La Matanza], com a ditadura tudo sumiu, e eu mudei de bairro também. (Entrevista com liderança do MTD, maio de 2005, tradução minha).

[...] acabaram as ações para mudar as condições das pessoas nos bairros do município... cada um passou a cuidar do seu (Entrevista com liderança do MTD, maio de 2005, tradução minha).

Da mesma forma, tinham acabado para essas pessoas as aspirações de uma outra relação de forças e de classe para a sociedade argentina em geral:

[...] participava com meu irmão das lutas da comissão interna na fábrica [metalúrgica de La Matanza], queríamos a Revolução Nacional... com a ditadura a comissão se dissolveu. (Entrevista com liderança do MTD, janeiro de 2005, tradução minha).

Em referência às organizações afins e que influenciariam décadas depois ativamente na formação do MTD, a Associação Madres de Plaza de Mayo surgiu justamente no ano de 1977, reivindicando a aparição com vida de seus filhos, como descrito no Capítulo 1. No período da ditadura, a Associação também sofreu perseguição, com o tristemente célebre sequestro e assassinato de parte de seus membros através de infiltrados das Forças Armadas argentinas.<sup>107</sup> Suas atividades estavam concentradas na denúncia e no esforço para dar visibilidade às ações de

---

<sup>107</sup> Trata-se, entre os casos mais divulgados, do sequestro de membros e fundadoras das *Madres* a partir da infiltração em atividades comunitárias e religiosas feita pelo agente da Marinha, A. Astiz, atualmente sob julgamento. Para detalhes deste caso paradigmático, ver, entre outros, GOÑI (1996) e VERBITSKY (1996). Sobre a repressão na ditadura, ver o *Informe Nunca Más*, de 1984, da Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas – CONADEP (CONADEP, 2009).



repressão clandestinas do governo militar.<sup>108</sup> No que diz respeito ao Instituto Mobilizador de Fondos Cooperativos (IMFC), a desregulamentação do sistema financeiro, favorecendo a sua concentração e desnacionalização, significou um duro golpe na grande maioria dos bancos pequenos e médios cooperativos, base de sustento do IMFC. Ademais, grande parte de seus dirigentes foi também perseguida. Dessa forma, as suas ações em prol do cooperativismo eram quase nulas, sobretudo na Área Metropolitana de Buenos Aires.

Relatos recolhidos dão conta de que parentes diretos dos que depois viriam a ser membros da APROFA participavam ativamente de organizações de base ligadas ao peronismo ou a grupos católicos em Moreno, sofrendo uma intensa e explícita repressão na ditadura:

Nossos pais militavam em organizações que agiam sobretudo nos bairros, dentro de um Projeto Nacional e Popular e de Revolução Nacional... a repressão da ditadura foi intensa aqui em Moreno. (Entrevista com membro da APROFA, agosto de 2005, tradução minha).

[...] o pai e o tio de uma das nossas lideranças trabalhavam forte na militância de bairro até chegar a ditadura, depois tiveram de parar (Entrevista com membro da APROFA, agosto de 2005, tradução minha).

A história e a visão sobre esse período dos membros da escola *Creciendo Juntos* é particularmente ilustrativa:

Como muitas outras famílias jovens, chegamos da Capital para morar nos subúrbios, em parte porque, com a nova lei de aluguéis, não podíamos dar conta dos custos de morar no Centro... e em parte porque gostávamos da ideia de viver num lugar mais agreste e aqui poder construir um projeto de vida alternativo, e continuávamos a acreditar na Revolução (Entrevista com liderança da escola *Creciendo Juntos*, janeiro de 2010, tradução minha).

Não saímos da Capital porque tivéssemos chegado a sofrer perseguição política e repressão, mas, quase depois de chegarmos a Moreno, nós e outras famílias tivemos nossas casas revistadas duas vezes por membros do exército do comando regional (Entrevista com liderança da escola *Creciendo Juntos*, janeiro de 2010, tradução minha).

Esse contexto político, que de certa forma tomou de surpresa os jovens com ideais de Revolução que chegaram a Moreno na década de 1970, é assim resumido:

---

<sup>108</sup> Suas atividades de educação popular ainda estavam longe de formar parte de seu leque de atividades.

Em Moreno se instalou um período bem conservador, com um prefeito designado pelos militares e ligado aos interesses mais reacionários, dominantes no centro do município (Entrevista com liderança da escola *Creciendo Juntos*, janeiro de 2010, tradução minha).

As trajetórias dos membros dos casos de estudo expressam, desse modo, a extinção mais geral de organizações descritas na seção anterior e que atuavam na procura da Revolução a partir do trabalho de base nas *fábricas* e nos *bairros*, perseguição que contou muitas vezes com a colaboração de associações patronais e até sindicais. Moreno teria o triste privilégio, segundo ressaltado por entrevistados para esta pesquisa, de ser o município com maior incidência de desaparecidos pela ditadura. Em La Matanza, muitas indústrias fecharam, e os militantes que não foram desaparecidos partiram para o exílio no Exterior ou foram morar em outros bairros e até outras regiões do país.<sup>109</sup>

As mudanças nas trajetórias, na ação política e nas experiências dos membros e organizações afins ao MTD e à APROFA guardam assim relação com transformações nos territórios onde eles se localizavam e com a Periferia de Buenos Aires em geral:

Em La Matanza, nessa época, começaram os primeiros fechamentos de fábricas, sobretudo das pequenas e médias [...] muitos passamos a nos dedicar ao comércio no varejo por conta própria (Entrevista com liderança do MTD, agosto de 2005, tradução minha).

A diferença entre o Centro e os subúrbios de Moreno era notória, aqui não chegava a ação da prefeitura, e não havia na ditadura ações de organizações políticas, só tínhamos a modesta sociedade de fomento (Entrevista com liderança da escola *Creciendo Juntos*, janeiro de 2010, tradução minha).

Esses relatos mostram uma configuração territorial com alguns traços que se mantêm ainda hoje e reforçam uma relação de Centro/Periferia na AMBA, que se intensificou com a ditadura e que La Matanza e Moreno expressam com singular clareza:

Já não havia ações nem de organizações de militantes, nem do Estado, para a moradia e para os bairros, cada um se ajeitava como podia (Entrevista com membro do MTD, agosto de 2005, tradução minha).

---

<sup>109</sup> Entrevistas com membros do MTD e moradores de La Juanita, fevereiro e maio de 2005 e MANZANO, 2009.

Foi com a ditadura que se impulsionou a construção das autopistas [vias expressas] e aqui pertinho da escola foi a vez da ampliação do Acesso Oeste [que liga a Capital aos subúrbios do oeste da AMBA]... do lado do Acesso começaram a surgir grandes centros comerciais, veio o supermercado *Carrefour* [...] do lado de lá do Acesso está o Centro de Moreno... do lado de cá estamos nós, na época quase sem transporte público e muito menos ruas com asfalto (Entrevista com liderança da Escola *Creciendo Juntos*, janeiro de 2006, tradução minha).

Como destacam diversos analistas, na Argentina, e em Buenos Aires em particular, aconteceu um processo de desindustrialização e deterioração das condições de vida de setores da classe trabalhadora. Os serviços coletivos naquelas áreas deterioraram-se, resultantes da redução dos investimentos públicos. Paralelamente, grandes projetos urbanos contavam com recursos expressivos do Estado e eram oriundos do endividamento externo. Menção particular merecem as vias expressas — as *autopistas* — para conectar a Capital com as áreas de maior renda dos subúrbios (SILVESTRI; GORELIK, 2000).

A presença do Estado foi significativa não somente em termos de repressão política direta, mas também em ações de despejo. A política de remoção das *villas miséria* era dominante nesse período. Segundo Yujnovsky, essa política tinha como objetivo, mais do que o fim das *villas*, realizar, intervenções que facilitassem o controle social dos pobres e permitissem também investimentos e valorizações pontuais do território (2000, p. 447).<sup>110</sup> Uma outra política de efeitos claros na moradia foi a mudança nas normas nacionais sobre locação de imóveis, cujas novas exigências e formas de indexação de aluguéis prejudicaram os inquilinos em benefício dos proprietários. Assim, contingentes crescentes de pessoas saíram do Centro e foram morar em áreas de menor valor na Periferia (YUJNOVSKY, 2000, p. 446), como mostram os casos acima citados de lideranças da escola *Creciendo Juntos*, ligada à APROFA, e também as trajetórias de alguns membros do MTD.<sup>111</sup>

---

<sup>110</sup> Um exemplo paradigmático que sintetiza esta política foi a Copa do Mundo de 1978 (SILVESTRI; GORELIK, 2000). A Copa foi utilizada pelo governo como forma de se legitimar e tentar esconder as ações repressivas, com a tristemente célebre frase divulgada na época “Os argentinos somos direitos e humanos” em contraposição às então já presentes denúncias internacionais contra a violação de direitos humanos no país. Para a Copa, o Estado realizou volumosos investimentos em vias expressas, construção de estádios e remoção de áreas pobres da cidade, especialmente em Buenos Aires. Nesse época, as ações de repressão continuavam sendo intensas, e hoje são conhecidos os testemunhos de sobreviventes dos locais de tortura e extermínio, muitos próximos aos locais das partidas, como a *Escuela de Mecánica de la Armada* (ESMA), hoje Museu da Memória.

<sup>111</sup> Entrevistas no MTD, APROFA e *Creciendo Juntos* em janeiro de 2010.

Com as indústrias e o trabalho assalariado em declínio, com uma mudança radical nas formas de intervenção do Estado, que no plano da Periferia se refletiu no predomínio da repressão e nas tentativas de isolamento, a luta da classe trabalhadora, os seus valores, as práticas e as organizações pareciam condenadas ao esgotamento.

### 3.3. A VOLTA DA DEMOCRACIA: TENTATIVAS DE RECONSTRUÇÃO E SOBREVIVÊNCIA NAS AÇÕES COLETIVAS NA PERIFERIA.

[...] na época eu comecei a militar na política do bairro, procurar atender às necessidades mais básicas das pessoas. (Entrevista com liderança do MTD, junho de 2005, tradução minha).

[...] com a volta da democracia em Moreno, reproduziram-se muitíssimas organizações que procuravam melhorar os bairros e participar das decisões políticas do município (Entrevista com membros da escola *Creciendo Juntos*, janeiro de 2010, tradução minha).

Observando os nossos casos de estudo, notamos como grande parte de seus membros teve uma participação ativa em ações coletivas na Periferia de Buenos Aires na retomada da democracia em 1983 e durante toda essa década.<sup>112</sup>

Começando pelo MTD, um de seus membros participava da organização Democracia Cristiana, e com ela no partido peronista, sendo responsável pelas ações na área de La Juanita e suas redondezas. Outra de suas lideranças, o Toty Flores, militava num partido trotskista, com ações tanto na comissão da fábrica metalúrgica onde trabalhava, quanto no bairro, numa área próxima a La Juanita. A docente Soledad passara a trabalhar no Congresso Nacional e em ações de educação em bairros da Periferia. No que diz respeito às organizações afins ou mediadoras da sua formação, o Instituto Mobilizador de Fondos Cooperativos retomava as suas ações de apoio e divulgação do cooperativismo, com iniciativas também em La Matanza, com centro na localidade de San Justo, núcleo comercial e local do prédio da prefeitura do município. As Madres de Plaza de Mayo concentravam as suas ações na busca dos familiares desaparecidos — também dos netos que se sabia tinham sido adotados de forma clandestina pelos militares — e

---

<sup>112</sup> A análise a seguir baseia-se nas entrevistas e nos documentos obtidos no trabalho de campo em fevereiro, maio e agosto de 2005 e janeiro 2010.

lutavam para o efetivo julgamento dos responsáveis da ditadura — com os célebres lemas “*Juicio y Castigo a los Culpables*” e “*Ni un paso atrás*”.

No caso da APROFA, se seus membros fundadores eram ainda crianças nessa década, as organizações e pessoas que mais ajudaram na sua formação tinham um ação intensa nesse período. Como descrito no primeiro capítulo, a escola *Creciendo Juntos* foi formalmente fundada em 1983 e começou com a creche, para depois somar a escola primária. Em Moreno, os jovens docentes observaram que militantes que, na década de 1970, tinham trabalhado em ações de base com a tutela de um padre católico — o Padre Elvio — ganhavam espaços de gestão pública na Moreno pós-ditadura e dentro do partido peronista, como era o caso do então novo prefeito, o Coco Lombardi. Nesse contexto, floresciam em todo o município organizações associativas e cooperativas com o apoio da prefeitura. Também a grande maioria de seus dirigentes — ou *referentes*, segundo a denominação mais atual para as lideranças com ação focada em bairros da Periferia<sup>113</sup> — tinha experiência nos trabalhos de base na década anterior e se reconhecia como aderente a um “Projeto Nacional e Popular”.

Dessa forma, os resultados sinalizados por nossos prismas de estudo coincidem com diversas etnografias na Periferia portenha e com estudos mais gerais (ROFMAN, 2002) que destacam a importância das organizações de bairro ou de “base comunitária” para o fornecimento de serviços coletivos na década de 1980. Ademais, esse tipo de ação se relacionaria com as mudanças na dinâmica socioeconômica na Argentina e na sua articulação com os processos de territorialização na Área Metropolitana de Buenos Aires. Há relativo consenso de que houve transformações relativas às diretrizes instaladas pela ditadura, mas sem uma correlação de forças políticas, nem uma capacidade financeira que tivessem permitido operar rupturas e progressos mais radicais (ALTIMIR; BECCARIA, 1998; BASUALDO, 2006).

Na Periferia de Buenos Aires e a partir do ano de 1983, com o fim da ditadura e a presidência de Raúl Alfonsín (1983-1989), da Unión Cívica Radical (UCR),

---

<sup>113</sup>O termo em espanhol de “*referente*” é uma categoria nativa que, nos subúrbios de Buenos Aires, costuma ser utilizada para lideranças de reconhecida trajetória e significativa legitimidade entre os moradores e as organizações políticas. Os significados específicos que essa categoria possa ter nos casos e âmbitos aqui em estudo serão oportunamente detalhados. Para um estudo sobre a importância política dos *referentes de bairro* já na década de 2000, a ser citado também no Capítulo 4, ver a rica etnografia realizada por Manzano em La Matanza (MANZANO, 2009).

apareceram com força as ações organizadas de ocupação de terras para moradia: os *assentamentos*. Tratava-se da ocupação de áreas de forma ilegal, com reivindicações posteriores para receber investimentos públicos e que seguissem um padrão de urbanização dado pela própria organização.<sup>114</sup> Denis Merklen resenha e analisa o “movimento” dos assentamentos da seguinte forma:

[...] as primeiras ocupações ilegais de terra tiveram lugar em 1981, com a invasão de terras na zona sul da Grande Buenos Aires. O movimento se estendeu depois como uma modalidade privilegiada de acesso ao habitat popular, dado que as organizações de bairro chegaram a ter um papel importante na implantação de políticas sociais. **Com os assentamentos começa a se desenvolver um amplo movimento de organizações de bairro que supera de muito o marco das ocupações ilegais.** Em um primeiro momento, as organizações de bairro criaram um movimento de base orientado pelo objetivo da *construção de um bairro* (isto é, a produção de um habitat “normal” por oposição à representação da *villa*), assim como a promoção de uma **estrutura de solidariedade territorial**. Um segundo momento se inicia imediatamente depois, quando as organizações “saem” para o sistema político para obter intervenções institucionais que permitissem favorecer um projeto de **inscrição social territorializada (a escola, a cantina, o dispensário para o bairro) e que ao mesmo tempo ajudassem a deter a devastação provocada pelo empobrecimento.** (MERKLEN, 2005, p. 51, grifos meus, tradução minha).

Como mencionado no início do Cap. 1, essas ações foram lideradas pelas organizações de bairro das quais surgiriam depois os grandes grupos *piqueteros* bonoarense (SVAMPA; PEREYRA, 2003; MERKLEN, 2005), principalmente no município de La Matanza. Sem a repressão militar, voltava a ser intensa, em grande parte do *Conurbano*, a atividade de diversos grupos na procura de moradia e de acesso a bens e serviços básicos.

Lideranças ligadas ao peronismo, mas também a grupos da Igreja católica de base — as Comunidades Eclesiais de Base, as CEBs —, reapareciam tanto nos *assentamentos* quanto nas *villas* (MANZANO, 2009; MERKLEN, 2005). Estas também voltavam a ser visíveis e a crescer em número e tamanho, com o fim da política de remoção praticado pela ditadura (CRAVINO, 2008).

No caso do MTD, grande parte das áreas próximas a La Juanita, e onde moram hoje alguns de seus membros, tem a sua origem nesse tipo de ação e seria uma influência reconhecida para a prática da ocupação tentada posteriormente no

---

<sup>114</sup> Para uma etnografia das ações de desenvolvimento dos assentamentos na década de 1980 em Buenos Aires ver: MERKLEN, Denis. *Asentamientos en La Matanza: la terquedad de lo nuestro*. Buenos Aires: Catálogos, 1991.

início de constituição do MTD (Cf. Capítulo 1). O próprio bairro de La Juanita surgiu no começo da década de 1980, como novo bairro por loteamento, mas quase sem serviços, segundo relatam os seus moradores. No caso da APROFA e do município de Moreno em geral, explicam lideranças e membros desta e outras organizações, esse tipo de ocupação teve em seguida um forte apoio da prefeitura, em parceria com organizações sociais, reconhecendo e impulsionando diversos “referentes”. No município, de fato, a gestão do acima mencionado líder comunitário Coco Lombardi favoreceu canais de participação e cogestão, com a criação dos Conselhos Comunitários nas diversas áreas em que Moreno se subdivide formalmente. Essa particular forma de interação política no período, segundo membros da *Creciendo Juntos*, é a chave para se entender a força do peronismo no município. No mesmo sentido, diversas etnografias focalizam essa época para compreender a particular incidência de organizações cooperativas e do associativismo em áreas da Periferia de Moreno, com destaque para o distrito de Quartel V (BONALDI; DEL CUETO, 2009; FORNI, 2003).

Do lado da ação do poder público, retornava com força a articulação entre *punteros* partidários e governos municipais — sempre com destaque para o peronismo e, em menor medida, para a UCR, nos poucos subúrbios em que tinha triunfado. De fato, mesmo com a surpreendente vitória da UCR para o governo do Estado da Província de Buenos Aires, na grande maioria das prefeituras do *Conurbano* foi ratificada nas urnas a tradição política peronista, vitoriosa nas eleições para prefeito e para as câmaras legislativas — com a também tradicional e já citada exceção dos distritos mais ricos do *Conurbano*, Vicente Lopez e San Isidro, na faixa costeira norte e próximos à Capital Federal.

Por parte do Estado Nacional, implantava-se um programa nacional de distribuição de cestas básicas — o PAN (*Plan Alimentario Nacional*) —, que privilegiava os subúrbios mais pobres da cidade de Buenos Aires, enquanto os serviços urbanos continuavam sendo públicos, mas com problemas crescentes de financiamento e investimentos (ALTIMIR; BECCARIA, 1998). Essa política de assistência a partir de “planos”, paralela mas não isenta de articulações com a rede de *punteros* associada aos partidos, iria constituir, segundo alguns autores, em antecedente e influência imediata das modalidades da ação coletiva na década de 1990 (MERKLEN, 2005; MANZANO, 2009), como será analisado no próximo capítulo.

Em outros termos, ao longo da década de 1980, foi ficando claro que o processo de desindustrialização, embora arrefecido, não havia sido revertido. Avançava a centralização de capital e reduzia-se a participação dos trabalhadores na renda nacional. No *Conurbano*, a democratização não era acompanhada de melhoria nos indicadores de pobreza e indigência. O antigo parque industrial não dava sinais de recuperação. As instituições de classe ligadas aos grandes sindicatos peronistas tinham retomado visibilidade pública e estabeleceram uma relação não livre de conflitos com o presidente Alfonsín (da UCR), como mostra a organização de treze greves gerais no período (NOVARO, 2009). O sindicalismo peronista era também visível em seus ramos industriais em La Matanza. Também o era em Moreno, nos sindicatos ligados aos funcionários do comércio — no centro do município —, e, principalmente, entre os empregados dos serviços públicos da educação e da saúde.

Os valores e as estruturas da cultura política peronista (AUYERO, 2001) continuavam vigentes, porém modificados. “Perón y Evita”, como orientadores da ação política, estavam presentes, mas o próprio peronismo sofria deserções na sua estrutura formal, já no final da década de 1980 e sobretudo na escala de *referentes de bairro* (MANZANO, 2009). Tratava-se de dirigentes que não se sentiam mais representados num partido particularmente complexo, dada a diversidade de linhas internas e os seus fortes conflitos.

Para Denis Merklen (2005), tanto a ação coletiva a partir dos dominados, quanto a ação estatal, apresentavam, já nos anos 1980, mudanças que se aprofundariam na década seguinte. Os movimentos dos assentamentos e as primeiras políticas voltadas para o atendimento de necessidades a partir da assistência, sob a forma de planos, começariam então a revelar uma transformação nas escalas e nos fundamentos da ação coletiva, se comparada às lutas e instituições mais claramente de “classe”, anteriores à irrupção da ditadura:

Durante os anos 1980 e 1990, as mobilizações populares evoluíram ao combinar, de forma heteróclita, duas orientações. Em um **primeiro momento, as demandas se dirigiam à restauração das “conquistas sociais” perdidas ou sob ameaça** (reclamavam-se o aumento dos salários e a defesa dos empregos e das proteções sociais, com uma ação social ainda em mãos dos sindicatos, mesmo que estes se encontrassem numa estratégia de recuo). **Ou, para falar melhor, as lutas sociais se orientaram para uma defesa de uma ordem social fortemente ameaçada e desestabilizada**, o que atingia diretamente, não somente os



modos de vida da maioria dos assalariados, mas também as condições fundamentais do exercício da cidadania [...]

**Num segundo momento, uma vez que a situação se estabilizou sob a forma de uma nova questão social em torno do empobrecimento, da precarização das relações de trabalho e do desemprego massivo, as lutas populares se dirigiram para a aquisição de prestações sociais ligadas à assistência. As políticas sociais tornaram-se vitais e se constituíram no objetivo privilegiado das mobilizações.** Para finais da década de 1990, a regressão social aparecia como irreversível aos olhos de um setor crescente das classes populares [...] (MERKLEN, 2005, p. 55-56, grifos meus, tradução minha).

Em resumo, na década de 1980, a articulação entre *fábrica* e *bairro* na ação coletiva era diferente tanto se comparada ao período imediato anterior à ditadura, quanto ao do surgimento do peronismo no decênio 1945-1955. Com as fábricas em declínio, tanto em La Matanza quanto nas áreas para onde viajavam diariamente os trabalhadores de Moreno, a ação coletiva tendia sobretudo para a provisão de serviços considerados básicos, quase sempre através de organizações de bairro, seguindo uma tendência geral do *Conurbano* (ROFMAN, 2002; MERKLEN, 2005). O Estado não reprimia, mas — na denominada crise da dívida na “década perdida” — também não conseguia prover o povo de bens e serviços urbanos, como há décadas (ALTIMIR; BECCARIA, 1998).

Em termos de identidades de classe, a ação política nos bairros parecia não mais priorizar um Projeto de mudança radical da sociedade, mas se esforçava para recuperar, num âmbito territorial mais restrito, as condições de vida e os vínculos de ação coletiva e participação, todos enfraquecidos com a ditadura. Na escala da política nacional, assim como nas discussões acadêmicas, era priorizada a questão do fortalecimento das instituições políticas e do Estado de Direito, num processo de idas e vindas no que diz respeito à punição dos hierarcas da ditadura militar<sup>115</sup> (MERKLEN, 2005, p. 68-72). A visão do conflito político em termos de classes, que dominava antes da ditadura, parecia se ter apagado.

Esta tendência de mudanças da ação coletiva na Periferia de Buenos Aires, em termos de luta de classes e processos de territorialização, aprofundar-se-ia na

---

<sup>115</sup> Ao célebre “*Juicio a las Juntas*” militares realizados entre 1984 e 1985 e que condenara as máximas autoridades dos governos da ditadura militar, enfrentaram-se depois as leis de anistia para os seus quadros intermediários (Lei de “Obediência Devida” e do “Ponto Final”). Os condenados no “*Juicio a las Juntas*” ganharam o indulto presidencial no novo período político inaugurado em 1989, mas os seu beneficiados voltaram a ser alvo de processos por conta do sequestro e da entrega em adoção clandestina de filhos de desaparecidos na década de 2000. Do mesmo modo, as leis de anistia foram anuladas em 2003 e novos processos foram iniciados.

década de 1990, provocando também transformações nos debates políticos e acadêmicos, que queriam entendê-las. Nessa década, o regime de acumulação instaurado pela ditadura seria retomado e aprofundado, com a série de reformas neoliberais. A identidade de classe era claramente explicitada, sim, mas, para se decretar a sua extinção, fosse nos versos da reformulada marcha peronista,<sup>116</sup> fosse nas análises acadêmicas. No mesmo sentido, os conceitos de *exclusão* e *segregação territorial* passariam a dominar as análises que procuravam entender a dinâmica social e territorial da Argentina e de Buenos Aires em particular. Nos nossos prismas de estudo, uma mudança na ação coletiva e na sua articulação com *fábrica e bairro* começava a ser gestada como resistência e posterior Projeto político oposto ao dominante, e não eram casos isolados. Estas questões são objeto do próximo capítulo.

---

<sup>116</sup> Numa mudança que não passou despercebida no debate político argentino, o partido peronista resolveu mudar sua marcha ou *hino* composto por Discepolín na década de 1940. Onde dizia: “¡Viva Perón! ¡Viva Perón! □Por ese gran argentino □que se supo conquistar □a la gran masa del pueblo □**combatiendo al capital** [...]”, passou a dizer “¡Viva Perón! ¡Viva Perón! □Por ese gran argentino □que se supo conquistar □a la gran masa del pueblo □**con trabajo y capital** [...]” (grifos meus, tradução minha).

#### **4. BAIRROS SEM CLASSES E DOS EXCLUÍDOS? A AÇÃO COLETIVA QUANDO A FÁBRICA FECHA NA PERIFERIA NA DÉCADA DE 1990**

Como começou a ser analisado no capítulo anterior, a dinâmica política mais ampla e as ações coletivas dos dominados, posteriores à instauração da ditadura, em 1976, constituem, mais do que tradições e referências dos Projetos da APROFA e do MTD, experiências e valores vivenciados por seus próprios membros — caso de muitas lideranças do MTD — ou por pessoas muito próximas e afins — caso de membros e lideranças da APROFA. Por outra parte, se a historiografia e as análises sociológicas atuais concordam quanto à pertinência e à relevância das noções de classe e luta de classes para se compreenderem os processos políticos anteriores à década de 1970, esse consenso se desmancha, podendo-se mesmo falar que se instaurou um senso comum em sentido oposto quando se trata do período posterior. Diversos autores entendem a última ditadura militar argentina como um marco de mudanças estruturais tanto na dinâmica de acumulação capitalista quanto na da organização e ação dos chamados “setores populares”. Particularmente, e em consonância com as análises sobre as mudanças do capitalismo nos países centrais, seria a partir dessa ditadura que a Argentina vivenciaria, ela também, uma deterioração do trabalho assalariado como vínculo social central. Este declínio da “sociedade salarial” também teria começado a enfraquecer as instituições e identidades de classe, chegando-se ao ponto de já ser quase consenso nas ciências sociais argentinas, na década de 1990, o “fim da classe trabalhadora”, em termos sociológicos e políticos, como bem adverte Varela (2009). Esse mesmo consenso recomenda a substituição da expressão descritiva e da categoria analítica “classe trabalhadora” por “classes populares” ou, mais ainda, por “setores de baixa renda” ou “excluídos”, segundo afirmam estudos considerados de referência (MERKLEN, 2005; GRIMSON, 2009; SVAMPA; PEREYRA, 2003).

O presente capítulo continua, primeiro, a análise dos processos de territorialização e ação coletiva na Periferia de Buenos Aires, focando-se agora na década de 1990 e em relação com as origens e referências mais próximas no tempo da APROFA e do MTD. Posteriormente, começa a discutir os consensos e o senso comum mais divulgados, e acima elencados, sobre esses processos, em termos mais gerais nesse período. Essa discussão será depois aprofundada, a partir dos

casos de estudo, nos próximos dois capítulos. Em termos metodológicos, às entrevistas do trabalho de campo nos casos de estudo somam-se agora uma leitura de etnografias e alguns estudos mais amplos sobre estas questões; estudos que defendem diferentes posições.

#### 4.1. REFORMULAÇÃO NA CONFIGURAÇÃO DA LUTA DE CLASSES E DA PERIFERIA NA DÉCADA DE 1990: PRIMEIRA APROXIMAÇÃO RETOMANDO A ORIGEM DOS NOSSOS PRISMAS DE ESTUDO.

[...] nos juntamos para garantir primeiro nossa comida de forma coletiva, acabamos percebendo que nosso problema era a falta de trabalho [...] (Declaração de Soledad Bordegaray, liderança do MTD, Fórum Urbano Mundial, março de 2010, Rio de Janeiro — FUM, tradução minha).

[...] tudo começou trabalhando com jovens na parte pobre no bairro... em hortas para trabalhar e garantir parte do sustento [...] (Entrevista com membro da APROFA, janeiro de 2005, tradução minha).

##### 4.1.1. Mudanças no trabalho e no território

As mudanças na estrutura e dinâmica social e a sua relação com processos de territorialização na década de 1990 podem ser enfocados, mais uma vez, começando-se por nossos prismas de estudo. Como apontado no primeiro capítulo, o surgimento tanto da APROFA quanto do MTD está associado a reivindicações por serviços básicos e à procura de sobrevivência num contexto de transformações da ação estatal e de mudanças, tanto nas condições de vida como de trabalho na Periferia de Buenos Aires.

O MTD representa um caso bem esclarecedor, dada a sua formação anterior à APROFA, já em 1996. Como suas lideranças entendem hoje, “a questão do trabalho coletivo e da autonomia foi surgindo aos poucos”, e o estímulo mais imediato para o começo da organização foi o atendimento das necessidades mais básicas:

[...] primeiro foi entender que, sem trabalhar coletivamente, não iríamos sobreviver, e começamos a nos juntar para garantir a refeição de cada família, juntando o que cada um tinha em *ollas*<sup>117</sup> populares [...] (Declaração

---

<sup>117</sup> Como explicado no começo do Cap. 1, a expressão “*Ollas Populares*”, que pode ser traduzida como “Painéis Populares”, indica reuniões públicas onde se cozinha e distribui comida de forma gratuita.

de Soledad Bordegaray, liderança do MTD, FUM, março de 2010, Rio de Janeiro, tradução minha).

Após os primeiros agrupamentos nas *Ollas*, as pessoas que formariam o MTD se organizaram para protestar diante da então recentemente privatizada companhia de luz pelos cortes de energia. Foi logo depois que, como adiantado no Capítulo 1, perceberam que “o problema não era a falta de luz, mas a falta de trabalho para poder pagá-la”. Destacam, assim, que “o bairro La Juanita tinha sido formado por loteamentos sem serviços, mas com pessoas simples que na época pelo menos tinham trabalho, na década de 1990 isso já não se cumpria... a maioria estava desempregada”,<sup>118</sup> chegando, segundo os seus próprios cálculos, “a ter mais de 70% de desemprego no bairro”.<sup>119</sup> As cifras mais agregadas do INDEC indicavam também um intenso aumento do desemprego, sendo que as taxas somadas de desemprego e subemprego chegaram a superar 30% na Argentina no ano de 1996 (ALTIMIR; BECCARIA, 1998; LAVBORATORIO, 2001).

Se lembrarmos do caso da APROFA, seu trabalho foi, primeiro, com jovens de poucos recursos, em tentativas de geração de renda através de hortas, passando depois a trabalhar com famílias do bairro (Cf. Capítulo 1). Não por acaso, os jovens entre 17 e 24 anos eram sinalizados por vários estudos como os primeiros e mais prejudicados pelo desemprego e pelas mudanças nas instituições estatais, entre elas as reformas da educação (KESSLER, 2004).

Se observamos o que nossos prismas revelam, mas a partir de uma perspectiva mais geral, destacam-se as transformações do regime de acumulação, nas formas de produção e, também, de intervenção estatal. Pode-se afirmar que um processo de maior mercantilização das relações sociais e maior abertura à influência de agentes internacionais — na ordem econômica e política — foi aprofundado na Argentina na década de 1990. A partir do Estado foram implantadas reformas tendentes a transformar as normas, instituições e empresas públicas que influenciavam a dinâmica econômica do país. Paralelamente, fluxos de capital financeiro e mercadorias vindos do exterior foram permitidos e estimulados, dentro de um regime de câmbio fixo de convertibilidade monetária — daí que o novo regime de política econômica fosse chamado de *la convertibilidad*, que acentuava a

---

<sup>118</sup> Entrevista com Liderança do MTD, janeiro de 2010, tradução minha.

<sup>119</sup> Declaração de Soledad Bordegaray, FUM, março de 2010, Rio de Janeiro.

dependência de fundos externos (GERCHUNOFF; MACHINEA, 1995). Em poucas palavras, tratava-se da implantação *autóctone* do chamado “Consenso de Washington” e seus pilares: transformação da ação do Estado em relação ao capital — no sentido de menor controle e estímulo à acumulação privada —, junto com abertura externa comercial e financeira.

Essas reformas significaram uma intensificação das diretrizes do regime de acumulação e modo de regulação introduzido pela última ditadura argentina (1976-1982) — descritos no capítulo anterior —, beneficiando setores concentrados do capital em prejuízo dos setores trabalhadores. A precarização do trabalho e o aumento do desemprego foram tendências dessa maior desigualdade entre setores dominantes e dominados, particularmente visível a partir da segunda metade da década de 1990 (ALTIMIR; BECCARIA, 1998). Dessa forma, e tal como se observa nas estatísticas nacionais, a distribuição funcional da renda entre capital e trabalho teve uma transformação regressiva durante a ditadura, que não foi revertida durante a década de 1980 e se aprofundou na década de 1990 (LINDENBOIM; GRAÑA; KENNEDY; 2005).

Se a abertura comercial e, sobretudo, financeira significaram uma maior influência das decisões de agentes do capital localizados nos países centrais do sistema capitalista internacional, uma relação Centro/Periferia foi transformada, e acentuada, dentro da Área Metropolitana de Buenos Aires (AMBA), em prejuízo dos tradicionais subúrbios pobres do “segundo *cordón*”.<sup>120</sup> Tiveram significativo impacto, nesse sentido, a privatização da produção e do acesso a serviços antes públicos e de consumo coletivo — transportes, saúde e infraestrutura urbana —, a perda de direitos com a reforma do mercado de trabalho, o declínio da atividade industrial em favor de um processo baseado na acumulação financeira e a centralização do capital em atividades terciárias, principalmente serviços privatizados (BASUALDO, 2000 e 2006).

---

<sup>120</sup> Isto não significa que a Periferia portenha fosse a única ou maior prejudicada nas novas regras do jogo econômico, sendo notórios os prejuízos das economias regionais e também a queda abrupta nos indicadores de emprego em grandes centros urbanos ainda mais ligados à produção para o consumo interno, como Rosário e Mar del Plata. Ver Rofman (2000).

Os indicadores de pobreza e indigência,<sup>121</sup> que foram significativamente crescentes para os centros urbanos da Argentina a partir da segunda metade da década de 1990, tiveram um aumento pronunciado nos subúrbios de Buenos Aires, sempre com destaque para aqueles mais distantes da Capital e que conformam o segundo *cordón*. A perda de poder aquisitivo do trabalho e o aumento do desemprego foram também intensos nessa área (ALTIMIR; BECCARIA, 1998; INDEC, 2000). Um número crescente de estabelecimentos do antigo parque industrial foi fechado e abandonado, sobretudo os que produziam para o mercado interno e deviam concorrer com as importações — na época sem maiores restrições alfandegárias e tributárias — e com um dólar desvalorizado (ROFMAN, 1997; BASUALDO, 2000).

Dentro dessa tendência, o trabalho informal — definido como trabalho por conta própria, de baixa qualificação ou de dependência, mas sem cobertura legal — crescia significativamente na AMBA (ALTIMIR; BECCARIA, 1998; INDEC, 2000). Do mesmo modo, já na metade da década de 1990 eram notórios os indicadores de subemprego, entendido como condição das pessoas que trabalham menos da metade da jornada laboral, mas querem trabalhar mais (INDEC, 2000). Fenômeno particularmente ilustrativo destas novas tendências no mercado de trabalho, nessa época começaram a ganhar importância os grupos de catadores de lixo — os *cartoneros* —, que dos subúrbios mais distantes iam diariamente até ao Centro da Capital à procura da sua subsistência.<sup>122</sup>

A privatização de serviços públicos, por sua vez, teve como base as antigas empresas pertencentes ao Estado Nacional e atuantes na Capital Federal e nos subúrbios. Os serviços de gás, luz, telefone, transporte ferroviário, água e saneamento básico foram dados em concessão, com novas regras de fornecimento e acesso, prejudicando especialmente os setores de baixa renda (GRIMSON, 2009;

---

<sup>121</sup> Seguindo a definição do INDEC a pobreza é medida pelo número de lares com renda menor à que permite manter um padrão de vida que garanta acesso não somente à alimentação, mas também aos serviços e direitos considerados básicos. A indigência refere-se aos lares com renda menor à necessária para adquirir a cesta básica de alimentos que garanta a sobrevivência. Mesmo reconhecendo as suas limitações, estes indicadores são considerados os mais apropriados por diversos autores e diversas análises de referência (ALTIMIR; BECCARIA, 1998). Na Argentina, são elaborados pelo INDEC a partir da sua pesquisa permanente de lares (*Encuesta Permanente de Hogares* — EPH).

<sup>122</sup> Entre outros estudos sobre a origem e trajetória do fenômeno dos *cartoneros*, e que é objeto de muitas reflexões a partir de sua grande visibilidade e importância quantitativa na década de 2000, ver (PAIVA, 2009)

ALTIMIR; BECCARIA, 1998). Não é por acaso, portanto, que uma das primeiras ações reivindicatórias do MTD tenha sido um protesto diante da companhia de luz privatizada.

Em outros termos, as relações de dominação mais estruturais articulavam-se no par Centro/Periferia dentro da Área Metropolitana de Buenos Aires, em dinâmicas territoriais que intensificavam, com novidades, o processo histórico de oposição entre *Capital* e *Conurbano*, observado no capítulo anterior.

Por um lado, na *Capital*, os setores econômicos mais beneficiados e os seus agentes tendiam a se instalar na *City* — micro-centro da Capital Federal, em tradicionais áreas nobres no litoral norte do AMBA, e em duas territorializações dominantes relativamente novas: a (re)modernização do antigo Puerto Madero,<sup>123</sup> agora para fins de gestão de negócios e moradia de alta renda, e os enclaves de moradia para setores de média-alta e alta renda em “bairros privados” e *countries*<sup>124</sup> nos subúrbios portenhos (SILVESTRI; GORELIK, 2000; SVAMPA, 2001).

Por outro lado, os mais prejudicados pela nova estrutura e dinâmica sociais tendiam a continuar nos subúrbios de uma Periferia cada vez mais “periférica” em termos de relações de poder. Nesse sentido, destacavam-se outras tendências territoriais que também merecem ser chamadas de “dominantes”, por serem cada vez mais significativas em termos quantitativos, mas fundamentalmente — seguindo Haesbaert (2004) — por estarem comandadas por ações e decisões a partir dos agentes que exerciam o poder político e econômico. No *Conurbano*, junto com os relativamente pequenos enclaves dos bairros fechados e *countries*, aumentaram de forma significativa as moradias precárias nas *villas* e em assentamentos com pouca ou nenhuma infraestrutura (CRAVINO, 2008) — onde, aliás, se localizava a maioria

---

<sup>123</sup> O caso de Puerto Madero volta mais uma vez (Cf. Cap. 1), transformado, como um claro exemplo das mudanças econômicas e políticas. Escolhido como símbolo da “modernização” — agora do final do século XX —, teve maciços investimentos públicos do governo federal e permitiu rendas imobiliárias extraordinárias, com a valorização de antigos depósitos e terrenos baldios abandonados. Fundos europeus dominaram também os novos investimentos, com direito à construção de uma ponte de pedestres pelo badalado arquiteto espanhol Calatrava, que facilita o acesso ao novo hotel internacional de cinco estrelas. Para uma análise crítica de Puerto Madero e as tendências urbanísticas dos Grandes Projetos Urbanos (GPU), ver CUENYA, op. cit. Para uma visão dessa área nessa época, assistir ao premiado filme argentino *Nove Rainhas*, de Fabian Bielinsky (2000).

<sup>124</sup> Com o termo “*country*” denomina-se no mercado imobiliário áreas fechadas para residência — especialmente de final de semana —, para setores de média e alta renda, tentando evocar um espaço bucólico e diferenciado da vida urbana e das suas “mazelas”. Para uma interessante análise sobre o crescimento e também a construção simbólica em torno dos *countries* em Buenos Aires, ver SILVESTRI; GORELIK, 2000.



dos trabalhadores temporários e de serviços domésticos que atendiam os próprios *countries* (SVAMPA, 2001; SILVESTRI; GORELIK, 2000).

Próximas dessas moradias, mas distantes em termos de acesso para seus moradores, os analistas podiam observar como as vias expressas que comunicavam a Capital Federal com alguns setores de seus subúrbios, embora resultantes de investimentos públicos iniciais, eram privatizadas (SILVESTRI; GORELIK, 2000). Ao longo dessas vias expressas, de fato, cresceram *countries*, grandes centros comerciais e supermercados — a maioria das vezes com investimentos de capital internacional —, ganhando importância como espaços de sociabilidade a partir do consumo (CATENAZZI; LOMBARDO, 2003; SILVESTRI; GORELIK, 2000).<sup>125</sup> Parte do mesmo movimento, a privatização dos trens suburbanos intensificou a desigualdade nos serviços entre os subúrbios tradicionalmente mais ricos — ao norte da Capital — e o restante, mais pobre, mesmo que todos os ramais beneficiassem de subsídios federais (GRIMSON, 2009).

#### **4.1.2. O maldito plano, ou o *Outro* da APROFA e do MTD, consolidado na Periferia de Buenos Aires**

A ação estatal influenciava, portanto, os dominados da Periferia quando favorecia o Centro e uma maior hierarquia socioespacial de seus subúrbios, em benefício dos setores dominantes. A relação de dominação Centro/Periferia era influenciada também pelas ações estatais explicitamente orientadas aos setores de baixa renda, nas chamadas “políticas sociais” que se relacionavam com práticas e redes anteriores na “gestão dos problemas dos setores populares” (AUYERO, 2001).

Os casos aqui em estudo, APROFA e MTD, mostram bem esse novo contexto. Como já se observou no primeiro capítulo, tanto a APROFA — formada em 1998 — quanto o MTD iriam ter como seu primeiro “Outro”, na construção de uma identidade e um Projeto, as formas então já dominantes da ação política nos setores populares no *Conurbano Bonaarense*: os históricos *punteros* e os programas estatais de transferência monetária para ocupação transitória. De fato, tanto em Moreno como em La Matanza, os planos *Jefes y Jefas de Hogar* foram instalados

---

<sup>125</sup> Esta última tendência guarda especial semelhança com os novos espaços de sociabilidade ligados a centros de consumo — *shoppings* — na periferia de São Paulo nas décadas de 1990 e 2000, descritos, entre outros autores, por Telles (2006).

com intensidade pelos governos nacionais e provincial — de Buenos Aires — após a série de bloqueios de estradas e passeatas no ano de 1997 dos então já massivos grupos *piqueteros*. Como já adiantado, a não-aceitação desses planos significou uma forte marca em ambas as organizações, tanto em termos de definição de identidade políticas, quanto na perda de aderentes e simpatizantes, fundamentalmente no MTD, que, após “participar ativamente na mobilização de perto de 6 mil pessoas, com a implantação dos planos chegou a ter somente seis membros ativos”.<sup>126</sup>

Os planos, como identificam diversos autores, foram a confirmação de uma mudança da ação estatal diante dos setores populares, não mais geral em função da “classe trabalhadora”, mas focalizada e em termos de transferências monetárias individualizadas, como bem advertem e criticam diversos analistas (MANZANO, 2009; MERKLEN, 2005). Seguindo os critérios desses programas, chamados de *workfare*, divulgados — e financiados — por agências multilaterais, como o Banco Mundial (BIRD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Estado passava a conceber indivíduos “pobres e excluídos do mercado”. Estes, em função de atividades provisórias, poderiam receber uma transferência monetária, sempre restrita no tempo e também focada nos “mais necessitados” e a partir de uma restrição orçamentária. Nesse sentido, como bem sinaliza Manzano (2009), instalavam-se novas práticas e novos vocabulários, que eram expressões de mudanças de fundo. Do “trabalhador” passava-se ao indivíduo “beneficiário”, que devia dar uma “contraprestação” controlada mensalmente e após um processo de seleção. Curiosamente, ou nem tanto, os critérios e processos administrativos para “focar” nos beneficiários precisavam de um conjunto de pessoas e mecanismos encarregados de inscrever e avaliar os indivíduos e distribuir os benefícios. Assim, logo ao início, foram fundamentais tanto as anteriores redes de *punteros* e prefeituras do partido peronista quanto as organizações *piqueteras* que ganhavam, e barganhavam, uma “cota” dos planos existentes. Essa mecânica manteve-se nas diferentes versões desse tipo de plano desde 1997 até aos dias de hoje, mudando-se a participação e o grau de influência relativo de organizações *piqueteras* e dos *punteros* e prefeituras peronistas. Numa detalhada etnografia em La Matanza, Manzano revela como, a partir desses mecanismos, ganham força nas organizações

---

<sup>126</sup> Declaração de Soledad Bordegaray, FUM, março de 2010, Rio de Janeiro.

*piqueteras* os *referentes de bairro*. Estes passaram a ser responsáveis por identificar pessoas que aplicassem para receber o benefício, inscrevê-las e, não menos importante, coordenar e acompanhar os seus trabalhos de vinte horas semanais, autorizando, assim, a continuidade nos planos. Desse modo, grandes organizações *piqueteras*, como a FTV e a CCC — que, como se observou tinham a sua matriz no distrito de La Matanza —, desenvolveram também empreendimentos cooperativos de produção têxtil, refeitórios comunitários e padarias, mas, diferentemente da APROFA e do MTD, aceitavam e incentivavam como parte fundamental de seus fundos os recursos originados dos planos de seus aderentes.

Dessa forma, os pequenos projetos das organizações articulavam-se fortemente com as ações focalizadas, características das novas formas de intervenção do Estado, como será analisado no último capítulo desta tese. Do mesmo modo, e como adiantado no capítulo anterior, o antecedente do *Plan Alimentario Nacional* (PAN), na década de 1980, dava certa familiaridade a organizações de bairro no *Conurbano* para administrar e, sobretudo, reivindicar *planes* ao Estado, dada a situação de desemprego crescente (MANZANO, 2009). Nessa década, como adiantara Merklen (2005), estaria a base da posterior articulação das ações estatais com as organizações de bairro no *Conurbano*.

A *fábrica* e o *bairro*, na Periferia de Buenos Aires, apresentavam, portanto, novas configurações na década de 1990, dentro de mudanças estruturais na ordem econômica e política. A fábrica industrial, sobretudo a média e pequena, fechava e tendia a desaparecer. No mesmo sentido, era significativo o declínio da relação salarial — estável e ligada a benefícios indiretos — como fator de integração social dominante, sem maiores resistências de sindicatos e partidos tradicionais. Os grandes sindicatos mantiveram uma aliança com o governo nacional, não se opondo à política de privatizações e às novas regras econômicas e obtendo, em alguns casos, uma contrapartida da venda dos ativos antes públicos (VARELA, 2009; MERKLEN, 2005). No *bairro*, um número crescente de desempregados observava as mudanças na ação estatal, que já não respondia pelos serviços de infraestrutura e transporte, e que reaparecia com planos de assistência e cestas básicas distribuídos pelas tradicionais redes dos *punteros*.

Essas condições mais gerais eram reveladas nas propostas e ações que o MTD e a APROFA começavam a construir, ativando também tradições políticas de instituições afins e de seus próprios membros, como analisado nos dois capítulos

anteriores. Seus Projetos e as suas manifestações não eram casos isolados, mas parte de um fenômeno mais amplo de ações coletivas a partir dos dominados, cuja leitura por diversos analistas não está livre de polêmicas.

#### 4.2. O FENÔMENO DE AÇÃO COLETIVA NA DÉCADA DE 1990: INTERPRETAÇÕES E DISCUSSÕES NO ÂMBITO CIENTÍFICO E POLÍTICO

Segundo se mostrou na Introdução e no primeiro capítulo desta tese, os casos da APROFA e do MTD podem ser localizados dentro do fenômeno mais amplo de organizações de desempregados ou *piqueteras* que surgem na segunda metade da década de 1990 e ganham visibilidade no começo da década de 2000. No mesmo sentido, são contemporâneos e podem ser relacionados às ações das fábricas *recuperadas*, que, reivindicando o “direito ao trabalho”, envolveram já na década passada ações de ocupação de estabelecimentos industriais para a sua gestão por parte dos trabalhadores em forma cooperativa. Finalmente, um discurso de autonomia de partidos e instituições políticas tradicionais, em favor de decisões em forma de assembleias e focando-se em ações no âmbito dos bairros, segundo foi comentado, apareceu também com as *assembleias de bairro*, mais presentes na Capital Federal, sobretudo a partir de dezembro de 2001.

Essas ações mereceram, e continuam a provocar, diversas pesquisas e reflexões no âmbito das ciências sociais argentinas, em publicações crescentes já a partir de 2002. Seus conceitos e teorias guardam também relação com visões sobre a ação coletiva, a integração social e a territorialização divulgadas tanto nos países centrais do capitalismo quanto na América Latina de modo mais geral.

No caso argentino, nessas pesquisas é dominante o interesse sobre os fundamentos do discurso público e das práticas das diversas organizações e iniciativas de *piqueteros*, *recuperadas* e *assembleias de bairro*, dado que, aparentemente, seriam diferentes das instituições políticas tradicionais — partidos e sindicatos. A presença em seus discursos da problemática do trabalho e de uma crítica às políticas até então dominantes converteu em consenso uma associação destas experiências com as diretrizes do neoliberalismo e a sua implantação concreta na Argentina. Com enfoques e metodologias diversas, segundo a adesão a diferentes tradições disciplinares, muitos dos primeiros estudos mais gerais tenderam a descrever e enfatizar a novidade desses fenômenos como “novos

movimentos sociais” dentro das transformações da dinâmica social e política argentina (GONZALES BOMBAL, 2003). Estudos também gerais, mas posteriores, passaram não somente a refletir sobre a relação de organizações de *piqueteros* e de fábricas *recuperadas* com a dinâmica social econômica dominante, mas também investiram no entendimento dos antecedentes dessas ações e de suas referências históricas de mais longa data (SVAMPA; PEREYRA, 2003; FAJN, 2003; REBON, 2004). Pesquisas de caráter mais etnográfico indagaram sobre o cotidiano de diversas organizações: os valores e as relações sociais construídas no dia-a-dia e os seus mecanismos de decisão e articulação política (GRIMSON, 2004). Análises que preferiram priorizar as relações de sustento material destacaram ações de escambo — clubes de *trueque* — e de novos empreendimentos cooperativos como uma resposta para a falta de emprego (HINTZE, 2003).

Percorrem esses trabalhos dois questionamentos comuns. Em primeiro lugar, o que diz respeito à possível constituição de sujeitos políticos e sua relação com a estrutura e a dinâmica política e econômica na Argentina a partir da década de 1990. Em segundo lugar, quais as potencialidades e os limites de ação desses sujeitos.

#### **4.2.1. Excluídos em ação? Origem e debate acerca do conceito de exclusão social**

Sobre a primeira questão, é consensual o entendimento de que mudanças estruturais aconteceram na sociedade argentina, enfraquecendo o trabalho assalariado como vínculo central e dominante. Assim, concordando com a visão nesta tese, exposta nas seções acima, enfatiza-se, com diversos termos, o que aqui optamos por chamar de mudanças no regime de acumulação e no seu modo de regulação, que começariam na última ditadura para se consolidarem na década de 1990. Como adiantado na apresentação deste capítulo, a essa compreensão sobre a dinâmica mais geral agrega-se, entretanto, uma ênfase no surgimento e na consolidação da “exclusão social”. Para muitos dos autores acima citados, as experiências de ação coletiva a partir da década de 1990 são protagonizadas por “excluídos” que resistem ao processo de mudanças neoliberais (SVAMPA; PEREYRA, 2003; GIARRACCA; BIDASECA, 2001; GRIMSON, 2009). Para alguns, ainda mais, diante do fechamento crescente das fábricas, do aumento do desemprego e da perda de legitimidade de sindicatos e partidos tradicionais, a

“classe trabalhadora” estaria extinta tanto em termos analíticos quanto em termos ontológicos e políticos.<sup>127</sup> Sempre focando o pensamento considerado crítico, junto com o termo de excluídos aparecem outros como o de setores populares (AUYERO, 2001) ou, no máximo, o de classes populares (MERKLEN, 2005), mas explicitando que isto não pode mais ser confundido com uma “classe trabalhadora”.

Diante dessas interpretações, os nossos prismas de estudo indicaram, segundo observamos no primeiro capítulo, que a identidade de classe é uma influência ainda significativa em termos de tradições e também de valores de pertença resumidos no “sermos, antes de desempregados, trabalhadores”. Nesse mesmo sentido coincidem também alguns outros autores e pesquisas, tanto os que observam organizações *piqueteras* (MANZANO, 2009) quanto aqueles que, para um período mais recente, estudam ações de sindicatos e indicam que as lutas de trabalhadores assalariados ressurgem com força, reivindicando também o seu pertencimento à classe trabalhadora (VARELA, 2009).

Se a identidade de classe continua transformada, como será defendido nos próximos capítulos, o conceito de *exclusão social* se opõe a uma leitura em termos de luta de classes. Em outras palavras, nega a luta de classes como categoria pertinente para análise. Indagando-se mais de perto o significado de “exclusão social”, observa-se que, no âmbito do pensamento crítico, o termo é utilizado para denotar a maior desigualdade associada às mudanças na estrutura e na dinâmica econômicas. Os setores cada vez mais amplos da população que ficam desempregados ou com as suas condições de trabalho claramente deterioradas seriam assim excluídos de uma parte cada vez maior da renda, que é apropriada pelos setores dominantes. Ainda mais, se antes o Estado garantia serviços considerados básicos, a sua privatização excluiria os setores desfavorecidos de seu acesso. Da mesma forma, as garantias de renda e estabilidade atreladas à regulação das relações de trabalho também se afastariam dos setores populares com as mudanças para a flexibilização do mercado de trabalho.

---

<sup>127</sup> Ou, como prefere advertir Varela, e se indicou ao apresentar este capítulo, no começo de 2000 muitos autores já tinham decretado o fim sociológico e político da classe (VARELA, 2009). Essa certidão de extinção não é exclusiva das ciências sociais argentinas. Flávia Braga Vieira (2008) demonstra como também nas análises para a escala mundial é dominante a compreensão de “novas redes” de movimentos sociais que ignoram as articulações internacionais de classe preexistentes e os próprios fundamentos de muitas das ações internacionais atuais a partir dos dominados.

Por que utilizar um termo de forte caráter dicotômico, como o de “exclusão”, para dar conta de processos que não são alheios ao modo de produção capitalista, mas que, ao contrário, são a ele intrínsecos? Uma rápida história do termo mostra que a “exclusão social” surge como categoria nos países centrais do capitalismo, especialmente na Europa Ocidental,<sup>128</sup> para se dar conta da passagem para um período pós-fordista, onde o pleno emprego e o Estado de Bem-Estar Social que teria aí existido se enfraquecem notoriamente (CASTEL, 1998; HARVEY, 2003).

Robert Castel pode ser citado como uma das análises mais elaboradas e influentes nas ciências sociais na América Latina sobre a “exclusão social”. Com conceitos próximos à sociologia de Durkheim e enfatizando um processo de “desfiliação”, para o autor os excluídos seriam os que, ao perder o emprego, ficariam de fora da antiga rede de sociabilidade, proteção e identidade dada pelo trabalho assalariado. A “reviravolta da condição salarial” (CASTEL, 1998, p. 515-516) teria três fundamentos. Por um lado, “a desestabilização dos estáveis”. Em segundo lugar, a “instalação da precariedade” no mercado de trabalho (Ibid., p. 526-528). Por outro lado, e já formulando o seu conceito de *exclusão*, afirma que:

[...] uma terceira ordem de fenômenos, a mais inquietante, parece emergir na atual conjuntura. A precarização do emprego e o aumento do desemprego são, sem dúvida, **a manifestação de “um déficit de lugares” ocupáveis na estrutura social, entendendo-se por lugares posições às quais estão associados uma utilidade social e um reconhecimento público** [...] (Ibid., p. 529, grifos meus).

Desse modo, a ruptura da sociedade salarial envolveria não somente uma exclusão crescente de pessoas dos antigos benefícios próprios da relação salarial fordista, mas também o surgimento de verdadeiros “supranumerários”, pessoas não empregáveis pelo capital, “inúteis para o mundo” (Ibid., p. 530), ou, ainda mais:

[...] não integrados e **sem dúvida não integráveis**, pelo menos no sentido que Durkheim fala da integração como o pertencimento a uma sociedade

---

<sup>128</sup> Para um estudo sobre as representações da “exclusão” na literatura científica internacional — com foco em Robert Castel —, assim como na imprensa brasileira, ver: LIMA, M. H. T. *Exclusão Social: representações sociais da pobreza urbana no Brasil (1980-2000)*. 2002. 233 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002. Para um debate sobre o termo “exclusão” a partir das reflexões de Serge Paugam, ver VERÁS, Bicudo M. P. (Ed.). *Por uma sociologia da exclusão social. O debate com Serge Paugam*. São Paulo: Educ, 1999.

que forma um todo de elementos interdependentes [...] (Ibid., p. 530, grifos meus).

Desse modo, segundo o autor, os “desfilados” seriam os excluídos da sociabilidade dentro da “nova questão social”. Nova, em referência à sociedade fordista, na qual o trabalho assalariado era hegemônico e central para a sociabilidade. Nova também em referência ao pauperismo de começos do capitalismo industrial, quando os efeitos da mercantilização da força do trabalho podiam ser moderados pela existência de suportes “primários de sociabilidade”.

O fim da sociedade salarial envolveria o fato de que “a identidade pelo trabalho está perdida” (Ibid., p. 531). E, em referência à ação coletiva, a análise de Castel não deixa muita margem a dúvidas:

Essa inutilidade social desqualifica-os também no plano cívico e político. Diferentemente dos grupos subordinados da sociedade industrial, explorados mas indispensáveis, não podem influir no curso das coisas [...], “a gente se debruça” sobre o destino desses não-empregados que não são atores sociais, e sim, como foi dito, “não forças sociais” [...] (CASTEL, 1998, p. 530).

[...] mas os “supranumerários” nem sequer são explorados, pois, para isso, é preciso possuir competências conversíveis em valores sociais. São supérfluos. Também é difícil ver como poderiam representar uma força de pressão, um potencial de luta, se não atuam diretamente sobre nenhum setor nevrálgico da vida social. Assim inauguram sem dúvida uma problemática teórica e prática nova (CASTEL, 1998, p. 33).

Se a análise pode ser válida na França — o que sai dos limites desta pesquisa —, resulta paradoxal que apareça sem maiores mediações na América Latina, onde esse Estado de Bem-Estar e essa Sociedade Salarial são de duvidosa existência concreta para grande parte de suas nações. Mesmo concordando que a Argentina teria sido uma sociedade onde estas características se deram em certa medida até à imposição da última ditadura (MERKLEN, 2005), causa desconforto que seja negligenciado o rico debate que, nas ciências sociais latino-americanas, foi construído para se interpretarem em termos relacionais as fortes desigualdades sociais da região.

No debate sobre a marginalidade social, intenso nos anos 1960 e 1970, impulsionado entre outros por José Nun, na Argentina, e por Francisco de Oliveira,



no Brasil, são discutidos conceitos da análise marxista para se tratar dos mecanismos da produção de desigualdade e da sua funcionalidade.<sup>129</sup>

Quando José Nun elabora a sua tese da massa marginal, paradigma da teoria da marginalidade, centra a sua crítica nas análises de origem marxista que na época afirmavam que existia um crescente “exército industrial de reserva”, funcional ao sistema capitalista e articulado de forma orgânica. Para Nun, essas análises caíam num “hiperfuncionalismo de esquerda”, pois não compreendiam que uma parte da sociedade era constituída por indivíduos não funcionais — afuncionais — à acumulação capitalista e que, mais ainda, numa perspectiva social e política, podiam tornar-se disfuncionais para o capitalismo (NUN, 2001, p. 265).

Com a sua teoria, Nun localizava-se dentro do pensamento estruturalista latino-americano, procurando “pôr em evidência a relação estrutural que existia entre os processos latino-americanos de acumulação capitalista e os fenômenos da pobreza e da desigualdade social” (Ibid., p. 294, tradução minha). Ao mesmo tempo, o autor procurava “sublinhar a heterogeneidade e a fragmentação crescente da estrutura ocupacional, com as consequências que isso tinha em termos da formação das identidades sociais” (Ibid., p. 295, tradução minha).

Pode-se entender que se trata de uma leitura não livre de dualismos, quando se pretende...

[...] chamar a atenção sobre os modos em que incidia na integração do sistema a necessidade de **a-funcionalizar** os excedentes da população para evitar que se tornassem disfuncionais [...], dando lugar a mecanismos de **dualização e segregação** [...] (Ibid, p. 295, grifos meus, tradução minha).

A análise da *teoria marginal* é, dessa forma, extremamente condizente com aquela que, duas décadas depois, começou a ser feita por teóricos dos países centrais ao refletirem sobre a desintegração da *sociedade salarial*. Entre esse teóricos, encontra-se o já citado Robert Castel, trazendo uma análise mais atual. Em ambas as análises está presente a ideia de uma “massa afuncional” com relação à lógica dominante. Concordariam também em que se trata de um processo constante

---

<sup>129</sup> Discute-se brevemente aqui, a partir da revisão e adesão mais elaborada aos conceitos de "marginalidade social" e "exclusão social", em NUN, José. *Marginalidad y Exclusión Social*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2001; e a visão que a essa se contrapõe em OLIVEIRA, Francisco. *A Economia Brasileira: Crítica à razão dualista*, 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

de produção do setor marginal, dentro de uma dinâmica social que apresenta diversas formas de acumulação. Se observarmos análises vindas dos países centrais do capitalismo, elas são explícitas quando afirmam que, com o “pós-fordismo”, surgiria uma “economia dual” e cresceria um setor “marginal” e “paralelo” da economia. Especificamente, essas análises e muitas outras feitas na América Latina passaram a compreender o mercado de trabalho como uma estrutura dual, “incluído”/“excluído”, reconhecendo-se, dentro desta, diversas subdivisões, conforme o autor.<sup>130</sup>

Um contraponto à análise de José Nun foi elaborada por Francisco de Oliveira, em seu clássico *Critica à razão dualista*. Este autor enfatiza o caráter sistêmico do capitalismo e a im procedência de se abstraírem como produto da sua “marginalidade” — agora chamada de “exclusão” — consequências sociais como o desemprego, a pobreza e a desigualdade de renda. Para Oliveira, em verdade, podem ser mais bem compreendidas como inerentes ao modo de produção capitalista e à exploração do trabalho, além de serem, para ele, funcionais (OLIVEIRA, 1988).

Nessa obra, o autor procurava “centrar sua atenção nas transformações estruturais, entendidas estas no sentido rigoroso da reposição e recriação das condições de expansão do sistema enquanto modo capitalista de produção” (OLIVEIRA, 1988, p. 9). Sua perspectiva de análise procurava opor-se explicitamente ao “dualismo estruturalista” do predominante paradigma cepalino, mas trazendo considerações que aparecem ainda como pertinentes para se tratar da questão da exclusão. Examinando a sociedade brasileira, Oliveira criticava as teorias do inchaço da população urbana e do “atraso” colocado pela “economia informal”:

A hipótese que se assume aqui é radicalmente distinta: o crescimento do Terciário, na forma em que se dá, absorvendo crescentemente a força de trabalho, tanto em termos absolutos como relativos, faz parte do modo de acumulação urbano adequado à expansão do sistema capitalista no Brasil: não se está em presença de nenhuma “inchaço”, nem de nenhum segmento “marginal” da economia. (Ibid., p. 31).

---

<sup>130</sup> Não por acaso, David Harvey cita a imagem de uma “latinização” da sociedade europeia “pós-fordista”. Para ele existiria uma “convergência” entre sistemas de trabalho “terceiro-mundistas” e de países capitalistas avançados. Para o autor, entretanto, esta imagem não seria das mais apropriadas, pois “representa coisas bem diferentes em lugares diferentes” (HARVEY, 2003, p. 145), precaução que não parece abundar nestas latitudes.

Em outras palavras, afirma que se trata de “um processo de expansão capitalista [...] que tem uma de suas bases e seu dinamismo na intensa exploração da força de trabalho” (OLIVEIRA, 1988, p. 36).

Deste modo, pode-se afirmar, a partir das teses de Oliveira, que não é novidade no capitalismo latino-americano a produção de um grande e crescente contingente de desempregados e subempregados com condições de vida precária — no que os defensores da exclusão concordariam quando falam que ela é produzida pelo sistema econômico —, como também que esses contingentes são funcionais<sup>131</sup> à reprodução do sistema e se articulam dentro da relação de exploração do trabalho pelos detentores do capital, relação social de dominação que define o modo de produção capitalista.<sup>132</sup>

Ainda no debate latino-americano, já na década de 1990, em oposição à utilização da categoria de exclusão social e à adoção da ideia de um pós-fordismo também na América Latina, pode-se observar a análise de José de Souza Martins. Ele identifica o termo de exclusão social como uma tentativa de se dar conta da problemática das pessoas que não têm um lugar reconhecido como “aceitável”, principalmente em termos materiais. Para Souza Martins, entretanto, essa aproximação à problemática da pobreza e da desigualdade social oculta “os mecanismos invisíveis da produção e reprodução da miséria, do sofrimento, das privações” (1997, p. 10), quando, na verdade, “não existe exclusão”, e sim “inclusão precária, instável, marginal” (Ibid., p. 20 e 25). Para Souza Martins, “exclusão social”

---

<sup>131</sup> Evidentemente, esta funcionalidade não implica a ausência de contradições no processo de acumulação, como, aliás, também, o trabalho assalariado é “funcional” e contraditório, e mesmo antagonico, ao capital.

<sup>132</sup> Nesse sentido, pode-se lembrar as categorias elaboradas por Marx e compreender que por Capital se denota a relação social na qual “o valor se valoriza a si mesmo por intermédio do trabalho de outrem” (MARX, 1985, p. 76). Processo de valorização que se sustenta na apropriação e no controle, pelos capitalistas, dos meios de produção e do trabalho daqueles que só têm para sobreviver a venda da sua força de trabalho — trabalhadores. Em outros termos, Marx destacava que “a dominação dos capitalistas sobre os operários não é mais do que a dominação sobre estas condições de trabalho (entre as quais se contam também, para lá das condições objetivas do processo de produção — ou seja os **meios de produção** —, as condições objetivas da manutenção e da eficácia da força de trabalho, quer dizer, os **meios de subsistência**) [...]” (Ibid., p. 55). Para destacar o caráter social e dominante dessa relação, Marx esclarece que: “[...] o capitalista só funciona enquanto capital **personificado** e o capital enquanto pessoa; do mesmo modo, o operário funciona unicamente como **trabalho** personificado (trabalho), que a ele pertence como suplício, como esforço, mas que pertence ao capitalista como substância criadora de riqueza...” (Ibid., p. 55, grifos do autor). Vide, MARX, K. *Capítulo VI Inédito de O Capital*: resultado do processo de produção imediata. São Paulo: Editora Moraes, 1985.

é um termo que faz parte daqueles rótulos que “acobertam, distorcem e mitificam a realidade e a prática” (Ibid., p. 7). Segundo o autor, as consequências analíticas e práticas dessa distorção seriam ainda maiores, pois existiria uma fetichização do termo na medida em que “todos os problemas sociais passam a ser atribuídos mecanicamente a essa coisa vaga e indefinida a que chamam de ‘exclusão’” (Ibid., p. 16).

Em outras palavras, e concordando com Souza Martins, as novas formas de regulação e dinâmica do modo capitalista não apagam essas características a ele intrínsecas, mesmo que tragam importantes novidades no que diz respeito à relação entre Estado, Sociedade e Economia, como acima fora analisado e cujas consequências em termos de um novo espírito do capitalismo (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2002) serão parte do sexto e último capítulo.

É possível, portanto, interpretar que a noção de “exclusão” antes torna opacas, e não evidentes e claras, as relações de dominação. Se excluídos, os indivíduos passam a ter indicado, como causa da sua condição, o estar “fora do sistema”, e não a condição, relacional, de serem dominados e explorados. Desse modo, paradoxalmente, o pensamento que se pretenderia crítico acaba concordando com a ortodoxia econômica, que, fundamentando diretrizes sobre o “desenvolvimento” a partir de agências multilaterais, afirma que os pobres são os que ficaram excluídos do “mercado” e que a esse mercado devem retornar.<sup>133</sup> O combate à miséria transforma-se, assim, em uma luta para inserir mais pessoas no sistema, que é suposto capaz de tornar bem-aventurados os que dele fazem parte. O conceitos assim evacuados são os de “dominação” e “exploração”, a que são submetidos os segmentos subalternos do grupo incluído.

Finalmente, são variadas as reflexões sobre os limites e as potencialidades da constituição de sujeitos a partir de “excluídos” e que mal conseguem fugir da armadilha conceitual da exclusão social. Por um lado, não são poucos os autores que, paradoxalmente, vêem nas ações coletivas de excluídos a constituição de

---

<sup>133</sup> Para um dos numerosos exemplos dessa visão — que, como se trata mais adiante — impregna as ditas “políticas sociais focalizadas”, ver BANCO MUNDIAL. *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial, 1995: o trabalhador e o processo de integração mundial*. Washington D.C.: Banco Mundial, 1995; BANCO MUNDIAL. *World Development Report, 2003: Sustainable Development in a Dynamic World*. Washington D.C.: Banco Mundial, 2003. Para uma análise crítica das políticas sociais “neoliberais”, ver LO VUOLO, R. et al. *La pobreza... de la política contra la pobreza*. Buenos Aires. CIEPP Miño y Dávila Editores, 1999. Retoma-se esta questão nos Caps. 5 e 6 desta tese.

sujeitos “novos”. Surgindo fora das fábricas e das instituições tradicionais, estes seriam capazes de constituir uma alternativa à dinâmica capitalista. Esta visão está presente nos autores, e sobretudo nos militantes políticos, que explicitamente aderem a uma proposta de “autonomia” e que, próximos do pensamento contemporâneo de Antonio Negri (2004), destacam a construção de micro-poderes e a constituição de uma “multidão” como força contra-hegemônica dentro das mudanças do capitalismo (COLECTIVO SITUACIONES, 2002). No âmbito da economia, tanto na Argentina quanto em nível internacional, as iniciativas cooperativas a partir de excluídos, dentro ou fora de movimentos sociais, teriam para muitos autores a potencialidade de constituir uma “outra economia”, alternativa e, até mesmo, contrária ao capitalismo. Trata-se fundamentalmente de autores que aderem à visão da Economia Popular e Solidária, que será apresentada e discutida no próximo capítulo a partir de novos resultados de pesquisa.

#### **4.2.2. Ação a partir da segregação e do refúgio?**

Mesmo dentro do que se pode denominar “perspectiva da exclusão”, as pesquisas que priorizam análises históricas, a partir de casos concretos, preferem evitar prognósticos sobre o potencial das experiências mais recentes da ação coletiva, enfatizando as suas novidades. De particular interesse para esta tese são as reflexões que focalizam a articulação da ação coletiva com processos de territorialização na AMBA. Destacam-se entre elas, como referência para citações e discussões, as pesquisas coordenadas por Alejandro Grimson e os estudos de Denis Merklen. Desse autores foram citadas até aqui partes de suas reflexões, mas existe um outro conjunto de afirmações com o qual esta tese prefere debater e do qual pretende discordar — particularmente, quando ambos os autores adotam o conceito de exclusão e buscam entender como os movimentos atuam dentro de um contexto de “segregação territorial”.

Começando por Denis Merklen, talvez ele seja quem mais claramente defende a impertinência de uma análise de classe diante das mudanças estruturais da antiga “sociedade salarial argentina”. Dialogando com Robert Castel sobre a nova questão social na França, Merklen entende que na Argentina teria também existido uma sociedade onde o trabalho assalariado era o vínculo econômico, social e cultural estruturante, mas que começa a se desintegrar com a última ditadura,

deflagrando a “catástrofe de uma sociedade anteriormente integrada” (MERKLEN, 2005, p. 46, tradução minha):

As transformações acontecidas na estrutura social são de tal amplitude que mudaram de forma inédita o mundo popular que a Argentina tinha conhecido desde os anos 1940 [...] A problemática atual dos setores populares na Argentina constitui-se no momento em que começam o desassalariamento e a retirada maciça do Estado Social, como corolário de uma pauperização e uma fratura social sem precedentes [...]

[...] o **período de “decomposição”** (1976-2001) tinha sido precedido por um período de “construção” que se estendeu, não sem descontinuidades, ao longo do século XX (até 1975), com momentos-chave, como a saída da crise dos anos trinta e os dois primeiros governos peronistas (1946-52 e 1952-55) [...] (MERKLEN, 2005, p. 45-46, grifos meus, tradução minha).

Analisando as ações coletivas em assentamentos de La Matanza e na AMBA de modo geral, Merklen afirma que “as classes populares de uma Argentina extinta” (p. 45) — em referência à decomposta sociedade salarial — passam a estar excluídas dos vínculos sociais construídos em torno do trabalho assalariado e recuam ao bairro mais restrito para “reconstruir laços sociais” de caráter primário:

[...] como **consequência de um verdadeiro processo de desfiliação**, as classes populares se encontraram num estado de crescente dependência diante do Estado e de seus rendimentos em matéria de políticas públicas. É sobretudo o caso daqueles que encontramos hoje vivendo por **fora de todo sistema de proteção social e excluídos do emprego** (MERKLEN, 2005, p. 40, grifos meus, tradução minha).

[...] uma vez começado o processo de desfiliação, **os perdedores se refugiaram no local** e foram reconstruindo sua sociabilidade principalmente **através do que denominamos “inscrição territorial”**. É no marco local que as classes populares organizam (parcialmente) tanto a sua participação política quanto os seus laços de solidariedade [...] (MERKLEN, 2005, p. 41, grifos meus, tradução minha).

[...] **o bairro no qual trabalhamos** é o bairro dos pobres, dos despossuídos, dos trabalhadores, dos “marginais”, inclusive o dos **excluídos** (MERKLEN, 2005, p. 155, grifos meus, tradução minha).

Com conceitos da sociologia de Durkheim, o autor destaca que o bairro seria assim o espaço de uma solidariedade primária que também é uma solidariedade local mais restringida para se garantir a sobrevivência (Ibid., p. 137). É esse entendimento que permitiria sintetizar as mudanças da ação coletiva na ideia do surgimento de uma “inscrição territorial” dos movimentos sociais, antes ausente quando os Projetos eram nacionais e a sociabilidade estava pautada numa

integração mais universal e ampla na sociedade salarial argentina (MERKLEN, 2005, p. 50):

[...] diante [...] do processo de empobrecimento e de desfiliação maciço, muitos encontraram o seu principal refúgio **no bairro, transformado ao mesmo tempo em lugar de recuo e de inscrição coletiva**. Essa estratégia [...] foi a principal resposta dos setores populares diante do vácuo deixado por instituições e da falta do trabalho. A **“reafiliação” encontrou o seu componente “comunitário” na trama de uma solidariedade primária** [...] (MERKLEN, 2005, p. 82, grifos meus, tradução minha).

Na análise de Merklen existe, portanto, um entendimento do termo “territorial” como aquilo limitado a uma escala relativamente menor. Para o autor, relações de outro tipo ou grau de sociabilidade são construídas no bairro quando as organizações de bairro interagem com o Estado, dentro de um novo paradigma de intervenção no social com as políticas focalizadas, de natureza assistencial. O adjetivo “territorial” é também utilizado dessa forma para se caracterizarem as mudanças nessa ação: “[...] a reorientação das políticas públicas [...], a descentralização e o enfoque das políticas sociais contribuíram para **territorializar** o acesso à ajuda social [...]” (MERKLEN, 2005, p. 143, grifos meus, tradução minha).

Esta visão é referência e, poder-se-ia dizer, dominante, tanto nos estudos sobre ação coletiva na Argentina (SVAMPA; PEREYRA, 2003; GIARRACCA; BIDASECA, 2001), como também nas diversas políticas que, nacional e internacionalmente, utilizam o adjetivo “territorial”.<sup>134</sup> Pesquisas no âmbito nacional e internacional falam de “movimentos sociais territoriais” como novidade e sempre no sentido de se destacar uma escala menor em relação àquela em que operam agentes nacionais e internacionais. Organizações de bairro nas cidades, ou de camponeses, ou indígenas em áreas bem delimitadas, seriam “territoriais”, como se outras formas de ação política procurassem — e conseguissem — não se relacionar com o espaço. Quando, ainda mais, no caso argentino isto aparece como uma novidade, é dado por suposto que Projetos políticos de maior escala não envolviam também processos de territorialização. Na verdade, longe do conceito aqui utilizado e já apresentado de “territorialização”, tal como resumido por Haesbaert (2004),

---

<sup>134</sup> No caso do Brasil, veja-se, por exemplo, o programa nacional “Territórios da Cidadania”. Esta concepção de território como pequeno e local, muitas vezes genérica, é dominante também nos programas de desenvolvimento territorial ou local divulgados a partir das agências multilaterais. A questão das escalas e dos territórios da ação será revisitada nos próximos dois capítulos desta tese.

nessas análises o território aparece como algo dado e estático, além de ser utilizado como sinônimo de espaço físico relativamente pequeno. Essa opção tende a negligenciar as relações e os processos mais amplos envolvidos nas ações coletivas, como será observado mais adiante, além de ignorar processos de ação coletiva e de territorialização anteriores.

Evitando em parte esse erro, Alejandro Grimson (2009) propõe que se analise a relação entre ação coletiva e território a partir de uma abordagem mais relacional e histórica. Lembra Simmel, para quem o espaço é produzido por relações sociais e sobre elas exerce influências. Sugere, deste modo, considerarmos os processos pretéritos da ação coletiva em sua relação com o território, valorizando os estudos sobre os bairros e os setores populares realizados por autores como Romero e Gutierrez.<sup>135</sup> Grimson entende que as mudanças na sociedade argentina implicaram um aprofundamento de “fronteiras históricas” construídas na territorialização da AMBA, em particular a distinção entre Capital e o que ele chama de “Grande Buenos Aires”,<sup>136</sup> mas concordando com a visão da exclusão social e da segregação territorial:

[...] a **segregação** clássica de Buenos Aires à qual se agregava agora a capa geológica da segregação neoliberal [...] os dormitórios operários têm virado uma sorte de instituição total da miséria. Sem trabalho e com “bicos” em percentagens que rondavam entre 80% e 90% dos casos, era crescentemente difícil sair desses bairros. Assim, temos uma cidade onde as fronteiras urbanas têm se aprofundado, gerando processos inéditos de segregação [...] (GRIMSON, 2009, p. 29, grifos meus, tradução minha).

[...] **as políticas neoliberais** e a **exclusão social** aprofundaram as fronteiras sociais e simbólicas “clássicas” de Buenos Aires [...] (Ibid., p. 15, grifos meus, tradução minha).

[...] **a diferença mais notória e significativa é entre Capital e Grande Buenos Aires**, pois se trata de uma fronteira jurídico-política, com limites muito precisos (pela fronteira “natural” do Riachuelo e o limite da Avenida de Contorno General Paz) **e resulta estruturante do imaginário territorial socioespacial** [...] (Ibid., p. 16, grifos meus, tradução minha).

---

<sup>135</sup> Ver, nesta tese, Cap. 2, item 2.1.

<sup>136</sup> Grimson, na verdade, utiliza a distinção entre Capital e Grande Buenos Aires, optando por ignorar a definição do INDEC e de outros autores, segundo a qual a Grande Buenos Aires inclui também a Capital Federal. Como nesta tese seguimos essa última definição (Cf. Introdução), optamos por distinguir entre Capital e *Conurbano*, como fazem diversos analistas e também moradores das áreas e membros das organizações em estudo.



Com o desemprego crescente e as consequentes restrições no acesso a serviços privatizados, os moradores do *Conurbano* teriam cada vez maiores dificuldades para atravessar essa fronteira. A distinção social entre ser ou não da Capital também se intensificaria tanto em termos simbólicos, quanto em ações estatais concretas, como nas barreiras da Polícia Federal nos limites formais da Capital e na “legalidade diferenciada” no que diz respeito a direitos e relações com as forças de repressão dos moradores de um e outro lado da fronteira.<sup>137</sup> Essa fronteira, para Grimson, se expressaria também na ação coletiva no começo da década de 2000. Na Capital, cresceriam as assembleias de bairro formadas por setores de classe média, enquanto no *Conurbano* se ampliariam as organizações de desempregados.

A perspectiva assumida por Grimson considera especialmente, mas com outros conceitos, o que nesta tese se defende como um fenômeno de territorialização que aprofunda a relação de dominação entre um Centro e uma Periferia. Grimson, entretanto, adere à perspectiva da exclusão social e utiliza o conceito de “fronteira” para tentar demonstrar o que seria um processo crescente de “segregação territorial”.

[...] numa cidade onde as pessoas atravessam as fronteiras por questões de trabalho e onde mais de 40% da população tinha sérios problemas de emprego (somando desemprego aberto e subemprego), as fronteiras eram atravessadas cada vez menos. Desmanchou-se assim o trânsito laboral e, já no círculo vicioso da crise, piorou o transporte público. Estes diversos elementos configuraram um novo panorama urbano. **Um panorama dominado por uma desigualdade homóloga à agudização da segregação espacial** [...] (GRIMSON, 2009, p. 21, grifos meus, tradução minha).

[...] nos momentos mais agudos da crise os limites dos bairros se endureceram, restringindo as permeabilidades das fronteiras urbanas, econômica e simbolicamente [...] o salto do desemprego numa cidade com amplos bairros de trabalhadores produziu um incremento notável na segregação residencial e na aparição de **bairros de desempregados** [...] (Ibid., p. 23, grifos meus, tradução minha).

O conceito de fronteira, na sua análise, mas do que enfatizar a relação entre o que está dentro e o que está fora — como proposto por Sack (1986) —, acaba

---

<sup>137</sup> Para uma cuidadosa e intrigante reconstrução dos significados e do histórico da polícia da província de Buenos Aires — e, portanto, do *Conurbano* —, recomenda-se o belo filme *El Bonaerense*, de Paulo Trappero (Argentina, 2004). Curiosamente, na distribuição brasileira, o título foi traduzido para o menos sutil *O outro lado da lei*.

servindo para mostrar o suposto isolamento dos “excluídos”. A deterioração das suas condições de vida e a perda de influência política não seriam causadas por uma relação de dominação e exploração, mas por não estarem mais incluídos: “[...] é difícil atravessar a fronteira espacial e a fronteira social. Somente se atravessa quando não há mais remédio.” (GRIMSON, 2009, p. 21, tradução minha).

Esse particular conceito de fronteira faz Grimson incluir um segundo eixo de distinção na AMBA, entre Norte *versus* Sul, e que se complementaria com a distinção Capital/*Conurbano*, num sentido “mais simbólico do que o guiado pelos pontos cardinais”, mas que contraditoriamente o faz dividir fisicamente a AMBA entre Norte em oposição a Sul e Oeste. Apoiado no maior desenvolvimento industrial do eixo norte da AMBA nos últimos 30 anos e na sua histórica renda superior para os municípios mais próximos da Capital, entende o autor que as condições de vida e as ações coletivas são bem diferentes no Norte em relação ao Sul e ao Oeste, sendo o primeiro dominado por trabalhadores efetivos, e os segundos, por desempregados (GRIMSON, 2009, p. 17-18). Sem entrarmos aqui numa discussão mais profunda sobre a base empírica para essas afirmações,<sup>138</sup> interessa-nos mostrar como essa leitura impede que se veja uma série de fenômenos melhor revelados a partir de uma perspectiva de relação Centro/Periferia. Com essa outra leitura seria possível identificar como, sob relações de dominação e exploração, são intensos os fenômenos como a expansão das *villas* também nos subúrbios mais ricos do norte da AMBA — como *La Cava*, encravada no meio de San Isidro — ou próximas aos enclaves dos bairros privados e *countries* em diversas áreas dos subúrbios, como acima mencionado. Poder-se-ia observar também a existência de ações estatais — falidas — que procuram, sim, isolar ou discriminar os vizinhos pobres que também se localizam no norte da AMBA, como foi o caso da tentativa de se construir um muro entre os municípios de San Isidro e San Fernando, em abril de 2009.<sup>139</sup> Muros e *villas* também nas áreas nobres da AMBA mostram que, mais do

---

<sup>138</sup> Grimson cita, como prova, que as fábricas *recuperadas* estariam mais no norte industrial do que no sul e no oeste “desempregado” da AMBA, o que não coincide com as pesquisas mais detalhadas desse fenômeno, que mostram, por exemplo, a força das *recuperadas* nos subúrbios ao sul da AMBA (FAJN, 2003).

<sup>139</sup> Ver a polêmica, refletida, nos jornais *La Nación* e *Página 12*, de 8 a 15 abril de 2009. Entre outras, as matérias: LA NACIÓN. Disputa por un muro entre San Isidro y San Fernando: Lo pidieron los vecinos de La Horqueta para frenar a los ladrones. *La Nación*, Buenos Aires, 8 abr. 2009. Disponível em: <<http://www.lanacion.com.ar/1116460-disputa-por-un-muro-entre-san-isidro-y-san-fernando>>. Acesso em: 11 abr. 2009 ; e LA NACIÓN. Para Posse, el muro de San Isidro se “politizo”.

que exclusão e segregação, se trata de uma forma de integração que intensifica, no território, as relações de dominação e exploração.

Em termos de ação coletiva, a ênfase de Grimson no contexto de segregação e exclusão serve, de todo modo, para se valorizar a ação de organizações *piqueteras* que conseguiriam quebrar, em parte, as fronteiras territoriais dominantes:

[...] fronteiras urbanas imaginadas, vividas e estruturadoras das práticas sociais foram até certo ponto desafiadas pelos novos fenômenos sociopolíticos como os catadores (*cartoneros*), as assembleias e os piqueteros. Assim, as transformações estruturais e os protestos sociais trabalham sobre os sentidos e a materialidade dessas mesmas fronteiras [...] (GRIMSON, 2009, p. 15, grifos meus, tradução minha).

Quando se compreende que nas zonas centrais e caras da cidade há muito tempo que os pobres não viajam para passeio, mas para trabalhar, **quando se compreende o fechamento territorial implicado no desemprego, pode-se entender também que o piquete e a passeata, além da sua carga política, têm outras implicações simbólicas e que produzem outros efeitos sobre as fronteiras urbanas [...]** No pequeno mas usual detalhe de que manifestantes se preparem, arrumem, se vistam, para ir à passeata porque se preparam para ir ao Centro da cidade, **os desempregados enfatizam e questionam as descontinuidades espaciais.** Quando o protesto toma um sentido de passeio, também aí **há uma ruptura cultural com a segregação [...]** (Ibid., p. 30, tradução minha).

Enfatizando a dimensão simbólica, Grimson consegue assim dar-nos uma chance para uma leitura mais relacional e ampla dos territórios onde se desenvolve a ação coletiva, mesmo que limitada a essa dimensão. De forma similar, partindo porém de uma leitura ainda mais fragmentada dos bairros como “lugares de recuo” e “sociabilidade primária”, Merklen outorga às organizações de bairro a função de construir relações políticas e institucionais mais amplas — em seus termos, uma sociabilidade mais orgânica, mesmo que essas relações estejam pautadas pela ação estatal através de políticas de assistência e focalizadas.

De qualquer modo, a perspectiva de existirem condicionantes gerais de exclusão e segregação, que Merklen e Grimson defendem, leva-os a uma leitura dicotômica da dinâmica social e a uma certa reificação do espaço como entidade com personalidade e ação social próprias. Nessa leitura, movimentos de “excluídos” conseguem incluir-se em termos simbólicos — ganhando, assim, visibilidade — e,

precariamente, em termos materiais, com os programas da política social, agora “territorializada”. Ao invés de se lerem os processos de territorialização num sentido mais dinâmico e relacional, entende-se que o espaço seria neles descontínuo. Como bem critica Manzano, nesse tipo de análise, o “bairro” aparece isolado e ao mesmo tempo capaz de conter todas as relações sociais relevantes (2009). Nesse sentido, pode-se criticar também, a partir da leitura de territorialização defendida neste tese, a noção de que o “bairro” apareça estático e predefinido, marcado por fronteiras que seriam cada vez intensas. Assim, “excluído”, esse bairro deixa pouca margem para a reflexão acerca das relações de dominação e da complexidade da ação coletiva a partir dos dominados.

No começo do capítulo foram apresentadas as principais mudanças em termos de ação coletiva na *fábrica* e no *bairro* da Periferia de Buenos Aires durante a década de 1990. Lembrando os traços mais evidentes da origem da APROFA e do MTD, procurou-se sublinhar mudanças nos processos de territorialização e de luta classes, que traziam também elementos já presentes durante a última ditadura militar. Esses processos, entretanto, são objeto de reflexões de referência — como as de Grimson e Merklen — que preferem negar ou negligenciar uma leitura em termos de luta de classes e territorializações em disputa, em favor de conceitos como os de “exclusão social” e “segregação territorial”. Nesse sentido, discutiu-se como essas últimas visões podem levar a uma compreensão mais estática e dicotômica da sociedade.

Sem pretendermos desconsiderar os importantes resultados de pesquisa e as questões levantadas na relação entre ação estatal, organizações de bairro e mudanças estruturais oferecidas por estes autores, interessa-nos agora avançar na discussão sobre a ação coletiva e o território dos dominados, sem as limitações impostas pelo diagnóstico da exclusão e da segregação. Procura-se, ainda mais, combater o senso comum dos “bairros excluídos” e “sem classe” a que essa leitura leva. Se até aqui foram colocadas as objeções que já aparecem no nível da consistência lógica e conceitual dessa visão, a seguir volta-se a atenção, com os nossos prismas de estudo, para a articulação entre processos de territorialização e luta de classes. Trata-se de observar mais de perto as suas configurações e trajetórias na década de 2000, cujos primeiros elementos foram apresentados no primeiro capítulo. Com autores como Virginia Manzano, procurar-se-á demonstrar que o bairro das organizações é construído na ação coletiva, envolvendo relações

sociais e políticas que vão delimitando várias escalas, e que não se trata de enclaves ou entidades espaciais com vida própria ou “reificadas”. Tentaremos demonstrar que se trata de processos de territorialização onde, como sugere Vera Telles (2006), análises em termos de classe e de relações Centro/Periferia são pertinentes para que se observem as mudanças e continuidades na ação coletiva quando a fábrica fecha e o bairro ganha notoriedade.

## 5. A NOVA FÁBRICA É O BAIRRO? O TRABALHO POLÍTICO E TERRITORIAL DA APROFA E DO MTD

[...] acreditamos que [os dominantes] não nos iam fazer *desaparecer...* afirmamos que a riqueza continuava a ser gerada pelo trabalho e começamos a pensar novas formas de organização, mas a partir da essência mesma, a partir da recuperação da identidade. [...] **descobrimos que o novo lugar onde os trabalhadores estabeleceram o seu núcleo, onde estávamos todos os dias, era o bairro. Isto foi sintetizado na frase “a nova fábrica é o bairro”**[...] (Entrevista com Víctor De Gennaro, CECEÑA, 2001, grifos meus, tradução minha).

É uma liderança sindical quem aponta essa esclarecedora chave de leitura para se entender a articulação entre *fábrica* e *bairro* nas ações coletivas da Argentina na década de 2000. Vitor De Gennaro era na época secretário-geral da Central dos Trabalhadores da Argentina (CTA), organização formada na década de 1990 em oposição aos sindicatos tradicionais e que podia ser localizada como mais à esquerda no espaço político argentino na época (CECEÑA, 2001). A CTA destacava-se também por ter membros e lideranças que reivindicavam uma trajetória política na década de 1970. A base dos sindicatos que a compunham estava ligada aos funcionários públicos docentes e a outras áreas estatais, tendo sido um espaço de oposição às políticas de abertura e às privatizações da década de 1990. No surgimento das organizações *piqueteras* e nos diversos encontros nacionais que as agregavam, a CTA foi uma das poucas organizações sindicais que decidiu apoiá-las e tentar uma estratégia de ação conjunta com os desempregados e “no bairro”, fundamentalmente através da Federação Tierra, Vivienda y Habitat (FTV) (MANZANO, 2009; SVAMPA; PEREYRA, 2003). A frase supracitada resume a interpretação e a análise políticas por trás dessa estratégia:

A fábrica era o lugar onde você se formava, onde aprendia a história, onde se construía e recuperava a identidade e a memória como trabalhador. Hoje não existe mais [...] Evidentemente, temos de nos organizar no bairro [...] (Entrevista com Víctor De Gennaro, CECEÑA, 2001, tradução minha).

A ação no bairro é, para De Gennaro, lugar e expressão das mudanças na luta de classes, reconhecendo as suas transformações, mas indicando uma continuidade com tradições políticas especialmente fortes na Argentina, não por acaso semelhantes às identidades explicitadas por membros da APROFA e do MTD:

**Há uma tradição de estar na rua**, insurrecional, de participação e protagonismo das pessoas em geral; e são movimentos de resistência que, enfim, iluminam não somente a Argentina; foram reconhecidos no mundo todo, como as **Madres de Plaza de Mayo, as Abuelas de Plaza de Mayo**, movimentos que são capazes de fazer coisas maravilhosas nessa resistência, movimentos como o do **17 de outubro de [19]45**, quando a classe trabalhadora entrou na cena política, ou **el Cordobazo** [...] **havia que reconstruir o orgulho de pertença a uma classe, à classe trabalhadora**, que, em nosso país, foi a classe organizada mais importante, a que questionou o poder dos grandes grupos econômicos [...] (Entrevista com Victor De Gennaro, CECEÑA, 2001, grifos meus, tradução minha).

O bairro, portanto, seria o lugar para se continuar essa tradição e também reconstruir a identidade de classe com um sentido mais amplo, aglutinando-os a partir da reivindicação de “trabalho para todos”:

[...] havia uma **nova crise produzida pela falta de trabalho estável e começamos a entender que uma central de trabalhadores que pretendesse reunificar a classe trabalhadora num país dependente como o nosso não era somente uma central de sindicatos, mas teria de se abrir ao conjunto dos trabalhadores** [...] **organizarmo-nos no bairro**, e para isso se criou a afiliação direta para todo trabalhador que viva de seu trabalho, que queira viver de seu trabalho ou que tenha vivido de seu trabalho. **Trata-se de um companheiro de classe que tem de voltar a se reconstituir** [...] Escolhemos uma prioridade, alguma coisa que nos unificou a todos por sobre o setorial, e **o problema principal é “trabalho para todos”, o problema principal é enfrentar o desemprego que nos fratura...** (Entrevista com Victor De Gennaro, CECEÑA, 2001, grifos meus, tradução minha).

Finalmente, para De Gennaro, a prova concreta da pertinência dessa mudança na ação estaria na capacidade de mobilização e de influência política que teriam demonstrado os piquetes no ano de 2001 em La Matanza, protagonizados, entre outros, pela FTV:

[...] pela primeira vez apareceu aí a demonstração de que **o conjunto de um território podia, a partir dos trabalhadores organizados, discutir tudo** [...] Acredito que foi um passo adiante, foi uma prova de que é possível [...] (Entrevista com Victor De Gennaro, CECEÑA, 2001; grifos meus, tradução minha).

A partir da provocação política e analítica resumida pela liderança da CTA, neste capítulo procura-se observar concretamente como a APROFA e o MTD expressariam mudanças na ação coletiva dos dominados em relação com a *fábrica* e o *bairro*. Continua-se assim interpelando a clássica divisão entre lutas do, e pelo, trabalho e lutas pelas condições de vida, sendo que a síntese de De Gennaro

sugere uma reviravolta (e uma rebelião) da ação concreta na Periferia de Buenos Aires face os modelos teóricos mais tradicionais vindos dos países centrais.

Propõe-se, nesse sentido, seguirmos dialogando criticamente com os estudos que, debruçados sobre a política contemporânea nos subúrbios portenhos, sustentam que a ação coletiva passa a ser “territorial” quando os dominados devem recuar e se proteger para sobreviverem num âmbito espacial mais restrito: o bairro. Do mesmo modo, com as categorias e os conceitos já apresentados de processo de territorialização, procura-se discutir afirmações mais genéricas que, mesmo ligando território e poder numa análise relacional, tendem a enfatizar, no lado dos dominados, a construção de “aglomerados da exclusão”, sem maiores possibilidades de transformação nem resistência (HAESBAERT, 2004, p. 92).

Para confrontar essas interpretações no âmbito acadêmico, e aprofundar a discussão sobre os processos de territorialização e a ação coletiva de dominados, este capítulo se serve do conceito de “escalas da ação política”. Particularmente, seguindo a proposta de Vainer (2002, 2006), busca-se enfatizar as diversas escalas constituídas no processo da ação das organizações em estudo. Dessa forma, as escalas são aqui entendidas como resultado de processos de classificação e divisão do espaço, inerentemente históricas, sociais e relacionais — na medida em que uma escala se constitui em relação a outra. Com Vainer, portanto, interessa sublinhar e demonstrar, com os resultados de pesquisa, três características fundamentais do conceito de “escala da ação”. Em primeiro lugar, a sua condição de ser socialmente determinada, onde sujeitos sociais procuram classificar e entender o mundo a partir de uma “narrativa escalar”, ao mesmo tempo em que suas ações envolvem uma “estratégia escalar”, segundo propõe Vainer na sua leitura de Swyngedouw:<sup>140</sup>

Penso, com Swyngedouw, que as escalas — de análise e de intervenção — não estão dadas, nem são fixas, nem podem ser reificadas. Antes, devem ser trazidas para o terreno social, incerto e móvel, daquilo que está em disputa. Nem as estruturas e lógicas econômicas nem as heranças históricas em si determinam e instauram escalas (VAINER, 2006, p. 17).

Certamente, há uma relação estreita, e muitas vezes intencionalmente instrumental, entre, de um lado, as narrativas escalares, para utilizar expressão já empregada por Swyngedouw (1997), isto é, análises das relações escalares involucradas em processos sociais, econômicos e

---

<sup>140</sup> A obra desse autor discutida por Vainer é SWYNGEDOUW, Erik. Neither global nor local: “glocalization” and the politics of scale. In: COX, Kewin R. *Spaces of globalization: reasserting the power of the local*. New York/London: The Guilford Press, 1997. p. 137-166.



políticos, e, de outro lado, as estratégias e propostas de intervenção/ação que privilegiam tais ou quais escalas [...] Dito de outra maneira: por trás, ou à frente, de toda proposta de intervenção/ação política está presente, subjacente ou não, explícita ou não, uma concepção escalar do mundo social, isto é, das formas predominantes de produção e reprodução de relações. (VAINER, 2006, p. 17).

Em segundo lugar, a constituição de escalas é tanto resultado como também fator importante de lutas entre sujeitos sociais. Nos termos de Vainer, inspirados em Bourdieu, as escalas são estruturadas e estruturantes da ação política:

[...] as escalas se [tornam] arena e momento, tanto discursiva quanto materialmente, em que relações de poder socioespacial são contestadas, negociadas e reguladas. **Escala, então, é, ao mesmo tempo, o resultado e a consequência da luta social pelo poder e pelo controle [...]** (SWYNGEDOW, 1997, p. 141 apud VAINER, 2002, p. 25, grifos e tradução do autor).

Assim, **as escalas não estão dadas, mas são, elas mesmas, objeto de confronto**, como também é objeto de confronto a definição de escalas prioritárias em que os embates centrais se darão [...] (VAINER, 2002, p. 25, grifos meus).

[...] se, de um lado, os confrontos e conflitos ocorrem num mundo escalarmente organizado, de outro, as escalas que organizam o mundo são, elas mesmas, resultantes dos desenlaces de conflitos passados. Para usar a linguagem de Bourdieu, as escalas são estruturadas, mas são também estruturantes (VAINER, 2006, p. 18).

Uma terceira característica deste entendimento sobre as *escalas*, portanto, é que estas não respondem a um esquema rígido, fixo e recortado do território — como uma antiga visão da geografia poderia induzir —, mas que são melhor entendidas como classificações dentro de um campo de relações e fluxos de poder no, e através do, espaço:

Em Wallerstein,<sup>141</sup> pois, cai por terra o encaixamento sistêmico hierarquizado — *babuchka* — das escalas dos geógrafos. Claramente, também, a escala deixa de ser porção do espaço, jurisdição — do mercado de trabalho ou de qualquer outro processo ou fenômeno — para se transformar em campo de fluxos e relações —, relações econômicas, por certo, mas também, e de maneira inseparável, relações de poder [...] (VAINER, 2006, p. 15).

---

<sup>141</sup> A obra desse autor, discutida por Vainer nesta citação, é WALLERSTEIN, I. *Unthinking social science: the limits of Nineteenth-Century paradigms*. Cambridge (UK): Polity Press, 1991.

Em outras palavras, a proposta defendida por Vainer, seguindo as análises de autores como Smith (1990, 1993) e Swyngedouw (1997), destaca a importância de uma leitura *transescalar* dos processos sociais (VAINER, 2002, p. 25). Trata-se, para entender os nossos casos de estudo, de sair da armadilha de entender o local — ou *bairro* — como um espaço definido *a priori*:

[...] combinar, ao invés de opor, as múltiplas escalas, conformando o que designamos de estratégias (analíticas e políticas) *transescalares* [...] (VAINER, 2002, p. 14, grifos do autor).

**[...] o entendimento de que os processos econômicos, políticos, sociais, culturais têm dimensões escalares não pode conduzir à reificação das escalas, como se estas antecedessem e contivessem (como um receptáculo) os processos. O que temos são processos com suas dimensões escalares, quase sempre *transescalares* [...] a análise da escala não pode pretender substituir a dos processos.** Como bem observou Swyngedouw (1997, p. 140), as próprias escalas são produzidas em processos profundamente heterogêneos, conflituosos e contestados [...] (VAINER, 2002, p. 24, grifos meus).

A seguir, tenta-se analisar as organizações em estudo com este conceito de “ação escalar” e questionar, tal como propõe Vainer (2006), em que medida os sujeitos conseguem constituir e articular diversas escalas da ação ou se estão subordinados — e estruturados — pela ação escalar de sujeitos dominantes. Essa proposta de leitura tem neste capítulo uma primeira abordagem, a ser ampliada e atualizada no próximo e último capítulo, ou Epílogo. É proposta uma análise *transescalar* tendo-se como ponto de partida expositivo o par *fábrica* e *bairro*, destacando-se as mediações dos processos mais gerais contemporâneos e os contrastes com ações coletivas de dominados no passado. São assim observados primeiramente os discursos e as práticas das organizações em torno do trabalho. Posteriormente, amplia-se essa análise para entendermos os valores e as práticas em referência ao bairro e a processos de territorialização, observando os agentes e as relações envolvidos e as escalas que vão construindo na sua ação.

### 5.1. UMA OUTRA CLASSE DE TRABALHO QUANDO A FÁBRICA FECHA: NEM SALARIAL, NEM SUBSIDIADO; COOPERATIVO

Como antecipado no capítulo anterior, uma interpretação muito divulgada em âmbitos acadêmicos e políticos é aquela que toma as mais recentes iniciativas de empreendimentos cooperativos a partir dos dominados como parte de uma “nova

economia”, “anti-capitalista”, incentivada por um contexto de “exclusão”. Assim, a visão “heroica” de ações de movimentos sociais tem, nas leituras que se concentram na dimensão econômica — enfatizando o potencial de ações autônomas e em escala territorial reduzida —, um de seus *referentes* mais divulgados, com influências concretas em políticas estatais e no debate sobre a ação coletiva.

A proposta de geração de trabalho a partir de ações ditas “locais” e cooperativas ganhou nos últimos anos difusão não somente acadêmica, como também política, em programas de governo e em agências multilaterais de financiamento. Às propostas já divulgadas na década de 1990, de “desenvolvimento local” e dentro do capítulo “geração de trabalho e renda”, soma-se, na década de 2000, o fomento a cooperativas e redes de “economia solidária”, “economia popular” ou também “*grass-roots initiatives*”, termo que varia segundo o agente, a língua ou o país em questão.<sup>142</sup> Na América Latina, são particularmente influentes abordagens agregadas sob a expressão Economia Popular e Solidária (EPS). As abordagens da EPS, pode-se resumir, coincidem numa ênfase a uma potencial superação das relações capitalistas dominantes a partir de relações *solidárias* (SINGER, 2001 e 2002) ou daquelas que procurariam somente *valorizar o trabalho* (CORAGGIO, 1996 e 2003). Assim como no Brasil,<sup>143</sup> na Argentina essas propostas têm ganhado força não somente na academia, mas também no âmbito político. Diversos programas da esfera nacional do governo incentivaram, especialmente a partir de 2003, a formação de cooperativas de trabalho e outras formas “alternativas de geração de trabalho e renda”.<sup>144</sup>

Seguindo as abordagens da EPS e outros debates internacionais sobre ações alternativas e chamadas de emancipatórias (SANTOS, 2002), tanto a APROFA

---

<sup>142</sup> No âmbito do Banco Mundial e da ONU sobressaíam as propostas de microcrédito, numa reconstrução e tentativa de replicação das experiências de Yunus em Bangladesh. Para uma visão crítica das propostas do Banco Mundial e da ONU dentro da ordem liberal internacional para se tratar da pobreza, ver Roy (2006) e Davis (2006).

<sup>143</sup> Nesse país, a visibilidade institucional das propostas de Economia Solidária ganhou força após o Fórum Social Mundial de Porto Alegre, em 2003, quando foi formalmente anunciada a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária — SENAES — no Governo Federal, dirigida por Paul Singer. Para uma análise antropológica do fenômeno político da economia solidária, ver Motta (2004). Para uma visão crítica das políticas de economia solidária no Brasil, ver Barbosa (2007).

<sup>144</sup> Entre esses, podem ser citados o programa “*Manos a la obra*”, que dava subsídios para ferramentas de trabalho de associações e cooperativas, ou, mais recentemente, o plano “*Argentina Trabaja*”. Para uma visão geral sobre as políticas de economia popular e solidária na Argentina e uma análise sobre os programas como o “*Manos a la obra*”, ver Vuotto (2007).

como o MTD poderiam ser classificados como organizações “localistas e autogestionárias” (HARVEY, 1997 apud VAINER, 2002). Como observado no primeiro capítulo, a forma de gestão das organizações e os seus empreendimentos para geração de trabalho tinham como princípios e proposta as decisões de assembleias, bem como a distribuição e o controle mais democrático do trabalho e do seu produto. Ainda mais, colocavam como seu campo imediato e prioritário de ação o entorno geográfico mais próximo, identificado com “o bairro”. Uma observação sobre o processo de construção concreto de seus Projetos, entretanto, sugere relações e valores que contradizem os diagnósticos da exclusão e as leituras mais heroicas — mas também reducionistas — defendidos pelos aderentes à visão da Economia Popular e Solidária. De igual modo, os Projetos concretos e em ação colocam em dúvida as análises e propostas que observam as ações de forma isolada e consideram o território não num sentido relacional, mas restrito e auto-explicativo.

Questionando esse senso comum – nada inócuo politicamente –, a seguir começa-se por observar o lugar que as relações de trabalho têm nos Projetos políticos das organizações, indagando-se mais detalhadamente o campo de relações em torno de seus empreendimentos. Assim, interessa-nos obter com os nossos prismas de estudo algumas primeiras pistas sobre o que acontece em termos de ação coletiva na Periferia de Buenos Aires quando a “fábrica fecha”.

### **5.1.1. A origem dos empreendimentos cooperativos das organizações: tradições políticas, sobrevivência e “prova e erro”**

[...] logo percebemos que só trabalhando coletivamente poderíamos sobreviver. (Declaração de Soledad Bordegaray, do MTD, FUM, Rio de Janeiro, março de 2010, tradução minha).

[...] a cooperativa é uma forma para poder participar mais no trabalho e nas decisões, mas nada a ver com o velho cooperativismo (Entrevista com membro da APROFA, janeiro de 2005, tradução minha)

A partir da reconstrução das trajetórias do MTD e da APROFA pode-se afirmar que, longe de se reduzir a uma “resposta à exclusão” (SINGER, 2002), as formas de trabalho desenvolvidas pelas organizações em estudo expressam tradições, valores e relações mais amplas. Nesse sentido, os empreendimentos cooperativos já na sua origem e concepção demonstram articulações bem maiores do que a imagem de “bairros de desempregados” (GRIMSON, 2009) pode sugerir.

A proposta de desenvolver outras formas de relações de trabalho — cooperativas — e de troca — feiras *comunitárias* ou de *trueque* — não surgiu espontaneamente por reação automática face aos indicadores de desemprego. Nos casos aqui em estudo, e como foi já observado no primeiro capítulo, os valores — e também o apoio material concreto — para se formarem cooperativas chegaram fundamentalmente a partir de organizações mais antigas e recriando-se tradições de ação de caráter socialista e mutualista. Envolveram não poucas atividades de discussão, cursos e oficinas com os membros da APROFA e do MTD, e se construíram fundamentalmente na prática concreta, enfrentando desistências e precisando de apoios mais contínuos.

Do lado dos primeiros membros e das lideranças, com maior experiência de ação política, existia uma referência ao ideal socialista e uma opção de nova estratégia política, a partir do bairro e a favor da “autonomia”. Foram eles, de fato, os principais interlocutores com as instituições que atuaram como mediadores na construção das organizações. Nessa interação se foi formando, aos poucos, uma proposta específica — o trabalho cooperativo e autônomo — dentro do contexto mais geral de desemprego e falta de representatividade das instituições políticas tradicionais:

[...] fomos percebendo que somente trabalhando de forma coletiva podíamos sobreviver [...] criamos nossos próprios trabalhos, pois sabíamos que os muito jovens sem experiência e os velhos não tinham como conseguir emprego [...] (Declaração de Soledad, liderança do MTD, FUM, Rio de Janeiro, março de 2010).

[...] a falta de opção era clara no bairro e entre os jovens, por isso tentamos fomentar ações coletivas que gerassem alguma renda ou permitissem garantir alguns bens básicos [...] (Declaração de membro da APROFA, entrevista em janeiro de 2005, tradução minha).

Já entre os membros que não ocupavam posições de liderança ou não eram parte do grupo fundador, as motivações primeiras tinham menos influência de tradições e interações políticas. Uma grande maioria aproximou-se das organizações “procurando um bico [...], algo de trabalho [e] uma forma de subsistir”. Desse modo explicam a sua chegada através de atividades como os refeitórios e hortas da APROFA ou a padaria e a feira relacionadas ao MTD (Quadros 1, 2 e 3). O contato dava-se a conhecer pelo bairro graças às lideranças e às iniciativas das organizações ou aos vínculos familiares com os que já eram membros, na medida

em que se iam agregando participantes que chamavam seus parentes para trabalhar em alguma coisa ou “arranjar alguma renda”.

Como foi apresentado no primeiro capítulo, a opção de não aderir ao que denominaram como *malditos planes* das políticas focalizadas do governo foi um marco em termos identitários, e, também em quantidade de aderentes, tanto para a APROFA quanto para o MTD. Nos membros que ficaram nas organizações após essa decisão, a motivação material não podia ser mais única nem suficiente para explicar a sua permanência e a sua adesão ao longo do tempo — até porque os *planes* ofereciam uma renda fixa mensal superior à das atividades produtivas tanto da APROFA quanto do MTD. Nas trajetórias e nos valores que aparecem nas entrevistas desta pesquisa, fica claro o processo de identificação que tem como um de seus elementos constitutivos o “trabalho digno” (Cf. Capítulo 1) e que as propostas de trabalho cooperativo procurariam concretizar.

No MTD, para observar casos bem ilustrativos, Julieta<sup>145</sup> organizava a feira comunitária no espaço cedido pela organização e decidiu formar dela parte ativa dois anos depois e “em adesão à proposta de trabalho autônomo”. Amália, Fernanda e Claudio chegaram à oficina têxtil da cooperativa procurando uma renda e, após não poucas tentativas e dificuldades, acabaram se adaptando e valorizando “o trabalho, dividindo responsabilidades e a renda” e “a satisfação de ver o produto que nós mesmos fazemos como forma de garantir parte de nosso sustento”. Maria já trabalhava vendendo lanches à porta de uma escola pública próxima, e conheceu o MTD primeiro como lugar para onde remeter os familiares e jovens da escola, que lhe perguntavam por trabalho. Depois pediu que participasse da organização, que explica, agora, como uma “fonte de trabalho digno, honesto e não dependente das máfias”,<sup>146</sup> assim denominando as práticas de se obterem renda e empregos de favor das redes políticas mais tradicionais e seus *punteros*, o *Outro* mais explícito das organizações, segundo foi analisado no primeiro capítulo. Essa essência política e identitária das ações dos empreendimentos no MTD é assim resumida hoje por uma das suas lideranças:

---

<sup>145</sup> Para preservar a identidade dos membros das organizações, utilizam-se nomes fictícios.

<sup>146</sup> Entrevistas no MTD, em janeiro de 2010.

[...] falavam que não tínhamos capacidade para nada, que éramos inúteis como desempregados e que como trabalhadores não sabíamos gerir [...], começamos a tentar com os empreendimentos para mostrar que estavam errados...” (Declaração de Soledad, liderança do MTD, FUM, Rio de Janeiro, março de 2010, tradução minha).

Na APROFA, os jovens que começaram a trabalhar com as famílias das hortas reconhecem que no princípio era muito difícil fazer com que as famílias se associassem para produzir e vender de forma mais coletiva. Quando decidiram ampliar as suas atividades, desenvolveram um refeitório comunitário a partir do qual se agregaram novos membros. Por exemplo, os membros Marta e Cristina, que primeiro levavam suas famílias para almoçar, ofereceram-se para trabalhar de forma voluntária na organização do refeitório e no empreendimento de produção de massas, seguindo uma divisão relativamente igualitária das responsabilidades com o resto dos membros. Duas famílias que já participavam das hortas também quiseram atuar de forma mais contínua e ativa na APROFA, apoiados pela crença de “que o trabalho cooperativo era uma forma digna de se sustentar”.<sup>147</sup>

O desenvolvimento de empreendimentos produtivos a partir de relações cooperativas foi, em ambas as organizações, um processo no qual as dificuldades e os avanços a partir de “prova e o erro” ajudaram a construir os valores de trabalho “digno e autônomo”. As organizações mediadoras — IMFC, Associação Madres de Plaza de Mayo, escola *Creciendo Juntos* — prestavam conhecimento técnico, contatos comerciais e alguns recursos materiais para a produção tanto no MTD como na APROFA.

Em ambas as organizações, os seus empreendimentos passaram por fases de falência e refundação ou mudança para novas atividades produtivas. A interação com profissionais de fora das organizações não deixava de ser tensa, sobretudo quando questões específicas de gestão eram apresentadas por professores e técnicos segundo os parâmetros tradicionais dos negócios: o preço ótimo e de produção de equilíbrio que os modelos de microeconomia recomendavam não era compatível com o interesse das organizações de vender barato e gerar a maior quantidade de trabalho, como aconteceu com a padaria do MTD. Nessa situação, os membros das organizações optaram por uma solução que teria sido reprovada no cálculo de custos marginais da microeconomia, mas claramente coerente com a sua

---

<sup>147</sup> Entrevista na APROFA, agosto de 2005, tradução minha.

proposta política e de cooperativismo: continuar vendendo barato, mas trabalhando e produzindo mais para garantir a mesma sobra monetária final. Outras opções políticas também tinham seus custos em termos de adesão. O objetivo principal de gerar trabalho fazia com que “qualquer companheiro que tivesse uma proposta de empreendimento fosse apoiado, e tentávamos”, pois “ninguém podia nem queria dizer ‘não’ a um companheiro desempregado”.<sup>148</sup> De fato, essa construção a partir do aprendizado e com outras regras de trabalho fez com que muitas pessoas saíssem, fosse por não se adaptarem à maior divisão de responsabilidades, fosse por necessitarem de outras fontes de renda.

Em resumo, as pessoas que ficaram na APROFA e no MTD, assim como as que viriam a se somar posteriormente, desenvolveram atividades fundamentais para o processo de constituição das organizações, para a sua proposta de “autonomia e dignidade” e o seu Projeto de *Poder Popular*. Como alternativa às políticas que consideravam “assistencialistas e parte da dominação”, procuraram contrapor experiências onde se valorizava a autonomia. Como alternativa às relações de trabalho capitalistas e tradicionais, nas quais não se consideravam mais empregáveis, propuseram relações de trabalho cooperativas, cuja prática concreta, entretanto, não estava isenta de contradições...

### **5.1.2. Relações de trabalho nos empreendimentos: ações e interações dentro de uma Política Popular**

Uma análise dos dados coletados em 2005 permite observar as principais práticas de trabalho e o campo de relações sociais nelas envolvido nos diversos empreendimentos produtivos da APROFA e do MTD.

---

<sup>148</sup> Um exemplo particularmente ilustrativo desse percurso é, mais uma vez, a padaria do MTD, experiência citada com frequência pelas pessoas entrevistadas e bem detalhada nas publicações da organização. Nela, é particularmente clara a articulação entre motivações de sobrevivência — fornecimento de alimentos, aprendizado a partir da prática e do erro —, com as suas múltiplas falências e retomadas, e ação política — na postura de vender pão a “preços populares” para vizinhança, e também a opção de se relacionar com agentes com recursos financeiros e dispostos a apoiá-los para garantir a sua continuidade (MTD La Matanza; DOBIN-BERNSTEIN, 2007; FLORES, 2006; Declarações de Soledad Bordegaray, FUM, Rio de Janeiro, março de 2010, tradução minha).



EMPREENHIMENTO (FREQUÊNCIA DA PRODUÇÃO)	TRABALHADORES	ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	FORNECEDORES E DESTINATÁRIOS	RETRIBUIÇÃO AO TRABALHO
<b>Refeitório</b> (de segunda-feira a sábado)	Duas famílias responsáveis da cozinha, e dois membros da APROFA responsáveis da gestão	Distribuição das tarefas entre famílias voluntárias  Contabilidade e planejamento da APROFA	Alimentos fornecidos: pela prefeitura (menos de 25%), o resto comprado com recursos da ONG Acción Contra el Hambre (ACH) ou produzidos pelos empreendimentos da APROFA	Trabalho voluntário para o refeitório
<b>Fábrica de massas</b> (4 dias por semana)	Doze mães de família beneficiárias do refeitório	Cada membro faz uma atividade similar  A contabilidade e a programação semanal dependem destas mães  O planejamento e o seu controle são feitos pela APROFA	O capital inicial e os insumos vêm de recursos de ACH  Mais de 50% da produção vai para o refeitório, 25% é para autoconsumo e o restante é vendido nas proximidades	A produção que excede as necessidades do refeitório é distribuída segundo as horas trabalhadas, para ser depois autoconsumida ou vendida de forma conjunta
<b>Oficina de serigrafia</b> (atividade irregular, dependendo de encomendas de instituições afins)	Três membros ativos da APROFA	Todos com tarefas semelhantes  Contabilidade e gestão próprias	Capital inicial da ACH, e recursos por pagamento adiantado dos clientes	Retribuição igualitária
<b>Criação de frangos e produção de ovos</b> (produção contínua)	Quinze famílias recebem as ferramentas e assessoria para a produção da APROFA	Cada família é responsável por uma produção mínima determinada pela direção da APROFA, também responsável pelo planejamento e controle	Capital inicial e recursos correntes de ACH  Assessoria técnica de estudantes da Universidade Nacional de Luján	50% da produção vai para o refeitório, o resto é para consumo próprio das famílias, e deste uma parte pode vir a ser comercializada com a ajuda da APROFA
<b>Horta</b> (produção contínua)	Dez famílias, como acima	Produção assessorada e monitorada pela APROFA, e de responsabilidade das famílias	Insumos e ferramentas do Plano Hortas Comunitárias do Governo Nacional	Toda a produção é para o consumo das famílias

**Quadro 1 – Empreendimentos econômicos da APROFA (ano 2005)**

Fonte: elaboração própria, com base em entrevistas e observações em fevereiro, maio e agosto de 2005.

EMPREENHIMENTO (FREQUÊNCIA DA PRODUÇÃO)	TRABALHADORES	ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	FORNECEDORES E DESTINATÁRIOS	RETRIBUIÇÃO AO TRABALHO
<b>Oficina de Costura</b> (5 dias por semana)	Oito	Cada trabalhador faz uma atividade semelhante  Um membro do MTD faz a gestão e programação da produção  Diretrizes mais gerais são discutidas com os membros ativos do MTD	Trabalho predominante <i>por encomenda</i> : entrega de matérias-primas e pagamento por produto produzido para terceiros  Principais clientes-fornecedores: Boutique Martín Churba (ver Ludueña, 2005) e uma fábrica de cortinas  Capital Inicial: recursos de fundações ligadas a representações diplomáticas (embaixada do Japão)	Igualitária, segundo as horas trabalhadas
<b>Padaria</b> (5 dias por semana)	Quatro	Igual ao anterior, sendo os membros do MTD responsáveis pela gestão administrativa	Insumos comprados de pequenos atacadistas  Venda de varejo na sede do MTD e para moradores das proximidades  Parte da produção é para a merenda dos alunos da escola  Capital Inicial: recursos de fundações ligadas a representações diplomáticas (embaixada do Canadá)	Igual ao anterior
<b>Oficina de serigrafia</b> (segundo encomendas de instituições interessadas, sem produção no momento da pesquisa)	Dois	Igual ao anterior, um membro do MTD responsável pela gestão administrativa	Trabalho por encomenda	Igual ao anterior
<b>Editora</b> (para boletins ou publicações específicas)	Entre três e quatro membros do MTD	Fora o trabalho de redação — feito pelo núcleo do MTD —, a distribuição das tarefas é relativamente igualitária, incluindo a gestão administrativa  Sendo parte da política de divulgação do MTD, seu planejamento é feito pelo núcleo da organização	Recursos monetários e divulgação de instituições que apoiam de forma geral o MTD  Venda no varejo em eventos e na sede da agrupação  Acordo mais recente com editora comercial para reedição de livros da organização, antes de publicação própria	Igual ao anterior
Recepção de estagiários e pesquisadores	Dois membros do MTD	Tarefas equivalentes, planejamento e controle do MTD	Recurso inicial de doações. Custos correntes financiados com a renda do empreendimento	Igual ao anterior

**Quadro 2 – Empreendimentos econômicos do MTD La Juanita (ano 2005)**

Fonte: elaboração própria, com base em entrevistas e observações em fevereiro, maio e agosto de 2005.

**FEIRA COMUNITÁRIA:  
Aproximadamente 40 vizinhos reúnem-se diariamente  
para a troca e compra-venda de produtos**

- Origem dos produtos: bens usados; bens produzidos artesanalmente; sobras de cestas de alimentos distribuídas pelo poder público; frutas e verduras compradas em mercados de atacado.
- Organização do intercâmbio: preços em moeda corrente, inferiores aos dos estabelecimentos comerciais vizinhos. Cada vendedor tem de pagar uma quantia fixa de 1 peso à gestora da feira. Os elementos de trabalho para a venda são fornecidos pelos próprios feirantes.
- Gestão: de responsabilidade de uma pessoa com experiência em feiras anteriores e que não fazia parte ativa do MTD.
- O MTD somente fornece o espaço físico para a feira acontecer na sua sede

**Quadro 3 – Empreendimento associado ao MTD La Juanita (ano 2005)**

Fonte: elaboração própria, com base em entrevistas e observações em fevereiro, maio e agosto de 2005.

**a) Assembleia central:** formada pelos membros ativos de cada organização, responsável por definir a estratégia e as diretrizes dos empreendimentos. Formal e juridicamente é ela a organização.

**b) Empreendimentos econômicos e culturais:** nem todos os trabalhadores são membros ativos da assembleia, mas têm de indicar um delegado para os representar nela. As decisões cotidianas de produção são tomadas pelo conjunto de seus trabalhadores.

**Quadro 4 – Estrutura organizativa da produção na APROFA e no MTD La Juanita (ano 2005)**

Fonte: elaboração própria, com base em entrevistas e observações em fevereiro, maio e agosto de 2005.

Nos empreendimentos da APROFA e do MTD, assim como em sua relação com o entorno social mais imediato, nota-se que são desenvolvidas *relações de trabalho* e de troca diferentes das práticas capitalistas dominantes. Essas relações, entretanto, dão-se de forma complexa e tensa dentro das *relações de produção* capitalista dominantes.

No caso do MTD, onde a sua visibilidade e o seu apoio de instâncias sociais permitem uma escala de produção e comercialização maior, a remuneração do trabalho depende, em última instância, da realização de seu produto como mercadoria, dentro das relações de produção capitalistas dominantes. Se o produto da padaria ou da oficina de costura não é vendido, por exemplo, o empreendimento

tem de fechar, como de fato já aconteceu até serem reabertos com novos apoios. Quando as roupas produzidas são encomendadas por uma empresa de moda — inclusive quando esta tem como primeira motivação apoiar o movimento — ou, mais ainda, quando uma fábrica quer terceirizar parte de sua produção contratando os serviços dos empreendimentos do MTD, a definição do ritmo e do preço da produção passa pelo poder de negociação maior desses agentes, que, por sua vez, vendem no mercado com critérios comerciais (Quadro 2).

No caso da APROFA, a troca dos produtos dos empreendimentos dá-se numa extensão menor e baseada em relações de caráter mais pessoal e, nesse sentido, menos mercantil.<sup>149</sup> Mesmo assim, quando tentam vender o excedente não consumido das hortas, devem seguir os preços do mercado mais amplo: se forem mais caros, ninguém os compra num bairro com baixa renda; se forem muito baratos, os “números não fecham”, para manter o processo produtivo da horta (Quadro 1).

Do mesmo modo, tanto no MTD quanto na APROFA muitos dos recursos que recebem de ONGs e de programas públicos são condicionados a gerar uma “sustentabilidade”; em outras palavras, a garantir a sua continuidade comercializando a sua produção no mercado ou a garantir o autoconsumo a baixos custos. Assim, as determinações da forma da mercadoria e a sua influência nas condições de trabalho continuam presentes.

Essa tensão pode ser lida, em termos conceituais mais rigorosos, como consequência da complexa articulação de relações de trabalho cooperativas dentro das relações de produção capitalista dominantes. As práticas concretas da APROFA e do MTD contradizem, dessa forma, as prédicas e questões colocadas pelos estudos da Economia Popular e Solidária (EPS) para experiências cooperativas de movimentos sociais. As afirmações dos aderentes à EPS sobre o grau de “alteridade e oposição ao capitalistas” confundem relações de trabalho com relações de produção e tendem a reduzir a análise da ação coletiva a uma análise dicotômica, simplista, entre capital e não-capital. Para Singer, é possível uma economia solidária

---

<sup>149</sup> Seguindo Polanyi, entende-se aqui a relação de mercado como aquela definida por trocas de caráter impessoal, no sentido de que a compra e venda não dependem das características específicas das pessoas envolvidas, mas sim dos preços e das quantidades negociadas e definidas pelas múltiplas negociações no mercado e orientadas para a obtenção de um benefício material individual. Ver POLANY, K. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

diferente da capitalista, com princípios e dinâmica próprios, “superadora” do capitalismo (SINGER, 2002). Para Coraggio, a Economia Popular — que não garante solidariedade, mas sim um foco na realização do trabalho — também tem especificidades que a diferenciam da “economia capitalista”, e postula uma possível complementaridade de ganhos mútuos (CORAGGIO, 1996). Ambas as análises de referência, portanto, não destacam conceitualmente as contradições de propostas de relações de trabalho cooperativas que se articulam concretamente no modo de produção capitalista. A riqueza, a complexidade e as contradições próprias dessa articulação são omitidas diante do ideal dicotômico que ambos teóricos parecem querer impor à realidade.

### **5.1.3. O Trabalho como um dos fundamentos do Projeto político**

Pode-se afirmar, portanto, que as relações de trabalho propostas e construídas pelas organizações não são meras alternativas de “geração de trabalho e renda”, mas parte fundamental, e subordinada, da construção de um Projeto político. Nos casos concretos da APROFA e do MTD, pode-se observar que a implantação concreta dos empreendimentos não está livre de tensões com o ideal “emancipatório” colocado pelas lideranças das organizações, expresso em: autonomia em relação ao Estado e questionamento de vínculos de subordinação. Procuram, sim, a construção do “trabalho digno”, em clara oposição às práticas e aos valores que caracterizam a política popular na Periferia de Buenos Aires. Essas relações construídas nos empreendimentos são parte do objetivo de transformar o espaço mais restrito do bairro em favor dos mais pobres e em construir relações políticas e de trabalho mais igualitárias.

Como sugere Hanna Arendt, é valorizando a ação política que podem ser mais bem compreendidas as relações econômicas como parte — mas não determinante — das relações e transformações sociais, retomando assim o que, segundo esta autora, havia de mais original e esclarecedor no pensamento de Marx:

[...] sua contribuição mais explosiva, e sem dúvida mais original, à causa da revolução consistiu em interpretar as necessidades das massas pobres em termos políticos, como uma insurreição não só em busca de pão e trigo, mas também em busca da liberdade [...] Marx introduziu um elemento político na nova ciência da economia com fins revolucionários, com o que a converteu no que ela pretendia ser: economia política, isto é, uma economia que dependia do poder político, cuja destruição era possível mediante a

organização política e os meios revolucionários [...] (ARENDDT, 2006, p. 82-83, tradução minha).

É dessa forma que ganham sentido as ações de prova e erro de criação de empreendimentos, mesmo precários e contrariando os princípios tradicionais de gestão e de formação de preços. É nesse dia-a-dia da produção e da tentativa que as organizações vão também construindo o seu Projeto. A conclusões semelhantes, não por acaso, chega Manzano quando analisa as práticas cotidianas de *referentes de bairro* e sub-grupos de organizações *piqueteras* no município de La Matanza. Atividades em refeitórios e oficina, serviços em creches e de formação educativa situam-se, como demonstra também essa pesquisadora, dentro de um “marco de relações de intercâmbio social e político” (MANZANO, 2009, p. 280).

Trata-se, em outras palavras, de analisar a Política Popular em jogo e não priorizar análises reducionistas de economias populares ou solidárias. Com a categoria de Política Popular procura-se valorizar aqui as relações entre dominados e dominantes e as suas transformações e continuidades. Busca-se, portanto, evitar a armadilha analítica e política de entender os dominados como setor econômico autônomo e excluído. Essa visão justifica ações focalizadas e do chamado “desenvolvimento local” que reproduzem, e não mudam, as relações de dominação, que, ao contrário, acabam por ocultar.

Os Projetos políticos da APROFA e do MTD são construídos tendo no trabalho um referente fundamental para os seus valores identitários, suas práticas e também como parte de seu sustento material. Recorrendo ainda uma vez à análise de Hanna Arendt (2000), pode-se compreender como essas múltiplas dimensões estão contidas na categoria “ação”. Para a autora, o trabalho envolve, em seu sentido mais imediato, uma transformação da natureza que permite satisfazer as necessidades construídas pelos indivíduos. Pode, entretanto, colocar os potenciais do homem em ação, contribuindo para a sua realização e afirmando a sua condição política. Assim, nos termos de Arendt, as relações até aqui descritas da APROFA e do MTD seriam melhor analisadas como parte das suas ações, fundamentalmente políticas, pois procuram a transformação coletiva.<sup>150</sup>

---

<sup>150</sup> “Com a expressão *vita activa*, pretendo designar três atividades humanas fundamentais: labor, trabalho e ação [...] O labor é a atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano, cujos crescimento espontâneo, metabolismo e eventual declínio têm a ver com as necessidades vitais produzidas e introduzidas pelo labor no processo de vida. A condição humana do labor é a própria

Nos casos em estudo, como apresentado no primeiro capítulo e destacado neste, a dimensão material do trabalho aparece como motivação primeira e prática fundamental das organizações em seu objetivo de mudar as condições de vida das pessoas do entorno. Seu sentido de realização pessoal torna-se evidente na ênfase dada à dignidade de se sustentar com o próprio trabalho, sem depender de “dádivas, favores e se submeter aos outros”. A dimensão política mais ampla está contida na proposta e na prática de relações de trabalho cooperativo. Este, junto com os elementos expostos nos capítulos 1, 2 e 3 desta tese, já nos oferece os primeiros indícios das continuidades e transformações nas identidades e na luta de classes quando a fábrica fecha.

Do lado das continuidades, e diferentemente do que a maioria das análises mais gerais sobre a ação coletiva postula na Argentina (SVAMPA, 2008; MERKLEN, 2005), os membros da APROFA e do MTD reconhecem-se como trabalhadores, como parte de uma classe que foi derrotada nas últimas décadas e que luta por manter a sua dignidade. Na mesma direção, não é trivial que a proposta dos empreendimentos seja construir relações cooperativas que sigam tradições mais antigas de movimentos internacionais e, mais próximas no tempo e no espaço, as experiências de cooperativas e associações socialistas dos bairros portenhos. Do lado das mudanças, elas podem ser lidas começando-se pelas diferenças com respeito a essas mesmas práticas cooperativistas mais antigas. Estas eram parte — como analisado no segundo capítulo — de propostas de mudança mais radical da sociedade dentro do processo de formação e luta de classes nas primeiras duas décadas do século XX. Centradas na mudança das condições de vida no *bairro*, subordinavam-se a Projetos políticos socialistas e anarquistas que colocavam como seu *Outro* os padrões, entendidos como agentes da exploração inerente ao sistema

---

vida... O trabalho é a atividade correspondente ao artificialismo da existência humana, existência esta não necessariamente contida no eterno ciclo vital da espécie, e cuja mortalidade não é compensada por este último. O trabalho produz um mundo “artificial” de coisas, nitidamente diferente de qualquer ambiente natural [...]. A ação, única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que homens, e não o Homem, vivem na Terra e habitam o mundo. Todos os aspectos da condição humana têm alguma relação com a política; mas esta pluralidade é especificamente a condição — não apenas a *conditio sine qua non*, mas a *conditio per quam* — de toda vida política” (ARENDDT, 2000, p. 15, grifos da autora). “O labor assegura não apenas a sobrevivência do indivíduo, mas a vida da espécie. O trabalho e seu produto, o artefato humano, emprestam certa permanência e durabilidade à futilidade da vida mortal e ao caráter efêmero do tempo humano. A ação, na medida em que se empenha em fundar e preservar corpos políticos, cria condição para a lembrança, ou seja, para a história [...] a ação é a atividade política por excelência [...] (Ibid., p. 16-17).

capitalista. No MTD e na APROFA, não aparece uma crítica explícita e única aos “capitalistas”, mas sim às formas de dominação imperantes, à falta de trabalho e, sobretudo, às práticas e aos valores mais tradicionais na política, nos setores de baixa renda. Reconhecendo-se como trabalhadores, e desempregados, propõe relações de trabalho cooperativas para substituir as relações salariais já não acessíveis como alternativa de sustento. Em sintonia com as já descritas mudanças estruturais da economia argentina a partir da década de 1970, a APROFA e o MTD não reivindicam a obtenção do trabalho assalariado dentro das fábricas; entendem que ele já não é uma alternativa acessível e que também não traz mais as garantias de estabilidade e promessas de progresso social que, segundo acreditam, teriam tido no passado.<sup>151</sup> Como resume uma das lideranças do MTD, o proposta política de trabalho cooperativo foi construída diferenciando-se dos discursos e das práticas das instituições tradicionais:

[...] começamos a desenvolver nosso próprio trabalho enfrentando [...] o governo, que nos chamava de inúteis... as regras do mercado de trabalho, que nos consideravam velhos ou jovens demais... os sindicatos, que nos pediam que ficássemos em casa para não atrapalhar a quem ainda tinha trabalho [...] os partidos de esquerda tradicionais, que diziam que não podíamos ser um sujeito histórico (Declaração de Soledad Bordegaray, FUM, Rio de Janeiro, março de 2010, tradução minha).

O trabalho, também político, é outro quando a fábrica fecha nas décadas de 1990 a de 2000 na Periferia de Buenos Aires. São outros também os valores e as práticas da ação coletiva que os Projetos em movimento da APROFA e do MTD expressam. A seguir, procura-se aprofundar a análise dessas mudanças, observando os processos de territorialização relacionados com a ação política das duas organizações, de modo a entender qual classe de bairro estaria em construção.

## 5.2. O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO *BAIRRO* NA AÇÃO POLÍTICA DA APROFA E DO MTD

---

<sup>151</sup> Na cultura política argentina, e portenha em particular, é comum a idealização do passado como forma de destacar a “crise do presente”, consistente na perda de um passado melhor que já não teria como voltar. Essa particular cultura, tão próxima a muitos dos mais famosos tangos, foi advertida e bem explicada pelo professor Federico Neiburg durante a minha defesa de Mestrado e num seminário sobre a conjuntura política argentina, no IPPUR/UFRJ, nos anos de 2004 e 2005. Interessa aqui, sobretudo, destacar a visão que os agentes têm sobre a realidade e que motivaria e explicaria em parte a sua ação.



### **5.2.1. A proposta de ação cotidiana no *bairro* em ação: educação popular e relações materiais construindo territórios**

Observando os documentos e as entrevistas nos quais as duas organizações explicitam o seu Projeto político e, principalmente, a sua estrutura e dinâmica de ação, destacaram-se no primeiro capítulo os seus objetivos de transformar os valores e as práticas cotidianas dos “vizinhos” das organizações. Tanto na APROFA quanto no MTD, segundo foi apresentado, é central a atividade de ensino com crianças que moram no entorno territorial mais imediato, defendendo um projeto de “educação popular”. Isto é, a defesa de uma pedagogia “transformadora”, onde se enfatizam relações de “solidariedade” e “autonomia”, sendo referência a obra de autores como Paulo Freire e a ação pedagógica desenvolvida por movimentos sociais de maior visibilidade internacional, principalmente o Movimento dos Sem-Terra (MST, do Brasil).

No MTD, em comparação com a APROFA, essa orientação é mais evidente e fundamental para a sua ação. Foi a criação de uma creche e de uma escola de primeiro grau o que deu força ao desenvolvimento da organização. Reconhecido como a atividade mais importante da organização, o projeto pedagógico se foi estruturando com o trabalho de suas principais lideranças e na interação com a Associação das Madres de Plaza de Mayo, como destacado no primeiro capítulo. Com o apoio de doações e de ONGs internacionais, a partir de 2004, a creche começou a funcionar e diversos jovens se foram integrando como educadores, sendo seis os docentes em 2005. Os alunos eram crianças de até sete anos, quase na totalidade moradoras das proximidades. Tratava-se de desenvolver atividades e conceitos que no MTD entendiam que estavam ausentes na educação tradicional. Se o primeiro objetivo era trabalhar com os filhos dos membros e pessoas mais próximas, as expectativas foram logo superadas, e o projeto ganhou força como forma de se articular com vizinhos dentro da sua estratégia de ação “de bairro”:

[...] convidamos o bairro para participar da escola... tínhamos pensado primeiro nos filhos e parentes dos membros do MTD, e não esperávamos tanta gente [...] a questão foi que a primeira inscrição superou as cinquenta pessoas, o bairro aceitou bem nossa proposta e nos desafiou a ampliá-la (Declaração de Soledad Bordegaray, liderança do MTD, FUM, Rio de Janeiro, março de 2010, tradução minha).

A interação com pais da vizinhança procurava, também, um maior grau de comprometimento, que fosse além da atividade pedagógica. Como forma de ajudar materialmente, e estreitar esses vínculos, solicitavam-se aos familiares contraprestações, sob a forma de serviços na escola em diferentes momentos do ano — reparações na construção, atendimento ao público etc. Atividades culturais e de divulgação também eram fortemente incentivadas. Nesse sentido, pode ser citada a realização de eventos em feriados pátrios com alunos da escola e seus familiares, onde eram hasteadas as bandeiras de “todas as nacionalidades presentes no bairro: argentina, boliviana, paraguaia e brasileira”, com o objetivo explícito de “integrar os pais da vizinhança e respeitar suas próprias identidades”.<sup>152</sup>

Essa mesma orientação de formação de “novos valores no bairro” aparece nas atividades de ajuda escolar desenvolvidas três vezes por semana na sede da APROFA. Além de ministrar estudos complementares às disciplinas de uma escola de primeiro grau, estatal e vizinha, eram realizadas atividades para se desenvolverem valores como a “solidariedade” e “fazer os alunos pensarem a realidade do bairro e de suas famílias”, questionando-se, assim, o estado das coisas.<sup>153</sup> Os docentes eram membros ativos da APROFA, a maioria estudantes universitários que também aderiram a uma proposta de “educação popular” similar à defendida no MTD.

As relações materiais em torno do trabalho — acima discutidas — mostram também o entorno territorial mais imediato como um âmbito intencionalmente central tanto na APROFA quanto no MTD (Quadros 1, 2, 3 e 4). As pessoas que realizam o seu trabalho nos empreendimentos e os destinatários de sua produção localizavam-se, principalmente, no que os membros das organizações denominam “o bairro”. Na APROFA, segundo foi observado, os empreendimentos tinham por objetivo dar trabalho aos vizinhos, e a produção estava orientada para produtos considerados básicos — alimentos — para serem consumidos no entorno territorial. O pouco que

---

<sup>152</sup> Observação feita durante o trabalho de campo, num ato no dia 25 de maio de 2005 — feriado nacional na Argentina, que comemora a Revolução de Maio de 1810 — e em entrevistas a pais de alunos e docentes da escola.

<sup>153</sup> Por exemplo, solicitando aos alunos que fizessem uma redação sobre como observavam o bairro, utilizando fotos de jornais e revistas. Cenas de repressão policial e o questionamento do sentido da autoridade tradicional apareciam nos trabalhos orientados pelos docentes. No mesmo sentido, aparecem as letras das músicas que as crianças da escola do MTD ensaiavam para o ato do 25 de maio acima citado, como a música “Raiva no galinheiro”, famosa canção de protesto da década de 1970 na Argentina.

não era para autoconsumo, ou para redistribuição no refeitório, era comercializado com famílias do bairro (Quadro 1). No MTD, isto também era claro em empreendimentos como o da padaria, que, como acima mencionado, procurava vender alimentos a preços baixos aos vizinhos, e quando dava o seu apoio e um espaço para a realização da feira diária (Quadros 2 e 3).

Dessa forma, as relações materiais estabelecidas pelas organizações oferecem um primeiro indicador do sentido que a *nova fábrica* atribui ao *bairro* em termos de territorialidades da ação coletiva e em torno do trabalho. Partindo da *fábrica*, e segundo indica Sack, o tradicional estabelecimento industrial (fordista) construía em seu espaço e em sua inserção produtiva uma territorialização hierarquizada com o objetivo de garantir o controle do processo de trabalho capitalista (1986). Quando a fábrica fecha na Periferia de Buenos Aires, os desempregados que aderem às cooperativas da APROFA e do MTD constroem, de fato, uma outra territorialidade relacionada com o seu trabalho. O espaço mais restrito da produção a partir de relações de trabalho cooperativo não tem as formas de controle tradicionais do trabalho assalariado. Ficam, ademais, intencionalmente expostos e “abertos ao público”: aos vizinhos que vão comprar os produtos ou perguntar se há algum trabalho que eles possam fazer, aos membros de organizações não governamentais e fundações interessados em realizar doações ou em ver o andamento dos projetos que financiam. Mais importante, e além da territorialidade relacionada ao espaço restrito à produção em sentido mais imediato, o trabalho nos empreendimentos serve assim para construir novas relações com o entorno: opção de renda para alguns vizinhos, oferta de produtos mais acessíveis a preços populares ou espaço de interação cotidiano no caso da feira comunitária, para muitos outros. Como foi apontado, são relações guiadas pelos valores e pelas estratégias de construção de um Projeto político, que têm no trabalho um de seus fundamentos.

A proposta de autonomia e a oposição aos *planes* não impedem que algumas relações materiais se desenvolvam com o poder público, sobretudo através das prefeituras municipais. Os militantes preocupam-se em enfatizar, porém, que estas relações nada tinham em comum com aquelas geridas pelos tradicionais *punteros*. Assim, por exemplo, a APROFA articulou-se com outras organizações que possuíam refeitórios para exigir um plano de distribuição de alimentos da prefeitura de Moreno. Também obteve subsídios de um programa do governo nacional para a

compra de insumos para hortas e de outro para compra de ferramentas para as associações e a cooperativa (Quadro 1). O MTD negociou com a prefeitura de La Matanza o desenvolvimento de um centro de saúde comunitária na sede do movimento (Quadro 8). Já com empresas privadas e a câmara de vereadores, obteve a realização de uma rede de gás a preços populares para o “bairro”, “acabando com anos de negociações mal-intencionadas e atos de corrupção que não deixavam o gás chegar ao bairro”.<sup>154</sup>

Dessa forma, pode-se já observar como o *bairro* da ação das organizações, longe de refletir a regionalização oficial, é uma territorialização construída pelos sujeitos dessas ações e que serve para identificar quem está fora e quem está dentro (BOURDIEU, 2004, p. 107-132). Como processo de territorialização, mostra como relações políticas são construídas no, e a partir do, espaço, envolvendo múltiplas dimensões, como as materiais, educativas e culturais (HAESBAERT, 2004). Nos termos sugeridos por Haesbaert, aparece então uma tentativa de territorialização ligada ao Projeto das organizações e à sua procura por substituir as atuais relações de poder por outras.<sup>155</sup>

Constata-se que o *bairro* está composto pelo espaço cotidiano daqueles que participam como membros ativos ou como destinatários da ação das organizações. Mais do que uma área homogênea no espaço físico e de fronteiras definidas, trata-se de um território que inclui os espaços utilizados por essas pessoas: a casa de uma liderança, o refeitório, o bar de encontro e recreação etc. Agrega, ainda, a sede de quem se reconhece como um oponente — o *puntero* eleitoral —, deixando de fora, entretanto, a área de influência de outras organizações de desempregados e que formalmente estariam atuando na mesma região segundo o cadastro municipal.<sup>156</sup> Esse *bairro*, de fato, aparece claramente quando se trata de ter no território, definido como comum, uma forma de se diferenciar de outras instâncias sociais, especialmente outros grupos políticos.

A forma através da qual as duas organizações se identificam com o território

---

<sup>154</sup> Entrevistas com lideranças do MTD, fevereiro de 2005, tradução minha.

<sup>155</sup> Como já citado, o autor é bem claro quando diz: “[...] territorializar-se [...] significa **criar mediações espaciais que nos proporcionem efetivo ‘poder’ sobre nossa reprodução enquanto grupos sociais** [...] poder este que é sempre multiescalar e multidimensional, material e imaterial, de ‘dominação’ e ‘apropriação’ ao mesmo tempo [...]” (HAESBAERT, 2004, p. 97, grifos meus).

<sup>156</sup> Este é o caso, por exemplo, da maior e politicamente mais visível CCC (Cf. Cap. 1) no caso do MTD, localizada a poucos metros de sua sede.

não se restringe ao destaque por elas dado a uma estratégia *barrial* — no e a partir do bairro —, mas também em sua auto-referência a um território singular: La Juanita, no MTD; La Quebrada, na APROFA. Essa referência, é importante esclarecer, não se apresenta no sentido de pretender representar o bairro, mas, como destacam membros e lideranças, é a forma escolhida de identificação e de apresentação pública, diferenciando-se de identidades que envolvem uma escala maior e da qual desconfiam.

Mesmo que fundamentais, as ações no âmbito espacial mais restrito e cotidiano até aqui expostas não esgotam nem explicam plenamente a ação de construção do *barrio*. Como processo de territorialização, e segundo foi defendido conceitualmente aqui, há que se considerarem também relações com outros sujeitos e outros territórios. Nesse sentido, os casos estudados trazem diferenças e sugerem reflexões sobre as tentativas de construção de diferentes escalas territoriais — e suas articulações — na formação e na ação das organizações, como se verá a seguir.

### **5.2.2. As escalas da ação política construídas na Periferia pela APROFA e pelo MTD: bairros de relações diferentes**

[...] somos uma organização de Moreno, e construímos aqui pensando em um projeto nacional (Entrevista com membro da APROFA, junho de 2005, tradução minha).

[...] decidimos por uma abertura, e com outros sermos nós. (FLORES, 2006, p. 18, tradução minha).

[...] pessoas do mundo todo nos respeitam e colaboram conosco por nosso trabalho no bairro [...] (Entrevista com membro de MTD, maio de 2005, tradução minha).

Em termos de escalas da ação política (VAINER, 2002 e 2006) e tal como definidos no começo deste capítulo, os dois casos de estudo mostram diferenças com respeito ao processo de sua formação e às relações sociais que vão construindo em oposição e afinidade com outros.

Na estratégia da APROFA, tem um peso maior a relação com organizações que se identificam como pertencentes a um território comum, o que lhes permite referir-se a uma história compartilhada, além de reconhecer que têm afinidades políticas na construção de um Projeto de *Poder Popular*.

Em Moreno somos muitos os jovens que trabalhamos por um Projeto Nacional, é uma tradição do município, mesmo que cada organização tenha alguma visão ou postura diferente em questões mais secundárias [...] de fato, muitas organizações trabalham juntas, e entre “*los pibes*” nos conhecemos da vida toda [...] nos encontramos também no centro [de Moreno] nos mesmos lugares de diversão [...] fomos companheiros de escola [...] (Entrevista com Esteban, membro da organização *Juntos Podemos*, junho de 2005, tradução minha)

Em Moreno as organizações de bairro tentam colaborar uma com a outra, a somos, na sua maioria, amigos [...] (Entrevista com membro da APROFA, janeiro de 2005, tradução minha)

No discurso de seus membros e das organizações relacionadas aparece com frequência a referência a “ser de Moreno”, município que os membros mais jovens reconhecem como um lugar comum e fundamental, pois frequentam desde pequenos os mesmos lugares de educação e recreação. Como adiantado no primeiro capítulo e discutido no terceiro, os de mais idade e os pais dos mais jovens reconhecem também uma experiência comum de militância política no passado, o trabalho político de “base”, associado a organizações da Igreja aderentes à Teologia da Libertação, e também a grupos da esquerda do peronismo (PJ).

Essa identidade no discurso torna-se clara nas articulações entre as organizações de Moreno. Os membros da APROFA entendem que é a partir da ação no bairro e de seu reconhecimento que lhes é permitida a associação com organizações do município de Moreno que compartilham do mesmo Projeto de *Poder Popular*. Desse modo participam da “Mesa de Moreno” (Quadro 7), na tentativa de “agir no nível municipal e a partir dele se articular com outras organizações em nível nacional”.<sup>157</sup> Da mesma forma, durante as eleições legislativas de outubro de 2005, após um intenso debate interno, optaram por participar da frente eleitoral municipal formada por organizações sociais e antigos militantes que abandonaram os partidos tradicionais. Esta frente era liderada por Coco Lombardi, liderança política da década de 1970, com boas relações com associações mutualistas e cooperativas durante a sua gestão (1983-1987) como primeiro prefeito eleito após a ditadura (Cf. Capítulo 3).

---

<sup>157</sup> Entrevistas na APROFA em fevereiro e maio de 2005, tradução minha.

ORGANIZAÇÃO	RELAÇÃO COM A APROFA	ESPAÇO DE ATUAÇÃO
<b><i>Juntos Podemos</i></b>	Princípios e práticas semelhantes às da APROFA, atua em bairro vizinho e realiza encontros conjuntos com a APROFA	Tem um refeitório que atende 20 pessoas, com muito poucos recursos e no qual a APROFA tenta ajudar
<b><i>El Charquito</i></b>	Princípios e práticas semelhantes às da APROFA, atua em bairro vizinho e parte de seus membros é de familiares de membros da APROFA	Atuam no município de Moreno, num bairro contíguo ao da APROFA
<b><i>Tren Tren</i></b>	Intercâmbio frequente e pessoal entre membros, organização conjunta de eventos	Igual ao anterior
<b><i>Creciendo Juntos</i></b>	Alguns dos membros da APROFA trabalham como docentes na escola ou têm familiares que estudam nela. Parte dos docentes trabalha no projeto de criação de um centro cultural da APROFA	Está localizada num outro bairro de Moreno, mas parte de seus estudantes e docentes é do bairro da APROFA, La Quebrada
<b><i>Gestando</i></b>	Trabalham no fornecimento de alimentos para mulheres com filhos pequenos, muitos de seus membros participam dos empreendimentos da APROFA	Atua em Moreno, num bairro próximo ao da APROFA
<b><i>El Colmenar</i></b>	A linha de ônibus é frequentemente utilizada pelos vizinhos do bairro La Quebrada  Os militantes da APROFA a aproveitam para “caminhar o município” e contatar outras organizações, sem ter de pagar a passagem	Associação de transporte iniciada na década de 1980, fundamental para a conexão entre diversos bairros de Moreno e de importante apoio para organizações sociais do município. Sede central em bairro de Moreno, mas distante da APROFA, o chamado Quartel V (Forni, 2003)
<b><i>El Culebrón Timbal</i></b>	Relação mais pontual e menos frequente, esta organização trabalhou na promoção de um encontro de <i>murgas</i> , de uma feira de “economia solidária” em La Quebrada e de uma “caravana cultural” pelos bairros de Moreno (dezembro de 2004). De ambos os eventos participou a APROFA	Organização que promove eventos culturais e feiras em diferentes bairros de Moreno e em municípios próximos e com o objetivo central de “integrar as diversas organizações de bairro”  Sede central em Quartel V
<b><i>Partido Justicialista</i></b>	A APROFA tem uma relação de conflito com uma parte significativa de suas linhas internas, especialmente com os <i>punteros electorales</i>	Partido Nacional tradicional. Dominante no município e de ação difundida em todo o seu território a partir de suas subseções, as <i>unidades básicas</i> e seus <i>punteros electorales</i>
<b><i>Igreja Católica – rede de refeitórios Caritas</i></b>	Relação significativa, através da capacitação que membros da APROFA dão aos responsáveis pelos refeitórios da rede no município de Moreno — ação de capacitação que é financiada por ACH	Significativa rede de refeitórios em todo o município de Moreno e na AMBA

**Quadro 5 – APROFA: relações com organizações próximas territorialmente (ano 2005).**

Fonte: elaboração própria, com base em entrevistas e observações em fevereiro, maio e agosto de 2005.

ORGANIZAÇÃO	RELAÇÃO COM A APROFA	ESPAÇO DE ATUAÇÃO
<b>Acción Contra el Hambre (ACH)</b>	Apoia economicamente os empreendimentos da APROFA e tenta que se articule com outras organizações sociais patrocinadas por ACH	ONG espanhola que apoia a capacitação e a formação de empreendimentos a partir de setores de baixa renda e como forma de garantir recursos considerados básicos (alimentos)  Atuação internacional

**Quadro 6 – APROFA: Relação com organizações sem sede no município de Moreno (ano 2005)**

Fonte: elaboração própria, com base em entrevistas e observações em fevereiro, maio e agosto de 2005.

NÚCLEO	MEMBROS	ESPAÇO DE ATUAÇÃO E PRINCIPAIS OBJETIVOS
<b>Mesa de Moreno</b>	MTD Evita; Mutual El Colmenar; APROFA; Agrupación Octubre; Mesa de Álvarez (articulação de organizações do bairro Álvares, de Moreno)	Nível municipal  Presença em grande parte dos bairros de Moreno  Procura articular ações públicas no município, principalmente protestos diante do poder público. Em 2005 começou a se articular para concorrer por cargos eleitorais, participando das eleições legislativas
<b>Mesa Nacional</b>	FTV e CCC (organizações de <i>piqueteros</i> de ação nacional); Mesa de Morno e Organización Aníbal Verón (articulação de organizações de desempregados em nível nacional)	Nível nacional  Com maior presença na Área Metropolitana de Buenos Aires (AMBA) e no Noroeste da Argentina  Procura articular reivindicações diante o governo nacional e coordenar ações conjuntas no país
<b>Encontro de Jovens Latino-americanos</b>	Diversas agrupações de jovens que aderem à “autonomia”, em respeito a formas partidárias tradicionais, e são a favor do trabalho em comunidades e cooperativas  Especial importância de agrupações de estudantes de agronomia	Nível latino-americano  Com maior presença no Cone Sul do continente (Argentina, Brasil, Bolívia e Chile)  Tenta promover a cooperação entre os seus membros, através do intercâmbio de militantes e encontros anuais

**Quadro 7 – APROFA: Participação em articulações entre organizações sociais e políticas (ano 2005)**

Fonte: elaboração própria, com base em entrevistas em fevereiro, maio e agosto de 2005.

Além da estratégia escolhida pela APROFA, é fundamental a mencionada afinidade entre diversos militantes que declaram a sua identidade com o município de Moreno e a ação de outras organizações que têm entre os seus objetivos



fundamentais desenvolver “redes” entre as associações “comunitárias” do município, como o *Culebrón Timbal* (Quadro 7), exemplo das experiências dos “coletivos culturais”, outro fenômeno de ação política significativo na época (SVAMPA, 2008). Do mesmo modo, e de forma coerente com o anterior, membros de diversas organizações políticas reconhecem que a prefeitura de Moreno tem uma certa tradição no apoio — ou pelo menos de reconhecimento e não repressão — a ações comunitárias, seja para a assistência alimentar, seja para a educativa, independentemente da ação da rede mais tradicional dos *punteros* políticos. Nesse sentido, existem o que no município são também denominados “referentes”: lideranças que vêm atuando há mais de uma década em ações focadas nas diferentes localidades que compõem o município de Moreno e a partir de organizações como as descritas no Quadro 7.<sup>158</sup>

Já no caso do MTD, a estratégia de “trabalho de bairro” tem o seu apoio fundamental em organizações que atuam em outros âmbitos, e a sua visibilidade pública é espacial e ideologicamente mais ampla, parte da estratégia que denominam como “Com os outros, sermos nós” (FLORES, 2006). Com uma parte dessas organizações, o vínculo central é a afinidade ideológica na construção de relações de trabalho cooperativas e de um projeto pedagógico de educação popular. Esses vínculos se vão formando com o desenvolvimento do MTD, sendo vitais não somente para a construção de seus principais valores e suas principais práticas, mas também para a obtenção do espaço de trabalho e o desenvolvimento dos empreendimentos. Afinidades semelhantes são desenvolvidas em nível internacional a partir da opção de se relacionar com movimentos que tinham como referência, principalmente, o MST do Brasil, sem falar na participação ativa em encontros, como o Fórum Social Mundial, em Porto Alegre. Com o explícito objetivo de “fazer outro mundo possível a partir da ação no bairro” (FLORES, 2005), trocam experiências e visitam assentamentos do MST e seus centros de formação desde 2002. Juntamente a essas relações estão as numerosas visitas de pesquisadores de vários países e dos autodenominados “militantes anti-globalização”, que interagem com a agrupação com uma frequência crescente e na medida em que ela se torna

---

<sup>158</sup> Diferente dos “referentes” estudados por Manzano (2009) para La Matanza — citados no Cap. 4 —, em Moreno são poucos os ligados a organizações autodenominadas “piqueteras”, mas não por isso são menos influentes.

mais visível publicamente. Valores e conceitos que essas pessoas trazem são em parte incorporados à ação do MTD e contribuem para o ganho em visibilidade nacional e internacional.<sup>159</sup>

ORGANIZAÇÃO	RELAÇÃO COM O MTD	ESPAÇO DE ATUAÇÃO
Corriente Clasista y Combativa (CCC)	Escassa e de “respeito mútuo”	Nível nacional, com sede central e maior atividade em La Matanza, a 500 metros do MTD
Poder Público Municipal	Programa saúde comunitária na sede do MTD	La Matanza
Foro de Cooperativas de La Matanza	Reuniões periódicas de “intercâmbio de experiências” e participação conjunta em eventos Ligado ao Instituto Movilizador de Fondos Cooperativos (IMFC)	Município de La Matanza, especialmente na localidade de San Justo (centro comercial e administrativo do município)

**Quadro 8 – MTD La Juanita: Relações com principais organizações próximas territorialmente (ano 2005).**

Fonte: elaboração própria, com base em entrevistas e observações em maio e agosto de 2005.

ORGANIZAÇÃO	RELAÇÃO COM O MTD	ESPAÇO DE ATUAÇÃO
Instituto Movilizador de Fondos Cooperativos (IMFC)	Apoio financeiro, cursos de capacitação e promoção de atividades de divulgação e articulação do MTD com outras cooperativas	Argentina, principalmente a AMBA
Asociación Madres de Plaza de Mayo	Na formação do MTD, trabalhou na realização no projeto pedagógico de “educação popular”. Apoio em atividades de divulgação do MTD e cursos	Igual ao anterior
Poder Ciudadano	Tenta articular os empreendimentos do MTD com as ONGs, embaixadas e empresas interessadas em dar apoio financeiro ou com compradores de seus produtos	Igual ao anterior
Fundações ligadas às embaixadas de Nova Zelândia e Canadá	.Apoio financeiro	Representações diplomáticas na Argentina
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)	Estágios de formação e intercâmbio, articulação de eventos internacionais	Brasil

**Quadro 9 – MTD La Juanita: Principais relações com organizações sem sede no município de La Matanza (ano 2005)**

Fonte: elaboração própria, com base em entrevistas e observações em maio e agosto de 2005.

<sup>159</sup> Neste sentido, são bem ilustrativos o empreendimento de “alojamento e estágio” para pesquisadores e militantes internacionais e a sua divulgação na imprensa, tanto argentina quanto internacional. A divulgação feita num tradicional jornal argentino não é bem aceita pelos membros do MTD por causa do “tratamento banal que dão à atividade, como se fosse uma simples atividade de recreação e turismo”. Ver Artusa, 2005, e Folha de São Paulo, 2005. Volta-se a esta questão no próximo capítulo

Essas estratégias e construções escalares da APROFA e do MTD expressam-se também nas relações materiais de seus empreendimentos com sujeitos atuantes em outros territórios (Quadros 1 e 2) e na procura de financiamentos (Quadros 6 e 9). Nessas relações mais amplas, tanto na APROFA quanto no MTD, os sujeitos dominantes são as denominadas ONGs internacionais: fundações ligadas a embaixadas e outras instituições que declaram ter como objetivo não o lucro, mas o “combate à pobreza”, todas com matriz europeia. Nessa escala, parecem formar-se certa dependência material com essas organizações e uma paradoxal forma de trabalho territorial: relações numa escala internacional são construídas pela visibilidade e legitimidade que existiria em certos âmbitos para a proposta de “ação local” ou “de bairro”. Em termos do linguajar do financiamento internacional, essas ações teriam foco e resultados quantificáveis, e assim seriam atrativos para essas ONGs. Estas, vale lembrar, apresentam uma importante afinidade com conceitos e termos caros à proposta política de agências de crédito multilaterais, como o Banco Mundial. Ações “a partir dos mais pobres”, favorecendo uma “transparência” no uso dos recursos e o “*empowerment*” da população pobre são objetivos frequentes nelas.<sup>160</sup> Um vínculo pareceria esboçar-se, portanto, entre a lógica dos *projects* dessas organizações internacionais e o Projeto Político de bairro dos casos de estudo, questão que será abordada no próximo capítulo.

Como mostram os Quadros 6, 7, 8 e 9, relações com ONGs internacionais e afinidades com movimentos sociais de outros países dão-se com maior peso no MTD, mas também existem na APROFA. Do mesmo modo, articulações com organizações do que se reconhece como um território comum têm maior importância na APROFA, sem por isso deixar de se manifestarem no MTD. Essas relações têm assim pesos relativos diferentes para a formação e a dinâmica de cada uma das organizações. Na trajetória e nas relações da APROFA destaca-se uma construção que tem como base uma afinidade ideológica e uma identidade territorial, mas isso não nega a influência da ONG espanhola *Acción Contra el Hambre*, que também difunde a APROFA como um bom exemplo de ação social contra a pobreza. O MTD

---

<sup>160</sup> Ver os relatórios World Development Report del Banco Mundial, especialmente do ano 2003 BANCO MUNDIAL. *World Development Report, 2003: Sustainable Development in a Dynamic World*. Washington D.C.: Banco Mundial, 2003; e os documentos e relatórios da Fundação Poder Ciudadano, em: <[www.poderciudadano.org.ar](http://www.poderciudadano.org.ar)> (acesso em 18/01/2009). Ver também: Tosi, 2005.

La Juanita mostra escassa articulação com organizações sociais próximas fisicamente, especialmente as *piqueteras* e que têm em La Matanza o seu espaço de desenvolvimento privilegiado. Existem trocas esporádicas com elas e, sobretudo, um conhecimento pessoal e antigo entre parte de seus membros, incluindo ações de militância conjunta no passado. Contrariamente ao município de Moreno, entretanto, essa origem e esse ambiente físico não seriam suficientes para justificar uma ação comum e mais constante no tempo: a ação do MTD no “bairro” acontece com o importante apoio de organizações de maior escala, que querem contribuir e legitimar esse tipo de “ação local”, como será analisado mais adiante. Num território priorizado e marcado pela ação governamental e partidária do peronismo, pode-se também interpretar, as tensões e os conflitos são mais intensos no campo de representação dos chamados setores populares.

A APROFA e o MTD localizam-se em municípios que surgiram, e continuam sendo, periféricos. A política em La Matanza e em Moreno foi e é influenciada por práticas e valores peronistas. Teve também significativa influência de ações políticas de “base” na década de 1970 e antes da ditadura. A APROFA e o MTD, entretanto, constroem territorialidades diferentes dentro de uma proposta semelhante de “Projeto de Poder Popular”. Numa primeira classificação, ambas são organizações “autônomas” e de “bairro”, com iniciativas análogas em termos de empreendimentos produtivos, iniciativas de educação popular e relação com o poder público. A análise em termos relacionais, sobre a qual a territorialidade da sua ação mostra as suas diferenças e sublinha questões teóricas antecipadas no capítulo anterior, está detalhada a seguir.

### 5.3. NEM EXCLUÍDOS, NEM ISOLADOS: TRABALHO POLÍTICO E TERRITORIAL NA PERIFERIA

Uma primeira conclusão sobre o até aqui exposto indica que, por trás da mais visível e explícita luta pela obtenção de trabalho, ambas as organizações vão construindo um *trabalho político*, intensa e intencionalmente articulado com o território. Sem sindicato, sem a fábrica, e diante de outras formas de intervenção do Estado, os dois movimentos tentam construir uma identidade e uma prática centradas no trabalho e que enfatiza as relações de proximidade e as cotidianas no *bairro*, como parte de um Projeto político com várias escalas.

Nos resultados apresentados, constatou-se, em primeiro lugar, que o bairro não é um território fixo, predeterminado, nem autossuficiente, como uma leitura mais superficial de “organizações de bairro” poderia sugerir. As diferenças entre os bairros propostos e construídos na ação territorial da APROFA e do MTD, contemporâneas e aparentemente atuantes numa mesma região — a Periferia de Buenos Aires —, mostram claramente que se trata sempre de processos sociais, históricos e relacionais. Como observado, no MTD, a ação no território é construída a partir da articulação com organizações de outros âmbitos, que atuam em escalas maiores. Na APROFA, as afinidades e histórias associadas a um território comum, o município de Moreno, são as que fundamentam a ação no bairro e a projeção do município, e a partir dele para possíveis escalas mais amplas.

Em segundo lugar, atividades priorizando a vizinhança e com relações produtivas e culturais diferentes das dominantes não são sinônimo de isolamento e recuo para uma sociabilidade primária, como defende Merklen ao caracterizar as organizações de bairro de Buenos Aires (2005). Ao contrário, e em coincidência com o que tem sido constatado em outros estudos, como os de Manzano (2009), a ação política da APROFA e do MTD demonstra a importância de relações em outras escalas na tentativa de construir esses territórios. Foi constatado que não se trata somente de vínculos em termos simbólicos e de pertença a identidades e tradições políticas que superem a escala da vizinhança, mas de relações materiais e políticas concretas com outros sujeitos atuantes em outros territórios.<sup>161</sup>

Em terceiro lugar, diferentemente das leituras mais gerais, como as de Haesbaert (2004), que preferem priorizar uma tendência dos dominados de se localizar em “aglomerados de exclusão” sem maior capacidade de transformação (2004, p. 311-336), observou-se aqui como as ações da APROFA e do MTD conseguem desenvolver um processo de territorialização dentro de um Projeto de ação política. Diversamente do sugerido pelos termos utilizados por Grimson (2009),

---

<sup>161</sup> Desse modo, o estudo concreto de nossos prismas de estudo reforça a crítica mais conceitual e geral apresentada no capítulo anterior sobre as análises do “recuo” ao bairro. Essa visão, como já observado, associa a ação no bairro a uma fixação e a um refúgio, tal como se resume no conceito de “inscrição territorial” (MERKLEN, 2005), e, ainda mais, afirma que seria parte das novidades da ação coletiva contemporânea (SVAMPA; PEREYRA, 2003). Fundamenta essa reflexão o mesmo erro conceitual já criticado por Haesbaert ao tratar das análises que, observando-se os dominantes e a sua mobilidade, falam sobre o “fim do território”: confundir território com fixação, ausência de mobilidade, sem olhar para o seu caráter processual e multidimensional (HAESBAERT, 2004, p. 19-33).

não se trata de ações de segregados e excluídos, mas de dominados que tentam uma ação, também territorial, que mude as relações de dominação imperantes — relações essas que se refletem na sua condição de desempregados, de trabalhadores transitórios e mal remunerados e de moradores de territórios periféricos, lugar de políticas focais e transitórias. As duas organizações, pode-se dizer, procuram construir um território que se contraponha às tendências territoriais dominantes (e a partir dos dominantes), presentes na Periferia de Buenos Aires, onde vias expressas e bairros fechados para setores de alta renda se articulam com *villas* e *assentamentos* sem recursos estatais (Cf. Capítulo 4). Em outros termos, os bairros da ação da APROFA e do MTD buscam desenvolver relações e condições diferentes face aos cada vez mais numerosos espaços periféricos que, longe de estarem excluídos, mostram uma integração à dinâmica econômica dominante que piora as condições de vida e de trabalho de seus moradores.

Mostrar constatações contrárias às categorias da exclusão e da segregação não significa ignorar as mudanças na ação coletiva a partir de dominados e a sua articulação com processos de territorialização. Retomando a análise de David Harvey, a ação de nossos prismas parece quebrar a dicotomia clássica “imposta pelo capital [...] para fragmentar” a luta da classe trabalhadora entre o lugar “do viver e do trabalhar”.<sup>162</sup> Reformulando, mas ativando, uma tradição de lutas na Periferia, a APROFA e o MTD parecem dar a razão a Vitor De Gennaro quando este sustenta que o fechamento da *fábrica* estimula a se ter no *bairro* — construído pela ação — um lugar de ação e de recriação da identidade de trabalhadores, agregando-se de ex-operários a jovens sem experiência laboral, integrados na causa comum de “trabalho para todos”.

---

<sup>162</sup> “A separação dos locais de trabalhar e de viver significa que **a luta do trabalhador para controlar as condições de sua própria existência se divide em duas lutas independentes**. A primeira, localizada no local de trabalho, refere-se às condições de trabalho e à taxa de salário que oferece o poder aquisitivo para bens de consumo. A segunda luta, travada no local de viver, é contra formas secundárias de exploração e apropriação representadas pelo capital mercantil, propriedade fundiária etc. Esta luta é sobre as condições de existência no local de residência e convivência [...] a **dicotomia entre o viver e o trabalhar é, ela própria, uma divisão artificial imposta pelo sistema capitalista** [...]” (HARVEY, 1982, p. 8, grifos meus). Mas seria uma divisão que, para Harvey, de fato opera enfraquecendo a luta da classe trabalhadora: “... **o modo capitalista de produção força uma separação entre o trabalhar e o viver ao mesmo tempo que os reintegra de forma complexa**. A aparência superficial dos conflitos nas sociedades urbano-industriais contemporâneas indica que **existe na verdade uma dicotomia entre as lutas no local de trabalho e no local de vida, e que cada tipo de luta é travado segundo distintos princípios e regras**” (Ibid., p. 34, grifos meus).

Até aqui foram observadas as relações de afinidade e interação que ajudam a construir os Projetos da APROFA e do MTD e a sua identidade de trabalhadores. Nesses seus Projetos, e como questionado na introdução deste capítulo, ambas as organizações parecem demonstrar a sua capacidade de constituir e articular escalas. Trata-se dos “bairros” de seus Projetos construídos mediante seus trabalhos políticos e territoriais que em muito excedem uma análise focada num “local” fixo e predeterminado.

Um entendimento das mudanças das relações e lutas de classes e das escalas da ação envolvidas, entretanto, requer observarmos melhor quais são os *Outros* diante dos quais essa identidade e esses Projetos se constituem também em sentido de oposição. Se até à década de 1970 era claro um discurso da classe trabalhadora “contra os patrões e o capital”, como os próprios testemunhos de lideranças das organizações mostram, essa oposição fica mais opaca quando a *fábrica* fecha no *bairro*. O patrão não está mais visível nem mais controla — de forma imediata — o processo de trabalho; o Estado age a partir de programas focalizados e empresários aproximam-se para colaborar, por sua “responsabilidade social” para com as organizações. No próximo e último capítulo continua-se a perseguir o entendimento das relações entre capital e trabalho na contemporaneidade, tal como se expressam nos territórios periféricos em que se constituíram e evoluíram a APROFA e o MTD.

## 6. EPÍLOGO — OS OUTROS: PERCURSOS DESTACANDO O CARÁTER HISTÓRICO, RELACIONAL E PROCESSUAL DOS PROJETOS DA APROFA E DO MTD

[...] embora o capital possa dominar e impor sobre nós um sentido de natureza humana predominantemente capitalista, **as resistências estarão sempre presentes e as tensões internas dentro da ordem capitalista** [...] são tão dramáticas que cada um de nós internaliza em nossa conduta atual um verdadeiro rodado de esperanças e temores [...]. **[Há] muitas forças e circunstâncias intervenientes que mistificam e que obscurecem os antagonismos de classe fundamentais** e subjacentes, sobre os quais se apoia o modo capitalista de produção. **É evidentemente uma tarefa da ciência tornar claro, pela análise, aquilo que é mistificado e turvo na vida diária [...]** ” (HARVEY, 1982, p. 35, grifos meus).

A análise mais detalhada da configuração e da trajetória da APROFA e do MTD até ao ano de 2005 ofereceu, até aqui, um entendimento das relações de afinidade que lhes permitem construir seus Projetos políticos e seu trabalho político e territorial. A compreensão das mudanças e continuidades que elas expressam em termos de luta de classes, entretanto, requer dedicar ainda um pouco mais de atenção ao que aconteceu com o *Outro* presente na tradição das ações de trabalhadores na Argentina e que também é, em termos teóricos, o seu par: o Capital. Segundo destacamos, a partir de Thompson (2001), não existe classe de forma isolada e estática, mas classes em luta num processo relacional e histórico onde cada uma se define em relação à outra. Como demonstrado nos capítulos anteriores, os casos de estudo são mediados por mudanças no trabalho como vínculo social central, envolvendo mudanças também na ação do Estado e nos processos de territorialização dominantes na Periferia de Buenos Aires. Nessas transformações, a APROFA e o MTD expressam também mudanças na territorialidade da ação dos dominados, num trabalho político e territorial onde, em termos de luta, a *nova fábrica* passa a ser o *bairro*. O fechamento da fábrica é entendido assim não somente em termos materiais — com o declínio do trabalho assalariado e o domínio do desemprego e o subemprego —, mas em termos de valores e de ação política. Em outras palavras, a luta pelas condições de vida integra-se com as lutas pelo trabalho e reivindicam — e constroem — o *bairro* como lugar central da ação.

Quando o patrão vai embora, quando o Estado, acompanhado por ONGs e empresas, aparece anunciando parcerias de responsabilidade social ou para



oferecer políticas focalizadas, as organizações desenvolvem formas de trabalho cooperativo e outras relações transescalares na construção dos *bairros* objeto de seus Projetos políticos. Em seu discurso e nas suas práticas, não aparece de forma evidente uma oposição ao capital, nem são óbvias as suas relações com as instituições e os agentes dominantes. Essa opacidade, aliás, parece favorecer a proliferação de categorias como “exclusão social” e “segregação territorial”, assim como de propostas de economias alternativas ao capitalismo, e que foram criticadas nos capítulos 4 e 5.

Fugindo das armadilhas dessas categorias, e seguindo a provocação de Harvey, este capítulo procura destacar elementos que mostrem as mudanças na relação com os *Outros* da ação coletiva. Com esse objetivo, dá-se, inicialmente, continuidade à análise dos resultados da pesquisa apresentados no capítulo anterior e com um auxílio chave: a observação da trajetória dos nossos prismas de estudos de 2005 a 2009, detectando-se as ações transescalares que desenvolveram e a sua configuração no começo do ano de 2010. Posteriormente, e com esses novos elementos, analisam-se as mudanças da relação entre capital e trabalho também em termos de ação política dos dominantes. Para essa compreensão das ações dos *Outros*, dialoga-se com a análise sobre um *novo espírito do capitalismo*, proposta por Boltanski e Chiapello (2002) ao estudar as mudanças do capitalismo contemporâneo. Finalmente, e como convite para uma posterior síntese nas conclusões, é realizada uma primeira reflexão sobre as visões em disputa em torno da ação coletiva dos dominados e da sua relação com os dominantes.

## 6.1. DUAS CONSTRUÇÕES POLÍTICAS E TERRITORIAIS À PROCURA DE GANHOS DE ESCALA E DE CLASSE

Decidimos sair e fazer outras Juanitas (Entrevista com liderança do MTD, janeiro de 2010, tradução minha).

Encontramos os limites da nossa construção de Poder Político [...] éramos muito locais. (Entrevista com liderança da APROFA, janeiro de 2010, tradução minha).

### 6.1.1. Mudanças de conjuntura no final da década de 2000

[...] e depois outra coisa, muita gente começava a ter trabalho de novo (Entrevista com liderança da APROFA, janeiro de 2010, tradução minha).

[...] havia muita fome, agora há menos (Entrevista com membro do MTD, janeiro de 2010, tradução minha).

[...] 2008 foi um ano de quebre, com o “conflito do campo”, voltou a discussão nacional popular [...] quem se mobilizava era a CGT; não os desempregados (Entrevista com liderança da APROFA, janeiro de 2010, tradução minha).

Entrevistas e observações em nossos prismas de estudo e seu entorno social e político, no começo do ano de 2010, oferecem elementos que ajudam a destacar características já presentes nas suas trajetórias até 2005, mas que estavam opacas ou eram ainda incipientes — fundamentalmente no que diz respeito às suas construções transescalares e às suas relações com instituições e sujeitos dominantes dentro da dinâmica e da estrutura social.

Em termos socioeconômicos e políticos, numa rápida revisão do já aqui observado, a década de 2000 atravessou na Argentina, e na Periferia de Buenos Aires em particular, diferentes conjunturas. O ano de 2001 revelou uma eclosão dos parâmetros até então vigentes, com um aumento significativo de indicadores como o desemprego, o subemprego e a pobreza (Cf. Capítulo 4). Nesse contexto ganharam visibilidade, e novos contornos, ações coletivas iniciadas com anterioridade, como as organizações *piqueteras* e as fábricas *recuperadas*, sendo possível localizar a APROFA e o MTD como parte desse fenômeno maior de contestação social (Cf. Capítulos 1 e 4). No ano de 2005, as duas organizações em estudo mostravam uma consolidação de seus Projetos políticos e territoriais, envolvendo relações transescalares diferentes, porém semelhantes na ênfase da ação *de bairro* e na construção de formas de trabalho diferentes quando a *fábrica* tinha fechado (Cf. Capítulo 4).

Sem entrarmos nos detalhes sempre cambiantes da conjuntura econômica e política argentina — e as suas polêmicas em termos de veracidade dos indicadores oficiais de conjuntura<sup>163</sup> —, é consenso que as estatísticas de crescimento econômico e emprego que no começo da década eram claramente negativas

---

<sup>163</sup> A partir do ano de 2006, a atuação do Instituto Nacional de Estatísticas e Censos (INDEC) passou a ser fortemente questionada não só pela oposição ao Governo Nacional, mas por pesquisadores e analistas das mais diversas correntes teóricas, envolvendo também uma disputa pela geração de indicadores não oficiais e de estudos “corretivos”. Para os fins desta seção, são utilizadas as análises de pesquisadores mais próximos a um pensamento crítico e com trajetória em estudos sobre trabalho e distribuição de renda na Argentina. Para uma resenha e análise da problemática das estatísticas nacionais na Argentina a partir de 2006, ver as colunas de opinião de Alfredo Zaiat no jornal *Página 12* (ZAIAT, 2007, 2009b, 2010).

passaram a mostrar uma trajetória ascendente e consolidada até ao ano de 2008, com igual movimento de melhoria nos indicadores de pobreza e indigência.<sup>164</sup> Em termos de mudanças de ação estatal, entre outros aspectos, os processos de desregulamentação do mercado de trabalho e de abertura externa com moeda local valorizada foram revertidos com novas leis de trabalho — que procuravam recompor os direitos anteriores — e uma política econômica orientada para favorecer a indústria nacional para o fornecimento ao mercado interno.<sup>165</sup> O padrão de distribuição funcional da renda, de qualquer modo, continuava sem mudanças significativas quando comparado com a década de 1990 (LOZANO; RAMERI; RAFFO, 2007). Em termos políticos, ainda, os sindicatos tradicionais, cujas reivindicações e cuja capacidade de mobilização pareciam ter desaparecido desde a década de 1990, reaparecem com força em novos conflitos com entidades tradicionais de classe, como associações de empresários e proprietários ruralistas, entre outros.<sup>166</sup>

Essas mudanças, cujos possíveis efeitos estruturais ainda não são claros, relacionaram-se, de todo modo, com transformações nas condições na Periferia de Buenos Aires e nas áreas onde a APROFA e o MTD atuavam. Para os fins deste capítulo, interessa observar como as duas organizações interpretaram e se relacionaram com essa nova conjuntura, em termos da construção de seu Projeto e em relação com outros agentes.

Membros e lideranças de ambas as organizações concordam com o fato de que os níveis de emprego melhoraram de forma significativa em seu entorno. Para eles a desocupação não era mais dominante, e muitos trabalhos, mesmo que

---

<sup>164</sup> Nesse sentido, Javier Lindenboim (2009) mostra que o desemprego desceu 52,9% entre 2003 e 2007 e teria descido 17,5% adicionais entre 2007 e 2009, colocando dúvidas sobre a confiabilidade das estatísticas oficiais para este último período. A mesma fonte indica que os lares abaixo da linha da pobreza, que em 2002 superavam os 40%, em 2006 tinham descido para 20%.

<sup>165</sup> Para uma resenha e análise das mudanças acontecidas durante a presidência de Néstor Kirchner (2003-2007), ver SVAMPA, 2008, especialmente seu Capítulo II.

<sup>166</sup> Foi particularmente influente não só nas organizações, mas também no debate político nacional, o denominado “Conflito do campo”, em 2008. Este, na verdade, eclodiu por conta da elevação dos impostos à exportação de *commodities* — na então famosa e muito citada pelas organizações “Resolução 125” —, que levou ao confronto, primeiramente, entre Governo e associações de grandes proprietários ruralistas e depois se ampliou numa disputa que envolveu posicionamentos diferentes, não só de partidos políticos, mas também de diversas organizações *piqueteras*, como é mostrado na próxima seção. Para uma resenha das mudanças dos conflitos políticos nacionais na segunda metade da década de 2000, ver o Capítulo 1 de Svampa (2008). Para uma análise etnográfica e uma reflexão sobre a maior importância dos sindicatos nesse período, ver também Varela (2009).

provisórios, começavam a crescer — as *changas*,<sup>167</sup> sobretudo na construção civil. Também cresceu a oferta de empregos formais em fábricas medianas e pequenas dos subúrbios de Buenos Aires:

[...] na verdade, o trabalho voltou. (Entrevista com liderança do MTD, janeiro de 2010, tradução minha).

[...] na feira diária dá para ver que as pessoas estão com mais trabalho. (Entrevista com membro do MTD, janeiro de 2010, tradução minha).

[...] a maioria das pessoas agora voltou a trabalhar (Entrevista com liderança da APROFA, janeiro de 2010, tradução minha).

Em termos da ação estatal mais direta — nas chamadas “políticas sociais” — e das práticas tradicionais da política popular nos subúrbios, as lideranças da APROFA e do MTD destacam como os antigos planos de transferência monetária e as ações assistenciais comandadas por *punteros* passaram a ser menos operantes ou influentes:

[...] com os 150 pesos miseráveis [do antigo programa “Chefes e chefas de lar”], já não controlavam ninguém. (Entrevista com liderança do MTD, janeiro de 2010, tradução minha).

[...] os *punteros* continuam, mas dissimulados e com menos poder que antes. (Entrevista com lideranças da *Creciendo Juntos*, janeiro 2010, tradução minha).

[...] a mobilização por um copo de leite acabou. (Entrevista com liderança da APROFA, janeiro de 2010, tradução minha).

Nesse mesmo âmbito reconhecem mudanças nas formas de ação estatal, diante das quais o MTD e a APROFA tomam posições diferentes. Ambas reconhecem no começo de 2010 a presença significativa de dois programas fundamentais, recentes: o programa de “*Asignación universal por hijo*”, conduzido pela *Administración Nacional de Seguridad Social* (ANSES), e o plano “*Argentina Trabaja: Ingreso Social con Trabajo*”, do *Ministério de Desarrollo Social* (MDS). O primeiro tinha por objetivo estender o subsídio por filho, já existente para empregados formais, a desempregados, empregados informais e autônomos, e estaria, segundo a ANSES, pautado por um princípio de universalização da política social. O segundo tinha por objetivo “gerar fontes legítimas de trabalho”,

---

<sup>167</sup> Trabalho temporário e ocasional, que no Rio de Janeiro se chama “fazer bico”.

incentivando a criação de “cooperativas” com um mínimo de sessenta pessoas, fundamentalmente para obras públicas, e outorgando um subsídio estatal de \$1,3 mil mensais por “cooperado”, junto com “cursos de capacitação” (ARGENTINA, 2009). Tinha, como meta inicial, subsidiar cem mil pessoas em grandes centros urbanos, especialmente os subúrbios de Buenos Aires.<sup>168</sup> Lideranças e membros do MTD opunham-se a ambos os programas por considerá-los “mais instrumentos da mesma dominação [...], das mesmas formas de controle”.<sup>169</sup> No caso do programa de subsídios por filho, a crítica destacava “não ter nada de universal, mas depender de trâmites complicados onde ter conhecidos é importante”.<sup>170</sup> Quanto ao “*Argentina Trabaja*”, o questionamento é “por querer destruir as cooperativas e ser totalmente direcionado pela ação de prefeitos e *punteros* do PJ”, e se perguntam “que cooperativa é essa que junta sessenta pessoas sem conhecimento de cooperativismo, nem entre elas [...], qual o critério para escolher essas pessoas?”.<sup>171</sup>

Já na APROFA, não apenas não se critica o programa como se deu uma adesão ativa, através da organização de cooperativas no âmbito do “*Argentina Trabaja*”.

Em referência a recursos não estatais dentro de seu âmbito de ação, os auxílios de ONGs internacionais para os chamados “projetos sociais”, que eram

---

<sup>168</sup> Para mais detalhes sobre os princípios e as estatísticas da implantação do “*Argentina Trabaja*”, ver os relatórios oficiais disponíveis em: <[www.desarrollosocial.gov.ar/planes](http://www.desarrollosocial.gov.ar/planes)>, acesso em 20/05/2010. Para uma resenha jornalística da sua abrangência territorial e as disputas entre organizações por recursos desse programa, ver DI NATALE, 2010b. Para uma primeira crítica do programa, ver a coluna de opinião do pesquisador Lo Vuolo, publicada em *La Nación* (LO VUOLO, 2010). Esse pesquisador avalia negativamente o “*Argentina Trabaja*”, pois conteria os mesmos elementos temporários e discricionários das políticas sociais focalizadas da última década, contrários ao “desenvolvimento de direitos universais”. Para Lo Vuolo, quando o programa utiliza a forma de cooperativa, recorre aos conceitos de auto-ajuda e de solidariedade para “descarregar nos próprios necessitados as responsabilidades por melhorar a sua situação”. Dessa forma, coincidiria com a crítica feita pelo MTD no sentido de que o programa não respeita nem consolida os princípios do cooperativismo quando é o Estado, de forma arbitrária, quem outorga um benefício individual por ser parte de uma suposta cooperativa.

<sup>169</sup> Entrevista com liderança do MTD, janeiro de 2010, tradução minha.

<sup>170</sup> Entrevista com liderança do MTD, janeiro de 2010, tradução minha.

<sup>171</sup> Entrevistas com lideranças e membros do MTD, janeiro de 2010, tradução minha. Sobre o programa de subsídios para filhos, a liderança do MTD, Toty Flores, é citada no jornal *La Nación*: “[...] Héctor Flores (“Toty”) conhece a problemática da pobreza porque lidera há mais de 15 anos uma cooperativa produtiva em La Matanza com desempregados. A partir dessa visão, foi taxativo na sua crítica a esse programa assistencial: ‘O plano de universalização por filho é a afronta maior que o governo fez com os pobres, pois não considera os milhares de filhos que não aparecem nas bases de dados da Anses ou cujos pais não podem se inscrever porque estão em áreas de difícil acesso’ (DI NATALE, 2010a).

significativos para as organizações no ano de 2005 (Cf. Capítulo 5), passaram a ser cada vez mais escassos, tanto para a APROFA e o MTD, quanto para as suas áreas de influência:<sup>172</sup>

[...] quando a crise de 2001 foi ficando mais longe, os recursos de ONGs no município começaram a parar [...], os recursos de organizações da Europa cessaram, foram para outros países. (Entrevista com lideranças da *Creciendo Juntos*, sobre a política em Moreno, janeiro 2010, tradução minha).

[...] o financiamento de fora acabou já em 2006. (Entrevista com liderança da APROFA, janeiro de 2010, tradução minha).

[...] as principais doações de máquinas [de fundações estrangeiras] foram até ao ano de 2006. (Entrevista com liderança do MTD, janeiro de 2010, tradução minha).

Sem o anterior predomínio do desemprego e da urgência de atender às necessidades consideradas mínimas em seus bairros, e com menos suporte de ONGs preocupadas em “aliviar a pobreza”, tanto a APROFA quanto o MTD continuavam, entretanto, existindo.<sup>173</sup> Segundo declaram membros e lideranças, no começo de 2010 a APROFA chegava a ter atividades com “mais de 250 pessoas na quadrícula de Paso del Rey”, dentro de um grupo de membros com aproximadamente trinta pessoas. No MTD seriam “mais de sessenta pessoas trabalhando na organização e com atividades e ações que envolvem mais de trezentos vizinhos”.<sup>174</sup> Se em termos mais explícitos se teriam formado e desenvolvido a partir da questão do trabalho e das “necessidades dos vizinhos”, no ano de 2010 seriam, como resumido por lideranças da *Creciendo Juntos*, parte do “que ficou [...] da efervescência de organizações e ações por fora do Estado do ano 2001”. Continuavam, de fato, realizando não somente as práticas no *bairro*, como

---

<sup>172</sup> Não por acaso, a tendência enunciada pelas organizações para os subúrbios de Buenos Aires coincide com um movimento de retirada no financiamento internacional ao “terceiro setor” na América Latina, em favor de novas áreas, como a África, de especial interesse e preocupação de países da Europa, não muito entusiastas em garantir direitos universais e humanistas aos imigrantes originários desse continente. Para dados sobre esse movimento financeiro em nível mundial, ver Palhano (2010).

<sup>173</sup> Existência ativa que, devo reconhecer, foi também uma surpresa para mim quando esperava encontrar somente vestígios das organizações, a partir da minha interpretação sobre o “câmbio de época” (SVAMPA, 2008) na política argentina e nas análises conjunturais sobre movimentos sociais.

<sup>174</sup> Esses dados surgem de entrevistas com lideranças e membros do MTD e da APROFA em janeiro de 2010 e das declarações da liderança Soledad Bordegaray, em palestra ministrada no FUM, no Rio de Janeiro, em 25 de março de 2010.

também apresentavam um campo maior de relações na construção de seus Projetos políticos e territoriais. Também diante da nova conjuntura política nacional, mais uma vez, tanto a APROFA quanto o MTD tomaram posições, em grande medida divergentes no que dizia respeito ao governo nacional e a conflitos mais amplos, e que explicam, só em parte, os contornos dessas novas relações transescalares. Em outras palavras, os seus Projetos em ação seguiam teimando em lembrar o seu caráter de *processos*, relacionais e históricos, longe do que sugeriam as explicações mais lineares da ação coletiva a partir da “exclusão” e do “recoo ao bairro”. A seguir, procura-se analisar os fundamentos dessas mudanças nos Projetos em ação.

### **6.1.2. Mudanças nas estratégias, valores e escalas dos Projetos da APROFA e do MTD**

[...] nosso sonho agora é fazer um movimento nacional. (Entrevista com Soledad Bordegaray, MTD La Juanita, janeiro de 2010, tradução minha).

Queríamos resolver os problemas do bairro de forma bem intencionada, mas atuando isolados... era impossível que ganhássemos [...] optamos por acompanhar a quem briga, ao movimento operário. (Entrevista com liderança da APROFA, janeiro de 2010, tradução minha).

Em termos de relações transescalares, as mudanças nos Projetos da APROFA e do MTD partiram de uma crítica no interior das organizações aos limites da sua “ação de bairro”.

No caso do MTD, esse limite era entendido no sentido de ter atingido um resultado positivo da ação de transformação no entorno mais imediato, mas que não era possível continuar melhorando:

[...] percebemos que estávamos muito sozinhos, queríamos passar de ajudar a um grupo de pessoas para ajudar a muitos, se você é a exceção, não faz nada [...] (Entrevista com liderança do MTD, janeiro de 2010, tradução minha)

No caso da APROFA, a crítica interna foi mais radical. Longe de considerar que tinham chegado a um resultado máximo a partir de uma estratégia correta, questionaram os seus próprios valores e entendimentos políticos do começo da década, particularmente a pretensão de se concentrar somente na ação de bairro, ter focado no desemprego e ter feito uma oposição a toda ação estatal:

[...] errávamos quando pensávamos que o desempregado era o verdadeiro sujeito político, e agindo só no bairro podíamos mudar a realidade [...] conseguimos paliar algumas necessidades, mas sempre estávamos limitados pela correlação de forças mais gerais, nossas ações acabavam sendo as mesmas dos *punteros*, só assistência [...] (Entrevista com liderança da APROFA, janeiro de 2010, tradução minha).

Essas diferenças de avaliação sobre a “ação de bairro” expressaram-se em mudanças nas estratégias de ambas as organizações após 2006, semelhantes no interesse de constituir novas escalas de ação — na capacidade de ação e abrangência de alianças —, mas claramente diferenciadas no que diz respeito à sua construção política.

No MTD, diante do “teto” alcançado no bairro original, tratava-se de ampliar a ação a partir da “replicação de vários MTDs” em outros espaços, para deixar de ser “a única exceção enquanto tudo lá fora segue igual”.<sup>175</sup> A líder Soledad Bordegaray explica que:

[...] não se trata de repetir um modelo ou replicar uma experiência... pois a história e a luta concreta não são replicáveis [...], mas de divulgar o nosso fundamento e o que temos em comum, que é a luta pela dignidade. (Entrevista com liderança do MTD, janeiro de 2010, tradução minha).

É com esse objetivo, segundo explicam, que os membros do MTD resolveram aceitar em 2007 o convite para que o seu fundador e líder, Toty Flores, se candidatasse como deputado federal na Coalición Cívica (CC), “um novo partido, com pessoas de diferentes origens políticas e que queria ter o Toty e o MTD agindo na sua linha de movimentos sociais”.<sup>176</sup> Essa articulação surgiu após uma série de encontros com partidos, parte “da estratégia de dialogar com os *Outros*”.<sup>177</sup> É possível afirmar que esta opção contou com a simpatia de fundações e lideranças que já trabalhavam com o MTD e que participavam da CC, muitas delas ligadas ao Poder Ciudadano (ver Quadro 9, Capítulo 5). Essa mesma rede de relações, aliás, ajuda a se entender por que o MTD era citado frequentemente já a partir de 2005

---

<sup>175</sup> Entrevista com liderança do MTD, janeiro de 2010, tradução minha.

<sup>176</sup> Entrevista com liderança do MTD, janeiro de 2010, tradução minha.

<sup>177</sup> Entrevista com liderança do MTD, janeiro de 2010, tradução minha.



por meios de comunicação de massa mais tradicionais, como “os bons piqueteros” que, com “iniciativa empreendedora”, conseguiam gerar trabalho, e “não conflitos”.<sup>178</sup> Conhecido em termos mais midiáticos, e dentro de uma lista<sup>179</sup> de candidatos com um partido novo, mas com fortes e tradicionais estruturas anteriores, Toty Flores foi eleito e começou “não só a colocar nossas questões na câmara de deputados nacional [...], mas a caminhar o país com vários companheiros e ajudar na construção de mais Juanitas”, tendo já resultados com “lideranças e companheiros do noroeste argentino”.<sup>180</sup>

De forma diferente, na APROFA enfatizam que 2006 foi um ano-chave de reformulações e discussões e a partir do qual chegaram à conclusão de que:

[...] havia um avanço de ações e de organizações sociais, mas de forma fragmentada [...] finalmente entendimos que tínhamos de procurar nos unir com outros, lembrando o que temos em comum, sermos trabalhadores (Entrevistas na APROFA, janeiro de 2010, tradução minha).

Com esse diagnóstico, segundo explicam, “começamos a trabalhar dentro de um movimento nacional [...], nos somamos ao Movimento Evita”. Dentro dessa organização nacional de desempregados e autoreconhecida como *piquetera*, com explícita identidade em relação a valores do peronismo e com a presença em posições de gestão do governo nacional, começaram a implantar “no bairro ações conseguidas na briga nacional” e “dentro de um Projeto Nacional e Popular”.<sup>181</sup>

O que numa análise conjuntural poderia ser reduzido a um posicionamento diferente diante das autoridades nacionais — a gestão de Néstor Kichner (2003-

---

<sup>178</sup> Ver, entre outras matérias, uma particularmente explícita nesta questão: TOSI, M. C. Dejaron de cortar rutas y se dedican a exportar. *La Nación*, Buenos Aires, 12 jun. 2005. Disponível em: <<http://www.lanacion.com.ar/712329>>. Acesso em: 20 maio 2010. Retorna-se a esta questão no ponto 2 deste Capítulo.

<sup>179</sup> No regime eleitoral argentino, os deputados são escolhidos a partir de listas partidárias fechadas. O eleitor escolhe uma lista cuja quantidade de deputados efetivamente eleitos vai depender de sua votação percentual final numa distribuição proporcional dos votos. Aplica-se o sistema *D'Hont*, que, em comparação com outros sistemas de contagem proporcional, segundo analistas políticos e matemáticos, favorece os partidos mais votados, em detrimento dos minoritários. Para uma análise do sistema *D'Hont* e de seus efeitos, ver a análise do professor Adrián Paenza (UBA), em: <<http://adrianpaenza.blog.arnet.com.ar/archive/2009/06/26/sistemas-electorales-el-metodo-d-hont.html>>, acesso em: 15/04/2010.

<sup>180</sup> Entrevista com liderança do MTD, janeiro de 2010, tradução minha.

<sup>181</sup> Entrevista com liderança da APROFA, janeiro de 2010, tradução minha.

2007) e da sua esposa Cristina, eleita para o período 2007-2011 — envolve também, na verdade, diferenças nas suas tradições políticas, nas suas relações transescalares e também nas suas ações concretas no bairro. Pode-se afirmar, ainda mais, que as diferenças dos bairros dos Projetos da APROFA e do MTD, analisados no capítulo anterior, se intensificaram na sua trajetória posterior a 2005.

Em 2010, como acima adiantado, o MTD queria replicar “ações autônomas nos territórios que se articulem a nível nacional”, conservando assim a sua ênfase na ação local a partir de alianças com sujeitos de outros territórios e a sua oposição explícita a toda ação estatal. Mesmo com o declínio geral dos recursos e das doações de ONGs, continuaram e ampliaram as ações já existentes em 2005, graças a acordos de exportação de seus produtos e subsídios específicos para os seus alunos. No âmbito nacional, intensificaram a interação com figuras famosas do âmbito da moda, da gastronomia e também com empresários, em iniciativas apoiadas por ONGs já afins, em 2005, como o Poder Ciudadano. Mantida a mesma estratégia de “com outros sermos nós”, apareceram também interagindo com o MTD a partir de seu posicionamento na política partidária nacional junto à CC: empresários do âmbito rural — particularmente confrontados com o governo nacional em 2008 por conta de uma proposta de aumento de impostos à exportação, o então famoso “conflito do campo”<sup>182</sup> — e outros industriais interessados em promover iniciativas de “responsabilidade social” (Quadro 11).<sup>183</sup> Essa intensificação do processo de abertura os levou, paradoxalmente, a se relacionar mais com a *Corriente Clasista y Combativa* (CCC), organização *piquetera* com matriz vizinha e de ação nacional, da qual estavam distanciados (Cf. Capítulo 5) quando, a partir do conflito entre governo e setores ruralistas, passaram a concordar em sua oposição ao governo nacional (Quadro 10).

---

<sup>182</sup> Ver nota 166 no começo deste Capítulo.

<sup>183</sup> Volta-se a esta questão no ponto 6.2. deste Capítulo.

ORGANIZAÇÃO	RELAÇÃO COM O MTD
Corriente Clasista y Combativa (CCC)	Após oposição ao governo nacional e aliança com mesa ruralista passaram a organizar atividades conjuntas de reivindicações
Poder Público Municipal	O “Programa Saúde Comunitária”, na sede do MTD, vigente em 2005, foi desativado
Foro de Cooperativas de La Matanza	Deixa de participar, após desligamento do MTD do IMFC

**Quadro 10 – MTD La Juanita: Relações com principais organizações próximas territorialmente (ano 2010 e principais diferenças com o ano de 2005)**

Fonte: elaboração própria, com base em entrevistas em janeiro de 2010.

ORGANIZAÇÃO	RELAÇÃO COM MTD
<b>Instituto Movilizador de Fondos Cooperativos (IMFC)</b>	O MTD apartou-se do IMFC — ligado ao <i>Partido Comunista de la Argentina</i> (PCA) — após decidir ser parte da CC. Em comum acordo, o espaço do MTD que era fruto de um comodato com o IMFC foi vendido de forma definitiva a preço baixo e financiado, mantendo “uma relação correta”
<b>Associação Madres de Plaza de Mayo</b>	Como no caso anterior, a adesão do MTD à CC e a afinidade das Madres ao governo nacional fizeram com que as suas articulações cessassem. As lideranças do MTD, entretanto, enfatizam “o respeito e agradecimento de sempre às Madres, que estão além de seus posicionamentos políticos conjunturais”
<b>Poder Ciudadano</b>	Continua articulando os empreendimentos do MTD com as ONGs, embaixadas e empresas interessadas em dar apoio financeiro ou ser compradores de seus produtos, especialmente com a Fundação Equidad, pessoas do âmbito técnico e dos espetáculos para trabalhos de assessoria.
<b>Fundação Equidad</b>	Dá suporte ao empreendimento de reciclagem de computadores
<b>Fundação Padre Mario (Argentina)</b>	Articula sistema de “padrinhos” com ONG Italiana mediante o qual pessoas na Itália financiam a formação de alunos da Escola e Creche do MTD. No MTD destacam a sua afinidade com esta fundação, que, “como nós, não quer saber nada do Estado”
<b>ONG CTI (Itália)</b>	Da área do chamado “comércio justo”, facilita as exportações da oficina de costura do MTD para Europa
<b>Fundação GasBan (Espanha)</b>	Ligada a empresa de gás espanhola atuante também na Argentina, financia a venda de produtos do MTD no seus país matriz

<b>Coalición Cívica (CC)</b>	Partido Nacional formado por antigas lideranças da UCR e pelo qual Toty Flores foi eleito deputado federal em 2007. O MTD trabalha com Flores no desenvolvimento da “ala de movimentos sociais do MTD” e na criação de “outras Juanitas pelo país”, com ações concretas já realizadas na província de Salta, noroeste de Argentina
<b>Mesa de Enlace</b>	Aliança de entidades ruralistas tradicionais de grandes proprietários — Sociedade Rural Argentina (SRA), Confederación de Asociaciones Rurales de Buenos Aires y La Palmpa (CARBAP) — e de medianos — Federação Agrária (FA) — formada em 2008 em oposição às medidas impositivas para exportação de <i>commodities</i> do governo nacional. A CC apoia a Mesa de Enlace e esta, através da Fundação SolidAgro, dá apoio ao MTD, identificando-se fundamentalmente com a Federação Agrária

**Quadro 11: MTD La Juanita: Principais relações com organizações sem sede no município de La Matanza (ano 2010 e principais diferenças com o ano de 2005)**

Fonte: elaboração própria, com base em entrevistas em janeiro de 2010.

Enquanto o MTD procurava “se converter em um movimento nacional” a partir da replicação da sua ação em vários lugares, sua ação no bairro de La Juanita não mudou de padrão de forma significativa. De fato, o lugar do bairro dentro de seu Projeto político continuava sendo o mesmo: agir no território mais imediato de forma autônoma e no cotidiano para transformar a realidade (Cf. Capítulos 1 e 5), só que agora reproduzindo essa experiência em “outros bairros”. De qualquer modo, o seu trabalho em La Juanita, como era de se esperar, acabaria por se beneficiar da maior quantidade de relações em escala mais ampla. Como mostram os Quadros a seguir, os empreendimentos cooperativos continuaram e ganharam novas atividades, junto com o fortalecimento da escola e uma ampliação de atividades de formação técnica, como as de cursos de informática e reciclagem de equipamentos e a de assessoria jurídica para pessoas do entorno (Quadros 12 e 13). As únicas atividades vigentes em 2005 que não continuavam no começo de 2010 eram a sala de consulta médicas, que tinha funcionado em associação com prefeitura, e o alojamento para visitantes estrangeiros.

EMPREENHIMENTO (FREQUÊNCIA DA PRODUÇÃO)	EXISTIA EM 2005?	FORNECEDORES E DESTINATÁRIOS, E PRINCIPAIS MUDANÇAS
Oficina de costura	Sim	Trabalho continua predominantemente por encomenda: entrega de matérias-primas e pagamento por produto produzido para terceiros. Principais clientes-fornecedores: mantém a associação com a Boutique Martín Churba e uma fábrica de cortinas  Novos clientes: produção de sacolas retornáveis para uma associação de empresários; exportação para a Espanha e Itália via fundações de comércio justo (CTI, Itália) e empresariais (GasBan, Espanha)
Padaria	Sim	Igual a 2005: insumos comprados de pequenos atacadistas; venda no varejo na sede do MTD e para moradores das proximidades; parte da produção é para a merenda dos alunos da escola  Novas ações identificadas em 2010: “campanhas” de produção e vendas para empresas — como <i>presentes empresariais</i> — a partir de receitas e divulgação com <i>chefs</i> de cozinha que trabalham na TV  A partir de 2006, e após vários fracassos e várias exigências de “sustentabilidade”, rebatizam o empreendimento como “a Massa Crítica”
Oficina de serigrafia	Sim	Igual a 2005: trabalho por encomenda
Editora (para boletins ou publicações específicas)	Sim	Igual a 2005: recursos monetários e divulgação de instituições que apoiam de forma geral o MTD; venda no varejo em eventos e na sede do agrupamento
Reciclagem e venda de computadores	Não	Empreendimento articulado ao oferecimento de cursos para jovens da vizinhança, começou em 2006; os computadores usados são doados pela Fundação Equidad (presidida pela senadora nacional da CC e ligada a Poder Ciudadano), também responsável pelo destino das partes não recicláveis; os computadores são vendidos a baixo custo no bairro ou doados a outras organizações sociais; quem coordena o empreendimento é remunerado também como professor, sempre com apoio da Fundação Equidad

### Empreendimento associado ao MTD La Juanita

**Feira comunitária:** aproximadamente quarenta vizinhos continuam diariamente a troca e a compra-venda de produtos. Mesmo funcionamento que em 2005 (ver Quadro 3, Cap. 4). Em 2009, “era evidente que circulava mais dinheiro que há cinco anos...” (Entrevista com membro do MTD, janeiro de 2010, tradução)

**Bolsas de trabalho:** oferecidas pela Fundação SolidAgro, ligada à Mesa de Enlace Ruralista (Quadro 11)

### Quadro 12 – Empreendimentos econômicos do MTD La Juanita (ano 2010 e principais diferenças com o ano de 2005).

Fonte: elaboração própria, com base em entrevistas e observações em janeiro de 2010.

ATIVIDADE	QUANTIDADE DE MEMBROS ENVOLVIDOS	QUANTIDADE DE PESSOAS ASSISTENTES	CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS
<b>Creche</b>	12 docentes	60 (30 alunos por turma)	Educação seguindo princípios de Educação Popular (ver Cap. 5)
<b>Escola primária</b>	12 docentes	120 (30 alunos por turma)	Igual ao anterior; sem subsídios estatais e com sistema de "apadrinhamento" internacional via ONG italiana (ver Quadro 11)
<b>Curso de Reciclagem</b>	Três	60 alunos formais e 20 alunos participando em média durante um semestre	Articulado ao empreendimento de Reciclagem de Computadores (ver Quadro 12)
<b>Curso de Inglês e de Artesanato</b>	2 professores	Média de 20 alunos	Com auxílio de fundações externas
<b>Aulas e assessorias sobre "Direito Cidadão"</b>	2 assessores de fundação externa (ligada ao Poder Ciudadano)	Média de 15 pessoas do entorno sendo assessoradas semanalmente	Atividade orientada para a resolução de violência doméstica e assessoria sobre direitos políticos e diante de empresas públicas

**Quadro 13 – Atividades educativas e culturais do MTD La Juntia (ano 2010)**

Fonte: elaboração própria, com base em entrevistas e observações em janeiro de 2010.

Na APROFA, por outro lado, as relações com outros sujeitos e a articulação com o entorno mais imediato expressam a orientação acima indicada de “ter no bairro o lugar de apoio para o movimento trabalhador e o seu Projeto Nacional e Popular” e o entendimento de que “não se servir do Estado não significa fazer uma autonomia fechada e isolada”.<sup>184</sup> Esses valores, já presentes em parte em 2005 (Cf. Capítulo 5), tornam-se mais nítidos em 2010. Em termos de relações com sujeitos atuantes em outros territórios, e consolidando a rede de contatos centrados em Moreno (ver Quadro 5, Capítulo 5), a interação e o suporte a partir de uma participação em escala nacional são bem maiores. A já citada adesão ao Movimento Evita fez com que a APROFA passasse a gerir recursos maiores do governo nacional para organizar cooperativas — inicialmente do “Programa de Investimento

<sup>184</sup> Entrevista com liderança da APROFA, janeiro de 2010, tradução minha.

Social” (PrIS) e, mais recentemente, do programa “Argentina Trabalha”, ambos do MDS. Como parte desse Movimento Evita, passou a participar mais ativamente do conjunto de organizações que se reconhecem como *piqueteras* atuantes em nível nacional e que optaram por se aliar às autoridades do Governo Federal (SVAMPA, 2008). Uma outra relação de escala maior, não menos importante, foi construída com fábricas *recuperadas* e sindicatos de empregados de venda de jornais — *canillitas* —, de Morón (município do oeste da grande Buenos Aires, próximo a Moreno), com o objetivo de desenvolver e consolidar “bacharelados para adultos”, isto é, escolas de segundo-grau com título reconhecido e que oferecem “formação política [...] para conhecer e ajudar no movimento operário” e “formação técnica para que as pessoas possam trabalhar melhor”.<sup>185</sup> Nessa articulação, a APROFA desenvolveu o seu próprio bacharelado e se articulou com algumas fábricas *recuperadas* de particular visibilidade pública, como a IMPA e a Chilavert,<sup>186</sup> assim como também aprofundou os seus vínculos com a escola *Creciendo Juntos*, de Moreno. Dele ainda participam integrantes de outros agrupamentos de Moreno, que aderem ao Movimento Evita, como “La Chicharra” e “El Poyi Cárdenas”, da localidade de Quartel V.

ORGANIZAÇÃO/ARTICULAÇÃO	RELAÇÃO COM APROFA
<b>Acción Contra el Hambre (ACH)</b>	Parou de apoiar a organização em 2006 (ver Quadro 6, Cap. 5)
<b>Movimento Evita</b>	Movimento Nacional <i>Piquetero</i> , tem especial influência em Moreno, e, a partir de 2006, passou a ocupar posições de gestão no governo nacional. Particularmente no MDS, e na administração de programas de apoio à “geração de trabalho e renda”  A APROFA passou a integrar-se formalmente a esta organização em 2008, participando de atos políticos e também da gestão de programas sociais no município de Moreno
<b>Mesa de Moreno</b>	Continua participando, mas como parte do Movimento Evita e especialmente com as organizações do município, como “Juntos Podemos”, “El Charquito”, “Por los Pibes”, “Pfizer”, “La Chicharra” e “El Poyi Cárdenas”, a maioria já com laços ativos em 2005 (ver Quadro 5, Cap. 4)
<b>Mesa Nacional</b>	As articulações passam fundamentalmente pelo Movimento Evita Nacional e não mais por essa Mesa da qual participavam integrantes que passaram a se opor ao governo, como a CCC (ver Quadro 6, Cap. 4)

<sup>185</sup> Entrevista com liderança da APROFA, janeiro de 2010.

<sup>186</sup> Para o fenômeno das fábricas *recuperadas* e de seus casos de referência e coordenação política, ver Fajn (2003). Para um análise do caso de Chilavert, ver Ghibaudi (2004).

<b>Encontro de Jovens Latino-americanos</b>	Seus membros continuam participando, especialmente os ligados a movimentos de estudantes e graduados de agronomia (ver Quadro 6)
<b>Movimento de Camponeses de Santiago del Estero (MOCASE)</b>	Movimento surgido na província de Santiago del Estero, mas de atuação nacional; defende os interesses de pequenos camponeses cujas terras são fruto de conflitos com governos e grandes proprietários  A partir das relações com movimentos de estudantes de agronomia, a APROFA participa em ações do MOCASE, especialmente a partir de 2008, em oposição à ação da Mesa de Enlace (ver Quadro 11)
<b>Rede de Bacharelado para Adultos</b>	Com a escola <i>Creciendo Juntos</i> , o Sindicato dos <i>Canillitas</i> , de Morón, e empresas <i>recuperadas</i> , como a IMPA e a Chilavert  Relações de cooperação para o desenvolvimento de bacharelados de formação técnica e política para trabalhadores
<b>Sociedade de Fomento de Paso Del Rey</b>	Fundada e administrada por iniciativa dos membros da APROFA  Tem por objetivo continuar trabalhando “no cotidiano dos vizinhos”, oferece serviços de saúde e articula reivindicações diante do poder público municipal para melhorias urbanas

**Quadro 14 – APROFA: Principais relações com organizações e articulações políticas (ano 2010 e principais diferenças com o ano de 2005)**

Fonte: elaboração própria, com base em entrevistas em 2010 e ACPM, 2009.

Diferentemente do que aconteceu com o MTD, essas novas relações refletiram-se em mudanças maiores na ação desenvolvida no entorno territorial, assim como no lugar que a construção do *bairro* tinha em seu Projeto. Em termos de empreendimentos cooperativos, os existentes em 2005 (ver Quadro 2, Cap. 5) foram abandonados por se entender que “os microempreendimentos acabavam parecendo mais *microentretenimentos*, não geravam renda suficiente, não conseguiam vender nem produzir bem”.<sup>187</sup> Em seu lugar, por um lado, a APROFA desenvolveu na sua nova sede uma padaria para produzir em escala maior e vender ao público — tudo mediante articulações com outras organizações de Moreno, muitas com as quais já se relacionava em 2005 (ver Quadro 5, Cap. 5). Por outro lado, em 2009, começou a trabalhar na formação de quatro cooperativas com o apoio do plano *Argentina Trabaja*, duas na área de construção civil, outra na área de ferragem e outra na de impressão gráfica, todas para atuar no município de Moreno (Quadro 15). O refeitório também foi fechado, a partir do diagnóstico de “que as necessidades mais

<sup>187</sup> Entrevista com liderança da APROFA, janeiro de 2010, tradução minha.



urgentes dos vizinhos já estavam relativamente satisfeitas” e, como acima mencionado, “já se notava uma melhoria de renda no bairro”. Tentando “priorizar uma nova forma de agir no bairro, não de forma isolada, mas como sendo parte do luta dos trabalhadores”, concentraram-se nas ações educativas e culturais: o bacharelado acima mencionado, cursos de música e dança e organização de grupos culturais, que passaram a contar com maior espaço em sua nova sede (Quadro 16). Finalmente, e não menos paradigmático, decidiram “explicitar o interesse no cotidiano no bairro refundando a Sociedade de Fomento e instalando também uma sala de atendimento médico para os vizinhos” (Quadro 14).

EMPREENDIMENTO (FREQUÊNCIA DA PRODUÇÃO)	EXISTIA EM 2005?	FORNECEDORES E DESTINATÁRIOS, E PRINCIPAIS MUDANÇAS
<b>Padaria</b>	Não	Gerida à luz dos princípios do cooperativismo, tem como objetivo a produção para a venda ao público no município. Funciona na sede da APROFA e incorpora também membros de outras organizações de Moreno, como “El Charquito”, “Sin Frontera”, “Mapuche”, “Semillita”, “Solidaridad”, “Por los Pibes”, “Pfizzer”, “La Chicharra”, “El Poyi Cárdenas” y “Irie”
<b>Duas cooperativas de trabalho em construção civil</b>	Não	Formadas com recursos do Programa Argentina Trabalha, que outorga \$1.300,00 por trabalhador  Seus principais clientes são as prefeituras do <i>Conurbano</i> , particularmente Moreno
<b>Cooperativa de ferragem</b>	Não	Igual ao anterior
<b>Cooperativa de produção gráfica</b>	Não	Igual ao anterior

**Quadro 15: Empreendimentos econômicos da APROFA (ano 2010)**

Fonte: elaboração própria, com base em entrevistas em 2010 e ACPM, 2009.

ATIVIDADE	QUANTIDADE DE MEMBROS ENVOLVIDOS	QUANTIDADE DE PESSOAS ASSISTENTES	CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS
Bacharelado para Adultos	11 membros docentes	80	Educação seguindo princípios de Educação Popular (ver Cap. 5)  Oferece formação reconhecida como segundo grau oficial, com ênfase em formação técnica e também política em torno da história do movimento operário argentino  Dele participam também membros das organizações “La Chicharra” y “El Poyi Cárdenas”, de Quartel V, Moreno
Cursos de música e dança popular	5 membros	Média de 60 alunos	Cursos e organização de grupos de dança e música popular (murgas)

**Quadro 16 – Atividades educativas e culturais da APROFA em Moreno (ano 2010)**

Fonte: elaboração própria, com base em entrevistas em janeiro de 2010 e ACPM, 2009.

Em outras palavras, os bairros construídos no Projeto político e territorial da APROFA e do MTD sofreram mudanças — sobretudo na primeira organização — e ratificaram as diferenças entre elas, já vislumbradas na análise sobre as organizações no Cap. 5: o *bairro* da APROFA, como parte de uma articulação regional e nacional maior dentro da tradição de lutas e de relações de afinidade por um Projeto “nacional e popular” muito desenvolvidas em Moreno; o *bairro* do MTD, como ação “autônoma” e com apoios de escala maior e reconhecimento até internacional, querendo reproduzir *outras Juanitas* em diferentes espaços do país.

As formas de observar, enunciar e tentar construir diferentes escalas da sua ação política mostram o processo de construção de *narrativas* e *estratégias escalares* em ambas as organizações (SWYNGEDOUW, 1997 apud VAINER, 2006). Com o mesmo objetivo de ampliar o seu campo de ação, a APROFA e o MTD tentaram estabelecer novas relações com agentes políticos, mas mantendo a sua proposta de Projeto de *Poder Popular*, de trabalho “digno”, cooperativo e de autonomia das práticas políticas tradicionais.<sup>188</sup>

<sup>188</sup> Essa construção de narrativas e estratégias escalares dentro de um projeto político de emancipação, e em relação com um processo de identidade de classe, faz lembrar algumas

### 6.1.3. Diferenças, mas com classe

[...] somos todos crentes, crentes no Estado Socialista que ainda não chegou nem ninguém viu (Declaração de Soledad Bordegaray, FUM, Rio de Janeiro, março de 2010, tradução minha).

[...] na Argentina tivemos um retrocesso: antes [da última ditadura] lutávamos em termos objetivos pelo 50/50 [em referência à distribuição funcional da renda]; agora estamos bem longe disso, estamos longe também em termos de dirigentes e organizações, teve a CGT dos Argentinos, ações como El Cordobazo, lideranças que trabalhavam no chão de fábrica, como Agustín Tosco, eles advertiram que vinha um processo contra a classe trabalhadora. [...] Hoje as pessoas estão quebradas, e não há educação [...] (Entrevista com Soledad Bordegaray, MTD La Juanita, janeiro de 2010, tradução minha).

[...] compreendemos que estávamos divididos em micro-organizações, quando o que nos une é sermos trabalhadores [...] havia uma avanço geral das organizações, mas fragmentado [...] Optamos por acompanhar quem briga, e sempre brigou, no movimento operário [...] (Entrevista com liderança da APROFA, janeiro de 2010, tradução minha).

Junto com as diferenças acima analisadas, portanto, as trajetórias mais recentes da APROFA e do MTD destacam e reproduzem também anteriores coincidências em termos de tradições de classe e da importância do *bairro* como lugar da ação quando a *fábrica* fecha.

Membros e lideranças de ambas as organizações expressam de forma ainda mais clara, em 2010, a importância de uma formação educativa diferente, com explícitas intenções políticas, para “lutar contra a dominação e pela dignidade do trabalhador”, como colocado pelo MTD, ou para “lembrarmos que a luta é dos trabalhadores, por outra correlação de forças em nível nacional”, como enfatizado pela APROFA. Nesta organização, o discurso é de fato mais próximo das categorias

---

experiências históricas, como a Comuna de Paris (1871). Na sua discussão sobre os debates, e embates, no século XIX e dentro do pensamento socialista acerca das escalas da ação política, Vainer (2006, p. 26-27) destaca como na Comuna uma singular constituição escalar era proposta pelos *communards*, que, aderindo a uma identidade de classe trabalhadora internacionalista, agiam no âmbito de Paris, mas propunham uma federação de comunas ao tempo em que discutiam e aprovavam a eleição de um homem estrangeiro para o seu Conselho Geral com uma singular justificativa: “É ilustrativo e cheio de ensinamentos sobre esse significado de ‘comuna’ o seguinte episódio. Léo Frankel, operário joalheiro húngaro e judeu, foi eleito para uma vaga no Conselho Geral da Comuna. O Comitê Eleitoral, a respeito, deliberou o que segue: considerando que a bandeira da Comuna é a bandeira da República Universal, considerando que toda cidade tem o direito de dar o título de cidadão aos estrangeiros que lhe servem... a comissão é de parecer que os estrangeiros podem ser admitidos, e propõe a admissão do cidadão Frankel (apud *La Commune de Paris*, disponível em: <<http://lacomune.club.fr/pages/parent.html>>). Trata-se, decididamente de uma nova e original *escala*, embora com passagem meteórica pela história” (VAINER, 2006, p. 27).

classistas tradicionais — capital e trabalho, classe trabalhadora e burguesia. Destacam em seu discurso que não se deve esquecer “que o verdadeiro sujeito de mudanças é o movimento operário”.

No MTD, assim como no começo da década, também em 2010, enfatizam que, como desempregados, são capazes de agir, contrariando, entre outros, “os partidos que nos diziam que não éramos sujeito histórico”.<sup>189</sup> A identificação como “parte da classe trabalhadora argentina”, entretanto, também é significativa, mantendo-se sempre o seu discurso de “sermos antes de mais nada trabalhadores”. Isto também está na continuidade da ênfase no cooperativismo como forma de trabalho diferente, “oferecendo ao trabalhador a capacidade de gerir o seu trabalho”.<sup>190</sup> Do mesmo modo, está nos valores contidos em suas atividades educativas e culturais, explicitados na continuidade de atos pela “integração dos trabalhadores vizinhos de todas as nacionalidades” e nos princípios de educação popular da sua escola primária, apreendidos e discutidos em cursos e ações com a Associação Madres de Plaza de Mayo no começo da década — onde, não por acaso, também participaram membros da APROFA e de organizações afins, como a *Creciendo Juntos* (Cf. Cap. 1 e 5).

Empreendimentos a partir da forma legal e dos valores do cooperativismo, e ações educativas e de formação no paradigma da educação popular, são assim coincidência de classe que continua e se intensifica tanto na APROFA quanto no MTD. A identificação com tradições de luta do que em ambas as organizações chamam “*la clase trabajadora Argentina*” também se manifesta numa avaliação compartilhada sobre “as derrotas e retrocessos” no que diz respeito à ação dessa classe antes da ditadura, especialmente clara nas lideranças — de mais idade — do MTD, como fica evidente nas declarações reproduzidas no começo desta seção.

Finalmente, existe uma semelhança fundamental, e de classe, entre as duas organizações aqui em estudo: suas relações, tensas e contraditórias, com os agentes dominantes. Agentes estes que são empresários e ONGs socialmente responsáveis, no caso do MTD, que se opõe ao Estado; ou companheiros de militância na gestão estatal provincial e nacional, no caso da APROFA. Se o MTD e a APROFA concordam em mostrar a permanência de uma tradição de *clase*

---

<sup>189</sup> Declaração de Soledad Bordegaray, FUM, Rio de Janeiro, março de 2010, tradução minha.

<sup>190</sup> Declaração de Soledad Bordegaray, FUM, Rio de Janeiro, março de 2010, tradução minha.

*trabajadora* na Periferia de Buenos Aires, também se assemelham em mostrar as mudanças na identidade e na luta de classes quando essas relações com os dominantes passam por ações fragmentadas e limitadas no tempo — os projetos sociais de ONGs e das políticas sociais focalizadas do Estado. Esta questão, bem mais opaca, é objeto da próxima seção.

## 6.2. OS *OUTROS* REVELADOS: PROJETO X *PROJECTS* NO NOVO ESPÍRITO DO CAPITALISMO E NA PERIFERIA

Não por acaso [os dominantes] tiveram de se reinventar [...] como uma forma de voltar a consensuar um capitalismo diferente [...] (Entrevista com Victor De Gennaro, CECEÑA, 2001, tradução minha).

Sabemos que avançamos por um caminho de múltiplas tensões e contradições [...] (Declaração de Soledad Bordegaray, FUM, Rio de Janeiro, março de 2010, tradução minha).

Quando as organizações se relacionam com sujeitos relativamente dominantes dentro da estrutura social, à procura de apoio e ampliação de suas ações, deparam-se, querendo ou não, com outros valores e outras práticas, e com outros objetivos e tempos de ação.

Do ponto de vista material mais evidente, e mesmo mantendo formas de arrecadação tradicionais em movimentos sociais — como festivais e festas —, a maioria dos recursos que recebem está regida por uma exigência de resultados quantificáveis e com prazo de tempo relativamente estrito. Esse é o caso dos financiamentos de ONGs e outras fundações internacionais e das empresas preocupadas em ter ações de *responsabilidade social* — com maior influência no MTD —, mas também de programas de governo dentro das *políticas sociais*, mais relevantes no caso da APROFA. Dessa forma, os seus Projetos de ação coletiva na prática concreta e cotidiana entram em tensão com o leque de *projetos* a partir dos quais se sustentam.

Em outras palavras, as organizações atuam condicionadas, em grande parte, pelo que Boltanski e Chiapello denominam *gestão por projetos*, entendida como o uso efetivo de recursos no curto prazo, pautados por critérios administrativos de gestão e os valores a eles associados. Essa última concepção do projeto remete à etimologia anglo-saxã de *project*, no sentido de interação temporária de sujeitos com fins específicos, distanciando-se da concepção latina e da sua referência à

construção de um conjunto de ideais e de desejos de ação num horizonte maior, o Projeto tal como referido nesta tese, em referência à construção política de organizações. Para Boltanski e Chiapello (2002), o *project*<sup>191</sup> é uma forma de ação fundamental dentro do capitalismo contemporâneo e que se relaciona com um novo sistema de valores que orienta e justifica as formas concretas da acumulação de capital nos países centrais, o que constituiria um *novo espírito do capitalismo*, seguindo os conceitos de Max Weber. Segundo esses autores, próximos da análise histórica de Castel sobre a sociedade salarial, no período fordista do capitalismo nos países centrais — particularmente na França —, os valores que justificavam, estimulavam e davam legitimidade às relações capitalistas eram os da *estabilidade* e do *progresso* a partir de um estado social que regulava as relações entre as corporações e os grandes sindicatos. Já no capitalismo posterior à década de 1970, ou *pós-fordista*, os novos valores dominantes seriam a *flexibilidade* e a *mudança*. Para Boltanski e Chiapello, o capital não garante mais estabilidade e progresso, mas se relaciona com o trabalho a partir da ideia de *projetos*, em que o que interessa é a articulação temporária, sem maior rigidez, de pessoas e outros recursos para atingir metas específicas. Ao trabalhador, cada vez mais *empreendedor*, deveria interessar a integração num projeto e a ampliação da *rede* de relações e do leque de conhecimentos para depois ser chamado para outros projetos, onde a procura da dinâmica e da transformação teria que ser mais valorizada do que a antiga estabilidade, rígida e monótona.

Esse *novo espírito*, que os autores desvendam ao analisar a literatura de divulgação e *best-sellers* da gestão empresarial na França, faz-se presente também na ação estatal. Consultores e administradores no âmbito público passam a adotar a gestão por projetos como forma de ação “moderna”, muito divulgada, aliás, pelas agências de financiamento internacional e muitas vezes exigidas como condição para os seus empréstimos.<sup>192</sup> Se, do lado dos dominados, lideranças como De

---

<sup>191</sup> Indica-se com caixa baixa e itálica o conceito de projeto de origem anglo-saxã e questionado por Boltanski e Chiapello para o diferenciar do Projeto, na sua concepção latina. Ver BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. *El nuevo espíritu del capitalismo*. Madrid: Akal, 2002.

<sup>192</sup> Para um caso de estudo sobre as exigências de reformas institucionais articuladas por agências como o Banco Mundial, ver Ribeiro Filho, G. B. *O Banco Mundial e as cidades construindo instituições na periferia: o caso do PRODUR, Bahia*. 2006. 243 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <[http://teses.ufrj.br/IPPUR\\_D/GeraldoBrowneRibeiroFilho.pdf](http://teses.ufrj.br/IPPUR_D/GeraldoBrowneRibeiroFilho.pdf)>. Acesso em: 25 out. 2009

Gennaro propõem que a *nova fábrica* seja o *bairro* — em termos de luta da classe trabalhadora —, do lado dos dominantes o Estado também parece ser entendido como uma empresa, e valores e práticas da administração dos negócios são introduzidos na gestão do público.

Em termos de processos de territorialização, essas mesmas tendências propostas pelos dominantes aparecem no que pode ser resumido como propostas de reconfiguração neoliberal do território (VAINER, 2002, p. 29). No sentido mais abstrato ou de “neoliberalismo no papel”, as formas dominantes de territorialização se resumiriam ao predomínio de articulações em forma de rede, onde caberia ao Estado induzir da melhor forma os fluxos do capital (CASTELLS, 1999). Se, como bem adverte Harvey, os agentes do capitalismo procuram ter cada vez mais flexibilidade e tentam de fato comprimir de forma mais intensa o tempo e o espaço — fundamentos, aliás, de toda acumulação capitalista (HARVEY, 2003) —, em termos de “neoliberalismo real”, esses mesmos agentes vão precisar do Estado e vão tentar influenciar não somente os seus programas, mas também as suas práticas e os seus valores. Isto fica claro no planejamento urbano, quando planos estratégicos são propostos para a direção das políticas urbanas e as cidades acabam sendo pensadas como cidades-mercadoria (ARANTES; VAINER; MARICATO, 2000) Também é significativo, como já foi observado, que se proponham políticas de governo, com destaque para as “políticas sociais” (LO VUOLO, 1999) com “foco” no território, com resultados evidentes mas restritos no tempo e no espaço, contribuindo para o “desenvolvimento local”.

A seguir, e mais uma vez com a ajuda dos nossos prismas de estudo, propõe-se entender como essas tendências dominantes influenciam as ações coletivas de dominados na Periferia de Buenos Aires na década de 2000, observando-se particularmente a tensão entre Projetos das organizações e os *projects* com os quais se relacionam, e aproveitando-se os resultados da pesquisa apresentados ao longo desta tese. Para fins de análise e exposição, identificam-se diferentes pares derivados da articulação Projetos x *projects*. Procura-se assim apresentar, antes das Conclusões, algumas primeiras constatações sobre as mudanças da ação coletiva dos dominados em sua relação com dos dominantes.

---

**(i) Da luta contra o patrão ao parceiro socialmente responsável:**

Em termos de reivindicações, se as tradições de luta de classes das quais a APROFA e o MTD se reconhecem como herdeiros priorizavam um confronto com o patrão na procura de melhorias salariais, nas práticas concretas da atualidade se observa a negociação de parcerias. Enquanto às organizações lhes interessa financiar os seus empreendimentos autônomos, às empresas interessa cumprir com padrões de responsabilidade social que, aliás, são objeto recente de certificados, como as normas ISO 26000, entre outras.

Isto é especialmente claro no caso do MTD, a partir da sua opção de tentar prescindir de todo recurso estatal e da estratégia de “com os outros sermos nós” (Cf. Cap. 5). Como observado em seus principais empreendimentos e relações, tanto em 2005 (Quadros 2, 3, 8 e 9, Cap. 5) quanto em 2010 (Quadros 10, 11, 12 e 13), muitos de seus financiamentos e clientes são originados em empresas que se articulam com ONGs — principalmente *Poder Ciudadano*. Enquanto do lado do MTD se desenvolvem formas de trabalho mantendo-se a “autonomia”, do lado dos empresários o interesse passa por ações concretas que lhes outorguem visibilidade pública.<sup>193</sup> Nas articulações posteriores a 2005, ainda mais, essas relações se intensificariam a partir de um posicionamento comum do MTD com organizações empresarias diante do governo nacional, como mostra o Quadro 11.

Essas relações, de todo modo, não conseguem apagar identidades e valores do MTD, e mostram uma colaboração de necessidades mútuas e tensas. As lideranças do MTD destacam, em entrevistas e atos públicos, que se trata “de relações não livres de interesses contrapostos entre eles [os empresários] e nós [...]”; “quando negociamos concentramo-nos em esquecer tudo o que eles têm e em lembrarmos de que eles precisam de nós também, por causa da questão da responsabilidade social”.<sup>194</sup> Do lado dos empresários, pode-se inferir, estas relações expressariam também uma mudança — ou o seu desejo de mudança — em termos dos modos de regulação entre capital e trabalho. Enquanto anteriormente sindicatos pressionavam o Estado para que este regulasse as relações de trabalho e garantisse através de impostos um salário indireto, na atualidade o discurso da

---

<sup>193</sup> Estratégia bem sucedida quando se observam as matérias publicadas em nível nacional por jornais como *La Nación* e o seu suplemento mensal “Comunidad”, além das diferentes matérias aqui citadas em relação às “parcerias” do MTD (LUDUEÑA, 2005; TOSI, 2005).

<sup>194</sup> Declaração de Soledad Bordegaray, FUM, Rio de Janeiro, março de 2010, tradução minha.



desregulação pede incentivos para os investimentos privados, e as empresas preferem colocar diretamente recursos restritos e condicionados em “projetos sociais” de forma a cumprir a sua “responsabilidade”. Isto é claro nas formas em que jornais tradicionalmente próximos aos interesses de entidades empresariais interpretam e divulgam essas ações.<sup>195</sup> Paradoxalmente, ou nem tanto, as ajudas diretas e quantificáveis dos *projects* aparecem junto com uma crítica às formas de intervir do Estado na qual coincidem o MTD e os empresários: o Estado não conseguiria ser “transparente” nem “eficiente”, dada as suas práticas “corruptas e mafiosas”.

**(ii) Do direito universal ao benefício individual e temporário:**

A proposta de ter parceiros nos setores de baixa renda para atingir resultados quantificáveis e divulgáveis não é exclusividade dos setores empresariais; também está presente, e com força, em políticas de governo, dentro do paradigma — defendido entre outros pelo Banco Mundial — de ações de baixo para cima contra a exclusão e a pobreza.<sup>196</sup>

No caso da Argentina, e como já observamos nos dois capítulos anteriores, a partir da década de 1990, muitos dos recursos que o Estado coloca para os setores dominados passam a ser regidos por políticas sociais focalizadas: somente os indivíduos comprovadamente “excluídos” têm um benefício temporário em função de contraprestações, convertendo-se o trabalhador em pobre a ser aliviado.<sup>197</sup>

Nos nossos prismas de estudo, se as organizações se opunham aos *planos* no começo da década de 2000, a APROFA não por isso deixava de se articular com programas como o “*Manos a la Obra*” (Cf. Cap. 5) e, como acima indicado, aderiria

---

<sup>195</sup> Ver, entre outras matérias já citadas, Tosi, 2005.

<sup>196</sup> Ver Banco Mundial, 2003; e Lo Vuolo, 1999.

<sup>197</sup> Ver a análise do Cap. 4 e a pesquisa de Manzano, 2009. No mesmo sentido, pode ser citada Svampa, quando adverte que, na década de 1990, se instala uma tendência que se intensificaria na segunda metade da década de 2000: “Nos anos 1990 se produz uma inflexão, na medida em que o processo de empobrecimento e territorialização foi acompanhado pela implantação de um novo modelo de gestão, vinculado ao discurso neoliberal e o mandato dos organismos multilaterais. Este modelo articulou-se sobre três pressupostos centrais: a divisão do trabalho político através da profissionalização das funções, a política de descentralização administrativa e a focalização da ajuda social. Esses eixos foram a chave para a reformulação, a partir do Estado, da relação com as organizações sociais, peronistas e não peronistas [...] novas estratégias de intervenção territorial foram produzindo um tecido social no qual se inseriram as organizações comunitárias, cada vez mais dependentes da ajuda do Estado” (SVAMPA, 2008, p. 176, tradução minha).

mais recentemente, de maneira ativa, ao programa “*Argentina Trabaja*”, que se fundamenta no auxílio a um trabalho não assalariado, restrito no tempo e sem garantias de estabilidade.

Se, numa primeira leitura, a organização que recebe os recursos aparece como o beneficiário mais evidente, o Estado também se beneficia e precisa dessa relação. Como indicam etnografias e análises já citadas sobre as consequências das políticas focalizadas, estas requerem intermediários concretos para poder “focar” — procurando, selecionando e acompanhando os beneficiários (MANZANO, 2009; LO VUOLO, 1999; SVAMPA, 2008). Nesse sentido é que os gestores públicos precisam, e cada vez mais, dos “*referentes de bairro*” (MANZANO, 2009) e de organizações que, como a APROFA, conseguem enraizar-se no cotidiano das pessoas. Ainda mais, como agentes que “atuam na ponta”, eles são chave para que os *projects* das políticas ofereçam resultados palpáveis, passíveis de serem relatados oficial e formalmente pelos gestores públicos como ganhos no combate ao desemprego e à pobreza. Isto, aliás, não acontece somente em relação às políticas de “trabalho e renda”, mas também na área de formação na qual a APROFA, assim como o MTD, atuam. Como bem percebido pelas lideranças da escola *Creciendo Juntos*, normas como a recente *Ley de Educación Federal* — nº 26.206, promulgada em 2006 — exigem das autoridades públicas um crescimento expressivo em número de matriculados para os quais os estabelecimentos públicos não dão conta, e que os privados tradicionais excluem em termos de taxas. Dessa forma explicam que “as autoridades do ministério da Educação da província de Buenos Aires ficam desesperadas por atingir suas metas, e têm decidido e pressionado por apoio a ações para o que lei denomina ‘estabelecimentos de gestão social’ onde entraríamos nós e os bacharelados de adultos, entre outras tantas iniciativas”.<sup>198</sup>

Se no MTD esses recursos públicos são explicitamente rejeitados, isto não os libera de apoios que, de forma indireta, se originam em financiamento estatal. Não só porque as ações empresarias de responsabilidade social sejam passíveis de deduções fiscais, mas porque, em seu caso, muitas das fundações que os apoiaram para financiar o começo de suas atividades eram sustentadas com recursos de países centrais, principalmente da Europa (ver Quadros 2 e 9, Cap. 5). Assim, também como expressão dos novos tempos e do espírito do capitalismo na gestão

---

<sup>198</sup> Entrevista com lideranças da *Creciendo Juntos*, janeiro de 2010, tradução minha.

estatal, recursos públicos em nível internacional são intermediados por ONGs e fundações encarregadas de “focar” seus auxílios.

No que coincidem todas estas articulações é no fato de que o que antes era reconhecido como direitos do trabalhador passa, a partir das propostas vindas do Estado, das fundações e também das organizações, a ser considerado como benefícios temporários, e não universais, para melhorar as condições de vida. Ainda mais, e como bem denunciam no MTD, trata-se de apoios marcados pela exigência “constante e bem intensa de ter que ter sustentabilidade... ambiental, ética, econômica, e não sei quantas coisas mais, o tempo todo e para qualquer tipo de pedido da nossa parte”.<sup>199</sup>

### **(iii) Do trabalhador ao bom empreendedor**

Tendo como “parceiro” o Estado e as suas políticas focalizadas, fundações que procuram “aliviar a pobreza” ou empresários que querem ser “socialmente responsáveis”, observa-se que, tanto no MTD quanto na APROFA, lideranças e alguns membros acabam se transformando em especialistas na arte de elaborar, aprovar e gerir *projects*. Assim, no MTD, muitos de seus membros explicam o crescimento da organização “por mostrar resultados, com transparência, e demonstrando eficiência, o que nos dá muito orgulho”. Na APROFA, orgulham-se “por saber aproveitar as oportunidades e criar trabalho de forma concreta”. Se, como já mencionado, lideranças reconhecem “que é uma relação tensa na qual temos de estar espertos para manter nossos princípios”,<sup>200</sup> do lado dos dominantes jornais tradicionais e agências multilaterais enfatizam a importância do “espírito empreendedor” dos mais pobres. Se no MTD e na APROFA sublinham publicamente a sua condição de trabalhadores e a sua relação com tradições de luta e outras organizações no presente, em meios como *La Nación* ressaltam-se, ao contrário, as vantagens de “deixar de bloquear estradas” e passar “a produzir” e a “empreender”.<sup>201</sup> Algumas matérias provocam a irritação de membros do MTD, como as já citadas e que ironizavam a abertura de “um alojamento para militantes e

---

<sup>199</sup> Declaração de Soledad Bordegaray, FUM, Rio de Janeiro, 25 de março de 2010, tradução minha.

<sup>200</sup> Entrevista com liderança do MTD, maio de 2005, tradução minha.

<sup>201</sup> Ver TOSI, 2005, op. cit.

pesquisadores estrangeiros e companheiros” como “uma forma de férias e turismo piquetero”.<sup>202</sup>

A disputa por divulgar o “empreendedor”, em detrimento do “trabalhador”, pode ser entendida como parte da luta simbólica pela capacidade de nomear e interpretar (BOURDIEU, 2004). Esse confronto no campo simbólico aparece também quando esses mesmos jornais enumeram as ações do MTD e de outras organizações dos subúrbios e narram a sua trajetória. Assim, aparecem as histórias pessoais de “lideranças fora de série” que conseguem dar trabalho e comida a seus vizinhos, sem qualquer menção à sua formação e às ações políticas e às suas opções de classe.<sup>203</sup> Graças ao espírito empreendedor, flexível e aberto a alianças, segundo essa visão, grupos com essas lideranças — que viram heróis — conseguiriam sair da “exclusão social”.

**(iv) Do Projeto Nacional com trabalho de bairro ao desenvolvimento local:**

Como acima adiantado, a tensão entre os Projetos das organizações e o novo espírito do capitalismo concretizado nos *projects* articula-se e revela-se em termos de processos de territorialização. Como resume Vainer, uma crítica e um abandono ao território nacional em favor do enaltecimento do âmbito “local” e mais restrito aparecem tanto em organizações auto-gestionárias quanto em grupos ligados a setores dominantes da sociedade:

[...] por mais opostos que sejam os horizontes do neolocalismo competitivo e os do neolocalismo autogestionário e libertário, num ponto a convergência é notável: a rejeição da escala nacional e do Estado nacional como campo e ator predominantes da ação política. Que se esteja à busca de uma forma de assegurar a incorporação do local ao movimento do capital global ou de uma forma de combater radicalmente, a partir do local, este mesmo movimento, a escala nacional é vista como inadequada. (VAINER, 2002, p. 20, grifos meus).

---

<sup>202</sup> Ver Artusa, 2005, e Folha de São Paulo, 2005.

<sup>203</sup> Ver, entre outras, a matéria FERNÁNDEZ DÍAZ, J. Un hombre solo contra la mafia y la miséria. Historias con nombre y apellido. *La Nación*, Buenos Aires, 27 jun. 2009. Disponível em: <[http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota\\_id=1144058](http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota_id=1144058)>. Acesso em: 30 jun. 2009, onde se relata, com registro individualizado e heroico, as ações da Fundação Pelota de Trapo, que, entre outras coisas não destacadas por essa matéria, se articula numa ampla rede nacional no *Movimiento Nacional de los Chicos del Pueblo* e que, entre outros, tem relação com o MTD La Juanita e conta com o apoio fundamental da CTA.

Começando pelos dominantes, e como já advertido, a lógica dos *projects* envolve, em termos de território, um estímulo a ações não só bem limitadas no tempo, mas também restritas a espaços menores e passíveis de serem “geridos”. Assim, sem maiores precauções conceituais, programas de governo, de agências multilaterais de ONGs e empresas “socialmente responsáveis” referem-se indiscriminadamente a “ações territoriais”. O termo território utiliza-se, como aliás fazem não poucos pesquisadores (Cf. Cap. 4), como sinônimo de pequeno, e onde o “desenvolvimento local” seja possível. Em outras palavras, com Vainer (2002) e Swyngedow (1997), pode-se entender que o espaço pequeno e reduzido aparece como a escala priorizada pelos dominantes, não tanto para os embates, mas para ocultar os conflitos e as relações de dominação. Em forma análoga à passagem do *trabalhador ao empreendedor*, a naturalização restrita e fixa do “local” da ação — como dada e evidente — é parte do próprio processo de dominação, como bem explica Bourdieu no seu *O poder simbólico* (2004) e lembra Vainer sobre as escalas da ação dominantes no neoliberalismo e cuja própria constituição tenta tornar opaca.<sup>204</sup>

É justamente nesse campo que se articula, de forma não menos tensa e com outros objetivos, a proposta de ação “de bairro” (*barrial*) das organizações. Como foi analisado, mesmo que construídos de forma diferente em termos relacionais e políticos, os *bairros* propostos pela APROFA e pelo MTD coincidem em ser a escala priorizada para o trabalho cotidiano com os vizinhos, para desenvolver outras formas de trabalho e sustentar, com ações educativas, seus Projetos de transformação. Nesses Projetos, ainda mais, reafirmam a sua identidade como trabalhadores. Ao se concentrar no *bairro* e se articular com *projects* de ajuda e programas com foco, tanto o MTD quanto a APROFA acabariam por reformular essa identidade quando a escala do Projeto Nacional, clara nas lutas prévias à ditadura, é substituída em termos de importância pela ação e mudança “concreta no bairro”. Não se trataria

---

<sup>204</sup> “Bourdieu (1998) foi extremamente feliz ao desvelar a eficácia dos discursos sobre a inevitabilidade da globalização neoliberal como mecanismo para fazer avançar a globalização, numa espécie de profecia autorealizada — profetas que atuam para que suas profecias se concretizem [...] Ora, se tal ou qual processo parece inevitável e sem alternativas, é porque, como disse Bourdieu (1998, p. 34), há um poderoso aparato que inculca ideologias e banaliza os processos. Ao eliminar a possibilidade de escolha, esse exercício do poder simbólico lança a política ao lixo da história e nega a própria historicidade do momento vivido — sem alternativas não há mais história, apenas a reprodução do existente num futuro que, na verdade, já deixou de sê-lo para transformar-se apenas num presente contínuo.” (VAINER, 2006, p. 17-18).

mais de brigar e conseguir direitos universais no âmbito nacional dentro de um Projeto Nacional. Ao contrário, parecem ter de se limitar a exigir e gerir benefícios individuais e recursos temporários dos *projects*, no âmbito mais restrito do seu bairro. Se outros “bairros” conseguem iguais benefícios, isso está fora de seu campo de ação e muito além dos *projects* com os quais conseguem se articular.

Essa tensão, entretanto, é reconhecida e criticada pelas organizações e influencia na construção de seus Projetos quando, como acima observado, ambas procuram ganhar “escala nacional”, para replicar e articular o seu *bairro* — fazer Juanitas no MTD — ou agir no cotidiano para gerar influências também nacionalmente, como “parte do movimento nacional”, ou recuperando e enfatizando o seu caráter “operário” — no caso da APROFA. Desse modo, enquanto os *projects* dominantes parecem fugir de uma articulação mais constante no tempo e no espaço — fiéis ao *novo espírito* do capitalismo —, as organizações procuram recriar o caráter nacional de seus Projetos, sem abandonar a sua construção a partir do *bairro*, em tensão e contradição com esses *projects*.

### 6.3. OPACIDADES E DISPUTAS NA LEITURA DOS CONFLITOS E DAS CLASSES

Antes de passar às conclusões desta tese, podem ser esboçadas algumas primeiras considerações com os dados expostos neste Epílogo.

Tendo procurado não julgar as construções das organizações, mas entender com elas a expressão de mudanças na ação coletiva na Periferia, na análise de suas trajetórias recentes tornaram-se mais visíveis as suas articulações e tensões com grupos dominantes. Na tradição de luta de classes na Argentina, que estas organizações reivindicam, era clara a distinção de uma classe trabalhadora contra o capital num Projeto Nacional (Cf. Caps. 2 e 3). Esse conflito era mais evidente não somente em termos das ações dos trabalhadores, mas também dos discursos e das práticas das entidades da classe empresarial e dos grandes proprietários rurais. Do mesmo modo, essas disputas aconteciam dentro do Estado, ou em relação ao Estado, e se expressavam com políticas orientadas para favorecer ou obstaculizar os avanços da classe trabalhadora. Na década de 2000, entretanto, esse confronto é muito mais opaco. Não somente pelo declínio do trabalho assalariado em termos sociais e políticos, mas também pela configuração, a ele associado, de um *novo espírito do capitalismo*. Recursos, valores e práticas concretas, seja do Estado, das

empresas ou do chamado “Terceiro Setor” são “a-classistas”, isto é, não se apresentam como sendo a favor ou contra os trabalhadores, mas, sob a forma dos *projects* que rejeitam a categoria classe, se vêm como flexíveis e recusam conceitos e noções que poderiam contribuir de alguma maneira para explicitar ou tornar visíveis conflitos ou ideologias. Preferem parcerias, consensos, metas e performances, resultados concretos ou, em termos do Banco Mundial, ações e situações *win-win*, nas quais todos os diferentes interessados — *stakeholders* — ganham. Ainda mais, quando tratam dos setores dominados, preferem referir-se a excluídos que devem ser trazidos de volta para a sociedade, gerando resultados dignos de serem publicados em relatórios de empresas socialmente responsáveis ou de ministérios encarregados do “social”, ou, então, suprema glória, serem premiados em algum concurso de “*best practices*”.

Para entender melhor essa tendência e os desafios que coloca à ação coletiva, pode-se citar a análise de Ananya Roy (2006). Essa pesquisadora, numa reflexão a partir do centro do capitalismo, traz alguns elementos para combater essa opacidade quando discute os limites e as possibilidades da *práxis* dentro da hegemonia neoliberal e as ações das suas instituições com sede em Washington. Ela se pergunta, especialmente, em que medida ações radicais conseguiriam ser realizadas nos marcos dessa hegemonia e em relação direta com as suas instituições dominantes: “[...] será que não é possível subverter os objetivos imperiais dessas instituições, trabalhando para elas? Trata-se de um dilema ético que chamo de ‘*band-aid myth*’ [...]” (2006, p. 12-13, tradução minha). Preocupada com o lugar dos planejadores urbanos e dos movimentos sociais, entende que muitas das ações de ajuda humanitária e cooperação podem ser melhor entendidas como formas de manter um *ordem moral liberal*, onde a liberdade está associada à liberdade de mercado. Dessa forma, e não por acaso, mostra como os pobres de programas de agências multilaterais são entendidos — e encorajados a ser — empreendedores heroicos:

[na ordem moral liberal] o sujeito de tais liberdades é uma identidade auto-governante, liberada pelo dismantelamento do [Estado do] Bem-Estar, pelos acordos de livre comércio, **livre para ser o pobre empreendedor, e não o proletário fora de moda**. Caracterizei essas formas de produção de sujeitos como a estetização da pobreza, **uma narrativa heroica da liberdade que é um elemento integral do neoliberalismo** [...] (ROY, 2006, p. 16, tradução minha, grifos meus).

A articulação de planejadores e movimentos com esse tipo de ações não tem para Roy, entretanto, uma resposta unívoca. Segundo a autora, o que define e problematiza a sua ação é a *duplicidade (doubleness)* entre acabar agindo em convivência e cumplicidade com a ordem moral liberal ou, pelo contrário, conseguir subverter essa ordem moral liberal, explorando os seus limites e realizando ações radicais.

Em tempos de império, é possível utilizar a noção de duplicidade para pensar sobre a simultaneidade entre cumplicidade e subversão? É importante notar que a ética da duplicidade não é a ética da negação (ROY, 2006, p. 23, tradução minha).

Nesse sentido, podem-se observar as tensões e contradições da ação das organizações em estudo. A análise das ações do MTD e da APROFA sugere que por trás desses *projects* se articulam visões de setores dominantes que acabariam por esconder as relações de dominação. O caráter opaco dessas relações fica difícil de combater analiticamente quando as práticas concretas envolvem a colaboração dos membros das organizações com “o companheiro que ocupa um cargo de gestão na área social e briga pelos programas” ou “o empresário que nos conheceu e decidiu de todo modo ajudar uma cooperativa com os nossos princípios”.<sup>205</sup> Passa a ser mais claro, entretanto, quando as organizações explicitam uma reformulação de seus Projetos e suas estratégias escalares, ao tempo que reclamam das visões que sobre eles são divulgadas por empresas tradicionais de comunicação, que os colocam como bons empreendedores, produto de ações heroicas, ou, no caso da APROFA, preferem ignorá-los ou agregá-los à massa uniforme e nunca precisa de “ações da política clientelística do *Conurbano*”.<sup>206</sup>

No campo acadêmico, não se supera essa problemática quando se prefere entender as ações coletivas na Periferia de Buenos Aires à luz da perspectiva da exclusão, que em alguns casos confunde a mudança nas formas, historicamente determinadas, de construção de identidades de classe com o fim das classes e, por consequência, da luta de classes (Cf. Caps. 4 e 5). Também não parece ser uma resposta satisfatória quando se reconhecem essas lutas, mas se simplificam as suas

---

<sup>205</sup> Entrevistas em janeiro de 2010 com lideranças da APROFA e lideranças e membros do MTD, respectivamente.

<sup>206</sup> Ver os já citados artigos de *La Nación*: DI NATALE, 2010a, e FERNANDEZ DIAZ, 2009.



mudanças no manto da fragmentação. Esse entendimento, aliás, parece estar próximo às intenções dos *projects* e do *novo espírito do capitalismo* que os dominantes pretendem estabelecer. É distante, entretanto, da proposta dos setores dominados em luta quando afirmam que, talvez paradoxalmente, o declínio do salário como vínculo dominante os faz perceber “que o que nos une mais do que nunca é a luta por trabalho para todos, e não mais fazer lutas específicas por melhorias em categorias de operário como fazíamos antigamente”.<sup>207</sup>

---

<sup>207</sup> Entrevista com Victor De Gennaro, CECEÑA, 2001, tradução minha.

## CONCLUSÕES

Os Projetos construídos pelo MTD La Juanita e pela APROFA foram os prismas de estudo a partir dos quais se discutiram as mudanças e permanências da ação coletiva a partir de dominados na Periferia de Buenos Aires na década de 2000. As chaves de leitura para essas indagações foram os processos de luta de classes e de territorialização expressos nas práticas cotidianas, nas ações públicas — também discursivas — e nas trajetórias e tradições das duas organizações e dos seus membros. Foi priorizada, a partir desses caminhos, a discussão das relações das organizações com outros sujeitos e de como determinações mais gerais ganhavam especificidades nas suas ações concretas. Como casos de estudo, procurou-se trazer com eles não conclusões gerais e unívocas, mas um enfoque com resultados constatáveis para o debate científico e político, num contexto histórico em que as classes parecem ter desaparecido e o território se tornado sinônimo de espaço restrito e isolado num contexto de *exclusão social*.

Com esse intuito, foram escolhidas como *prismas* duas organizações que tivessem nas suas ações mais visíveis uma ênfase na ação no *bairro*, na *autonomia* diante de instituições políticas tradicionais e na construção de formas de trabalho não salariais — cooperativas — a partir da sua caracterização como “exercidas por desempregados”. Tratava-se, portanto, não de casos isolados, mas de parte de um universo mais amplo de pequenas organizações chamadas de *autonomistas* e *territoriais*, geralmente agregadas dentro do ainda maior e mais heterogêneo conjunto de organizações *piqueteras*. Nossos prismas, não por acaso, localizavam-se na Periferia de Buenos Aires, área onde as ações coletivas mais visíveis tiveram o seu maior desenvolvimento, além de concentrarem a rica discussão científica sobre a relação entre ação coletiva e território. Como *prismas* e não casos genéricos e generalizáveis, e como advertido na Introdução, deixaram fora de foco algumas questões específicas de organizações também relevantes para a discussão da classe e do território na ação coletiva, como as então grandes organizações *piqueteras* nacionais, que, desde o início, aceitaram articular-se com o Estado a partir de planos de transferência de renda e ocupação temporária. Observou-se também que o fato de a APROFA e o MTD não terem sido parte das organizações de classe mais tradicionais no começo da década não significa que estas tivessem

desaparecido. Ficaram, sim, fora do recorte desta investigação, requerendo estudos específicos, alguns já publicados, para entendermos como essas expressam também mudanças e continuidades no processo de luta de classes na Periferia portenha.

Como apresentado na Introdução, a irrupção e a visibilidade públicas de diversas ações coletivas junto à eclosão da crise socioeconômica de 2001 provocaram um grande estranhamento nos âmbitos político e acadêmico. Setores de classe média organizados fora dos partidos — nas *assembleias de bairro* — e trabalhadores fabris atuando com independência dos sindicatos — nas *fábricas recuperadas* — provocaram maior surpresa quando ganhavam em número e sucesso nas suas reivindicações, especialmente no caso das segundas. O estranhamento foi ainda maior quando quem se organizava eram pessoas desempregadas e residentes no *Conurbano*, a Periferia histórica da sempre elegante Capital Federal. Afinal, nesta Periferia supostamente dominavam o *clientelismo* e a *violência*, num campo de relações de dominação que normalmente impediria a ação coletiva. Era este, entretanto, o lugar de onde partiam e se faziam visíveis organizações de desempregados e com Projetos de transformação.

Observando-se as mudanças estruturais mais gerais a partir da década de 1990, e em alguns poucos casos incluindo também uma rápida leitura da história da luta de classes na Argentina, foi quase imediato consenso nas ciências sociais que não se tratava de ações de *classe*, mas formas novas de ação e de resistência à *exclusão social*. Elementos mais superficiais das organizações em estudo, descritos no primeiro capítulo desta tese, pareciam numa primeira leitura dar razão a esses diagnósticos. Na APROFA e no MTD, como em tantos outros casos, os que agiam eram desempregados, estavam fora de sindicatos e partidos e também da fábrica, o lugar supostamente inexorável da organização e da luta dos trabalhadores, tal como ensinavam os manuais *clássicos* nos países centrais. No seu discurso mais divulgado, as organizações de desempregados não se opunham ao patrão; somente queriam trabalho. Se a força dos fatos ajudava a quebrar um velho senso comum sobre a não-capacidade de ação dos dominados, parecia não ser o suficiente para que as ciências sociais argentinas — em seus estudos de referência — enfrentassem também as mais recentes análises sobre o fim do trabalho e da sociedade salarial e as suas supostas consequências em termos de organização política. Pesquisas históricas e com dados bem fundamentados mostravam o

declínio do trabalho assalariado em termos econômicos a partir da última ditadura militar, revertendo o padrão argentino de sociedade salarial, diferente, mas não tão distante, para muitos autores, das referências europeias. Mais importante ainda, o estudo da ação política mostrava o grande golpe dado pela ditadura, com mais de trinta mil desaparecidos do âmbito intelectual, sindical e partidário e que detinham um nível de organização e grau de confrontação não recuperado no retorno da democracia. Como elemento quase definitivo, a década de 1990 viu a implantação da agenda neoliberal de reformas estruturais a partir da qual o Estado consolidava um novo regime de acumulação e novos tratamentos da questão social já esboçados na última ditadura. Para os analistas do começo da década de 2000, ansiosos por explicar as novidades da ação coletiva, parecia haver, de fato, poucos elementos históricos e historiográficos para que ousassem falar de *classe*.

Procurando nesta tese discutir esse novo senso comum, a análise mais demorada dos elementos visíveis dos nossos prismas de estudo, em companhia da leitura de outras pesquisas etnográficas, indicava já no primeiro capítulo elementos de uma tradição de classe. Parafraseando Topalov,<sup>208</sup> apareciam aí não somente valores e pensamentos, mas também pessoas concretas, participantes de lutas anteriores e que eles interpretavam em registro da *clase trabajadora argentina*. Antigas lideranças sindicais e de organizações de “bairro pela revolução social” da década de 1970 eram parte do MTD e particularmente influentes na APROFA. Em ambas as organizações, como em muitas outras, era fundamental o apoio de organizações como as *Madres de Plaza de Mayo*, com princípios socialistas e de educação popular. Não somente nas entrevistas para esta pesquisa, mas também nas suas publicações e nos seus boletins, os membros das organizações faziam referência a uma identidade de classe, tanto ao falar de conflitos históricos e emblemáticos — como a “Semana Trágica” da década de 1910 e principalmente as lutas contra a ditadura —, quanto para as formas de agir, em referência ao trabalho *basista* de três décadas antes. Por outra parte, mesmo que as leituras na mídia e na academia sublinhassem a sua condição de *desempregados*, os casos de estudo reivindicavam a sua condição de *trabalhadores*. Contrariando os paradigmas dos

---

<sup>208</sup> Ver TOPALOV, C. Da questão social aos problemas urbanos: os reformadores e a população das metrópoles em princípios do século XX. In: RIBEIRO, L. C. Q. e PECHMAN, R. (Orgs.). *Cidade, povo e nação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996, p. 23-51.

países centrais, propunham lutar pelo trabalho *fora da fábrica* ou, como sintetizara o sindicalista De Gennaro, fazer *do bairro a nova fábrica* em termos de espaço de luta e criação de identidade, num Projeto que reintegrava a luta pelas condições de vida e de trabalho.

Com esses elementos, esta tese propôs que, longe da resposta mais linear e taxativa do *fim das classes*, se tratava de melhor indagar acerca das mudanças e continuidades da luta de classes, tendo como ponto de apoio a leitura dos processos de territorialização. Em outros termos, trata-se de fugir da velha armadilha da relação mecânica do marxismo vulgar, entre estrutura econômica e superestrutura cultural e política, implícita nas análises que, diante o crescimento de desemprego, anunciam o fim da classe operária, já que não existiriam mais a prática e o lugar, isto é, as condições “objetivas” que instauram e reproduzem a identidade que funda os interesses e/ou o comportamento canônicos de classe. Em contraposição, e seguindo o pressuposto de E. P. Thompson sobre o caráter relacional, histórico e processual da luta de classes, nesta tese optou-se por analisar a construção do Projeto político das organizações, em sua relação com outros e a partir da sua condição de dominados e moradores da Periferia.

Com esse intuito, o segundo capítulo buscou retrair o passado de lutas de classes que aparecia nas práticas das organizações e na conformação territorial do entorno no qual procuravam agir. Tendo como pistas e indícios os próprios discursos dos membros da APROFA e do MTD, foram observadas as primeiras articulações de socialistas e anarquistas nos bairros em formação da Buenos Aires de começos do século XX. Neles, e com um discurso — teoricamente mais comportado — de classe, eram criadas associações, cooperativas e bibliotecas para agirem no *bairro*. Nesse sentido, decorrido mais de meio século, tais experiências e retóricas continuavam a ser evocadas e a inspirar a APROFA e o MTD. É certo que esta herança remetia a uma importante diferença: ela dizia respeito a um Projeto internacional — e nesse sentido universal — de transformação em favor dos trabalhadores, em clara oposição ao capital e aos patrões. Continuando o percurso histórico, foi possível acompanhar o desenvolvimento do *Conurbano* de Buenos Aires, processo de construção de uma Periferia que se constituía como lócus inquestionável da luta de classes. Não por acaso, foi a partir desta Periferia que surgiram as multidões que deram sustento ao Projeto Nacional e Popular do movimento peronista. Tratava-se da transformação das identidades de classe antes

construídas por socialistas e anarquistas, não somente nos bairros mas também nos cada vez mais importantes sindicatos das indústrias dos subúrbios, já antes da década de 1940.

Com o peronismo, o Estado intervinha de forma explícita na questão social, e os bairros do *Conurbano* se expandiam cada vez mais, junto com a indústria nacional e os investimentos públicos para o suprimento dos bens de consumo coletivo — transporte, saneamento, educação e saúde. Em termos de ação política, enquanto no bairro o Estado agia no cotidiano a partir de uma rede pessoalizada ligada ao partido — com a consolidação dos *punteros* —, o trabalhador militava na fábrica a partir de uma organização nacional claramente hierarquizada. O espaço privilegiado de manifestação pública era a praça pública, central e nacional — a *Plaza de Mayo* — junto ao líder, Perón, desafiando as antigas e tradicionais elites há tempos instaladas na elegante Capital Federal. Junto com a consolidação do *Conurbano*, portanto, originava-se o que viria a ser o *Outro* mais explícito da ação da APROFA e do MTD no começo de 2000: os valores e as práticas do peronismo na Periferia e as históricas relações hierarquizadas com o Estado.

No Capítulo 3, a análise de referências de afinidade de ação — com as cooperativas e associações de bairro socialistas — ou de oposição — às relações com *punteros* peronistas — deu lugar a elementos ainda mais ativos nos Projetos da APROFA e do MTD quando se observaram, primeiro, as ações de resistência, e, segundo, as de base para a revolução social no *Conurbano bonaerense*. A resistência peronista, na década de 1950 e fundamentalmente nos subúrbios de Buenos Aires, aparece de fato como uma referência citada por membros de ambas organizações. O trabalho de *base* é ainda mais presente, sendo que muitas lideranças das organizações — e daqueles que mais as influenciam — participaram de ações que tinham como ideal “a revolução social e nacional” e como lugar de ação “o cotidiano, na base dos bairros e das fábricas”. Esse trabalho *basista*, segundo foi analisado nesse mesmo capítulo, era feito por diversas organizações autoreconhecidas como de esquerda, algumas ligadas a espaços — minoritários — da Igreja católica, e muitas outras aderentes, em diversos graus, ao ideário da *clase trabajadora peronista*. Nestas ações, o trabalho cotidiano era priorizado tanto no “chão de fábrica” quanto na “rua do bairro”, opondo-se a relações hierárquicas mais amplas e, particularmente, à “burocracia sindical” entendida na época como reacionária. Os Projetos da APROFA e do MTD, segundo foi acima lembrado,

reconheciam uma influência e uma afinidade diretas com essa proposta de trabalho *basista* e no bairro. Diferenciam-se, entretanto, explicitamente, do ideal da tomada “revolucionária do poder”, vista como bem intencionada, mas equivocada, estratégia, que devia ser substituída pelo trabalho cotidiano, na direção das transformações nos valores e nas práticas das pessoas no dia-a-dia do bairro. É nesse sentido que o *bairro* dos Projetos dos nossos prismas de estudos não era mais uma base da Revolução Nacional, mas um território a ser construído, isto é, transformado. Em sintonia com as análises mais gerais, os casos de estudo também mostraram a última ditadura militar como um momento de derrota das lutas da *clase trabajadora*. Lideranças sindicais, mas também de bairro, foram eliminadas, pela desapareição forçada ou pelo exílio, ao mesmo tempo em que no *Conurbano* começava o declínio das fábricas e o surgimento de grandes centros comerciais e vias de acesso pedagiadas entre o Centro e a Periferia.

Com o retorno da democracia, segundo foi observado ainda no terceiro capítulo, membros do MTD e das organizações que mais influenciaram a APROFA retomaram a participação política, e retomaram a ação nos subúrbios de Buenos Aires. Fizeram-no em atividades de educação popular ou de fornecimento de bens e serviços considerados básicos. Dessa forma, formaram parte do que diversos estudos caracterizam como um universo de organizações de bairro, que procuravam recriar espaços de participação e atuavam onde o Estado estava enfraquecido, após a ditadura e durante uma década de fragilidade financeira fiscal notória. Apareciam nesse momento, aliás, as primeiras articulações entre pequenas organizações atuantes no bairro e um Estado interessado em paliar o que se entendia como “as necessidades mais básicas”. A década de 1990, como se viu no Capítulo 4, foi o momento de inflexão definitivo na estrutura social argentina, quando novas formas de articulação entre Estado, mercado e sociedade eram definitivamente implantadas, como expressão da hegemonia da agenda de reformas neoliberais. Diante delas, as instituições de classe tradicionais — grandes partidos e sindicatos — não só não apresentaram maior resistência, como atuaram muitas vezes como sócios estratégicos. Na Periferia de Buenos Aires, os contrastes entre pequenos espaços privilegiados e fechados e os antigos bairros de trabalhadores eram cada vez maiores, cada vez mais periféricos em termos sociais, gerais e territoriais. Este processo tornou-se ainda mais agudo em razão da privatização dos bens e serviços antes do acesso coletivo e do fomento a investimentos privados para consumo

seletivo. Como se mencionou nesse mesmo capítulo, os trabalhadores passavam a ser cada vez mais transformados e reconhecidos como pobres, e eram cada vez menos visíveis em termos de ação política. Esses contrastes, aliás, levaram a que uma grande maioria de analistas visse também, com termos primeiro importados da Europa e depois aceitos sem maior reflexão, uma *exclusão social*, com contingentes crescentes de população sem acesso a direitos e serviços antes considerados universais.

No capítulo quinto, prosseguiu-se a discussão da categorias *exclusão* e *excluídos*, a partir dos casos de estudo e com uma leitura crítica de estudos mais gerais. Concluiu-se que os bairros não eram excluídos, mas periféricos e dominados, no contexto de novas formas dominantes de territorialização e, de modo mais geral, novas formas de regulação social. Seus moradores estavam bem inseridos numa dinâmica social que exacerbava as condições de exploração e desvalorização de seu trabalho, ao tempo em que pioravam as condições concretas de vida dos trabalhadores. O trabalho cada vez mais precário e intermitente era a face mais significativa do que as estatísticas oficiais mostravam como “desemprego” e “subemprego” e que o vade-mécum neoliberal chama de “flexibilização do trabalho”. Em termos de disputas de valores políticos e culturais, o trabalhador desempregado era tratado cada vez mais como responsável individual pela sua situação e por ter ficado “fora” da sociedade, posto que “carente de empregabilidade” ou “pouco empreendedor”. Dessa forma foi observado como, não por acaso, o MTD surgia com um discurso de enfrentamento a essa classificação com seu lema “Da culpa à autogestão”.

Os estudos dos processos de territorialização nos subúrbios de Buenos Aires, assim como a investigação das trajetórias e da conformação social dos membros do MTD e da APROFA, mostraram que não se tratava de bairros de excluídos, nem tampouco a sua ação era simples reflexo, novo e reativo, do neoliberalismo. Eram, antes de mais nada, ações coletivas articuladas com outros sujeitos, carregando e transformando tradições de classe, no momento histórico e concreto da Periferia de Buenos Aires nas convulsionadas décadas de 1990 e 2000.

Além de trazer elementos para desvelar o senso comum da exclusão e do fim das classes, esse capítulo permitiu que se discutissem as leituras que, por conceberem território como sinônimo de pequeno (local), acabam por simplificar as mudanças que estavam em curso no padrão e no sentido da ação coletiva dos



dominados, e que passavam a ser vistas como um mero recuo ao bairro. Como se viu, os estudos de referência sobre ação coletiva e território nos subúrbios de Buenos Aires tendem em muitos casos a apagar a questão da luta de classes dentro do fim da sociedade salarial. Ademais, quase sempre, trazem como suposto, implícito, um entendimento do bairro como uma entidade com vida própria, predefinida e, mais, isolada e com a capacidade de dar refúgio aos excluídos. Esta tese procurou criticar tais visões. A partir de Haesbaert e outros, a reflexão conceitual apontou para a necessidade de considerar que o território, no caso o bairro, não está dado, como realidade em si, mas, ao contrário, se constitui a partir de relações que se tecem em complexos processos históricos — leia-se, também, disputas que se sucedem na História. Com essa compreensão, foram reconstruídos os processos de territorialização propostos pelos Projetos da APROFA e do MTD. Tal exercício permitiu ver o bairro de estudo surgir como uma construção social, coletiva, em relação com/a outros territórios e agentes e que envolve, portanto, relações e ações transescalares (VAINER, 2002 e 2006). Este é o bairro que, reconfigurado conceitual e historicamente, constitui parte fundamental dos Projetos das duas organizações estudadas.

Essas características ficaram ainda mais evidentes quando se compararam os aparentemente semelhantes Projetos da APROFA e do MTD. Mesmo sendo ambas as organizações “autônomas e de bairro”, partem de, e projetam, distintas articulações no seu entorno mais imediato e desenvolvem relações de escala também diferentes: uma, mais relacionada com a história do município e com os espaços “escalonados” de articulação — regional, provincial, nacional —; outra, agindo “no local”, para angariar alianças e apoios internacionais.

Por outro lado, foram as semelhanças nas construções territoriais dos nossos casos de estudo que ofereceram as primeiras pistas para se entenderem as mudanças e continuidades na ação coletiva dos dominados. Nem “excluídos” nem “des-classados”, procuraram desenvolver com empreendimentos cooperativos e ações de educação popular formas de trabalho e valores políticos de maior igualdade e participação. Buscavam reafirmar a sua condição de trabalhadores, contrariando a visão dominante que os classificava como excluídos e inúteis. Essa ação, entretanto, deu-se em momentos em que a fábrica fechava e, pode-se aqui afirmar, a sua luta concreta instaurava o bairro, locus de sua ação e, por

consequente, de sua constituição enquanto “classe ativa” (BOURDIEU, 2004) como a “nova fábrica” em termos identitários e de práticas cotidianas.

Como se enfatizou no sexto e último capítulo, é nas suas relações com os dominantes que as mudanças de classe aparecem de forma mais clara. Nesse sentido, foi desenvolvida a tensão entre os Projetos da APROFA e do MTD e os *projects* de agentes dominantes com os quais se articulam em tempos de um *novo espírito do capitalismo*. Os limites de uma ação centrada no bairro foram evidenciados e criticados pela própria ação das organizações que, como se mostrou, tentaram “ganhar escala”. Essa estratégia mais recente, aliás, demonstrou o caráter processual e socialmente construído das escalas, onde bairro e Nação tomaram novos contornos nos Projetos das organizações. Nessa mais recente tentativa, contudo, a APROFA e o MTD continuavam deparando-se com os *projects* da gestão no curto prazo, seja no âmbito dos programas ditos “sociais”, promovidos pelo Estado, seja nas ações chamadas “de responsabilidade social” de empresas e ONGs. A observação de um campo relacional mais amplo permitiu a visão de que por trás da suposta neutralidade dos *projects* se tenta impor a redução da ação política à *gestão*. Essa redução envolve outras tantas reduções: o trabalhador com classe que se reduz ao (micro)empreendedor; o direito universal que se reduz ao benefício individual; o conflito que se reduz à parceria socialmente responsável do empresário ou gestor público. Essa tendência dominante dos novos tempos, mais uma vez, é bem revelada nos processos de territorialização que procuram reduzir ainda a classe internacional ou nacional ao desenvolvimento local, entendido como limitado, quantificável, autônomo e livre de conflitos. Assim, os *projects* dos dominantes tentam definir uma escala “local” face à qual as organizações de dominados estudadas procuram construir o *bairro* de seus Projetos políticos.

Em outras palavras, se os seus Projetos procuram fazer com que o bairro seja a nova fábrica em termos de luta e identidade, as tendências dominantes do novo espírito do capitalismo tentam impor à sociedade os princípios pretensamente não ideológicos da gestão empresarial. E, nesse sentido, pode-se dizer que acabam propondo um bairro isolado, gestionário e gestionável, controlável e controlado, que seja eficiente e obtenha resultados, sempre quantificáveis, mas para cujos habitantes as transformações estruturais ou, se preferirmos, as mudanças do estado de coisas, não apenas seriam impossíveis, como até mesmo impensáveis. É nesse campo, portanto, que as organizações conseguem agir coletivamente e que

mostram as mudanças da ação de classe. A leitura dessas mudanças — e não haveria por que ser de outro modo — é também objeto de disputa. Os valores dos *projects* e uma certa idealização das ações e identidades de classe passadas tendem a sublinhar a *fragmentação* atual diante de uma pretensa *integração* anterior. Como também foi destacado no capítulo sexto, grandes e tradicionais empresas de comunicação preferem ler como ações heroicas individuais, isoladas, contra a pobreza e a favor do empreendedorismo o que esta tese se entende como ações coletivas de dominados na contemporaneidade. Essa mesma leitura é a que dá suporte mais ou menos explícito aos *projects* de ministérios sociais, empresas e ONGs, todos bem *focalizados*. Mesmo no campo do pensamento crítico, a fragmentação aparece como a resposta e o lugar comum para se tentar entender uma época que parece ter superado a modernidade: o Trabalho, o Estado Nação e também a ação coletiva já não são o que eram; estão fragmentados, o que por si negaria a continuidade de identidades e lutas de classe.

Numa seção de Conclusões, os bons costumes pedem não só que se questione e inquiete o leitor, mas também que se tome partido ou indique alguma direção para a discussão. Esta tese, portanto, opta por se opor à leitura da fragmentação e sugere, em seu lugar, seguir indagando-se acerca da leitura integrativa e relacional que os próprios protagonistas das ações em estudo propõem. No final do último capítulo citou-se Vitor De Gennaro a explicar que, justamente, foi o declínio do salário como relação estável e dominante o que impulsionou, e motiva ainda, a ação unificada — e mais geral — em torno da obtenção do trabalho, em suas palavras, “ter saído das pequenas lutas específicas de cada categoria” para se integrar numa questão mais geral de “trabalho para todos”.

Sem negar que o Trabalho, o Estado-Nação e as ações coletivas dos dominados mudaram um quadro, estas últimas podem ser lidas como proposta de transformação num momento em que o *novo espírito do capitalismo* combate a identidade de classe. Isto é, e como muitos clássicos já mostraram, a velha tentativa de impor uma ideologia escondendo a sua condição como tal, negando o conflito e a diferença de classes. Nesse novo contexto, que em termos econômicos conta com a ajuda do declínio do trabalho assalariado, a APROFA e o MTD expressam tentativas de manter, sim, uma identidade de classe trabalhadora — tentativas estas que têm como desafio, também, manter tradições e identidades brutalmente combatidas pela última ditadura militar e que organizações com as quais se vinculam — como as

Madres de Plaza de Mayo — tentam reconstruir, apesar das numerosas lideranças que já não estão e dos efeitos na sociedade de um duro processo de repressão. O cooperativismo continua como forma de desenvolver outras relações de trabalho, a educação popular procura dar outra formação aos trabalhadores e o *bairro* é o território em construção para se alavancar um Projeto com pretensões que vão ganhando escala. Todas estas ações realizadas, de todo modo, funcionam em tensão com as relações, práticas e os valores dominantes no novo espírito do capitalismo.

Os Projetos da APROFA e do MTD, sem esquecermos as suas diferenças, expressam, assim, a construção de Utopias Experimentais, no sentido dado por Henri Lefebvre, de ações concretas que experimentam transformações ideais na prática e que, portanto, vão construindo e mudando, a partir do erro, essas ações.<sup>209</sup> Ainda mais, e como dito por Peter Marcuse num debate de que participava também uma liderança do MTD, não se trata da aceção da Utopia como lugar Ideal fixo e impossível, mas do seu significado como transformação e construção constante na procura de um estado das coisas sempre melhorável.<sup>210</sup> Como foi observado nesta tese, as duas organizações foram transformando os seus Projetos, tentando manter uma identidade de classe, construindo a partir do bairro não um desenvolvimento local e isolado, como preconizam os *projects*, mas o suporte ou exemplo a replicar e articular para um Projeto Nacional.

Sem exclusão, e com classe, os territórios construídos pela APROFA e pelo MTD procuram, em tensão e relação com propostas de outros agentes, construir outros valores e outras relações. Expressam mudanças e permanências nas lutas de classes e as suas articulações territoriais. Motivam, em termos de agenda de pesquisa, o avanço no estudo dos conflitos de classe tal como propostos pelos dominados e que pretendem ser neutralizados e ocultados pelos agentes e pelas tendências dominantes. Incitam a não se esquecerem, mas a observar, as mudanças nos processos históricos e relacionais de *classe*. Estes aparecem como uma chave de leitura a ser ainda mais explorada em estudos de maior abrangência

---

<sup>209</sup> LEFEBVRE, H. Utopie experimentale: por un nouvel urbanismo. In: \_\_\_\_\_. *Du rural à l'urbain*. Paris: Anthropos, 1970, p. 129-140.

<sup>210</sup> Palestra e discussão na Conferência "É possível uma nova cidade? Práticas e utopias": Carlos Vainer, Edgar Pieterse, Edmilson Rodrigues, Peter Marcuse, Soledad Bordegaray. Fórum Urbano Mundial. Rio de Janeiro, 25 de março de 2010.

espacial e temporal, superando os limites de uma tese individual. Do mesmo modo, a leitura também relacional, histórica e processual das territorializações oferece, juntamente com o conceito de classe, uma perspectiva analítica consistente para se revelarem as relações de dominação vigentes e as tentativas para a sua transformação. Estudos comparativos, a partir de um trabalho mais coletivo, surgem igualmente como uma perspectiva promissora, sobretudo se considerarem, e dialogarem com, estudos críticos já existentes na Periferia e se mantiverem um diálogo crítico com categorias e modelos clássicos construídos em, e para se refletir sobre, os países centrais.

Avançar na leitura crítica dos processos sociais na Periferia e trazer elementos para se valorizar e compreender a ação coletiva a partir dos dominados foi o objetivo desta tese. O que foi aqui oferecido — a partir da sua crítica — deve contribuir para continuarmos a olhar com estranhamento o estado das coisas, buscando sempre a sua transformação. Trata-se, afinal, de continuarmos experimentando.

## REFERÊNCIAS

- ALTIMIR, O.; BECCARIA, L. *Efectos de los cambios macroeconómicos y de las reformas sobre la pobreza urbana en la Argentina*. Buenos Aires: Universidad Nacional de General Sarmiento, Instituto del Conurbano, 1998. (Colección Investigación; Serie Informes de Investigación, n. 4).
- ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- ARENDDT, H. *Sobre la revolución*. Madrid: Alianza Editora, 2006.
- \_\_\_\_\_. *A condição Humana*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000.
- ARGENTINA. Ministerio De Desarrollo Social (MDS). Programa Ingreso Social con Trabajo: Guia Práctica. 2009. Disponível em: <<http://www.desarrollosocial.gov.ar/Planes/AT/default.asp>>. Acesso em 1 jun. 2010.
- AUYERO, J. *La política de los pobres: las prácticas clientelistas del peronismo*. Buenos Aires: Manantial, 2001.
- AZPIAZU, D.; NOCHTEFF, H. *El Desarrollo Ausente*. Buenos Aires: FLACSO/Tesis Norma, 1995.
- BARBOSA, R. N. C. *A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2007.
- BASUALDO, E. *Estudios de historia económica argentina: deuda externa y sectores dominantes desde mediados del siglo XX a la actualidad*. Buenos Aires: FLACSO/Siglo XXI Editores Argentina, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Concentración y Centralización del capital en Argentina durante la década de los 90'*. Bernal: UNQ, FLACSO, IDEP, 2000.
- BATTISTINI, O. (Coord.) *La atmósfera incandescente: escritos políticos sobre la Argentina movilizada*. Buenos Aires: Asociación Trabajo y Sociedad, 2002.
- BAYER, O. *La Patagonia rebelde*. Buenos Aires: Booket, 2007.
- BECCARIA, L.; GROISMAN, F. (Orgs.). *Argentina Desigual*. Buenos Aires: Prometeo Libros. Los Polvorines: UNGS, 2009.
- BECCARIA, L. *Empleo e integración social*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2001.
- BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. *El nuevo espíritu del capitalismo*. Madrid: Akal, 2002.
- BOLTANSKI, L.; DARRÉ, Y.; SCHILTZ, M. A. La dénonciation. *Actes de la Recherche en sciences sociales*, n. 51, p. 3-40, mar. 1984.

BONALDI, P.; DEL CUETO, C. Fragmentación y violencia en dos barrios de Moreno. In: FERRAUDI CURTO, M. C.; GRIMSON, A.; SEGURA, R. *La vida política en los barrios populares de Buenos Aires*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2009. p. 103-128.

BOTANA, N. R. Conservadores, radicales y socialistas. In: ROMERO, J. L.; ROMERO, L. A. *Buenos Aires: historia de cuatro siglos: desde la ciudad burguesa hasta la ciudad de masas*. Buenos Aires: Altamira, 2000. v. 2. p. 103-116.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

\_\_\_\_\_. Efectos de lugar. In: \_\_\_\_\_. *La miseria del mundo*. Buenos Aires: FCE, 1999. p. 119-124.

\_\_\_\_\_. (Org.). *La miseria del mundo*. Buenos Aires: FCE, 1999.

\_\_\_\_\_. *Contre-feux: propos pour servir à la résistance contre l'invasion néolibérale*. Paris: Éditions L'Éclaireur - Raisons d'Agir, 1998.

\_\_\_\_\_. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

\_\_\_\_\_. CHAMBOREDON, J.C.; PASSERON, J.C. *El Oficio del Sociólogo: presupuestos epistemológicos*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2002.

CARIDE, H. *Visiones del suburbio: utopía y realidad en los alrededores de Buenos Aires durante el siglo XIX y principios del siglo XX*. Buenos Aires: Universidad Nacional de General Sarmiento, Instituto del Conurbano, 1999a. (Colección Investigación; Serie Documentos de Trabajo, n. 13).

\_\_\_\_\_. *La idea de Conurbano Bonaerense, 1925-1947*. Buenos Aires: Universidad Nacional de General Sarmiento, Instituto del Conurbano, 1999b. (Colección Investigación; Serie Documentos de Trabajo, n. 14).

CASTEL, Robert. *A metamorfose da questão social*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

\_\_\_\_\_. *Movimientos sociales urbanos*. Mexico: Siglo XXI, 1980.

CATENAZZI, A.; LOMBARDO, J. D. (Comp.). *La cuestión urbana en los noventa en la Región Metropolitana de Buenos Aires*. Buenos Aires: Ediciones al margen - UNGS, 2003.

CECEÑA, A. E. El nuevo pensamiento y la transformación de la lucha en Argentina. Entrevista con Víctor De Gennaro. *Revista Chiapas*, México, n. 11., 2001. Disponible en: <<http://www.revistachiapas.org/No11/ch11cecena.html>>. Acceso en: 02 maio 2009.

CIRIA, A. Política tradicional y política de masas. In: ROMERO, J. L.; ROMERO, L. A. *Buenos Aires: historia de cuatro siglos: desde la ciudad burguesa hasta la ciudad de masas*. Buenos Aires: Altamira, 2000. v. 2. p. 295-312.

COLECTIVO SITUACIONES. *La hipótesis 891: Más allá de los piquetes*, Buenos Aires: Ediciones De mano en mano, 2002.

CONADEP. *Nunca más*: informe de la Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas. Buenos Aires: Eudeba, 2009.

CORAGGIO, J. L. *El trabajo desde la perspectiva de la economía popular*. San Carlos de Bariloche: 1996. Disponible em: <www.fronesis.org.ar>. Acceso em 05 set. 2005.

\_\_\_\_\_. ¿Qué significa pasar de la economía popular a la economía del trabajo?. In: *Revista Proposta*, Rio de Janeiro, n. 98, p 12-19, set./nov. 2003.

CRAVINO, M. C. *Vivir en la villa: relatos, trayectorias y estrategias habitacionales..* Buenos Aires: Universidad Nacional de General Sarmiento, Instituto del Conurbano, 2008. (Colección Libros de la Universidad, n. 31).

CUENYA, B.; FIDEL, C.; HERZER, H. *Fragmentos sociales: Problemas urbanos de la Argentina*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2004.

CUENYA, B. Grandes proyectos y teorías sobre la nueva política urbana en la era de la globalización. Reflexiones a partir de la experiencia de la ciudad de Buenos Aires. In: \_\_\_\_\_; FIDEL, C.; HERZER, H. *Fragmentos sociales: Problemas urbanos de la Argentina*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2004. p. 89-110.

DAVIS, M. *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.

DE LA TORRE, L. La ciudad residual. ROMERO, J. L.; ROMERO, L. A. *Buenos Aires: historia de cuatro siglos: desde la ciudad burguesa hasta la ciudad de masas*. Buenos Aires: Altamira, 2000. v. 2. p. 273-284

DE TORRES, H. G. *La organización nacional*. Buenos Aires: Paidós, 2000.

DEVOTO, F. *Historia de la inmigración en la Argentina*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2003.

DI STEFANO, R.; ZANATTA, L. *Historia de la Iglesia Argentina: desde la conquista hasta fines del siglo XXI*. Buenos Aires: Grijalbo-Mondadori, 2000.

FAJN, G. (Coord.). *Fábricas y empresas recuperadas: protesta social, autogestión y rupturas en la subjetividad*. Buenos Aires: Ediciones del Instituto Movilizador de Fondos Cooperativos, 2003.

FEINMANN, J. P. *Peronismo: filosofía política de una obstinación argentina*. Buenos Aires: Página 12, 2007.

FERRAUDI CURTO, M. C.; GRIMSON, A.; SEGURA, R. *La vida política en los barrios populares de Buenos Aires*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2009.

FERREIRA, A. B. H. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.



FERRER, A. *La economía argentina*. Buenos Aires: FCE, 2004.

FLORES, T. De la culpa a la autogestión: aclaraciones preliminares. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *De la culpa a la autogestión: un recorrido del Movimiento de Trabajadores Desocupados de La Matanza*, 1. ed., 2002, pela MTD Editora. Buenos Aires: Continente, 2005. p. 13-45.

\_\_\_\_\_.(Org.). *De la culpa a la autogestión: un recorrido del Movimiento de Trabajadores Desocupados de La Matanza*, 1. ed., 2002, pela MTD Editora. Buenos Aires: Continente, 2005.

\_\_\_\_\_.Cuando con otros somos nosotros. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Cuando con otros somos nosotros: la experiencia asociativa del Movimiento de Trabajadores Desocupados MTD La Matanza*. Buenos Aires: M.T.D. Editora, 2006. p. 17-53.

\_\_\_\_\_.(Org.). *Cuando con otros somos nosotros: la experiencia asociativa del Movimiento de Trabajadores Desocupados MTD La Matanza*. Buenos Aires: M.T.D. Editora, 2006.

FODOR, J.; O'CONNELL, A. *La Argentina y la economía atlántica en la primera mitad del siglo XX*. *Revista Desarrollo Económico*, Buenos Aires, n. 49, 1973.

FORNI, P. *La búsqueda de nuevas formas de organización popular: del consejo de comunidad a la Comunidad El Colmenar*. Buenos Aires: Universidad del Salvador, Buenos Aires, 2003 (Serie Documentos de Trabajo, n. 4)

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GERCHUNOFF, P.; MACHINEA, J. L. Un ensayo sobre la política económica después de la estabilización. In: BUSTOS, P. (Ed.). *Más allá de la estabilidad*. Buenos Aires: F. Elbert, 1995.

GERRATANA, V. et al. Consejos obreros y democracia socialista. In: *Cuadernos de Pasado y Presente*, Córdoba, Argentina, n. 33, 1972.

GHIBAUDI, J. W. *Um lugar para eles: fábricas recuperadas na região metropolitana de Buenos Aires (2001-2003)*. 2004. 175 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

GIARRACCA, N.; BIDASECA, K. (Org.). *La protesta social en Argentina: transformaciones económicas y crisis social en el interior del país*. Buenos Aires: Alianza Editorial, 2001.

GIARRACCA, N.; TEUBAL, M.; DOMÍNGUEZ, D. El Foro Social Mundial de Porto Alegre. Otro paso de los movimientos sociales globalizados. In: GIARRACCA, N.; BIDASECA, K. (Org.). *La protesta social en Argentina: transformaciones económicas y crisis social en el interior del país*. Buenos Aires: Alianza Editorial, 2001.

GONZALES BOMBAL, I. (Org.). *Nuevos movimientos sociales y ongs en la Argentina de la crisis*. Buenos Aires: Centro de Estudios de Estado y Sociedad, 2003.

GOÑI, U. *El Infiltrado: La Verdadera Historia de Alfredo Astiz*. Buenos Aires: Sudamericana, 1996.

GRAÑA, J. M. *Distribución Funcional del Ingreso en la Argentina (1935-2005)*. Buenos Aires: CEPED-UBA, 2007. (Serie Documentos de Trabajo, n. 8)

GRILLO, O. J. *Articulación entre sectores urbanos populares y el Estado local: el caso del barrio de la Boca*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1988.

GRIMSON, A. *Classificações espaciais e territorialização da política em Buenos Aires*. In: FERRAUDI CURTO, M. C.; GRIMSON, A.; SEGURA, R. *La vida política en los barrios populares de Buenos Aires*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2009. p. 11-36.

\_\_\_\_\_. *Las organizaciones de desocupados en Buenos Aires y los límites a la imaginación política*. In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE ANTROPOLOGÍA, 1., 2004, Rosario, Argentina. **Anais**...Rosario: UNR, 2004. 1 CD ROM.

GUTIERREZ, L. H.; ROMERO, L. A. *Sectores populares, cultura y política: Buenos Aires en la entreguerra*. Buenos Aires: Sudamericana, 1995.

GUTIERREZ, L. H. *Los trabajadores y sus luchas*. In: ROMERO, J. L.; ROMERO, L. A. *Buenos Aires: historia de cuatro siglos: desde la ciudad burguesa hasta la ciudad de masas*. Buenos Aires: Altamira, 2000a. v. 2. p. 65-81.

\_\_\_\_\_. *La mala vida*. In: ROMERO, J. L.; ROMERO, L. A. *Buenos Aires: historia de cuatro siglos: desde la ciudad burguesa hasta la ciudad de masas*. Buenos Aires: Altamira, 2000b. v. 2. p. 83-92.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, D. *A Condição Pósmoderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 12. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

\_\_\_\_\_. *Justice, nature and geography of difference*. Oxford: Blackwell Publishers, 1997.

\_\_\_\_\_. *O trabalho, o capital e o conflito de classe em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas*. Trad. Flávio Villaça. In: *Espaço e Debates*, n. 6, Ano II, p. 6-35, jun./set. 1982.

HINTZE, S. (Org.). *Trueque y Economía Solidaria*. Buenos Aires: Prometeo, 2003.

INSTITUTO MOVILIZADOR DE FONDOS COOPERATIVOS (IMFC). *50 Años de Ideas e Ideales*. Buenos Aires: IMFC, 2008.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSOS (INDEC). *¿Qué es el Gran Buenos Aires?* Buenos Aires: INDEC, 2005.

\_\_\_\_\_. *Incidencia de la pobreza y la indigencia en el aglomerado del GBA*. Relatório de imprensa, out. 2000.

- KESSLER, G. *Sociologia del delito amateur*. Buenos Aires: Paidós, 2004.
- LAVBORATORIO. Informe de coyuntura laboral, Facultad de Cs. Sociales, UBA, Buenos Aires, n. 6, ano 2, Verano 2001.
- LEFEBVRE, H. Utopie experimentale: por um nouvel urbanismo. In: \_\_\_\_\_. *Du rural à l'urbain*. Paris: Anthropos, 1970. p. 129-140.
- LIMA, M. H. T. *Exclusão Social: representações sociais da pobreza urbana no Brasil (1980-2000)*. 2002. 233 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.
- LINDENBOIM, J. El empleo y los ingresos en debate ¿Dónde estamos parados?. In: CONFERÊNCIA LAS POLÍTICAS SOCIALES HACIA EL BICENTARIO, 3., 2009, Buenos Aires. Disponível em: <[www.aaps.org.ar/dev/pdf/Lindenboim\\_bicentenariIII.pdf](http://www.aaps.org.ar/dev/pdf/Lindenboim_bicentenariIII.pdf)>. Acesso em: 07 fev. 2010.
- LINDENBOIM, J.; GRAÑA, J. M.; KENNEDY, D. *Distribución funcional del ingreso en Argentina: ayer y hoy*. Buenos Aires: CEPED-UBA, 2005. (Serie Documentos de Trabajo, n. 4).
- LO VUOLO, R. et al. *La pobreza...de la política contra la pobreza*. Buenos Aires: CIEPP Miño y Dávila Editores, 1999.
- LOZANO, C.; RAMERI, A.; RAFFO, T. *Crecimiento y distribución: notas sobre el recorrido 2003-2007*. Buenos Aires: Instituto de Estudios y Formación - CTA, out. 2007.
- LUPU, N.; STOKES, S. C. The Social Bases of Political Parties in Argentina. *Latin American Research Review*, Pittsburgh, v. 44, n. 1, 2009.
- MANZANO, V.; FERNANDEZ ALVARES, M.I. La construcción social del desempleo: producción de sentidos y prácticas en la Argentina contemporánea. In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE ANTROPOLOGÍA, 1., 2004, Rosario, Argentina. *Anais...Rosario*: UNR, 2004. 1 CD ROM.
- MANZANO, V. Un barrio, diferentes grupos: acerca de dinámicas políticas locales en el distrito de La Matanza. In: FERRAUDI CURTO, M. C.; GRIMSON, A.; SEGURA, R. *La vida política en los barrios populares de Buenos Aires*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2009. p. 267-294.
- MARQUES, G. J. A. M. *Cidade e conflitos urbanos na imprensa sindical carioca: 1995-2002*. 2005. 141 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.
- MARRAMAO, G. *Céu e terra: genealogia da secularização*. São Paulo: Unesp, 1997.
- MARTINS, J. S. *Exclusão Social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.

MARTUCCELLI, D.; SVAMPA, M. *La plaza vacía: las transformaciones del peronismo*. Buenos Aires: Losada, 1997.

MARX, K. *El XVIII brumario de Luis Bonaparte*. Buenos Aires: Pluma y Papel, 2003.

MARX, K. *Capítulo VI, Inédito de O Capital: resultado do processo de produção imediata*. São Paulo: Editora Moraes, 1985.

MERKLEN, D. *Pobres ciudadanos: las clases populares en la era democrática (Argentina, 1983-2003)*. Buenos Aires: Gorla, 2005.

\_\_\_\_\_. *Asentamientos en La Matanza: la terquedad de lo nuestro*. Buenos Aires: Catálogos, 1991.

MOTTA, E. S. M. G. *A outra economia: um olhar etnográfico sobre a economia solidária*. 2004. 102 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) — Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

MTD La Matanza; DOBIN-BERNSTEIN, N. *La masa crítica: libro de recetas de la panadería comunitaria del Movimiento de Trabajadores Desocupados de La Matanza*. Buenos Aires: MTD Editora, 2007.

MURMIS, M.; PORTANTIERO, J. C. *Estúdio sobre los orígenes del peronismo*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2004.

NEGRI, A.; HARDT, M. *Imperio*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

NOCHTEFF, H. (Ed.). *La economía argentina a fin de siglo: fragmentación presente y desarrollo ausente*. Buenos Aires: FLACSO/Eudeba, 1998.

NOVARO, M. *Argentina en el fin de siglo: democracia, mercado y nación 1983-2001*. Buenos Aires: Paidós, 2009.

\_\_\_\_\_; PALERMO, V. *La dictadura militar, 1976-1983: del golpe de Estado a la restauración democrática*. Buenos Aires: Paidós, 2003.

NUN, J. *Marginalidad y Exclusión Social*. Buenos Aires: FCE, 2001.

OLIVEIRA, F. *A Economia Brasileira: crítica à razão dualista*, 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

\_\_\_\_\_. O Estado e o Urbano. In: *Espaço e Debate: Revista de Estudos Regionais e Urbanos*, São Paulo, p. 36-54, jun.-set. 1982.

\_\_\_\_\_. Acumulação monopolista, Estado e urbanização: a nova qualidade do conflito de classes. In: MOISÉS, J. A. et al. *Contradições urbanas e movimentos sociais*. São Paulo: Cedes, Paz e Terra, 1978. p. 65-76.

PAIVA, V. *Cartoneros y cooperativas de recuperadores: una mirada sobre la recolección informal de residuos*. Área Metropolitana de Buenos Aires, 1999-2007. Buenos Aires: Prometeo libros, 2009.

PALOMINO, H. (Org.). El movimiento de empresas recuperadas. *Revista Sociedad*, Buenos Aires, n. 20-21, 2003.

POLANY, K. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

RANCIERE, J. *El Maestro Ignorante. Cinco lecciones sobre la emancipación intelectual*. Barcelona: Laertes, 2003.

REBON, J. *Desobedeciendo al desempleo: la experiencia de las empresas recuperadas*. Buenos Aires, Ediciones PI.CA.SO - La Rosa Blindada, 2004.

RIBEIRO FILHO, G. B. *O Banco Mundial e as cidades construindo instituições na periferia: o caso do PRODUR, Bahia*. 2006. 243 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <[http://teses.ufrj.br/IPPUR\\_D/GeraldoBrowneRibeiroFilho.pdf](http://teses.ufrj.br/IPPUR_D/GeraldoBrowneRibeiroFilho.pdf)>. Acesso em: 25 out. 2009.

ROCK, D. *El radicalismo argentino, 1890-1930*. Buenos Aires, Amorrortu, 1977.

ROFMAN, Adriana. (Org.). *La acción de las organizaciones sociales de base territorial*. Buenos Aires: 2002, Instituto del Conurbano, UNGS.

ROFMAN, Alejandro. *Desarrollo regional y exclusión social: transformaciones y crisis en la Argentina Contemporánea*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 2000.

\_\_\_\_\_. *Convertibilidad y Desocupación en la Argentina de los '90. Análisis de una relación inseparable*. Buenos Aires, CEUR-UBA, 1997.

\_\_\_\_\_; ROMERO, L. A. *Sistema socioeconômico y estructura regional en la Argentina*. Buenos Aires: Amorrortu, 1974.

ROMERO, J. L.; ROMERO, L. A. *Buenos Aires: historia de cuatro siglos: desde la ciudad burguesa hasta la ciudad de masas*. Buenos Aires: Altamira, 2000. v. 2.

ROMERO, J. L. La ciudad burguesa. In: \_\_\_\_\_; ROMERO, L. A. *Buenos Aires: historia de cuatro siglos: desde la ciudad burguesa hasta la ciudad de masas*. Buenos Aires: Altamira, 2000a. v. 2. p. 9-18.

ROMERO, J. L. La ciudad de masas. In: \_\_\_\_\_; ROMERO, L. A. *Buenos Aires: historia de cuatro siglos: desde la ciudad burguesa hasta la ciudad de masas*. Buenos Aires: Altamira, 2000b. v. 2. p. 201-208.

ROY, A. Praxis in the time of Empire. In: *Planing Theory*, London, Thousand Oaks, CA and New Delhi, vol. 5, p. 7-29, 2006.

SACK, R. *Human territoriality: its theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, B. S. (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, B. S. (Org.). *Traballar o mundo: os caminhos do novo internacionalismo operário*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SCHVARZER, J. La implantación industrial. In: ROMERO, J. L.; ROMERO, L. A. *Buenos Aires: historia de cuatro siglos: desde la ciudad burguesa hasta la ciudad de masas*. Buenos Aires: Altamira, 2000. v. 2. p. 209-226.

SCHWARZ, R. *Cultura e Política*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

SCOBIE, J. R.; LUZZI, A. R. El puerto y los ferrocarriles. In: ROMERO, J. L.; ROMERO, L. A. *Buenos Aires: historia de cuatro siglos: desde la ciudad burguesa hasta la ciudad de masas*. Buenos Aires: Altamira, 2000a. v. 2. p. 19-30.

SCOBIE, J. R.; LUZZI, A. R. El centro, los barrios y el suburbio. In ROMERO, J. L.; ROMERO, L. A. *Buenos Aires: historia de cuatro siglos: desde la ciudad burguesa hasta la ciudad de masas*. Buenos Aires: Altamira, 2000b. v. 2. p. 167-188.

SILVA, T. T. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2000.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2000. p. 73-102.

SILVESTRI, G.; GORELIK, A. Ciudad y cultura urbana, 1976-1999: el fin de la expansión. In: ROMERO, J. L.; ROMERO, L. A. *Buenos Aires: historia de cuatro siglos: desde la ciudad burguesa hasta la ciudad de masas*. Buenos Aires: Altamira, 2000. v. 2. p. 461-499.

SINGER, P. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

\_\_\_\_\_. *Economia solidária versus economia capitalista*. In: *Sociedad e Estado, Revista Semestral de Sociologia*, Brasília, vol. XVI, ns. 1-2, jan./dez. 2001.

SMITH, N. *Uneven development: nature, capital and the production of space*. Oxford: Blackwell Publishers, 1990.

\_\_\_\_\_. Homeless/global: scaling places. In: BIRD, J. et al. (Ed.). *Mapping the futures: local cultures, global change*. London/New York: Routledge, 1993. p. 87-119.

SVAMPA, M. *Cambio de época: movimientos sociales y poder político*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2008.

\_\_\_\_\_. *Los que ganaron: La vida en los countries y los barrios privados*. Buenos Aires: Biblos, 2001.

\_\_\_\_\_; PEREYRA, S. *Entre la ruta y el barrio: la experiencia de las organizaciones piqueteras*. Buenos Aires: Biblos, 2003.

SWYNGEDOUW, E. Neither global nor local: “glocalization” and the politics of scale. In: COX, K. R. *Spaces of globalization: reasserting the power of the local*. New York/London: The Guilford Press, 1997. p. 137-166.

TALLER DE LOS SABADOS. *Un elefante en la escuela: pibes y maestros del conurbano*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2008.

TELLES, V. S. Trajetórias Urbanas: fios de uma descrição da cidade. In: \_\_\_\_\_; CABANES, R. (Org.). *Nas tramas das cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006. p. 69-116.

TELLES, V. S.; CABANES, R. (Org.). *Nas tramas das cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

THOMPSON, E. P. Algumas observações sobre classe e “falsa consciência”. In: \_\_\_\_\_. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Organização Antonio Luigi Negro e Sergio Silva. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2001. p. 269-281.

\_\_\_\_\_. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Organização Antonio Luigi Negro e Sergio Silva. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2001

\_\_\_\_\_. The Moral Economy of the English Crowd in the Eighteenth Century. *Past & Present*, n. 50, fev. 1971.

\_\_\_\_\_. *The making of the english working class*. New York: Vintage Books, 1966.

TOPALOV, C. Da questão social aos problemas urbanos: os reformadores e a população das metrópoles em princípios do século XX. In: RIBEIRO, L. C. Q. e PECHMAN, R. (Orgs.) *Cidade, povo e nação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. p. 23-51.

TORRE, J. C. La ciudad y los obreros. In: ROMERO, J. L.; ROMERO, L. A. *Buenos Aires: historia de cuatro siglos: desde la ciudad burguesa hasta la ciudad de masas*. Buenos Aires: Altamira, 2000. v. 2. p. 259-272.

UNIVERSIDAD NACIONAL DE GENERAL SARMIENTO (UNGS). *Informe socio-económico y político, Moreno*. 2004 (mimeo).

VAINER, C. Lugar, Região, Nação, Mundo: explorações históricas do debate acerca das escalas da ação política. *R. B. Estudos Urbanos E Regionais*, v. 8, n. 2, p. 9-29, nov. 2006.

\_\_\_\_\_. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, ano XV, n. 2, ago.-dez. 2001; Rio de Janeiro, ano XVI, n. 1, p. 13-32, jan./jul. 2002.

VARELA, P. Imágenes de un mundo obrero. In: FERRAUDI CURTO, M. C.; GRIMSON, A.; SEGURA, R. *La vida política en los barrios populares de Buenos Aires*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2009. p. 179-200.

VERÁS, B. M. P. (Ed.). *Por uma sociologia da exclusão social. O debate com Serge Paugam*. São Paulo: Educ, 1999.

VERBITSKY, H. *El vuelo*. Buenos Aires: Planeta, 1996.

VIEIRA, F. B. *Dos proletários unidos à globalização da esperança: um estudo sobre articulações internacionais de trabalhadores*. 2008. 220 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto em Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

VUOTTO, M. Argentina. In: VUOTTO, M. (Org.). *La co-construcción de políticas públicas en el campo de la economía social*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2007. p. 111-135.

WALLERSTEIN, I. *Unthinking social science: the limits of Nineteenth-Century paradigms*. Cambridge (UK): Polity Press, 1991.

WERNER, R.; AGUIRRE, F. *Insurgencia obrera en la Argentina 1969-1976: clasismo, coordinadoras interfabriles y estrategias de la izquierda*. Buenos Aires: Ediciones IPS, 2007.

WILLIAMSON, J. What Washington means by policy reform. In: \_\_\_\_\_. (Ed.). *Latin American Adjustment: How much has happened?* Washington: Institute for International Economics, 1990.

YUJNOVSKY, O. Del conventillo a la “villa miseria”. In: ROMERO, J. L.; ROMERO, L. A. *Buenos Aires: historia de cuatro siglos: desde la ciudad burguesa hasta la ciudad de masas*. Buenos Aires: Altamira, 2000. v. 2. p. 435-448.

### **Principais documentos, boletins e artigos de imprensa consultados:**

ACPM. El desarrollo y la gestión en una Organización Social: APROFA, abril de 2009. Disponível em: <<http://acpmsocial.ning.com/group/comunicacionydesarrollo>>. Acesso em: 3 jun. 2010.

APROFA, boletins, ano 2004.

ARTUSA, M. Vacaciones a toda marcha. *Viva: La Revista de Clarín*, Buenos Aires, 17 jul. 2005, p. 34-43.

ASOCIACIÓN MADRES DE PLAZA DE MAYO. Conferencia pronunciada el 6 de julio de 1988 por Hebe de Bonafini, Presidenta de la Asociación Madres de Plaza de Mayo, Asociación Madres de Plaza de Mayo. Disponível em: <<http://www.madres.org/asociacion/showit.asp?act=3>>. Acesso em: 17 jan. 2010.

\_\_\_\_\_. Reseña de la historia de las Madres hasta 1995: Acciones, acontecimientos y luchas hasta 1995. Disponível em: <<http://www.madres.org/asp/contenido.asp?clave=2379>>. Acesso em: 17 jan. 2010.

BANCO MUNDIAL. *World Development Report, 2003: Sustainable Development in a Dynamic World*. Washington D.C.: Banco Mundial, 2003.

\_\_\_\_\_. *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial, 1995: o trabalhador e o processo de integração mundial*. Washington D.C.: Banco Mundial, 1995.



CENTRO CULTURAL DE LA COOPERACIÓN (CCC). Declaración de principios. Disponible em: <<http://www.centrocultural.coop/uploads/principiosyobjetivos.pdf>>. Acceso em: 16 jan. 2010.

\_\_\_\_\_. Trayectoria del CCC. Disponible em: <<http://www.centrocultural.coop/trayectoria-del-ccc.html>>. Acceso em: 16 jan. 2010.

DI NATALE, M. El Gobierno incluirá a hijos de monotributistas de baja categoría; reclamo por los chicos sin cobertura. *La Nación*, Buenos Aires, 16 mar. 2010a. Disponible em: <[http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota\\_id=1243915](http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota_id=1243915)>. Acceso em: 24 abril 2010.

\_\_\_\_\_. De cara a 2011, el Gobierno quiere triplicar los planes sociales. *La Nación*, Buenos Aires, 2 jan. 2010b. Disponible em: <[http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota\\_id=1217673](http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota_id=1217673)>. Acceso em: 24 abril 2010.

FERNÁNDEZ DÍAZ, J. Un hombre solo contra la mafia y la miseria. Historias con nombre y apellido. *La Nación*, Buenos Aires, 27 jun. 2009. Disponible em: <[http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota\\_id=1144058](http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota_id=1144058)>. Acceso em: 30 jun. 2009.

INSTITUTO MOVILIZADOR DE FONDOS COOPERATIVOS (IMFC). Declaración por el 50º Aniversario del IMFC: 50 años de Ideas e Ideales. *La Gesta Del Instituto Movilizador De Fondos Cooperativos*, nov. 2008. Disponible em: <<http://www.imfc.coop/modules/descargas/descarga.php?cid=2&lid=80>>. Acceso em: 16 jan. 2010.

\_\_\_\_\_. ¿Quiénes Somos?. Disponible em; <<http://www.imfc.coop/modules/contenido>>. Acceso em: 16 jan. 2010.

FOLHA DE SÃO PAULO. Turismo Ideológico: Vida de piqueteiro atrai estrangeiros. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 24 jul. 2005. Disponible em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2407200515.htm>>. Acceso em 30 jul. 2005.

LA NACIÓN. Disputa por un muro entre San Isidro y San Fernando: Lo pidieron los vecinos de La Horqueta para frenar a los ladrones. *La Nación*, Buenos Aires, 8 abr. 2009. Disponible em: <<http://www.lanacion.com.ar/1116460-disputa-por-un-muro-entre-san-isidro-y-san-fernando>>. Acceso em: 11 abr. 2009.

LA NACIÓN. Para Posse, el muro de San Isidro se “politizo”. *La Nación*, Buenos Aires, 8 abr. 2009. Disponible em: <<http://www.lanacion.com.ar/1116531-para-posse-el-muro-de-san-isidro-se-politizo>>. Acceso em: 11 abr. 2009.

LA VACA. La historia de las Madres de Plaza de Mayo: érase una vez catorce mujeres, *Portal de Noticias La Vaca*, Buenos Aires, 30 abr. 2007. Disponible em: <<http://lavaca.org/notas/la-historia-de-las-madres-de-plaza-de-mayo-erese-una-vez-catorce-mujeres/>>. Acceso em 17 jan. 2010.

LA VACA. Decí Mu con los maestros ignorantes. *Portal de Noticias La Vaca*, Buenos Aires, 08 out. 2009. Disponible em <<http://lavaca.org/decimu/decimu-con-los-maestros-ignorantes>>. Acceso em 16 jan. 2010.

LO VUOLO, R. Argentina Trabaja, un plan poco efectivo. *La Nación*, Buenos Aires, 28 abr. 2010. Disponível em: <[http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota\\_id=1258873](http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota_id=1258873)>. Acesso em : 15 maio 2010.

LUDUEÑA, M. E. Martín Churba: tramar un sueño. *La Nación*, Buenos Aires, 9 jan. 2005. Disponível em <<http://www.lanacion.com.ar/669129>>. Acesso em: 25 abril 2010.

MTD LA JUANITA, boletins anos 2001 a 2005.

NATANSON, J. Kichner, Cobos e a fronteira política. *Página 12*, Buenos Aires, 31 jan. 2009. Disponível em <<http://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-139336-2010-01-31.html>>. Acesso em 11 fev. 2009.

PALHANO, A. Brasil sai da rota do investimento no terceiro setor. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 27 abr. 2010. Disponível em: <<https://conteudoclipppingmp.planejamento.gov.br/cadastros/noticias/2010/4/27/brasil-sai-da-rota-do-investimento-no-3o-setor>>. Acesso em: 2 jun. 2010.

PERIÓDICO REGIONAL LA POSTA, Moreno, números 0 a 5, anos 2004/2005.

TOSI, M. C. Dejaron de cortar rutas y se dedican a exportar. *La Nación*, Buenos Aires, 12 jun. 2005. Disponível em: <<http://www.lanacion.com.ar/712329>>. Acesso em: 20 maio 2010.

ZAIAT, A. Fuerza Bruta. *Página 12*, Buenos Aires, 29 mai. 2010. Disponível em: <<http://www.pagina12.com.ar/diario/economia/2-146596-2010-05-29.html>>. Acesso em: 10 junho 2010

\_\_\_\_\_. El Conurbano. *Página 12*, Buenos Aires, 22 nov. 2009a. Disponível em: <<http://www.pagina12.com.ar/diario/economia/2-135743-2009-11-22.html>>. Acesso em 10 junho 2010.

\_\_\_\_\_. Información pública. *Página 12*, Buenos Aires, 11 abr. 2009b. Disponível em: <<http://www.pagina12.com.ar/diario/economia/2-123009-2009-04-11.html>>. Acesso em 10 junho 2010.

\_\_\_\_\_. Boomerang. *Página 12*, Buenos Aires, 4 fev. 2007. Disponível em: <<http://www.pagina12.com.ar/diario/suplementos/cash/19-2825-2007-02-04.html>>. Acesso em:10 junho 2010.